

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
ESCOLA DE HUMANIDADES

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A MEDIAÇÃO DA TEORIA E DO MÉTODO EM MARX NA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Porto Alegre  
2017

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A MEDIAÇÃO DA TEORIA E DO MÉTODO EM MARX NA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor em Serviço Social, à Escola de Humanidades da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates

Porto Alegre  
2017

## Ficha Catalográfica

Z13 m Zacarias, Inez Rocha

A Mediação da Teoria e do Método em Marx na Formação Profissional em Serviço Social / Inez Rocha Zacarias . – 2017. 205 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Jane Cruz Prates.

1. Projeto de Formação em Serviço Social. 2. Teoria e Método em Marx. 3. Fundamentos em Serviço Social. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

INEZ ROCHA ZACARIAS

**A MEDIAÇÃO DA TEORIA E DO MÉTODO EM MARX NA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Serviço Social, à Escola de Humanidades da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates (Orientadora – PUCRS)

---

Prof. Dr. Giovane Antônio Scherer (PUCRS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaísa Teixeira Closs (UFRGS)

---

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva (UNESP)

Porto Alegre  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

Ao chegar ao final dessa caminhada, a sensação de alegria toma conta de mim, por olhar para trás e poder perceber quantas pessoas participaram desse processo me apoiando, incentivando, cada um com o que tinha de melhor para oferecer. A nossa essência é formada pelas relações que estabelecemos com outras pessoas, a partir de determinadas relações de produção, como já dizia Marx. Mais do que nunca, sinto que o resultado desse processo representa o que consegui aprender e apreender com amigos, colegas, professores, família, usuários que atendi ao longo da trajetória de trabalho enquanto Assistente Social, camaradas de militância política. Por mais difícil que tenha sido essa empreitada, e por isso conto com as etapas que antecederam ao Doutorado, desde antes de ingressar na graduação, sempre tive o privilégio de contar com o apoio de pessoas especiais que até hoje compartilham comigo dores e alegrias. Por isso, nesse momento tão importante da minha trajetória profissional, a compartilho com todas essas pessoas.

Não poderia deixar de começar agradecendo a minha família, os meus pais, Sílvia e Josué, os meus irmãos, Daniela e Felipe, o meu sobrinho lindo Gustavo e a minha vó Maria Derci. Nós sabemos das dificuldades que enfrentamos, as mesmas compartilhadas por milhões de famílias trabalhadoras ao redor do mundo. Contudo, permanecemos unidos, sempre apoiando uns aos outros. A minha família sempre acreditou em mim, despendendo esforços quase sobrenaturais para que eu continuasse estudando e que me tornasse a primeira na família a ter um diploma. Felizmente, não serei a única. Essa conquista também é de vocês.

Quero agradecer também aos amigos: Silvana, Cristiana, Deborah e Marcia que há muitos anos compartilham comigo alegrias e tristezas, mais alegrias que tristezas, sempre parceiras e solidárias, relação que representa o melhor da verdadeira essência humana: o amor e a partilha.

Obrigada também às amigas com que o Serviço Social me agraciou: Elisa, Letícia, Tati, Thaisa, Manoela e Cecília. É muito bom olhar para trás e ver tudo que fizemos, com grandes alegrias compartilhadas, e mesmo após dez anos de conclusão da graduação, a nossa amizade continua cada vez mais forte. É amizade para a vida toda.

Agradeço também às amigadas mais recentes, mas tão consolidadas como se fossem antigas, Ana Caroline e Joana Flores, pessoas especiais que as boas coincidências da vida me permitiram conhecer.

Agradeço a equipe do NEPES, aos professores Berenice Rojas Couto e Carlos Nelson Reis e a todas as pessoas que fazem parte desse espaço, além do GTEMP, grupo de pesquisa do qual tive o privilégio de fazer parte durante seis anos, desde o mestrado.

Quero destacar também a gratidão que tenho pela minha orientadora, Jane Prates, por ter se tornado uma grande amiga, além de mestre inspiradora. Obrigada por tua parceria solidária e apaixonante. Obrigada por compartilhar o teu imenso conhecimento comigo e pela motivação mobilizada pela tua paixão pelo Serviço Social e pelo marxismo. Gratidão eterna.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, Roberto Robaina. Comunista e íntegro, grande conhecedor de Marx e militante trotskista, sempre esteve ao meu lado, seja me incentivando a estudar o marxismo, seja através do apoio nos momentos mais difíceis que passei. Nunca vacilou em me ajudar quando mais precisei. Por isso agradeço à vida por dividir os meus dias com ele.

## RESUMO

A presente tese versa sobre a mediação da teoria e do método em Marx na formação em Serviço Social. Desenvolvida através da pesquisa de enfoque misto – quanti/quali – tem como objetivo geral: *Conhecer como ocorre a mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social, com vistas a identificar se as Diretrizes Curriculares de 1996 têm sido referenciadas nas unidades de ensino situadas no Estado do Rio Grande do Sul.* A amostra é do tipo não-probabilística por quotas. Dentre os 26 cursos de Serviço Social oferecidos no RS, foram escolhidos 11 (42% aproximadamente do total) para integrar a amostra. Na primeira etapa da pesquisa realizou-se uma análise documental que contemplou os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, suas grades curriculares e respectivas ementas. Na segunda etapa, a fonte de dados é o resultado das entrevistas, do tipo semiestruturadas, realizadas com quatro coordenadores de cursos e quatro coordenadores de estágios. O resultado do processo de investigação chegou à seguinte tese: *O projeto de formação profissional em Serviço Social, como elemento constitutivo dos fundamentos profissionais, é expressão de um processo histórico, coletivo e democrático, que projetou uma nova direção social fundada no marxismo, subsidiada nas obras marxianas ou nas pertencentes à tradição marxista. Desta forma, enseja imprimir no processo de ensino uma visão que estabelece uma interconexão dinâmica entre a profissão e a sociedade, sob a perspectiva da totalidade histórica, determinada na luta de classes sob a égide do capital. Constatou-se que a formação em Serviço Social, nas unidades de ensino localizadas no Rio Grande do Sul, apresenta limitações curriculares em relação ao ensino da teoria e do método em Marx, revelada pela exposição da pesquisa que deixa claro que o processo de ensino do marxismo está sem o devido respaldo na literatura marxiana. O quadro se agrava pela existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico-marxista, sejam referentes ao Serviço Social ou às Ciências Sociais em geral, como através das propostas pedagógicas de ensino pouco comprometidas com uma direção social da formação fundamentadas nos aportes crítico-marxistas.*

**Palavras-chave:** Projeto de formação em Serviço Social. Teoria e método em Marx. Fundamentos em Serviço Social.

## ABSTRACT

The present thesis deals with the mediation of theory and method in Marx regarding professional qualification of Social Service students. Developed through a mixed focus research (quantity and quality) – it has the objective of learning how it is developed the process of mediation of theory and method in Marx in the professional qualification of social care workers. The focus is to identify if the 1996 Curricular Guidelines have been referenced in the teaching units in Rio Grande do Sul. The sample was non-probabilistic by quotas. Among the 26 Social Service courses offered in RS, 11 (approximately 42% of the total) were chosen to integrate the sample. In the first stage of the research, a documentary analysis was carried out, which contemplated the pedagogical projects of the undergraduate courses, as well as their curricular grades and respective menus. In the second stage, the data source is the result of semi-structured interviews carried out by four course coordinators and four internship coordinators. The result of the research process came to the following thesis: The project of professional education in Social Service, as a constituent element of professional foundations, is an expression of a historical, collective and democratic process that projected a new social guideline structured on Marxism, subsidized in marxist bibliography or those belonging to the Marxist tradition. Thus, it allows to print in the teaching process an overview that establishes a dynamic interconnection between profession and society, from the perspective of historical totality, determined in the class struggle under the aegis of capital. However, it was verified that the education in Social Service in the units of education located in Rio Grande do Sul, presents curricular limitations regarding the teaching of the theory and the method in Marx, revealed by the results of the research which show that the process of teaching Marxism is not properly supported in Marxist literature. The situation is aggravated by the existence of an eclectic basis for the bibliographies that subsidize education, with a minor space for bibliography with a critical epistemological profile, whether they refer to Social Service or to the Social Sciences in general, as well as through pedagogical proposals with little commitment to a teaching with a critical-marxist social guideline in professional qualification.

**Keywords:** Social Work educational project, theory and method in Marx, Foundations in Social Service.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro metodológico da pesquisa.....	27
Quadro 1 - Caracterização das Unidades de Ensino .....	29
Gráfico 1 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social conforme perfil epistemológico .....	136
Gráfico 2 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social das UE's privadas, conforme perfil epistemológico.....	138
Gráfico 3 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social das UE's públicas, conforme perfil epistemológico.....	138
Tabela 1 - Disciplinas com indicação de bibliografias marxianas e/ou de perfil epistemológico crítico-marxista por unidade de ensino.....	139
Gráfico 4 - Composição de bibliografias das disciplinas sobre matéria de Serviço Social, conforme perfil epistemológico, por unidades de ensino privadas e públicas .....	148
Gráfico 5 - Proporcionalidade de bibliografias, conforme o perfil epistemológico das obras indicadas nas unidades de ensino privadas.....	149
Gráfico 6 - Proporcionalidade de bibliografias, conforme o perfil epistemológico das obras indicadas nas unidades de ensino públicas .....	149
Quadro 2 - Epígrafe de disciplinas que constam a palavra “trabalho”, por unidade de ensino.....	159
Quadro 3 - Disciplinas com a palavra trabalho no título segundo conteúdos.....	161
Gráfico 7 - Disciplinas sobre trabalho segundo fontes bibliográficas indicadas .....	162

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A TEORIA E O MÉTODO EM MARX: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO MARXIANO A PARTIR DAS TRÊS FONTES DO MARXISMO .....</b>	<b>32</b>
2.1 A FILOSOFIA MATERIALISTA DIALÉTICA .....	35
2.1.1 O método da crítica à economia política.....	40
2.1.2 Categorias e leis da dialética .....	44
2.2 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.....	53
2.2.1 Do jornalismo à crítica da economia política.....	54
2.2.2 A análise do capital .....	60
2.2.3 Do equivalente geral à transformação do dinheiro em capital.....	63
2.2.4 Trabalho e alienação .....	68
2.3 O SOCIALISMO CIENTÍFICO .....	75
2.3.1 O comunismo .....	83
2.3.2 O Estado e a emancipação .....	87
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM O PENSAMENTO MARXIANO E A TRADIÇÃO MARXISTA NO BRASIL: ELEMENTOS DE UM PROCESSO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>93</b>
3.1 A RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....	93
3.2 A INTENÇÃO DE RUPTURA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO .....	102
<b>4 A MEDIAÇÃO DO MÉTODO EM MARX E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A ANÁLISE EM QUESTÃO .....</b>	<b>122</b>
4.1 A ADOÇÃO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS .....	130
4.2 A QUESTÃO SOCIAL: EIXO ARTICULADOR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	140
4.3 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO COMO EIXO ORGANIZADOR DA VIDA SOCIAL.....	151
4.4 A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO.....	164
4.5 PERFIL PROFISSIONAL CRÍTICO.....	177
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>187</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE A - Instrumento 1: Roteiro de Análise Documental .....</b>	<b>202</b>
<b>APÊNDICE B - Instrumento 2: Roteiro de Análise Documental .....</b>	<b>203</b>
<b>APÊNDICE C - Instrumento 3: Entrevista com Coordenador de Curso de Graduação em Serviço Social.....</b>	<b>204</b>
<b>APÊNDICE D - Instrumento 4: Entrevista com Coordenador de Estágio na Graduação em Serviço Social .....</b>	<b>205</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema central da presente tese é *a Mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social*, tendo em vista a incorporação, por parte das unidades de ensino da área, dessa perspectiva ao processo de formação profissional. O interesse despertado por esse tema advém de um conjunto de elementos que fizeram parte da trajetória de vida da pesquisadora, o qual foi determinante para aceitar o desafio de buscar apreender como e o quanto o marxismo está se fazendo presente na formação em Serviço Social. Reconhece-se, dessa forma, o caráter político dessa escolha, tendo em vista ser uma demonstração de reivindicação do projeto profissional do Serviço Social atualmente hegemônico, reconhecido pela parte mais atuante da categoria, que está subsidiado pela matriz crítico-marxista. Para tanto, não se perde de vista a complexidade do assunto e o cuidado necessário a ser dedicado na sua abordagem, exatamente por se tratar de um tema tão caro não só à profissão, mas a todos os marxistas que, ao redor do mundo, dedicam as suas vidas a estudar a obra de Marx e a somar forças nas lutas pela transformação dessa sociedade.

Como resultado do processo de investigação, a partir do caminho metodológico traçado, chegou-se à seguinte tese:

- *O projeto de formação profissional em Serviço Social, como elemento constitutivo dos fundamentos profissionais, é expressão de um processo histórico, coletivo e democrático, que projetou uma nova direção social fundada no marxismo, subsidiada nas obras marxianas ou nas pertencentes à tradição marxista. Desta forma, enseja imprimir no processo de ensino uma visão que estabelece uma interconexão dinâmica entre a profissão e a sociedade, sob a perspectiva da totalidade histórica, determinada na luta de classes sob a égide do capital. Contudo, constatou-se que a formação em Serviço Social, nas unidades de ensino localizadas no estado do Rio Grande do Sul, apresenta limitações curriculares no que diz respeito ao ensino da teoria e do método em Marx, revelada pela exposição da pesquisa que deixa claro que o processo de ensino do marxismo está sem o devido respaldo na literatura marxiana. O quadro se agrava pela existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico-marxista, sejam referentes ao Serviço*

*Social ou às Ciências Sociais em geral, como através das propostas pedagógicas de ensino pouco comprometidas com uma direção social da formação fundamentadas nos aportes crítico-marxistas.*

Um dos elementos que compõe as razões para investigar o presente tema partiu dos resultados da pesquisa realizada através do curso de Mestrado, concluído em 2013, que culminou na dissertação intitulada “A influência da teoria marxista no trabalho do assistente social”. Essa pesquisa, realizada junto aos Assistentes Sociais, trabalhadores da Política de Assistência Social no município de Porto Alegre/RS, investigou sobre a apropriação do método em Marx por parte desses profissionais. Os resultados evidenciaram a existência de uma apropriação fragilizada no que diz respeito ao domínio dessa perspectiva teórica, visto a dificuldade demonstrada através de mediações incipientes para analisar a realidade circunscrita e suas contradições, assim como ao que concerne à identificação do objeto de trabalho no cotidiano de trabalho profissional e na incapacidade de mediar as situações singulares enfrentadas com aspectos mais universais.

Além disso, apesar de terem emergido conceitos marxistas nos discursos analisados, também foram mencionados outros conceitos que compõem perspectivas teóricas diversas, alertando para uma influência eclética, tendo em vista o recurso a divergentes matrizes do pensamento social no subsídio à realização do trabalho profissional.

Diante desse quadro, passou-se a questionar o porquê dos resultados frágeis sobre a apropriação e mediação do método em Marx identificados através desta pesquisa, apesar da consolidação de um projeto de formação profissional crítico do Serviço Social há quase 20 anos. De fato, não há um único determinante, mas sim múltiplas variáveis que convergem para esse quadro. Uma das hipóteses levantadas recai sobre a formação profissional, sobre como esta tem se conformado através das unidades de ensino que oferecem a modalidade de graduação e sobre o quanto as mesmas têm sido capazes de imprimir, através desse processo, um conjunto de conhecimentos referendados pelo pensamento crítico, através dos currículos ofertados, quadro que se agrava nos marcos de uma universidade operacional, com os níveis de precarização do trabalho e do ensino e com o avanço do ensino à distância.

Além dos resultados preocupantes dessa pesquisa, outro fator também se fez fundamental para a escolha do tema: a militância política em um partido de esquerda, de tradição trotskista-leninista. Acredita-se que esse elemento não poderia ser ignorado nessa justificativa. O ser-humano é fruto de um conjunto integrado de elementos biológico-orgânicos, assim como de valores e princípios que são adquiridos ao longo da sua trajetória, pelas experiências vivenciadas junto à organização social em que participa, e que conforma a sua consciência a partir da sua socialização com outros sujeitos. Conforme afirmam Marx e Engels, “a consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real” (MARX; ENGELS, 1980, p.25). Portanto, é por sua atividade que o sujeito constitui a sua consciência, em um conjunto integrado e dinâmico de aspirações, ideais e valores.

Para além, o próprio Marx (2001) defendeu que não deve haver divisão entre o homem e o cidadão, o privado e o público, ou seja, a vida genérica é o indivíduo por sua integralidade social. Diante dessas premissas, busca-se defender que a linha que separa o sujeito privado e o profissional é tênue. Essa pesquisadora, enquanto militante de um grupo político, carrega consigo as suas experiências como Assistente Social, da mesma forma ocorre no caminho de volta: enquanto Assistente Social, é influenciada diretamente por sua militância. O que define o limite entre essas duas atividades é a própria prática, é a realidade particular onde se desenvolve cada uma dessas ações.

No que corresponde aos fundamentos do Serviço Social, premissa central dessa tese, a categoria construiu e consolidou um projeto profissional abertamente alinhado à perspectiva crítico-marxista, apresentando-se à sociedade como uma categoria profissional que se posiciona politicamente, fazendo contraponto radical ao modelo econômico em vigência, colocando em questionamento os processos de exploração aos quais é submetida, devido a sua inserção na divisão social do trabalho e a sua condição de assalariamento, assim como na contestação aos processos de exclusão, alienação e fetichização da vida cotidiana. Trata-se de um projeto contestatório, que teima em remar contra a maré, mas que reconhece, ao mesmo tempo, que os indivíduos que compõem a profissão são sujeitos sociais e, portanto, podem, por sua atuação profissional, contribuir em processos emancipatórios. Como afirmam Iamamoto e Carvalho:

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravenuto, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.141).

Ademais, pressupõe-se que foi a partir de uma consciência<sup>1</sup> de classe, ainda que restrita a setores vanguardistas da profissão, que o Serviço Social conseguiu constituir um projeto profissional que se subsidia no marxismo. Foi um processo derivado da própria atividade social dos assistentes, ainda que restrito a setores mais organizados da profissão, envolvidos com o contexto social de lutas políticas, assim como, a partir da longa experiência com os problemas vivenciados por setores mais empobrecidos da sociedade, que a profissão edificou os alicerces para a ruptura, ainda que parcialmente, com o conservadorismo.

É a própria luta pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social – do Estado e da sociedade no país, no horizonte da socialização da política e da economia, que gesta o alicerce sociopolítico o qual vem permitindo tanto o deslocamento das interpretações modernizantes e integradoras, de cunho estrutural funcionalista, da cena principal do debate brasileiro, como a crescente liderança intelectual e política que as análises de inspiração marxiana, na sua diferencialidade, passam a adquirir no palco do debate do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 232).

Esse movimento de “intenção de ruptura”<sup>2</sup>, segundo a definição de Netto (2009), para superar o pensamento conservador que exercia influência hegemônica entre os quadros profissionais até poucas décadas atrás, provocou uma alteração radical dos fundamentos do Serviço Social. Assim, como sugere Netto, a tradição marxista contribuiu para a compreensão do significado social da profissão, no subsídio à intervenção socioprofissional e no enriquecimento teórico-científico dos assistentes sociais (NETTO, 1989). Alterou-se, dessa forma, a direção social, voltando-se teleologicamente o trabalho profissional ao atendimento dos interesses da classe trabalhadora, balizada sob uma compreensão sócio-histórica da profissão e pensada numa perspectiva de totalidade.

A interlocução com o pensamento marxista no Serviço Social se manifesta através da sua presença hegemônica na literatura profissional, justificando-se

---

<sup>1</sup> “A consciência é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência” (MARX; ENGELS, 1980, p. 36).

<sup>2</sup> Processo compreendido não a partir de uma explicação idealista, mas das condições concretas vividas pelo conjunto profissional no Brasil e no restante da América Latina.

também por sua influência no projeto profissional, materializado através de documentos específicos da profissão: Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993), proposta das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) e Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993). Dado o momento histórico de mobilização social onde estes documentos foram elaborados, desencadeou-se um grande giro na profissão, resultando na superação do conservadorismo, propiciado também por um “amplo movimento de renovação crítica” (IAMAMOTO, 2008, p. 223).

A concepção de fundamentos do Serviço Social que guiou a presente tese é a mesma definida nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996), que compreende a profissão a partir do seu significado social,

(...) enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e estas com o Estado. Implica, pois, compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 60).

Além disso, os núcleos de fundamentação, que agregam e organizam um conjunto de conhecimentos a serem trabalhados no processo de formação, são a expressão do significado dos fundamentos profissionais. De acordo com a proposta, o trabalho profissional deve ser subsidiado por alguns pressupostos: primeiro, entender a formação do ser social por sua atividade, ou seja, pelo trabalho e, segundo, o conhecimento da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, como espaço particular que determina o desenvolvimento do capitalismo no país, a constituição do Estado e o caráter contraditório do trabalho profissional neste cenário. Conforme Iamamoto, os fundamentos do Serviço Social, definidos no projeto profissional e referendados no projeto de formação profissional, podem ser compreendidos da seguinte forma:

A compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica. Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido,



elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado –, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa. Esses, ao contrário, são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica teórico-metodológica, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2014, p.621-622).

A materialização de uma formação profissional sintonizada com o projeto de formação crítico depende efetivamente das condições sociais objetivas, em que se desenvolve esse processo, considerando da mesma forma a atuação dos sujeitos envolvidos. Marx defendeu que as condições materiais, a forma como os homens fazem materialmente a sua história determina a sua consciência. Porém, esse é um processo de mão dupla: os homens também são protagonistas da sua própria história (MARX, 1978). Os homens fazem a sua história, mas não nas condições sociais por eles escolhidas, mas em condições objetivas constituídas historicamente (MARX, 1997). O problema é que sob as condições de produção capitalista, o homem encontra-se cada vez mais afastado da sua própria natureza. A equação *produção coletiva e apropriação privada* dos produtos do trabalho, o homem é controlado pelo processo de produção e não o contrário, desenvolvendo-se através de uma relação estranha entre o produtor e o produto do seu trabalho. É um processo que o aliena do trabalho e o aliena nas relações sociais que, por sua vez, se estabelecem por relações mercadológicas (MARX, 2011a).

Desta forma, considerando o mundo real como o mundo onde as relações sociais estão pautadas pela produção material, por relações fetichizadas, determinadas pelas relações de troca de mercadorias, conforma, portanto, premissas fundamentais para o desenvolvimento do processo de investigação que resultou na presente tese. Com isso, o cenário político-econômico atual não foi entendido como um pano de fundo às circunstâncias em que se desenvolve o ensino em Serviço Social. Rejeitaram-se as análises abstratas, que não dialogam com a singularidade do tema aqui abordado. Apreender a mediação da teoria e do método em Marx na formação exigiu partir das múltiplas determinações que compõe o objeto investigado, em uma tentativa de apreendê-lo em sua totalidade, mas reconhecendo a impossibilidade de contemplá-lo por todos os aspectos que o compõe. Esse esforço busca somar forças ao processo que o conjunto da categoria tem

desprendido nos últimos anos, para o desvendamento dos aspectos que circunscrevem o trabalho e o contexto social. E, conforme refere Prates, a profissão tem se engajado em fundamentar-se:

(...) por referenciais teórico-metodológicos que contemplam múltiplas dimensões, porque pautam-se na totalidade concreta e na integralidade que reconhece as unidades dialéticas, a relação entre universal e particular, entre os contextos amplos e o tempo miúdo do cotidiano, todos como expressão legítima do real (PRATES, 2016, p.3).

Conforme afirma Iamamoto, a formação acadêmico-profissional nos últimos anos tem sido atravessada por diversos desafios, tendo em vista as tentativas de reestruturação do modo de produção do capital, afetando diretamente não só a formação em Serviço Social, mas também a educação como um todo (IAMAMOTO, 2014).

As crises no capitalismo que se seguem desde a década de 1970, atingindo o seu ápice em 2008, levaram a um cenário social cada vez mais degradante para a classe trabalhadora. Dada a dificuldade de ampliação da valorização do capital através do setor produtivo, que esbarrava na defasagem do modelo fordista de produção, outras estratégias foram colocadas em prática, tanto na esfera produtiva como no âmbito das finanças, intensificando a exploração do trabalho e marcando novos padrões de acumulação. Desta forma, a esfera produtiva tem sido cada vez mais subordinada à esfera financeira, que tem assumido papel de controle na economia mundial, interferindo na política econômica das nações, impondo as suas diretrizes e ao mesmo tempo promovendo desregulações no mundo do trabalho.

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida, no qual o trabalho flexível e precário é exigência do processo de financeirização da economia. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente em uma nova configuração do Estado que passou a desempenhar um papel cada vez mais de "comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" desregulamentando os mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho (DRUCK, 2012, p. 38).

Na esfera produtiva, a alternativa para enfrentar a crise no capitalismo foi reduzir os gastos com o capital variável, consolidando um cenário de erosão do trabalho assalariado, através da flexibilização dos contratos. Deste modo,

proliferaram-se diferentes modalidades de trabalho cada vez mais precárias, aumentando o nível de insegurança e flexibilidade, seja via terceirização, contratos temporários ou parciais, baixíssima remuneração, metas por produtividade, acarretando em muitas circunstâncias, a exploração da força de trabalho com características análogas à escravidão (ANTUNES, 2012). Soma-se a esse processo, a busca desenfreada por novas tecnologias, voltando os investimentos para a ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, em uma busca incessante pelo aumento da produção em um espaço de tempo cada vez menor. É um novo padrão de produção que intensifica a escravidão do homem às máquinas, assim como às mercadorias. Essa lógica financeira atinge todos os espaços da vida social, conformando o modo como os homens constroem a sua vida material e, conseqüentemente, as suas relações sociais. Acelera-se o tempo social, tornando as coisas e as relações humanas cada vez mais voláteis, efêmeras e descartáveis. (ANTUNES, 2012). Ainda, refere o autor:

Portanto, podemos acrescentar que a monumental reestruturação do capital ocorrida nas últimas quatro décadas e intensificada no contexto da crise atual vem exacerbando esse quadro crítico em relação ao trabalho, de modo que a precarização vem se tornando a regra e não a exceção. Subordinado ao comando da maquinaria, seja pela vigência da máquina-ferramenta autônoma ou da máquina informacional-digital, presente nas tecnologias de informação e comunicação, o trabalho relativamente mais formalizado da era tayloriano-fordista está sendo amplamente substituído pelos mais diversos modos de ser da informalidade e da precarização, de que são exemplos os trabalhos terceirizados (em grande variedade), tendencialmente cada vez mais pautados pela condição de precariedade (ANTUNES, 2012, p. 43).

Por outro lado, observa-se a ampliação do capital financeiro como estratégia encontrada para alcançar níveis de rentabilidade superiores às atividades produtivas. Como define Carcanholo, o capital fictício dominou o cenário capitalista desde a década de 1970, como uma solução para enfrentar a queda das taxas de lucro (CARCANHOLO, 2013). A primeira fase dessa nova empreitada do capital levou a ganhos exorbitantes àqueles investidores, sob operações financeiras que superaram o PIB (Produto Interno Bruto) de diversos países. Contudo, o saldo deste capital que se autovaloriza foi a devastadora crise financeira de 2008.

A crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América no setor imobiliário dos *subprime*, em 2008, e que se estendeu a todo o sistema financeiro e ao setor da economia real e, além disso, a crise por que passa

o mundo europeu na segunda década do século constituem o princípio desse processo (CARCANHOLO, 2013, p. 138).

A partir dos anos 1980, os Estados nacionais passaram por reformas estruturais e gerenciais como forma de garantir maior rentabilidade do capital. As políticas de cunho neoliberal reconfiguraram o papel dos Estados, diluindo as suas responsabilidades na garantia de políticas sociais, dando fim ao modelo de Estado-Providência que caracterizou os países centrais. No que tange aos países periféricos, medidas de austeridade também foram implementadas, porém atingindo de forma mais violenta as condições de vida da classe trabalhadora, tendo em vista que esses países nunca atingiram um Estado de Bem-estar social. Esse quadro produtivo e financeiro que se desenvolveu nas últimas décadas tem como consequência uma grave crise humanitária, expressa em diferentes situações. Uma das consequências humanitárias mais trágicas que se acompanha na atualidade é a intensificação dos fluxos migratórios, com origem em países assolados tanto por guerras como por falência econômica de suas nações, principalmente de países africanos ou de outros situados no Oriente Médio.

Outra grave consequência é o fenômeno da concentração de renda. Um número cada vez menor de pessoas tem concentrado a maior parte da riqueza produzida no mundo, enquanto a maioria da população sobrevive com poucos recursos. Segundo dados publicados em 2015, pela Oxfam, organização britânica não governamental, pela primeira vez na história, 1% da população possui a riqueza equivalente à dos demais 99% e que as 64 pessoas mais ricas do mundo possuem a riqueza de 50% da população mundial (REUBEN, 2016).

No que concerne ao Brasil, de acordo com outra fonte de dados, o nível de concentração de renda não é muito diferente. A partir de dados coletados no banco de informações do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), no período analisado entre 1933 a 2013, 1% das pessoas mais ricas no país possui 27% de toda a renda (VILLAS-BÔAS, 2016). Esse fenômeno da concentração de renda no mundo é consequência da dinâmica político-econômica que tem favorecido as instituições que operam no mercado financeiro. De acordo com Reis, essas instituições têm sido favorecidas pela transferência de recursos através do pagamento da dívida pública realizado religiosamente pelos Estados, comprometendo parte significativa dos orçamentos para sustentar o mercado financeiro (REIS, 2016).

Parcelas cada vez maiores do orçamento dos Estados nacionais têm sido destinadas, por meio da dívida pública, para o circuito da valorização do capital financeiro, em proveito de um restrito grupo de rentistas e algumas grandes empresas transnacionais, beneficiários do processo de financeirização mundializada (REIS, 2016, p. 19).

O pagamento da dívida pública é um importante mecanismo de transferência da riqueza produtiva para os credores do Estado. Por sua vez, estes acabam adquirindo poderes superiores na condução das políticas implementadas pelos governos. Em 2015, o Brasil destinou 42,43% do seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016). O peso da dívida nos orçamentos dos países periféricos está intrinsicamente relacionado à adoção de medidas de ajuste fiscal, pela pressão dos organismos que representam o capital financeiro, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, como forma de garantir a rentabilidade dos grupos que detêm os títulos da dívida pública. O que se vê na prática é a implementação de medidas com alto custo social para a população. O caso mais emblemático no Brasil no último ano foi a aprovação da PEC 241, depois 55, que trata da proposta de emenda constitucional com previsão de um teto para os gastos públicos durante 20 anos. A aprovação desta medida no Congresso Nacional significa na prática a redução drástica de investimentos em áreas fundamentais para atendimento da população, como é o caso da saúde, segurança, educação, assistência social, entre outros. Fatorelli explica como o sistema da dívida atinge o Brasil, ao determinar o modelo político-econômico adotado pelos últimos governos:

O Sistema da Dívida opera no Brasil principalmente por meio do modelo econômico focado no alcance de metas de Superávit Primário, no regime de Metas de Inflação (ancorado em política de juros altos e controle da massa monetária, que representam garantias e privilégios ao setor financeiro), além de uma série de política nocivas ao País, tais como a prática de juros altos; privatizações de setores estatais estratégicos; liberdade total para os fluxos de capitais; isenções tributárias sobre os rendimentos proporcionados pelo mais elevados juros do mundo pagos pelo Brasil e outros privilégios tributários para o setor financeiro e grandes corporações e pesada carga tributária para a classe trabalhadora (FATORELLI, 2013, p. 43-44).

A exemplo do Brasil, os últimos governos de centro-esquerda (Lula – 2003 a 2010 e Dilma – 2011 a 2016) mantiveram a mesma política econômica que vinha sendo implementada pelos governos antecessores, mantendo o compromisso de pagamento da dívida pública e seguindo as recomendações dos organismos

financeiros internacionais. O diferencial desses governos foi o verniz social às políticas neoliberais que permaneceram sendo implementadas. Conforme Castelo, como resultado de um processo de revisão das teses neoliberais, o social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo<sup>3</sup> constituíram apostas político-ideológicas da classe burguesa para dar respostas às tensões sociais devido à crise social e intensificação da luta da classe trabalhadora (CASTELO, 2012).

Ambos os modelos buscaram agregar uma agenda de viés mais social, através de medidas pontuais ofertadas pelo Estado em conjunto ao terceiro setor, a fim de atender as situações mais graves de pobreza que atingem o setor da sociedade no nível mais baixo da pirâmide social. Programas como o Bolsa-Família provocaram mudanças significativas nas condições de vida da população mais pobre. Contudo, esse e outros programas governamentais não alteraram os fundamentos da política econômica de pagamento da dívida pública, sustentando o mercado financeiro através do comprometimento de parte do orçamento (CASTELO, 2012).

Reis define que os governos de centro-esquerda “(...) passam a defender a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento que procure compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social, em uma sociabilidade baseada na ideologia do consenso” (REIS, 2016, p. 20).

O quadro atual da política educacional no Brasil, com a presidência ilegítima de Michel Temer, que assumiu o governo após um golpe parlamentar, também não demonstra nenhum avanço positivo com relação ao ensino superior. Ao contrário, com o argumento da crise econômica, o corte no orçamento na área de educação foi intensificado, o que vem trazendo prejuízos irreversíveis na área da pesquisa, com o corte de bolsas, assim como no acesso ao ensino superior, com a redução de recursos às universidades públicas e ao FIES, que financia bolsas de estudo no ensino privado.

Por esse cenário político-econômico, a área da educação é atravessada da mesma forma que as demais políticas sociais. A política de educação assume nesse contexto características contraditórias, pois ao ser pensada como política social pública, é, por outro lado, alvo de interesses por maior lucratividade de instituições

---

<sup>3</sup> “O social-liberalismo e o novo desenvolvimentismo, variantes ideológicas do neoliberalismo, procuram garantir a manutenção da ordem capitalista por meio de intervenções políticas na “questão social”, como, por exemplo, ações de voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas” (REIS, 2016, p. 20).

financeiras que veem nesse espaço mais uma alternativa no capitalismo de expansão dos mercados. Os governos que se sucedem desde o início da década de 1990 têm privilegiado a expansão privada da educação superior em detrimento do ensino público.

Conforme afirmam Lima e Pereira, a contrarreforma do ensino superior, iniciada no Governo FHC e reforçada no Governo Lula, apresenta duas linhas gerais implementadas: a expansão do ensino privado superior e a privatização interna nas universidades públicas (LIMA; PEREIRA, 2009). Ocorreu, dessa forma, uma diversificação das unidades de ensino, direcionando-se principalmente para unidades não-universitárias, ou seja, que não precisam agregar ao ensino atividades de pesquisa e extensão. Outra característica problemática desse processo foi direcionar essa expansão para cursos de curta duração e que ofertam cursos a distância, "(...) caracterizando o processo de aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala vigente naquele período" (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 35). Ainda de acordo com os mesmos autores, o projeto neoliberal para o ensino superior pode ser caracterizado através de três núcleos básicos, quais sejam:

(...) (i) em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a "escalões de terceiro grau" através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior, ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento (LIMA; PEREIRA, 2009, p.36).

Portanto, a contrarreforma do ensino superior, implementada nos últimos governos, seguiu as exigências do mundo do capital, a partir das recomendações do Banco Mundial para aumentar o espaço de atuação da iniciativa privada e abrindo o mercado para investimento de capital externo. Durante o Governo Lula, uma série de medidas e programas<sup>4</sup> foi lançada com o intuito de seguir essas recomendações do mercado financeiro e ampliar o acesso ao ensino superior às camadas mais pobres da população. A política de educação foi protagonista nessa tentativa de

---

<sup>4</sup> Entre os principais programas lançados, direcionados ao ensino privado estão a ampliação do FIES (Fundo de Investimento Estudantil), o PROUNI (Programa Universidade para Todos). A destinação de recursos públicos a esses dois programas foi em 2003 de R\$1,342 bilhões e em 2014 de R\$13,154 bilhões, ou seja, houve um aumento de 880,42% (REIS, 2016).

conciliar políticas sociais de enfrentamento da pobreza com a reprodução de um modelo de desenvolvimento econômico bastante favorável aos detentores do grande capital. Diante dessa opção por uma política conciliadora de classes, o resultado é um tanto contraditório: se por um lado fortaleceu-se a lógica mercadológica da educação, direcionando o ensino para o atendimento dos interesses do mercado e fortalecendo instituições privadas e seus conglomerados estrangeiros, é fato a tentativa de democratizar o acesso ao ensino superior, por mais que se questione a qualidade do ensino ofertado.

Diante desse quadro, é preciso considerar os desdobramentos no ensino em Serviço Social nos últimos. Não é preciso lembrar que os rebatimentos da política neoliberal atingiram significativamente a formação nessa área, alertando para consequências a curto e médio prazos. A formação graduada em Serviço Social, que deveria constituir um espaço privilegiado para apreensão dos fundamentos profissionais, tem passado nos últimos anos por um processo de mercantilização, a mesma que vem atingindo toda a educação superior no país e interferindo, conseqüentemente, na dinâmica de ensino e aprendizagem.

Na contramão, uma outra lógica educacional tem sido defendida por uma parcela significativa de docentes, pesquisadores e estudantes na área do Serviço Social, colocando-se na defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade; comprometida com a sua finalidade social e comunitária, que os resultados do ensino, da pesquisa e da extensão sejam voltados aos interesses da sociedade e melhoria das condições de vida da população em geral (IAMAMOTO, 2008).

Porém, a atual tendência está centrada na faceta mercantil dada às funções universitárias, sendo estas direcionadas às necessidades do mercado. As consequências são as mais diversas: proliferações de cursos EAD's; estímulo à redução do tempo de graduação; atribuição de um caráter técnico às profissões; precarização das relações de trabalho de docentes e funcionários; supremacia de oferta de vagas na rede privada em relação à rede pública; privatização da pesquisa, onde a maior parte dos recursos está alocada nas pesquisas de parcerias público-privadas; a universidade guiada por preceitos técnicos, onde não há tempo para formar sujeitos pensantes, dentre outras características que afastam as instituições de ensino da sua responsabilidade com os interesses da comunidade em geral.



Segundo dados de Lewgoy e Maciel (2016), o quadro é alarmante para o ensino em Serviço Social no que concerne à disparidade entre o número de matrículas em unidades de ensino públicas e privadas no nível da graduação, assim como sobre o avanço dos cursos ofertados à distância: em 2011, 75% do total de matrículas centralizam-se nas UE's privadas. Deste total, 52% referem-se à modalidade a distância. Outro dado relevante é a expansão de cursos na área na última década: foram 394 novas UE's criadas, com o incremento de 170 mil novos profissionais formados (LEWGOY; MACIEL, 2016). São dados que atentam para dificuldades relevantes à implementação do projeto de formação profissional, que seja fiel aos princípios e valores profissionais construídos nas últimas décadas pela profissão. São informações que alertam sobre a qualidade do ensino ofertado, devido ao atravessamento mercadológico na educação superior e que incidem sobre a perspectiva diretiva da formação profissional que está sendo oferecida.

De modo geral, as exigências na formação profissional têm se voltado à construção de competências em substituição ao desenvolvimento do conhecimento, privilegiando a apreensão restrita à dimensão técnica do trabalho, pela aquisição de habilidades instrumentais, para o “despertar” para a competitividade, para o alcance de metas, baseando-se em uma ética individualista que prepara os futuros profissionais para lidar com os novos rearranjos no processo de produção (IAMAMOTO, 2014). Iamamoto ressalta que este modelo de formação por competência, orientado pelo Banco Mundial,

(...) substitui o foco no conhecimento com valor maior em favor das capacidades instrumentais. A tendência é deslocar o centro de interesse dos conteúdos teóricos para outros de caráter instrumental, centrados na prática e no sistema produtivo, sensíveis às exigências do mercado (IAMAMOTO, 2014, p. 626).

Essa tendência no ensino, de seguir as leis da competitividade do mercado, facilita a expansão de matrizes teóricas do pensamento alinhadas com o conservadorismo, mas sob a falsa alcunha de um novo paradigma. Não somente o espaço do ensino, mas também da pesquisa, tem sido tomado por tendências pós-modernas, que se postulam como perspectivas inovadoras nas ciências sociais, rejeitando em suas premissas as metanarrativas ou qualquer discurso que comporte análises sob a perspectiva da totalidade histórica. Privilegiam as microrrelações, os

fragmentos, os grupos em detrimento da classe, e quase sempre ignoram os efeitos macroeconômicos na vida social.

Em nome da diversidade, diferença e alteridade, reforçam, na maioria das vezes, o individualismo, o particularismo, a fragmentação, a descontinuidade e o evento, negando as dimensões estruturais e a continuidade histórica (FRIGOTTO, 2014, p. 36-37).

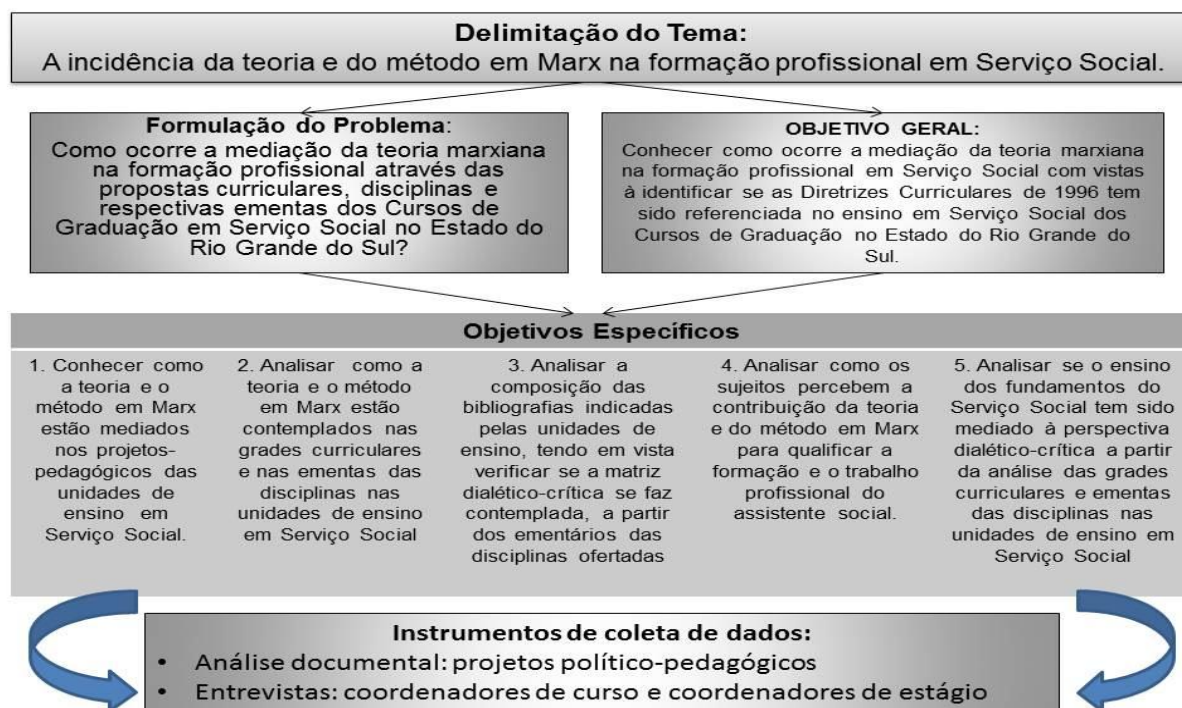
Marx já defendia que aqueles que possuíam o controle dos meios de produção tinham a vantagem de hegemonizar as suas ideias à toda a sociedade. (MARX; ENGELS, 1980). A educação é, portanto, um espaço privilegiado para a reprodução de um campo ideológico assentado em uma perspectiva de capitalismo como o fim da história, da negação das contradições de classe, que somente atenta para a reafirmação de um ideário ético-político utilitarista para o mercado autorregulado “(...) como parâmetro das relações sociais e impõem a ditadura da razão única – a razão do capital” (FRIGOTTO, 2014, p. 35).

Para o Serviço Social, a lógica privatista e mercantil atravessa brutalmente a proposta de uma formação profissional condizente com uma direção social crítica, subsidiada em uma perspectiva ideopolítica que não possui nenhum compromisso com a perpetuação desse modelo econômico, ao contrário, rejeita qualquer posição estéril, estática, fragmentada ou a-histórica, características que são típicas desse movimento pós-moderno cada vez mais presente no Serviço Social e nas Ciências Sociais em geral. O marxismo, por conseguinte, tem sido rebaixado no âmbito acadêmico, sob a acusação de ser um pensamento ultrapassado, de não ser mais capaz de explicar a realidade circunscrita, tido como um pensamento doutrinário. As consequências são a formação de sujeitos munidos de especialidades técnicas, mas incapazes de estabelecer mediações a partir das condições objetivas do seu trabalho com os determinantes socioestruturais, para apreender as condições de vida da classe trabalhadora e as disputas que se estabelecem entre as classes sociais.

Não cabe, nos limites desta tese, elencar todas as determinações do objeto de investigação, contudo, as premissas, que também se encontram desdobradas ao longo deste estudo, julgam-se serem as mais importantes para o desenvolvimento do processo de investigação. Diante do exposto, a figura que segue sintetiza a

organização da pesquisa, apresenta-se a delimitação do tema, assim como o problema de pesquisa, os objetivos e os instrumentos de coleta utilizados:

Figura 1 - Quadro metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

No que tange à metodologia de pesquisa, adotou-se o enfoque misto que consiste na combinação das abordagens qualitativas e quantitativas. Esta abordagem apresenta como potencial a possibilidade de contemplar as variantes necessárias para o alcance dos objetivos traçados na pesquisa. Além disso, o enfoque misto tem começado a se popularizar nos meios acadêmicos, pois, segundo Creswell (2010, p. 238), “os problemas abordados pelos pesquisadores das ciências sociais e da saúde são complexos, e o uso de abordagens quantitativas e qualitativas em si é inadequado para lidar com essa complexidade”. Esta combinação pode propiciar *insights* que nas pesquisas qualitativas e quantitativas separadamente não surgirão, tornando mais rico os dados e os elementos que serão trabalhados na pesquisa.

Deste modo, o peso foi atribuído de modo igualitário tanto aos dados qualitativos como aos quantitativos, devido ao entendimento sobre os papéis complementares que ambos cumprem, assim como a igualdade de relevância para a

análise e interpretação dos dados. Já a combinação dos dados quantitativos e qualitativos ocorreu nos três estágios da pesquisa: na coleta dos dados, na análise dos dados e na interpretação dos dados.

A principal característica desta perspectiva é o papel central do método e da teoria na condução da pesquisa, além do caráter transformativo da realidade como objetivo final do estudo. Prates considera ser este o enfoque de pesquisa que mais se aproxima do método marxiano, pois:

A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionais. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos, contudo, ao analisarmos o movimento ou a “vida da realidade”, para usar uma expressão de Lefebvre (1991), é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicitação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método (PRATES, 2012, p. 117).

Além disso, a autora aporta semelhanças entre a pesquisa de enfoque misto e o método marxiano, no que concerne os aspectos de transformação e emancipação, à articulação dos dados quantitativos e qualitativos considerando a relevância de ambos, à importância do processo de investigação podendo ser uma etapa pedagógica tanto para o pesquisador como para o pesquisado e, por fim, à centralidade na superação das desigualdades como finalidade da pesquisa (PRATES, 2012).

O universo desta pesquisa tem como campo de abrangência os cursos de graduação em Serviço Social no Estado do Rio Grande do Sul (RS). A amostra é do tipo não probabilística por quotas, pois foram considerados alguns critérios para a seleção dos cursos na amostragem: são cursos vinculados a universidades públicas e privadas.

Dentre os 26 cursos de Serviço Social oferecidos no RS, foram escolhidos 11 (42% aproximadamente do total), sendo estes: UFRGS, UNIPAMPA e UFSM (universidades públicas); e UCS, UCPEL, UNISINOS, IPA, UPF, UNISC, UNIFRA e PUCRS (privadas).

A escolha por estas instituições ocorreu da seguinte forma: tratando-se de uma amostra do tipo intencional, procurou-se abranger todas as universidades públicas que oferecem o curso de Serviço Social; já no que tange às universidades privadas, considerou-se os cursos mais antigos, tendo em vista o extenso número

de profissionais graduados ao longo de sua existência. Esta escolha também se subsidia no papel de referência dessas unidades de ensino para os demais cursos de graduação na área<sup>5</sup>. O quadro que segue apresenta os dados das unidades de ensino participantes da pesquisa, identificadas por números, os mesmos são utilizados ao longo da análise de dados, a fim de preservar o sigilo, tendo em vista que parte dos documentos analisados pertencentes às unidades foram disponibilizados somente para essa pesquisa, não se tratando de documentos públicos:

Quadro 1 - Caracterização das Unidades de Ensino

Unidade de Ensino	Categoria administrativa		Organização acadêmica		Ano da fundação da unidade	Ano de vigência do projeto político-pedagógico	Filiação à ABEPSS <sup>6</sup>	
	Privada	Pública	Universidade	Centro universitário			Sim	Não
1	X		X		2004	2014		X
2		X	X		2009	2009	X	
3		X	X		2006	2006		X
4	X			X	2000	2015		X
5	X		X		1980	2011	X	
6	X		X		1989	2009	X	
7		X	X		2010	2010		X
8	X		X		1956	2015		X
9	X			X	2004	2014		X
10	X		X		1962	Não consta		X
11	X		X		2000	2013	X	

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma análise documental que contemplou os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, assim como as suas grades curriculares e respectivas ementas, seguindo um roteiro previamente elaborado (Apêndices A e B). Na segunda etapa, a fonte de dados é o resultado das

<sup>5</sup> A proposta original do projeto previa a inclusão de duas Unidades de Ensino (UE's) que oferecem cursos de Serviço Social na modalidade a distância, o que totalizaria a investigação de 50% do total de cursos oferecidos no Estado, diversificando o universo da amostra. Porém, as UE's procuradas não autorizaram a realização da pesquisa, com isso obrigando a retirada das mesmas do universo a ser investigado.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.abepss.org.br/mapa-academico.html>. Acesso em: 22 mar. 2016.

entrevistas, do tipo semiestruturadas, realizadas com quatro coordenadores de cursos e quatro coordenadores de estágios, sendo ambos vinculados a duas instituições públicas e duas instituições privadas, escolhidas de forma aleatória. Os roteiros das entrevistas podem ser conferidos nos Apêndices C e D. É importante ressaltar que a dimensão da amostra não é passível de generalizações, portanto, os resultados são pertinentes a esse tipo de amostra determinada.

O tratamento dos dados foi realizado através da análise estatística para dados quantitativos e análise de conteúdo, com base em Bardin (1977), para dados qualitativos. Esta técnica prevê diversas modalidades de recortes de análise. Privilegiou-se a análise frequencial e temática que consiste em analisar os dados a partir de categorias, devendo ser enumeradas a fim de verificar quantas vezes surgem nos dados coletados.

Além da análise frequencial e temática, está da mesma forma contemplada a análise do tipo valorativa (BARDIN, 1977). As categorias teóricas e analíticas foram relacionadas e aprofundadas a partir da revisão teórica, tendo por base o problema e as questões de pesquisa que norteiam esta investigação, além das categorias do método.

A tese está dividida entre quatro capítulos, sendo o primeiro constituído pela presente introdução. O capítulo que segue, sob o título **A teoria e o método em Marx: introdução ao pensamento marxiano a partir das três fontes do marxismo** faz uma abordagem sobre a teoria e o método em Marx, apresentando a trajetória do pensamento deste autor, a partir da sua própria produção, articulada a autores que compõem a tradição marxista. Tendo em vista que o método compõe o próprio objeto de análise, tornou-se imprescindível a construção de um capítulo específico para pontuar a abordagem desse tema, considerando, também, os diferentes “marxismos” que compõem o que Netto nomeia de “tradição marxista” (1989).

O capítulo 3, intitulado **O Serviço Social e a interlocução com o pensamento marxiano e a tradição marxista no Brasil: elementos de um processo em movimento** é dedicado à trajetória do pensamento marxista nos marcos teóricos do Serviço Social. Com isso, problematizou-se o processo de aproximação e incidência desta matriz do pensamento social sobre os fundamentos profissionais, subsidiando-se em uma perspectiva histórica, considerando esse processo como um movimento ainda não superado.

Por fim, o quarto e último capítulo, **A mediação da teoria e do método em Marx e a formação em serviço Social: a análise em questão** expõe o resultado da análise dos dados coletados, estando dividido em quatro subcapítulos: adoção da teoria social crítica nos projetos político-pedagógicos; a questão social: eixo articulador da formação profissional; a centralidade da categoria trabalho como eixo organizador da vida social; a direção social da profissão; e, por fim, o perfil profissional crítico.

Finalmente apresenta-se as conclusões, as referências bibliográficas utilizadas, assim como os apêndices A, B, C e D.

## 2 A TEORIA E O MÉTODO EM MARX: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO MARXIANO A PARTIR DAS TRÊS FONTES DO MARXISMO

O debate sobre a forma mais adequada de apresentar o conjunto do pensamento de Marx é algo que provoca muitas controvérsias entre aqueles que estudam ou que se identificam como marxistas. Trata-se de um caminho tortuoso sujeito aos mais diversos juízos, algo certamente explicável se for considerado que todo o trabalho teórico-científico elaborado por este autor, que gerou tantos debates e tantas polêmicas, provocou inúmeras mudanças no mundo e enfrentou forças poderosas que dominavam a economia e a política deste mundo. Ademais, por tratar-se de uma obra densa e complexa, sua riqueza provoca múltiplas interpretações. Por contestar o instituído e por desocultar suas raízes e contradições, foi perseguido e continua gerando resistência na política, na filosofia, na academia, na economia e em todos os espaços onde o projeto de sociedade contra-hegemônico está em debate.

Está na essência do marxismo a ideia de uma teoria social que visa não somente analisar este mundo, diferentemente do modo que os filósofos tradicionais o fizeram, de maneira contemplativa. O objetivo do marxismo, ao contrário, implica transformar a sociedade. Além disso, uma abordagem sobre a questão do método em Marx não pode se restringir somente ao aspecto filosófico de sua teoria, como um instrumento que apresenta um caminho para a pesquisa e o conhecimento, ou o *como fazer imparcial* de um método que oferece os procedimentos necessários à ciência, na medida em que este método é profundamente articulado com a teoria da revolução e a perspectiva transformadora do real. Para uma abordagem metodológico-filosófica de qualquer estudo sob a perspectiva do método em Marx, é necessário pressupor três elementos fundamentais que compõem o conjunto do trabalho teórico-científico marxiano de modo totalmente indissociáveis: a filosofia, a economia e o socialismo. A indissociabilidade destes três aspectos é a diferença entre o marxismo e as demais teorias científicas.

Ao fundar a ciência da História, Marx percebeu que a luta de classes é o elemento determinante do movimento da história, e que a luta de classes sempre foi impulsionada por suas relações econômicas que, por sua vez, correspondem ao grau de domínio do homem sobre a natureza. Esta que, aparentemente demonstra ser uma simples constatação sobre a História, retrata o grande salto dado por Marx



no mundo da ciência. Marx não só fundou uma nova ciência da História, como também mostrou a conexão indissociável entre os homens e a natureza. A perpetuação da raça humana passa pelo intercâmbio com a natureza, sendo que esta relação se dá pela produção dos meios de subsistência e de instrumentos de trabalho que formam a base para a organização social entre os homens. Esta relação entre homem e natureza, onde se produz a base material para a sociabilidade humana, é para o materialismo histórico-dialético a raiz da consciência humana, é onde se forma o ser social.

As diferentes descobertas científicas de Marx, ao longo de sua vida, foram ocorrendo através de saltos teóricos com relação aos autores que serviram de influência para a construção do seu pensamento. Como afirma Marcuse (1984), todos os conceitos filosóficos marxianos são na verdade categorias econômicas e sociais, diferentemente da forma como se apresenta o sistema lógico de Hegel, filósofo que foi uma das grandes referências de Marx. Na sua juventude, seus primeiros escritos sob a influência hegeliana logo deram lugar a uma superação<sup>7</sup> ao idealismo dialético de Hegel. Essa superação ocorreu através da aproximação do materialismo feuerbachiano. Como refere Robaina:

Diante do idealismo e da ideia tão em voga na época de que o espírito domina o mundo, de que a ideia forma a realidade, o pensamento determina o ser, a filosofia materialista é a antítese que afirma o primado da matéria sobre o espírito (ROBAINA, 2013, p. 89).

Contudo, nas Teses sobre Feuerbach de 1845, Marx faz sua crítica ao materialismo defendido por este autor, criticando-o por se limitar em apreender o objeto somente na sua forma intuitiva, negando o movimento do real, ou seja, a essência prática da vida social. Da mesma forma ocorreu em relação à Escola Clássica dos economistas ingleses; seus estudos serviram de subsídio para a pesquisa de Marx que culminou na elaboração de *O capital* e na de outras obras econômicas. Vários conceitos científicos trabalhados por Adam Smith e David Ricardo foram aceitos por Marx, já outros foram superados. Portanto, é correto afirmar que a teoria do valor elaborada pelos economistas ingleses passa pela construção científica de Marx através de um processo de rejeição, como apresenta

---

<sup>7</sup> Embora Marx assimile de Hegel elementos relativos ao movimento do real e os supere no sentido dialético (superado e guardado).

os primeiros textos, seguido de uma aceitação e superação<sup>8</sup>, algo que se pode constatar em suas últimas obras econômicas (COUTINHO, 1997).

O materialismo histórico e dialético foi construído de modo contínuo, com rupturas ou saltos, razão pela qual é necessário apresentar estes três elementos constitutivos do marxismo, mas não através de uma ordem cronológica ou por etapas, mas como elementos determinantes e constitutivos de uma obra complexa e que, sem dúvida, impõe múltiplas questões ao debate. Reconhecendo que a polêmica está intrínseca à sua genuinidade subversiva, a introdução do pensamento marxiano seguirá o caminho metodológico já desenvolvido por outros pensadores que compõem a chamada tradição marxista, procurando, dentro do possível, ser fiel à obra de Marx.

O conjunto do pensamento de Marx pode ser apresentado a partir das três principais fontes de influência que subsidiaram a sua produção teórica, fontes que estão assentadas nas principais correntes de ideias do século XIX, pertencentes aos países ocidentais que apresentavam avanços condizentes à política, à economia e à filosofia neste período. Resumidamente, as fontes de influência que levam a três grandes grupos de pensamento dialeticamente fundidos na produção de Marx são: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. O resultado da aproximação de Marx a estas importantes fontes do conhecimento da época fundamentou a composição da obra marxiana, que pode ser dividida, somente para fins didáticos, nas seguintes partes: a filosofia materialista dialética, a crítica da economia política burguesa e o socialismo científico.

É imprescindível destacar que, somada a estas três influências básicas, Marx dedicou-se a um estudo detalhado e profundo da história dos diferentes países, assim como das condições de vida da classe trabalhadora da sua época, a partir de rigorosa pesquisa empírica. A sua militância direta nas organizações dos trabalhadores e na produção de artigos jornalísticos também soma a essa formação elementos de experiência concreta de reflexão-ação na vida política de seu tempo, o que também pode ser destacado como um diferencial. Desta forma, Marx demonstra que a ação concreta não se separa da teoria. Essa conclusão é resultado de sua experiência objetiva. A própria separação entre o método de investigação e exposição mostra a preocupação do autor com a comunicação adequada de

---

<sup>8</sup> A síntese dialética realiza exatamente esse movimento, guardando elementos da tese e da antítese na nova tese, mas de modo superado.

processos e resultados da investigação, tanto a pesquisa como processo de desocultamento do real, como a sua socialização de modo particular, são preocupações constantes de Marx.

A presente tese não pretende exaurir o tema, longe de ter esta pretensão, o objetivo do capítulo se limita a trazer em linhas gerais esses aspectos para subsidiar os capítulos que se seguirão apresentando diretrizes para a análise sobre como o método em Marx tem sido trabalhado na formação profissional em Serviço Social.

## 2.1 A FILOSOFIA MATERIALISTA DIALÉTICA

Marx, no prefácio da segunda edição de *O capital*, apresenta neste parágrafo a diferença entre o método de pesquisa e o método de exposição:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 2011a, p. 28).

A realidade, na sua imediaticidade, não pode ser apreendida na sua essência. Para a superação da imediaticidade é necessário o subsídio de um método científico que acompanhe seu o movimento e suas múltiplas determinações. O método, neste caso, orienta a apropriação dos aspectos presentes nos diferentes fenômenos que integram a realidade a ser estudada. Podem-se buscar com isso todas as informações que integram estes fenômenos, as condições materiais, os dados históricos, a expressão dos sujeitos, identificando contradições e interconexões, ou seja, capturando os múltiplos determinantes que o conformam, assim como as múltiplas formas de expressões do real. Parte-se, assim, para uma análise mais aprofundada das conexões destes fenômenos, identificando com quais outros fenômenos se encontram, se chocam e se modificam. Desse modo, é necessário encontrar a unidade entre as partes estudadas, atribuindo-lhes coerência e ressignificando o objeto de investigação a partir das interconexões.

Em Hegel, Marx e Engels viram na dialética “a mais vasta, mais rica e a mais profunda doutrina da evolução, uma imensa aquisição da filosofia clássica alemã”

(LÊNIN, 1980, p.20). O capitalismo na Alemanha, na época de Hegel, era pouco desenvolvido. O fim do feudalismo ocorreu não por insurreição de uma burguesia local como ocorreu na França, mas por uma invasão exterior. A Alemanha, diferente da França e da Inglaterra, surgiu como um país dividido em pequenos Estados e sem um grande capital para controlá-los, um país onde as grandes revoluções e mudanças políticas ocorriam somente nos países vizinhos, restava aos alemães o fascínio pela filosofia<sup>9</sup>.

O pensamento era a ocupação dos grandes alemães, a ideia era-lhes apresentada como dona do mundo, a revolução do pensamento como meio de revolucionar o mundo. Quanto mais a realidade era exígua e miserável, mais o pensamento procurava elevar-se (KAUTSKY, 1979, p.41).

O filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831), junto a outros pensadores como Schiller, Goethe, Kant e Fichte, produziu o que houve de melhor no campo da filosofia. Hegel teve a genialidade de criar um sistema que, pela primeira vez, apreende o mundo a partir do seu movimento; parte do entendimento de que tudo está em processo e desenvolvimento, nascimento e morte, em constante devir, retratando, assim, a caducidade das coisas. A dialética neste sentido mostrou-se como um contraponto à metafísica<sup>10</sup>, pensamento dominante na filosofia até então. Contudo, Hegel ainda mantém o caráter metafísico em sua análise, na medida em que não parte do real, mas do absoluto e a ele retorna. O sistema de Hegel investe sua análise sobre o próprio movimento das coisas e não nas coisas em si estáticas. Com base nessa perspectiva, a natureza e a sociedade são estudadas sob um novo método capaz de acompanhar pelo pensamento o movimento do real. A dialética é a lei geral do movimento, tanto no pensamento, quanto no mundo exterior.

---

<sup>9</sup> O próprio Marx refere-se à Alemanha como um país atrasado, pelo fato de não ter realizado uma revolução tal qual ocorreu na França. Em um dos seus escritos, Marx refere-se à filosofia alemã por sua superação da própria realidade do país. “Assim como as nações do mundo antigo viveram a sua pré-história na imaginação, na mitologia, assim nós, alemães, vivemos a nossa pré-história no pensamento, na filosofia. Somos os contemporâneos filosóficos da época atual, sem sermos os seus contemporâneos históricos. A filosofia alemã constitui o prolongamento ideal da história alemã” (MARX, 1998, p. 150).

<sup>10</sup> “Para o metafísico, as coisas e as suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após o outro, de *per si*, como dado e perene. Pensa só em antíteses, sem meio-termo possível; para ele, das duas uma: sim, sim; não, não; o que for além disso sobra. Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. O positivo e o negativo excluem-se em absoluto” (ENGELS, 1981, p. 46-47).

Somente seguindo o caminho da dialética, não perdendo jamais de vista as inumeráveis ações e reações gerais do devir e do perecer, das mudanças de avanço e retrocesso, chegamos a uma concepção exata do universo, do seu desenvolvimento e do desenvolvimento da humanidade, assim como da imagem projetada por este desenvolvimento nas cabeças dos homens (ENGELS, 1981, p. 49).

Em 1837, aos 19 anos, Marx já matriculado na Faculdade de Direito de Berlim, aproxima-se da filosofia hegeliana a fim de organizar suas ideias sobre o Direito, concluindo que sem um sistema filosófico não poderia avançar em seus estudos jurídicos. Adentrou no sistema dialético de Hegel, porém esbarrou no seu idealismo. Para Lefebvre (1966, p.97), “Hegel coloca no vértice da sua doutrina filosófica a ideia absoluta”. A ideia para Hegel é Deus, algo que existe antes dos homens, antes da história e antes do mundo. A ideia vem antes de tudo. A ideia é o ser absoluto, é o conhecimento perfeito. “A ideia não é mais que a ciência pura” (LEFEBVRE, 1966, p.97). O pensamento em Hegel não era constituído de imagens abstratas da realidade, mas sim projeções oriundas dessa “ideia” já pré-existente.

Em contraposição ao idealismo hegeliano, Marx elaborou uma crítica que supera o sistema de Hegel. No livro *A ideologia alemã* Marx acentua suas discordâncias à filosofia alemã, esclarecendo que sua proposta de método parte do que é real, não o real produzido pelo pensamento, mas o real produzido pelos homens, pois a consciência é a consciência do homem que atua, consciência desta atividade, e não ao contrário como defendia Hegel. As categorias em Hegel eram puramente filosóficas, enquanto que em Marx as categorias eram consideradas determinações do ser, eram econômicas e sociais (ROBAINA, 2013, p.104).

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência (MARX; ENGELS, 1980, p. 26).

O idealismo hegeliano, criticado por Marx, consiste fundamentalmente na argumentação de que a ideia é o eixo transformador da história. O homem, a partir de sua consciência, torna-se um ser autônomo. Marx rejeita esta tese, pois entende que a consciência humana não é formada por uma Ideia Absoluta. Assim, parte da premissa que são os homens reais, de carne e osso, assim como as suas atividades produtivas que determinam a sua consciência. Com isso, Marx conclui “Resultam,

portanto da forma como atuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e da sua vontade” (MARX; ENGELS, 1980, p.24-25).

Na base deste conceito está a premissa do materialismo; como o próprio Marx explica, a estrutura social e política da sociedade são determinadas de acordo com o nível de evolução das forças produtivas, ou seja, do que a humanidade produz materialmente: “A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1980, p. 25). A materialidade, nesse sentido, é compreendida enquanto parte determinante das relações sociais, assim estendendo-se aos níveis legais, políticos e ideológicos da sociedade. Marx usa a seguinte metáfora: “(...) a filosofia alemã desce do céu à terra (...)” (MARX; ENGELS, 1980, 26) para explicar que o idealismo se detém ao que os homens pensam, a sua imaginação e suas representações. A dialética associada ao idealismo, portanto, está de cabeça para baixo:

A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É preciso pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico (MARX, 2011a, p. 29).

Brohm (1979) argumenta que a dialética defendida por Marx é uma negação da negação da dialética hegeliana, ou seja, uma superação. A dialética em Marx é revolucionária, pois expressa uma teoria da revolução permanente, enquanto que em Hegel é conservadora. Em Marx, a história humana é a história da luta de classes, é a história dos homens reais, do desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução da vida social; e a dialética é o instrumento para impulsionar a classe trabalhadora à revolução. Em Hegel, a mesma justifica a ordem vigente, tendo em vista que, para Hegel, tudo que é real é racional, ou seja, deve ser preservado.

Da dialética hegeliana à dialética materialista, marxista, há um processo ininterrupto de unidade-ruptura, de aprofundamento crítico, da mesma maneira que a revolução proletária é a continuação dialética (negação da negação) da revolução burguesa. A revolução proletária leva as coisas até o fim (abolição das classes e do Estado) e começa no ponto em que se deteve a revolução burguesa (o limiar da propriedade privada dos meios de produção e o átrio de entrada do Estado burguês) (BROHM, 1979, p.17).

O rompimento de Marx com idealismo de Hegel só ocorreu devido à sua aproximação ao materialismo defendido por Ludwig Feuerbach. Como explica Engels (1988), a trajetória de Feuerbach é de um hegeliano que em certa altura rompe completamente com o Sistema de Hegel. Em *A essência do Cristianismo*, publicado em 1841, Feuerbach apresentou ao público sua defesa teórica do materialismo, entrando em choque direto ao idealismo hegeliano que tinha hegemonia no campo da filosofia naquela época. Para Engels, o materialismo se expressa da seguinte forma nesta obra:

La naturaleza existe independientemente de toda filosofía; es la base sobre la que crecieron y se desarrollaron los hombres, que son también, de suyo, productos naturales; fuera de la naturaleza y de los hombres, no existe nada, y los seres superiores que nuestra imaginación religiosa ha forjado no son más que otros tantos reflejos fantásticos de nuestro propio ser (ENGELS, 1975, p.387).

Segundo Marx, para Feuerbach não há uma “Ideia Absoluta” anterior a todos nós, anterior ao mundo. A consciência e o pensamento humano são única e exclusivamente produtos da vida real. E é nessa fonte que Marx se subsidia para constituir a sua dialética materialista. Ele absorve o materialismo de Feuerbach contestando alguns elementos. Nas chamadas *Teses sobre Feuerbach*, de 1845, Marx acusa este autor de ignorar “a própria atividade humana como atividade objetiva” (MARX, 1978, p.51). Diz, com isso, que o materialismo feuerbachiano se restringe a captar os objetos na sua aparência estanque, sem movimento, desconsiderando o processo que envolve as coisas.

Marx na IV tese cita como exemplo a explicação de Feuerbach sobre religião. O mesmo está correto ao afirmar que a religião se explica pelo seu fundamento terreno e não ao contrário, como afirmam os idealistas. O seu erro está em não explicar as necessidades materiais humanas que implicam a necessidade da criação da religião. Para Feuerbach, a religião se explica pela essência humana e não como um produto da vida social. Feuerbach estaciona na intuição, não consegue evoluir até a sensibilidade como atividade humana prática. Para Marx, embora Feuerbach parta do homem concreto, parte de um homem idealizado<sup>11</sup> e, portanto, mantém ainda traços do idealismo (MARX, 1978).

---

<sup>11</sup> Esse é um ponto fundamental da diferença entre Feuerbach e Marx no que tange à concepção de homem. Em Feuerbach, o homem é um ser idealizado, é a encarnação do Deus na terra, enquanto que em Marx os homens são reais, de carne e osso (MARX, 1978).

Em suma, a superação de Marx em relação à Hegel está na construção de um pensamento subversivo. As categorias hegelianas estão a serviço da manutenção de uma ordem vigente, enquanto que em Marx estas se concentram na negação da ordem, ou seja, visa à construção de uma nova ordem societária. “A teoria de Marx é uma crítica, no sentido de que todos seus conceitos são uma acusação à totalidade da ordem existente” (MARCUSE, 1984, p. 239-240).

### **2.1.1 O método da crítica à economia política**

É importante demarcar que Marx não chegou a escrever uma obra específica sobre o método dialético, porém esteve mediado nas elaborações que se evidenciam no conjunto de sua obra. O ponto mais alto desta mediação se deu na sua obra considerada a mais importante: *O capital*. Porém, é na conhecida “Introdução”, datada de 1857, que Marx melhor sistematiza os elementos centrais do método, os quais foram centrais para o estudo da sociedade burguesa que tão bem foi realizado por este autor (NETTO, 2009a). Contudo, é importante demarcar que diversos elementos deste método já estavam presentes em suas obras de juventude.

Ao explicar o método da economia política (2011), Marx inicia sua exposição demarcando que, aparentemente, a melhor forma de entender a economia política de um determinado país é iniciar a análise a partir do real e do concreto, que é o pressuposto efetivo. Com isso, cita como exemplo o início pela população, para o caso da economia política. Em seguida esclarece que, apesar de ser o método tipicamente utilizado pela maioria dos economistas de sua época, há um erro fundante nesta escolha, pois a população por si só é uma categoria resultante de inúmeras determinações, nas palavras dele “é um todo caótico” (MARX, 2011b, p. 54), pois ignora as classes que constituem e que, ao serem ignoradas, tornam esta categoria um termo vazio que não pode ser ainda passível de conceitualização. Para ter acesso a estas determinações, Marx esclarece seu método de análise, que deve primeiro decompor todos os seus elementos chegando a determinações cada vez mais simples. A partir deste ponto, então, fazer a viagem de retorno, voltando novamente à população, não mais como um conceito intuitivo, mas um conceito rico em determinações e relações.



Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado (chegaria) a conceitos abstratos (Abstrakta) cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (MARX, 2011b, p. 54).

O movimento do pensamento dialético parte de um concreto intuitivo para o abstrato na análise de um determinado objeto. Nas próprias palavras de Marx, “é intuitivo e representativo” (MARX, 2011b, p. 54). Portanto, é imprescindível a negação da sua imediatez. Este movimento de negação se aplica ao próprio objeto de análise, qualquer que seja ele expresso no real, que é abstraído e decomposto em seus elementos constitutivos para que, em um novo movimento de abstração, estes elementos sejam unificados no pensamento num processo de síntese e assim elucidando suas relações e sua essência. Netto presta uma contribuição precisa sobre este momento do processo de conhecimento a partir da abstração:

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador (NETTO, 2009a, p. 648).

Justamente após o pensar analítico neste processo de abstração, se faz a volta ao concreto, não mais ao mesmo concreto, caracterizado pelo próprio Marx como um todo caótico, mas a um concreto pensado, desmistificado, pois seus elementos determinantes foram dissecados até chegar a determinações mais simples. Os elementos que vem à tona, a partir deste processo, não são partes fragmentadas sem elos de comunicação; são partes constitutivas de uma totalidade dinâmica em infinito processo de devir<sup>12</sup>. O resultado é a totalidade concreta rica de sentido e conceitualizada, que, por ser processual, é capturada sempre como totalização provisória.

---

<sup>12</sup>“A dialética considera todas as coisas em seu devir” (GADOTTI, 1983, p. 25). Deste conceito, compreende-se a processualidade da vida, da sociedade, da natureza. Tudo acontece e está por acontecer. A infinitude e o inacabado são características intrínsecas à dialética.

No texto “Introdução à Crítica da Economia Política” Marx dá outros exemplos e indicações de seu método. Ao falar de produção, esclarece que se trata não da produção geral, genérica, pois esta seria somente mais um exemplo de abstração: “Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção geral é uma abstração” (MARX, 2003, p. 227). Marx parte da realidade concreta, ou seja, de uma determinada produção em um determinado período histórico: do modo capitalista de produção. Portanto, ao falar de produção, Marx fala da produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, considerando todos os fatores que influenciam e determinam a vida social desta época, como também a síntese de trabalho passado acumulado. Ou seja, Marx analisa os processos durante um período de tempo determinado, não processos atemporais e, portanto, sem história.

Retornando ao texto anterior, O método da economia política, Marx conclui que a análise desta sociedade permite também compreender os modos de produção passados, sobre os quais o capitalismo se solidificou. Marx estabelece uma comparação com a evolução da espécie humana:

A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de forma superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga, etc. (MARX, 2011b, p. 58).

A análise de categorias mais simples, presentes em sociedades anteriores, pode ser explicada a partir do contexto do último modo de produção – o capitalista – pois no capitalismo estas se encontram em um nível superior de desenvolvimento, apresentando fenômenos e determinações antes não desenvolvidas. É na sociedade burguesa, por seu grau superior de desenvolvimento das forças produtivas, que se permite perceber a estrutura e as relações de produção dos modos de produção que a antecederam.

Desse modo, se parte dos dados concretos no presente para que, com isso, sejam retomados os processos sociais passados. Contudo, este retorno ao passado não se caracteriza por uma simples recuperação cronológica, etapista e desconectada. Este movimento de abstração deve considerar os múltiplos determinantes que compõem cada período. O trabalho, como era desenvolvido nos modos de produção anteriores, se desenvolvia de uma forma rudimentar se

comparado com o modo de produção capitalista. A caracterização de como o trabalho se configurava em tempos passados deve compreender as condições históricas que levaram a determinadas formas de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. E ressalta-se, ao desenvolver o trabalho o homem desenvolve-se no processo, ou seja, a própria humanização compõe esse processo.

Este caráter processual da história, revelada através dos estudos marxianos, resulta ainda na conclusão de que a transformação também é inerente à sociedade. Através das forças produtivas, os homens estabelecem determinadas relações de produção de suas condições de vida em sociedade. Conforme vão se desenvolvendo as forças produtivas, as relações de produção também se modificam. Porém, ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, impulsionando a sociedade a uma época de revolução, como aconteceu com os modos de produção anteriores ao capitalismo.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social (MARX, 2003, p. 5).

Deste modo, é possível concluir que todo e qualquer período histórico passou ou passará por processos de transformação, dissolvendo relações que até então são consideradas permanentes e imutáveis. As condições que levarão a esta mudança se forjarão no seio da própria sociedade capitalista: “(...) nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2003, p. 6). A história como categoria de análise deve ser considerada, neste caso, como historicidade, “(...) como reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais” (PRATES, 2000, p. 2), ou seja, a transformação sempre fez parte da história humana e a história deve ser considerada como algo inacabado.

### 2.1.2 Categorias e leis da dialética

Marx escreveu em Miséria da Filosofia que as categorias são apenas expressões teóricas do movimento histórico das relações de produção, portanto devem acompanhar o próprio movimento da realidade, expressado a sua transitoriedade. Neste sentido, a historicidade é de caráter intrínseco às categorias dialéticas (MARX, 1982, p.103).

Segundo Cheptulin (1982), as categorias e as leis da dialética antes de tudo expressam as leis universais do ser, as suas conexões e os aspectos da realidade objetiva. Ao mesmo tempo, apresentam algumas diferenças importantes ao expressarem o objeto refletido. As leis dialéticas dão conta das interconexões universais, enquanto que as categorias refletem as propriedades e conteúdo do objeto de estudo, sem com isso, esgotá-lo. As categorias somente fixam características específicas e essenciais que as diferenciam de outras categorias. Além disso, as categorias incorporam em seu conteúdo as leis que lhes correspondem, pois, as leis não se referem a objetos de estudo autônomos, mas determinados. Em resumo,

A diferença entre as leis e as categorias concerne igualmente às formas do reflexo. As leis da dialética, assim como as leis de qualquer outra ciência, são juízos, enquanto que as categorias são uma forma particular de conceitos (CHEPTULIN, 1982, p. 345).

Cury (2000) destaca que as categorias não possuem um fim em si mesmas, pois tratam-se unicamente de um instrumento de análise da realidade para retratar um determinado contexto social. As categorias são possuem sentido no fenômeno que é objeto de compreensão, logo são determinadas pelos seus agentes, pelo seu período histórico e contexto econômico, político e social. São, portanto, conceitos filosóficos, políticos, econômicos ou sociais que acompanham a fluidez da realidade e não modelos de estruturas isoladas ou modelos petrificados. Tendo em vista que a realidade é dinâmica, as categorias dialéticas que tentam representá-las também o são.

As categorias não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se

dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideradas isoladas, tornam-se abstratas (CURY, 2000, p. 22).

Vejamos a categoria da contradição. Trata-se de um reflexo do real. Para Lefebvre (1983, p. 192), “A contradição dialética (...) deve ser encarada como sintoma da realidade”. Porém, não se resume a isso. Ela é intrínseca à existência dos fenômenos, pois é a origem do seu movimento e desenvolvimento. A contradição em si é insustentável, portanto deve ser superada, pois as partes que a compõem traduzem uma relação de conflito e de luta. Simultaneamente, a existência de cada uma se faz essencial para a existência da outra. O fim da contradição é o fim da vida. A superação da contradição é o percurso natural do devir, é a sua tendência em transformar o choque entre duas partes em algo superior.

Na contradição, as forças em presença se chocam, se destroem. Mas em suas lutas, elas se penetram. A unidade delas – o movimento que as une e as atravessa – tende através de si para algo diverso e mais concreto, mais determinado; e isso porque esse “terceiro termo” compreenderá o que há de positivo em cada uma das forças contraditórias, negando apenas seus aspectos negativos, limitado e destruidor (LEFEBVRE, 1983, p. 194).

Em *O manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels acentuam para a grande contradição da sociedade capitalista: a luta de classes. Burguesia e proletariado coexistem no mesmo espaço, dependentes uma da outra para sua existência. A burguesia, para acumular capital, precisa do proletariado que produz a mais-valia; o proletariado, para manter sua sobrevivência, não encontra outra forma senão vendendo sua força de trabalho à burguesia (MARX; ENGELS, 1998); ambas se retroalimentam. Do mesmo modo, salientando que esta contradição não é imutável ou perpétua, Marx defende que esta condição deverá ser superada através de uma transformação da sociedade por modos superiores de produção, assim como ocorreu em outras épocas: o feudalismo superou o escravagismo, o capitalismo superou o feudalismo, agora caberia a superação do capitalismo pelo socialismo levando a sociedade a outro estágio qualitativo. Como a contradição em si é insustentável e deve ser superada, quando sua superação se inviabiliza estamos diante da inconsistência e da destruição. Por isso Marx e Engels (1998, p.8) definiram logo no início do Manifesto que a luta de classes “terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito”.

Esta existência dos contrários é a propulsora das mudanças, pois “cada realidade no seu devir é limitada por outra, e assim a totalidade é sempre aberta a novas determinações” (CURY, 2000, p.30). A superação da contradição não significa a eliminação dos elementos que impulsionaram o movimento de mudança, pelo contrário, estes estarão presentes neste novo momento, só que num outro patamar:

O superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do resultado superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através da sua negação (LEFEBVRE, 1983, p.231).

A contradição, enquanto categoria de análise do real, possibilita a apropriação pelo pensamento da totalidade sobre novos rearranjos. Marx, ao compreender a sociedade burguesa a partir da luta de classes, considerando ser esta uma etapa caracterizada pela simplificação do antagonismo de classe, a compreendeu a partir de outros determinantes, como, por exemplo, a exploração da classe trabalhadora e a única possibilidade de superação desta opressão através da tomada de consciência e da atitude dos próprios trabalhadores (MARX; ENGELS, 1998).

A consciência da contradição é o momento em que a contradição se torna princípio explicativo do real. A reflexão sobre o real torna-se o momento em que o homem descobre as contradições existentes no real. Pela reflexão, a natureza dialética do real encontra, na consciência da contradição, sua expressão subjetiva, e também a possibilidade de uma interferência no real (CURY, 2000, p. 32).

Como afirma Robaina (2013), foi Hegel que descobriu que a contradição é a determinação propulsora do desenvolvimento, ou seja, é o que tudo move a partir de coexistência de dois lados contraditórios, que a partir dessa luta, entram em fusão criando uma nova categoria. Seguindo esse caminho, Marx resgatou esta categoria situando-a como eixo fundamental da sua elaboração. No livro *O capital*, o método de exposição de Marx para explicação do modo de produção capitalista se desenvolve através de contradições. A leitura dos fenômenos a partir da contradição fica explícita na exposição de conceitos econômicos, muitas vezes abordados sobre o seu duplo aspecto, como é o caso do valor (valor-de-uso e valor-de-troca), do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato) e do capital (capital constante e

capital variável). Além de outros fenômenos que, a partir de sua relação mútua, expressam essa luta dos contrários: dinheiro e mercadoria, compra e venda, trabalho necessário e trabalho excedente, entre outros (ROBAINA, 2013).

Outra categoria essencial da dialética é a mediação. Essa categoria cumpre a função integradora, pois as contradições não atuam de forma independente. Estas compõem uma totalidade e estão mediadas, isto é, interligadas, conectadas e reciprocamente determinadas. O concreto analisado que ignora esse movimento e suas interconexões é o mesmo concreto referido anteriormente: desconhecido, a-histórico, pobre de reflexões. Neste caso, a mediação:

É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (PONTES, 2010, p. 81).

Assim como as demais categorias, a mediação é uma categoria filosófica, ou seja, relativa ao pensamento, mas que só tem sentido quando expressa o real. Assim é a dialética na produção marxiana, não aparece enquanto uma estrutura independente, mas está sujeita à crítica da economia política elaborada por Marx. Por exemplo, ao iniciar a exposição sobre o modo de produção capitalista a partir de uma categoria simples, a mercadoria, Marx passa a construir uma série de conexões lógicas, abstraindo dessa categoria suas múltiplas determinações e interconexões até chegar a sua totalidade: o capital (ROBAINA, 2013).

Cury (2000) afirma que a mediação busca captar o vínculo que há entre os diferentes momentos de um todo. O todo é um conjunto de fenômenos que se determinam mutuamente. Nesse sentido, a mediação trata de não isolar esses fenômenos, pois cumpre o papel de ponte entre os mesmos, expressando assim a continuidade que relaciona esses processos. Dessa forma, se afirma a importância da mediação para o alcance de uma consciência crítica que não reproduza a estrutura ideológica dominante. Sem a mediação, não se atinge a concepção de totalidade, a única capaz de desvendar os mecanismos de exploração social entre classes.

Kosik (2011) reforça que, para uma compreensão dialética da realidade, é preciso superar o conhecimento sistemático do racionalismo e do empirismo,

caracterizado pela forma linear de pensar, de somatória de fatos. Ao contrário, o pensamento dialético se movimenta em uma espiral, de interconexão e relação recíproca dos conceitos, de mediação do todo para as partes e das partes para o todo.

É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral, no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade (KOSIK, 2011, p. 50).

A totalidade também é uma categoria que compõe o Sistema hegeliano que foi revisto por Marx. Para este, a totalidade concreta, além de ser produto do pensamento, do ato de conceituar, é antes de tudo, reflexo do modo como a cabeça pensante se apropria do mundo, não sendo fruto da intuição ou da representação, o que pressupõe uma cadeia de mediações que articula a estrutura do pensamento (MARX, 2011b). Outrossim, a totalidade representa um conjunto de contradições a princípio indefinidos ao pensamento, pois formam uma unidade a partir de uma diversidade de fatores. Ou como define Brohm (1979, p.79): “A totalidade concreta é, portanto, uma unidade ricamente diversificada de fatores concretos-abstratos, em que há uma dupla mediação recíproca dos contrários (...)”. Ademais, para Hegel, o todo é o verdadeiro, pois é o concreto resultado da síntese de múltiplas determinações (BROHM, 1979). Contudo, não representa o fim, uma vez que o princípio da negatividade se encarregará de reiniciar todo o processo.

Na contribuição de Kosik, a totalidade é a própria realidade, que nas palavras deste autor é: “Se é um conjunto de fatos, de elementos simplíssimos e até mesmo inderiváveis, disso resulta, em primeiro lugar, que a concreticidade é a totalidade de todos os fatos; (...)” (KOSIK, 2011, p. 43). Portanto, a totalidade não pode ser compreendida como o agrupamento de todos os fatos, senão um todo dialético e estruturado no qual se permite compreender racionalmente alguns dos fatos que a compõem, pois não é um método que se pretende exaurir todos os aspectos da realidade. Esta pretensão seria falsa, pois a realidade não está parada no tempo e cada fato que a compõe é infinito em suas propriedades e aspectos, sendo humanamente impossível apropriar-se de todos esses aspectos. Como princípio metodológico, a totalidade permite a apropriação de fenômenos sociais,



que nada mais são do que um momento de um determinado todo, a expressão de um fato histórico, que tem a capacidade de desempenhar uma função dupla:

(...) definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo a mais (KOSIK, 2011, p. 49).

Seguindo o mesmo raciocínio, Hegel considerava o real como a unidade dos contrários, atravessado por inúmeras contradições que atuam como motores do movimento, colocando este real num processo de infinito devir. Neste sentido, o método dialético é a tomada de consciência desse real que acompanha todo o seu movimento ao nível do pensamento. (BROHM, 1979). O movimento, que se apresenta primeiramente no real e depois no pensamento através do método, expressa leis gerais que são, segundo Lefebvre, universais e concretas. Assim, as leis gerais da dialética não são esquemas abstratos, estas só possuem sentido na sua mediação com o particular, sem substituir a investigação e o conteúdo do objeto estudado (LEFEBVRE, 1983). Seguindo o pensamento do mesmo autor, há cinco grandes leis do método dialético, as quais são elas: lei da interação universal, lei do movimento universal, lei da unidade dos contraditórios, lei da transformação da quantidade em qualidade e lei do desenvolvimento em espiral.

A lei da interação universal, ou da interdependência recíproca, refere-se à inter-relação entre todas as coisas, sendo que todas as partes influenciam umas às outras. Nada é isolado, nenhum fato ou fenômeno. Assim sendo, não podem ser explicados isoladamente. Nesse sentido, a lei da interação universal leva a sua análise pelo caminho da mediação entre os determinantes de um fenômeno, assumindo-o em sua totalidade (LEFEBVRE, 1983). Esta lei da dialética é um contraponto ao senso comum, que não consegue analisar os fatos para além da aparência, deste modo, não faz as conexões necessárias para explicá-los de modo verdadeiro. A realidade, nesse sentido, é uma realidade reificada e a totalidade concreta é uma fragmentação ou uma junção de partes sem interconexões.

Também neste caso o bom senso comum trata as coisas de maneira isolada, no seu isolamento. Não consegue pensar as relações complexas. É assim que despreza considerar todos os aspectos de uma coisa, mas sobretudo as suas relações com as outras (BROHM, 1979, p. 51).

Além dos fenômenos que compõem a realidade estarem em interconexão, para a dialética, estes também estão em constante movimento. Segundo a lei do movimento universal, há uma fluidez em todas as coisas por um processo de transformação infinita, através da passagem dos ciclos das contradições. Por esta lei da dialética, nada permanece igual ou intacto. Do mesmo modo que nada se repete, nem na natureza, nem mesmo na história (CHEPTULIN, 1982, p. 167).

Porém, de onde vem a força motora desse movimento? Para a dialética, vem da contradição. Esta categoria do método dialético está vinculada à terceira lei: a lei da unidade dos contraditórios. Esta lei representa a unidade de duas partes antagonistas, que possuem sentidos opostos e que, porém, só existem nessa inclusão. A unidade dos contraditórios, como o próprio nome diz, condiz à reciprocidade de tendências contrárias que não podem existir uma sem a outra.

Possuindo tendências opostas em seu funcionamento, sua mudança, e seu desenvolvimento, os contrários excluem-se reciprocamente e encontram-se em estado de luta permanente; entretanto, eles não são divergentes e não se destroem mutuamente, interpenetram-se e supõem-se um ao outro, o que equivale dizer que eles são unidos e representam a unidade dos contrários (CHEPTULIN, 1982, p. 286-287).

Empregando novamente o exemplo da luta de classes, Marx apresenta a burguesia como o lado positivo e conservador de uma unidade de contrários, quando que do outro lado está o proletariado representado a negação e a subversão dessa contradição. Brohm (1979) explica que Marx apresenta estes dois elementos a partir de sua unidade, que se negam mutuamente, numa luta constante de morte. A burguesia é o lado positivo por querer manter o *status quo*, a acumulação do capital e a opressão sobre a classe operária. O proletariado, nesse sentido, é obrigado a negar tudo e negar a si mesmo. O seu sentido é a abolição das classes sociais. Destarte, é o lado negativo dessa unidade de contrários (BROHM, 1979). Seguindo a lógica dialética, a tendência é a superação destes antagonismos, desfazendo unidades, criando novas contradições.

Assim, as totalidades dialéticas não cessam de fazer-se e desfazer-se numa série de convulsões e transformações revolucionárias, em que as contradições se dilaceram violentamente, em que os seus antagonismos explodem (BROHM, 1979, p.52).

Transformações ou revoluções são processos originários de mudanças quantitativas lentas, que se desenrolaram em mudanças qualitativas efetivas. A lei da transformação da quantidade em qualidade, ou a lei dos saltos, é a que determina este momento preciso do movimento dialético. A mudança de estado qualitativo ocorre quando há um acirramento agudo das contradições. As mudanças quantitativas são habitualmente lentas e contínuas; as mudanças qualitativas, ao contrário, são bruscas e expressam rupturas com as condições passadas. Por esse motivo, a passagem da quantidade para a qualidade é chamada de salto. “O salto é o processo de passagem de uma coisa de um estado qualitativo a um outro que é acompanhado por uma ruptura de continuidade” (CHEPTULIN, 1982, p. 216). Além disso, a superação dialética guarda na síntese elementos da tese e da antítese. Para Lefebvre (1983), a lei dos saltos é para a dialética a lei da ação, pois as transformações não surgem do nada, estas ao contrário, são provocadas e só ocorrem quando há as condições necessárias reunidas para o seu grande salto.

Por fim, a lei do desenvolvimento em espiral, ou da superação, ou ainda, da negação da negação, representa o movimento do real e do pensamento em forma de espiral, que se dá em círculos, mas que não voltam ao mesmo lugar. A cada volta, assumem outro patamar superior, transformando-se em seu contrário. Este movimento em espiral é constante e constitui a essência da negação da negação, pois ao fazer o movimento de retorno ao mesmo ponto de partida, ou seja, a repetição do que já foi transposto, só que sobre uma nova base, formam-se duas negações.

Em decorrência da primeira negação, o fenômeno transforma-se em seu contrário e, em decorrência da segunda, esse novo fenômeno, transformando-se, por sua vez, em seu contrário, repete (sobre uma base nova) o primeiro, o inicial (CHEPTULIN, 1982, p.329).

Engels usa um exemplo da natureza para demonstrar esta lei. Ele descreve um grão de cevada que, ao ser plantado e sobre condições naturais favoráveis, será germinado. Porém, para chegar a esta etapa, precisa deixar de ser grão, ou seja, negar-se. Seguindo o processo natural da planta, esta cresce, floresce, é fecundada e produz novos grãos e segue o seu processo natural: morre, tornando-se negação da sua negação. O produto desta negação da negação é o próprio grão da cevada que servirá de alimento (ENGELS, 1979).

Por fim, enquanto categoria econômica, o trabalho ocupa papel central na formação do pensamento marxiano. É através da categoria trabalho que Marx consegue desvendar os princípios que movem a produção capitalista e as suas consequências na reprodução da sociabilidade humana. Em Hegel, já havia a compreensão de que a divisão do trabalho e a interdependência entre trabalhos individuais e necessidades gerais determinam o grau de desenvolvimento do Estado e da sociedade. Além disso, Hegel também defendia que o nível de desenvolvimento da consciência dos homens é da mesma forma determinado pelo processo de trabalho. Para completar, também é em Hegel que Marx se apoia na unidade entre sujeito-objeto (ou produtor e produto, homem e natureza, consciência e mundo objetivo), enquanto relação que expressa um processo social. Contudo, Hegel não demonstra os processos de reificação e antagonismos aos quais está submetido o sujeito. Ao contrário de Marx, para Hegel os processos de reificação já estão superados. Assim como os antagonismos da sociedade civil são resolvidos pelo Estado Absolutista, todas as contradições são reconciliáveis no próprio pensamento (MARCUSE, 1984).

Para Marx, se a condição primeira da liberdade, em uma sociedade dependente das mercadorias, é a propriedade privada, então o proletariado não é livre, nem sujeito de direitos. Do mesmo modo, se a prática do espírito absoluto se assenta na manifestação da arte e da filosofia, enquanto expressões da essência humana, novamente o proletariado está afastado da sua própria natureza, pois a sua condição de existência não lhe permite dispor de tempo para estas realizações. Portanto, o proletariado, por sua condição, expressa para Marx, a sua própria negação:

O proletariado se origina do processo de trabalho e, nesta sociedade, ele é o sujeito efetivo do trabalho, ou aquele que efetivamente o executa. O trabalho, porém, como o próprio Hegel mostrara, determina a própria essência do homem e a forma social que ela assume. Então, se a existência do proletariado testemunha “a perda completa do homem”, decorrendo esta perda do modo de trabalho sobre o qual se funda a sociedade civil, a sociedade, no seu conjunto, está viciada, e o proletariado expressa essa negatividade total: o “sofrimento universal” e a “injustiça universal” (MARCUSE, 1984, p. 242).

Por conseguinte, na teoria de Marx, o trabalho é a fonte de todo o valor, é o que dá origem a todas as coisas, sendo “o processo de trabalho decisivo para a totalidade da existência humana” (MARCUSE, 1984, p. 251). Então, se a sociedade

é caracterizada pela troca universal de produtos do trabalho, as relações humanas estão governadas pelas leis econômicas. No prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política*, Marx já acentuava que a vida social, política e intelectual se desenvolve sobre uma base estrutural econômica, demonstrando a centralidade que o trabalho ocupa na produção da existência social humana.

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 2003, p. 5).

## 2.2 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A crítica da economia política elaborada por Karl Marx é expressão do período histórico vivido por este autor, sob as influências do pensamento filosófico, político e econômico que se conformou sob as bases da ascensão da burguesia enquanto classe dominante durante o século XVIII. Não foram somente as principais correntes do pensamento desse século que fundamentaram a profunda pesquisa de Marx sobre a economia burguesa. O contexto inglês, onde a grande indústria capitalista estava funcionando a todo vapor, também serviu de importante elemento empírico. A Inglaterra apresentava, mais do que em qualquer outro país, um capitalismo desenvolvido e, de igual modo, o fenômeno da luta de classes em um nível elevado se comparado com outros países europeus, também constitui elemento fundamental de análise.

A construção do pensamento científico de Karl Marx está assentada nas grandes transformações societárias ocorridas no século XVIII, a partir da revolução industrial, das mudanças do modo de produção dominante e das erupções políticas revolucionárias que marcaram o Velho Continente, notadamente na Inglaterra e na França. A natureza do materialismo histórico-dialético só pode ser explicada pelas influências advindas da filosofia hegeliana, do socialismo utópico francês e da economia clássica inglesa. Estas escolas do pensamento, predominantes num período pós-Revolução Burguesa, foram objetos de estudo incansável de Marx, sendo dessa forma fundamentais para compreender a formação do pensamento econômico desse autor.

É reconhecido que o grande estímulo que provocou Marx a percorrer o caminho dos estudos econômicos foi a sua sensibilidade com os problemas gerados pela questão social, já frequentemente manifestos nos seus primeiros escritos, enquanto jornalista da Gazeta Renana. Contudo, foram os clássicos da economia inglesa que, somados ao contexto econômico-social, que se formava principalmente no país que serviu de berço para a ascensão do capitalismo – a Inglaterra –, que lhe forneceram os subsídios necessários para a construção da sua crítica da economia política, que culminou na sua principal obra, *O capital*, publicada em 1867, considerada até os dias atuais umas das mais importantes obras de economia política de todos os tempos.

Com relação à escola clássica da economia inglesa, conceitos relacionados ao trabalho, ao valor e ao dinheiro foram abundantemente trabalhados por Marx a partir da pesquisa sobre os estudos dos maiores expoentes da economia clássica: Adam Smith e David Ricardo. A unilateralidade e os limites da elaboração da escola de Smith e Ricardo foram apontados por Marx em sua crítica à economia política tradicional (LEFEBVRE, 1966).

### **2.2.1 Do jornalismo à crítica da economia política**

Os estudos de Marx sobre a economia política perpassaram quase toda a sua vida, sendo que o interesse por este tema surgiu primeiro da sua atuação como jornalista no jornal *Rheinische Zeitung*<sup>13</sup>. Entre 1842 e 1843, enquanto redator desse jornal, Marx foi chamado a dar sua opinião sobre a lei antifurto de lenhas nas florestas, assim como sobre a propriedade imobiliária na província renana, legislações relacionadas aos cercamentos de propriedades, que até então eram de uso coletivo. Embora o pensamento de Marx nesse período ainda estivesse mais baseado em um sentimento de justiça do que subsidiado por conhecimentos sobre a economia, seus artigos jornalísticos já mostravam uma preocupação a favor das massas despossuídas. Seus artigos para a Gazeta Renana tinham um conteúdo que defendia os direitos sociais usuais dos pobres, nesse caso, o direito à coleta de madeira, item fundamental para a sobrevivência da população (MEHRING, 2013). Foi uma clara demonstração de oposição a uma legislação pró-propriedade privada que se desenvolvia, enquanto que a propriedade comum da terra se esvaía junto ao

---

<sup>13</sup> Gazeta Renana.

feudalismo. Foi nesse período que Marx, como o próprio relatou no Prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política* sentiu pela primeira vez a necessidade de se ocupar das questões econômicas, devido à exigência de exprimir opiniões sobre os chamados interesses materiais.

Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung*, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do Landtag renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polêmica oficial que o Sr. Von Scharper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a *Rheinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre câmbio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas (MARX, 2003, p. 4).

No fim de 1843, Engels apresenta a Marx um texto de sua autoria onde expõe a sua primeira ambientação com a economia inglesa: “Esboço de uma crítica da economia política”. Neste texto, Engels faz uma crítica ao liberalismo econômico e à doutrina de Adam Smith, de David Ricardo e de McCulloch, onde usa como subsídio para a elaboração desse trabalho, a realidade econômica da Inglaterra industrial, país onde vivia e administrava uma fábrica de algodão. Este cenário onde avançava o capitalismo industrial serviu de matéria-prima para Engels escrever este e outros ensaios. Este esboço, apesar de ser objeto de críticas, por apresentar alguns argumentos frágeis sobre a questão do valor, representa a primeira aproximação consistente da dupla Engels/Marx à economia política, já se destacando pela crítica que germinava contra a propriedade privada e, conseqüentemente, ao capitalismo.

Engels opera a junção da crítica da propriedade privada, que ocupou os dois futuros amigos durante dois anos, e a crítica do capitalismo que os ocupará o resto dos seus dias, afirmando que a divisão entre o Capital e o Trabalho resulta inevitavelmente da propriedade privada, e que essa divisão conduz à divisão da sociedade burguesa em classes antagonistas, à divisão da humanidade em capitalistas e em operários (MANDEL, 1980, p. 23).

Além disso, Engels expõe sua simpatia pelas ideias socialistas, principalmente o socialismo francês que serve de inspiração para a elaboração desse trabalho. Essa aproximação ao socialismo se expressa quando defende como solução para os problemas resultantes da concorrência que perpassa o capital, o

trabalho e a propriedade territorial, a abolição da propriedade privada. O trecho que segue ajuda a demonstrar o interesse de Engels pelo socialismo nessa produção:

En esta lucha siempre gana el más fuerte. (...) A primera vista, la tierra y el capital son más poderosos que el trabajo, porque el obrero debe trabajar para vivir y, en cambio, el terrateniente puede vivir de su renta y el capitalista de los intereses que percibe. (...) Ninguna ley, ningún intento de separar la propiedad territorial de la industrial pueden detener este proceso. A menos que se modifiquen totalmente las actuales condiciones fusionando los intereses opuestos y aboliendo la propiedad privada, el proceso continuará (ENGELS, 1969, p. 176-177).

É consenso que este trabalho irá influenciar Marx na condução dos seus estudos econômicos, tendo em vista os temas que Engels aborda no mesmo e que Marx seguirá aprofundando em futuras produções. Por conseguinte, Ernest Mandel (1980) destaca ser importante atentar-se ao interesse de Marx pela questão social. Nos primeiros artigos ainda jornalísticos, Marx se postula como um adversário da propriedade privada, atribuindo a esta a origem das injustiças, fundamentando-se em uma crítica teórica do direito e do Estado burguês que se formava. Desse modo, rompe com a concepção idealista de Hegel sobre o Estado:

Isto é, desde que ele aborda um problema político coerente, a nova legislação sobre o roubo da madeira, ele se choca com o problema das classes sociais: o Estado, que deveria ser a encarnação do "interesse geral", parece agir no interesse somente da propriedade privada, e, para assim fazer, viola não somente a lógica do direito, mas ainda princípios humanos evidentes (MANDEL, 1980, p. 5).

A aproximação com os problemas enfrentados pelos mais pobres faz de Marx um adversário da propriedade privada, buscando resolver estes problemas através do estudo de Rousseau, de Montesquieu, de Maquiavel e, sobretudo, dos historiadores da Revolução Francesa, que farão de Marx um profundo conhecedor dos jacobinos e do socialismo francês. Para Mandel, é difícil determinar o fator decisivo para essa evolução de Marx. A hipótese é que há um conjunto de influências que partem principalmente do clima global causado pela Revolução Francesa e pelas ideias progressistas que dela surgem, somado à atividade de diversos grupos socialistas que se alastraram a partir de então. Além do mais, soma-se a isso o convívio com a realidade da classe operária e sua condição de vida que Marx passa a atentar-se (MANDEL, 1980).



Ademais, a leitura do Esboço revelou à Marx que a crítica da filosofia política de Hegel não era suficiente para criar uma teoria radical da sociedade, a partir de uma simples negação do Estado, capaz de fazer a classe operária tomar consciência da necessidade de uma revolução social. É para encontrar respostas para estas perguntas que Marx então se debruça sobre as obras econômicas, a fim de conhecer a anatomia da sociedade burguesa (MANDEL, 1980).

Sob a perspectiva do materialismo histórico, Marx elabora críticas à escola clássica econômica. Para Marx, a economia deveria ser estudada sob uma perspectiva histórica, algo ignorado pela escola clássica. Para os economistas clássicos, as leis econômicas eram tidas como naturais e eternas, posição condizente com o apoio incontestado desses economistas ao ideário burguês. Ou ainda, como se refere Lefebvre (1966), estes economistas entendiam as leis econômicas como imutáveis, e não como leis da transformação, dissociadas da forma social do seu tempo. Marx acentua o mérito e o erro fundante da análise dos economistas clássicos:

Para eles é imperativo que as formas burguesas da produção configurem formas naturais. Tiverem eles o grande mérito de considerá-las formas fisiológicas da sociedade: formas oriundas da necessidade natural da própria produção, independentes da vontade, da política, etc. São leis materiais; o erro estava apenas em ver na lei material de um determinado estágio social histórico, uma lei abstrata que rege por igual todas as formas sociais (MARX, 1980, p. 19).

Os pensadores da economia burguesa tiveram o mérito de deslocar da esfera da circulação para a produção a origem da riqueza. O resultado final da produção deve ser maior que o conjunto dos elementos que compõem esse processo, e nisso se inclui o valor do trabalho. Contudo, esses economistas foram incapazes de enxergar a mais-valia nesse processo, enquanto um excedente de trabalho que o trabalhador deixa para o capitalista, pois não conseguiram diferenciar o conceito de trabalho de força de trabalho (MARX, 1980). Por não enxergarem as contradições das formações econômicas e sociais, “Assim, o pensamento desses ideólogos passa insensivelmente (...) do estudo dos factos à apologia pura e simples da sociedade burguesa” (LEFEBVRE, 1966, p. 235).

A teoria do valor-trabalho de David Ricardo, a qual compreende que a produção de valores é produto do trabalho, sofreu uma trajetória de rejeição, adesão e superação nas mãos de Marx (COUTINHO, 1997). O salto dado em relação à

economia política clássica ocorreu quando Marx conseguiu perceber os conceitos econômicos sob o ponto de vista da dialética materialista. A influência do materialismo histórico nas análises econômicas de Marx fica bastante clara em uma passagem dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*:

A economia política parte do facto da propriedade privada. Não o explica. Concebe o processo material da propriedade privada, como ele ocorre na realidade, em fórmulas gerais e abstractas, que em seguida lhe servem de leis. Não compreende tais leis, isto é, não demonstra como elas derivam da essência da propriedade privada. A economia política não fornece qualquer explicação sobre o fundamento da divisão do trabalho e do capital e da terra. (...) A economia política nada nos diz sobre até que ponto estas condições exteriores, aparentemente acidentais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário (MARX, 1993, p.157-158).

Para Coutinho (1997), a crítica de Marx a estes economistas está acompanhada de uma nova concepção de homem e de história. Marx concluiu que os estudos desses economistas ignoravam a tensão existente entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, grupos sociais antagônicos devido ao estágio alcançado pelas forças produtivas. Os princípios prevalentes da sociedade burguesa eram por estes transformados em leis naturais e analisados fora do contexto social. Por conseguinte, a naturalização dos homens e das relações sociais sob o ponto de vista da Escola Clássica perdia o seu devir histórico.

Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem, sempre, reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais (MARX, 1982, p. 115).

Como refere Mandel, foi através da mediação do método dialético às questões econômicas que permitiu a Marx realizar as suas principais descobertas, como a mais-valia, o tempo de trabalho socialmente necessário, o duplo carácter do trabalho, entre outros conceitos que formam a composição da sua crítica à economia política:

É graças a esse método que ele coloca os fenômenos econômicos num contexto global (o modo de produção, as relações de produção), movido por suas contradições internas. É graça ao mesmo método que ele pode nitidamente apreender o carácter historicamente determinado, e limitado

somente a um período da história humana, dos fenômenos da economia mercantil e das “categorias” que são o seu reflexo (MANDEL, 1980, p.107).

Antes da obra *O capital*, estudos demonstraram a trajetória de evolução do seu pensamento econômico, sempre apoiado tanto por produções conjuntas, quanto por críticas do seu amigo Friedrich Engels: *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844, *A sagrada família* (1945), *A ideologia alemã* (1945-6), *Miséria da filosofia* (1847), *Princípios básicos do comunismo* (1947), *O manifesto do partido comunista* (1848), *Trabalho assalariado e capital* (1849), são algumas dessas obras. Esses três primeiros textos compõem o que Mandel (1980) denomina como a primeira etapa do que constitui o seu pensamento econômico. Nestas obras, já são abordados conceitos econômicos e filosóficos de extrema relevância, que continuarão marcando presença nos textos seguintes de modo mais aprofundado, revelando o movimento dialético do seu pensamento. O salário, o lucro, a renda fundiária, o trabalho alienado sob a relação da propriedade privada, a propriedade privada em relação ao comunismo, a questão das necessidades, a produção e a divisão do trabalho, assim como o dinheiro e a teoria do valor-trabalho são conteúdos trabalhados nesses textos.

As demais obras, onde se inclui *Princípios básicos do comunismo*, escrito até onde se sabe em sua integralidade por Engels, dão conta de um avanço na visão sobre o funcionamento da sociedade capitalista, onde “(...) contém uma primeira análise crítica de conjunto do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1980, p. 54). Marx e Engels avançam no que concerne às leis que propiciaram o surgimento do capitalismo, considerando os seus méritos históricos, o seu caráter revolucionário dada a grande transformação das forças produtivas. Além disso, a luta de classes passa a ser analisada sob uma perspectiva científica, ou seja, do materialismo histórico. Entretanto, estas elaborações econômicas de Marx e Engels ainda não apresentavam uma das descobertas mais importantes desses autores: o conceito de mais-valia. Este problema só será resolvido nos trabalhos seguintes que, ainda seguindo Ernest Mandel (1980), se constituem no trabalho preparatório para o *O capital: a Contribuição à crítica da economia política* e os *Grundrisse*.

A *Contribuição à crítica da economia política* apresenta um aperfeiçoamento da teoria do valor-trabalho a partir da economia clássica, representada nesta obra especialmente por Adam Smith, David Ricardo, Boisguillebert, James Stuart e William Petty, economistas que já vinham sendo objeto de estudo de Marx. A teoria

do valor-trabalho dá um salto nesta obra, pois conceitos como o duplo caráter do trabalho (trabalho concreto e trabalho abstrato), o tempo de trabalho socialmente necessário, as duas formas de valor (de uso e de troca) ambas fundidas no duplo caráter do trabalho, estão detalhadas na *Contribuição*, demonstrando o esforço de Marx em decifrar a economia burguesa. Além disso, o desenvolvimento do seu raciocínio econômico o leva a dissecar a forma mais elementar de riqueza na sociedade burguesa: a mercadoria (MARX, 2003). Deste elemento mais simples, Marx desenvolve o seu método de exposição, fazendo brotar dessa simples categoria, categorias mais complexas, como por exemplo, as duas formas do valor, o duplo caráter do trabalho, a alienação, o dinheiro como equivalente geral, entre outros conceitos.

### 2.2.2 A análise do capital

Foi uma leitura a partir da dialética-materialista da economia que proporcionou à Marx a elaboração de sua crítica à economia política, propiciando a superação de conceitos que, do ponto de vista da escola clássica, refletiam abstratamente as leis da economia burguesa, que ignoravam o movimento e as contradições predominantes desse modo de produção (COUTINHO, 1997). Para Marx, esses economistas não conseguiram se apropriar da dinâmica da sociedade burguesa, ou seja, não conseguiram transcender suas análises, que se situavam exclusivamente na produção econômica, para a reprodução nas relações sociais, para a estrutura social de exploração entre classes que se estabelecia a partir desse modo de produção.

A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos *clássicos*; significou a sua **superação**, incorporando as suas conquistas, mostrando os seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais, Marx *historicizou* as categorias manejadas pelos *clássicos*, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um método novo (o método *crítico-dialético*, conhecido como *materialismo histórico*) (NETTO, 2007, p.25).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Palavras destacadas pelo autor da obra.

Marx reconheceu em Adam Smith o precursor do conceito de trabalho. Smith<sup>15</sup> diferenciou-se de outros economistas ao considerar o trabalho como a fonte de valor, e não mais a moeda simplesmente: “Adam Smith proclamou que o trabalho em geral, o trabalho no seu aspecto social geral enquanto divisão do trabalho, era a única fonte de riqueza material ou dos valores de uso” (MARX, 2003, p.47).

Ademais, segundo o próprio Marx (2003), é David Ricardo que aprofunda a determinação do valor da mercadoria a partir do tempo de trabalho e como esta regula igualmente as relações de produção na sociedade burguesa. Marx, contestando a forma natural e estratificada como estes economistas tratavam as leis da economia burguesa, avançou na teoria do valor em diversos aspectos: formulou sobre o duplo caráter do trabalho e sobre a divisão entre o capital constante e o capital variável, assim como, sobre a diferença entre trabalho e força de trabalho, e como derivação disso, descobriu a mais-valia. Por fim, vislumbrou o fenômeno da alienação a partir da separação entre o trabalhador e seus produtos e meios de produção.

Marx, para explicar a sua teoria do valor, inicia pelo o que ele considera ser a célula embrionária do capital: a mercadoria. Assim, através do seu método de exposição, faz derivar desse elementar objeto todo o seu processo de análise de funcionamento do capitalismo. Para Marx, no modo de produção capitalista, a riqueza das sociedades é constituída por uma “imensa acumulação de mercadorias” (MARX, 2003, p.11).

Nesse sentido, as mercadorias são, antes de qualquer coisa, objetos externos, com suas propriedades próprias, voltadas a satisfazer as necessidades humanas, sejam estas para consumo próprio ou para uso no meio de produção (MARX, 2011a). A escolha da mercadoria como início para o seu processo explicativo não foi aleatória. Aqui, Marx deixa clara a implicação da lógica dialética para o seu método de exposição. A mercadoria é uma abstração, sendo também a categoria mais simples, mas que possui no seu interior múltiplas determinações. Como explica Robaina (2013, p. 97): “Em Marx, a célula passou a ser a mercadoria no interior da qual seu desenvolvimento leva até o capital (...)”.

---

<sup>15</sup> “Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar (SMITH, 1996, p.87-88).

Neste momento, Marx destaca que as mercadorias possuem duplo valor: um valor-de-uso e um valor-de-troca. No que se refere às propriedades materiais dessa mercadoria, independentemente da quantidade de trabalho que a mesma carrega, faz desta um valor de uso. Outra característica do valor de uso é ser um veículo material para o valor de troca. Além disso, “O valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2011a, p.58). O valor-de-troca está atrelado a uma relação de quantidades de valores-de-uso que se estabelece em um processo de troca. Por isso, Marx caracteriza o valor-de-troca como: “(...) algo casual e puramente relativo (...)” (Ibidem, p.58), pois este valor somente se revela nesse processo de permuta entre mercadorias de grandezas de valores iguais.

Contudo, o que determina que mercadorias com propriedades diferentes possam ser trocadas? O que há em comum entre mercadorias que não seja as suas características físicas? Marx explica que a única propriedade passível de comparação entre duas mercadorias diferentes é que ambas são produtos do trabalho. Assim, Marx provoca um salto na teoria do valor, partindo do que já havia sido desenvolvido pela Escola Clássica, ao conceituar sobre o duplo caráter do trabalho. Ao desaparecer as características físicas, ou seja, as propriedades materiais das mercadorias, desaparecem também os diferentes trabalhos concretos que produzem esses valores-de-uso. Assim, reduzem-se todos os trabalhos a trabalhos humanos abstratos. Logo, o que iguala valores-de-uso diferentes é o valor, ou seja, a quantidade trabalho humano materializado.

Nada deles resta, a não ser a objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi dispendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum. São valores, valores-mercadorias (MARX, 2011a, p.60).

Com o conceito de trabalho abstrato, Marx explicita o caráter social do trabalho, pois a abstração do trabalho se refere a sujeitos independentes produzindo mercadorias com a finalidade única de troca no mercado, lugar onde todos os produtos são equiparados. Posto isso, partindo do mesmo princípio, o que determina a grandeza do valor, na medida em que as mercadorias precisam ser equiparadas para fins de troca, não é a quantidade de trabalho contida em cada mercadoria, mas

sim a “quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário” (MARX, 2011a, p.61). As mercadorias, ao serem subordinadas ao processo de troca, não são delas consideradas a quantidade de trabalho que cada uma individualmente possui. Novamente, se explicita o caráter social que determina esse processo, pois os seus tempos de trabalhos socialmente necessários são ajustados a uma média social, de acordo com um nível normal de produtividade.

Seguindo essa lógica, a grandeza do valor das mercadorias permaneceria invariável caso fosse constante a média de tempo de trabalho requerida para a sua produção. Contudo, não é isso que ocorre. A produtividade é determinada por diversas variáveis, que vão desde a destreza média dos trabalhadores até as inovações tecnológicas (MARX, 2011a). Acontece que muitas vezes a produção não é absorvida pela demanda, e produção que não é vendida é trabalho desperdiçado. Trata-se de trabalho socialmente necessário desperdiçado. Mandel explica melhor esse fenômeno:

Quando as mercadorias são invendáveis numa sociedade capitalista, isso quer dizer que se investiu, num ramo industrial determinado, trabalho humano que se verifica não ser trabalho socialmente necessário, isto é, em contrapartida do qual já não há poder de compra no mercado. Trabalho que não é socialmente necessário é trabalho dissipado, é trabalho que não produz valor (MANDEL, 1978, p. 30-31).

A questão da produtividade do trabalho para o modo de produção capitalista encontra aqui o seu eixo central, tendo em vista ser este o elemento que movimenta a economia. A busca de todas as empresas é o superlucro, que só é alcançado quando se produz em menos tempo, ou seja, abaixo da média social de produtividade, uma determinada mercadoria, para, assim, vendê-la por um valor abaixo de mercado. Esse fenômeno só é alcançado pelas empresas com produtividade superior à média, que investem em inovações tecnológicas ou reduzem os custos com a força de trabalho (MANDEL, 1978).

### **2.2.3 Do equivalente geral à transformação do dinheiro em capital**

O capitalismo possui dois objetivos centrais: produzir mercadorias, ou seja, produzir valor-de-uso que tenha valor-de-troca para ser vendido no mercado e

produzir uma mercadoria com valor maior que o conjunto das mercadorias utilizadas na sua produção, o que inclui a força de trabalho mais os meios de produção. A partir dessas constatações, Marx percebe o processo que permite, primeiro, a conversão do dinheiro do capitalista em produtos com mais-valor do que obtinham no início do processo e, segundo, a expropriação por parte do capitalista do trabalho excedente do trabalhador contratado.

O valor de uma mercadoria, ou seja, a sua quantidade de trabalho média materializada, a partir de condições históricas dadas, só pode se expressar quando comparada a outra mercadoria, de qualidade diferente, através do valor de troca: “é na troca que o valor das mercadorias se expressa” (NETTO, 2007, p. 88).

Quando ainda as trocas eram acidentais, ou seja, quando a produção mercantil ainda não era generalizada, o valor se expressava geralmente por sua forma simples: “O valor da mercadoria A expressa-se qualitativamente por meio da permutabilidade direta da mercadoria B com a mercadoria A” (MARX, 2011a, p. 82). Com a expansão e generalização dos processos de troca, o valor passa a sua forma geral, onde várias mercadorias são trocadas por uma só, quando esta última tem a função de expressar o valor de todas as demais. Destarte, Marx alcança o conceito de equivalente geral, que nada mais é que uma mercadoria que exprime o valor, ou seja, expressa trabalho humano médio, operando como um facilitador da circulação de mercadorias. Além disso, quando esse equivalente geral assume a forma de uma mercadoria, com propriedades capazes de exprimir com exatidão a medida de valor pela “disseminação da troca num ato social geral” (HARVEY, 2013, p. 61), essa mesma assume a forma de mercadoria-dinheiro.

O dinheiro é produto do desenvolvimento dos processos de troca que se generalizaram e, conseqüentemente, do advento da produção mercantil. O equivalente geral, pelo *status* social que ocupa nos processos de troca de mercadorias, esconde o caráter social do trabalho, ao obscurecer o laço entre os diversos produtores que aparentemente só se relacionam via troca das mercadorias.

Após uma análise profunda do duplo caráter do trabalho incorporado nas mercadorias, Marx passa a examinar a forma do valor e do dinheiro. Com isso, a principal tarefa a que se entrega é a de procurar a origem da forma monetária do valor, de estudar o processo histórico do desenvolvimento da troca, começando pelos atos de troca particulares e fortuitos (“forma simples, particular ou acidental do valor”: uma quantidade determinada de uma mercadoria é trocada por uma quantidade determinada de uma outra mercadoria) para passar à forma geral do valor quando várias mercadorias



diferentes são trocadas por uma só e mesma mercadoria, terminando pela forma monetária do valor (...) (LENIN, 1980, p.28).

O dinheiro por si só não é capital. O dinheiro assume a forma de capital somente a partir de um nível de desenvolvimento da produção e circulação das mercadorias:

A produção de mercadorias e comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constitui as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital (MARX, 2011a, p. 177).

É importante destacar que ao desconsiderar o valor-de-uso das diferentes mercadorias em circulação, e considerar somente a sua forma monetária, o resultado final desse processo é o dinheiro, sendo este a primeira manifestação do capital. “Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma em que aparece o capital” (MARX, 2011a, p. 177). Harvey argumenta que no início de *O capital* o desenvolvimento do modelo explicativo se baseia nas trocas simples entre duas mercadorias, sob a fórmula M-M (mercadoria-mercadoria). Mais adiante, na introdução da moeda, o dinheiro ainda não é o objetivo final das trocas, pois na produção mercantil simples, onde o comércio era generalizado, mas a produção não, a forma simples de circulação de mercadorias era M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) (HARVEY, 2013; NETTO; BRAZ, 2007).

Na forma simples de circulação (M-D-M), vender uma mercadoria para comprar outra, o objetivo último desse processo é a obtenção de um valor-de-uso para a satisfação de necessidades. A mercadoria é o ponto de partida e o ponto de chegada nessa circulação. Nesse processo não ocorre a transformação do dinheiro em capital. Com a inversão desse processo, de M-D-M para D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), onde o dinheiro é o objetivo final da troca e o valor-de-troca é o motivo que impulsiona esse processo, ou seja, comprar para vender, o dinheiro valoriza-se e o movimento transforma-o em capital. Marx ressalta que o D do início já não é o mesmo do final, pois é durante o circuito que D é acrescido de uma mais-valia, ou seja, um valor é agregado à mercadoria:

A forma completa desse processo é, por isso, D-M-D', em que  $D'=D+\Delta$ , isto é, igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. A esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo chamo de mais-valia (valor-excedente) (MARX, 2011a, p.181).

É aqui que Marx se distancia novamente da economia clássica ao trazer à tona o conceito de mais-valia. Não é simplesmente através da circulação, na troca das mercadorias, que se gera valor. Este, sob a forma dinheiro ou sob a forma mercadoria, precisa sair da circulação para valorizar-se. Comprar para vender mais caro é um caso particular do capital mercantil, contudo, no capital industrial, é na produção, no intervalo entre a compra e a venda, que se valoriza o capital e se obtém a mais-valia.

A formação da mais-valia e, portanto, a transformação do dinheiro em capital não pode, por conseguinte, ser explicada por vender o vendedor as mercadorias acima do valor nem por comprá-las o comprador abaixo do valor (MARX, 2011a, p.191).

Marx volta a sua descoberta anterior, de que a força de trabalho é a única capaz de criar valor, ou seja, a única mercadoria disponível no mercado capaz de crescer valor através do trabalho. O possuidor do dinheiro e dos meios de produção compra a força de trabalho pelo seu valor, nesse caso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução do operário e sua família. Com isso, esse que possui o dinheiro tem o direito de consumir o valor-de-uso da força de trabalho por um determinado período. Parte do que foi produzido nesse tempo destina-se ao pagamento pela força de trabalho por meio de um salário<sup>16</sup>, o mínimo suficiente para o sustento do trabalhador, a outra parte destina-se exclusivamente ao capitalista na forma de mais-valia. Na prática, o capitalista se apropria do valor adicional criado pelo trabalhador, que é a sua fonte de lucro. O trabalhador, por sua vez, recebe um valor menor do que a quantidade de trabalho que irá empenhar.

Ao revés, o dinheiro com que o capitalista compra trabalho encerra quantidade menor de trabalho, menos tempo de trabalho que a quantidade de trabalho ou tempo de trabalho – do trabalhador – inserido na mercadoria por este produzida. Além da quantidade de trabalho encerrada na soma em dinheiro que forma o salário, compra, o capitalista, quantidade adicional de trabalho que não paga e que ultrapassa a quantidade de trabalho encerrada no dinheiro que desembolsou. E exatamente essa quantidade adicional de trabalho constitui a mais-valia criada pelo capital (MARX, 1980, p. 65-66).

---

<sup>16</sup> “O salário ou o equivalente com que o capitalista paga a disposição temporária da força de trabalho não é mercadoria em sua forma imediata e sim mercadoria metamorfoseada, dinheiro, a mercadoria na forma autônoma de valor de troca, de materialização direta do trabalho social, do tempo de trabalho geral” (MARX, 1980, p. 65).

Em suma, do ponto de vista do trabalhador, se investe mais trabalho do que se recebe. A ele somente é pago o valor da força de trabalho, não o valor do trabalho. Do ponto de vista do capitalista, se investe menos trabalho (considerando o conjunto das mercadorias investidas: meios de produção) que o seu lucro final. Esse processo somente ocorre porque há de lados opostos duas classes disponíveis e interdependentes no mercado: uma possuidora de dinheiro e meios de produção e outra que possui apenas a sua força de trabalho. Não está na natureza a origem dessas duas classes, nem mesmo trata-se de uma relação social comum a todos os períodos históricos. Esta oposição, entre capitalistas e operários, é resultado de um processo histórico anterior ao capitalismo, produto da dissolução de antigas formações econômicas. Lênin apresenta um detalhamento sobre as condições históricas necessárias ao aparecimento do capital na citação que segue:

O aparecimento do capital implica condições históricas prévias: 1) a acumulação de uma certa soma de dinheiro nas mãos de particulares, num estágio já relativamente elevado da produção mercantil; 2) a existência de operários “livres” sob dois pontos de vista: livres de qualquer coação e de qualquer restrição quanto à venda da sua força de trabalho, e livres porque despojados de terra e sem meios de produção em geral, de operários sem patrões, de operários-“proletários” que só podem subsistir vendendo a sua força de trabalho (LÊNIN, 1980, p.30).

Do ponto de vista da produção, Marx fez a distinção entre as duas partes que compõem o capital: o capital constante e o capital variável. O capital constante abrange os meios de produção, tais como máquinas, instrumentos de trabalho, tecnologias, matérias-primas, etc. Nada mais são do que produtos de trabalho passado, reintegrados à produção, cujo valor não irá variar, ou seja, será somente transferido para a nova mercadoria. Marx enfatiza que o conjunto de valores-de-uso incorporados aos meios de produção não é capaz de criar novo valor. Uma máquina não é fonte de valor; somente transfere seu valor agregado através do processo de trabalho realizado pelo trabalhador. Já o capital variável é o valor destinado a pagar a força de trabalho, que por sua vez, é a parte que muda o valor no processo de produção. Produz trabalho necessário, o que é destinado à manutenção da força de trabalho, e produz trabalho excedente, através da mais-valia.

A força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria seu valor excedente. Essa mais-valia constitui o excedente do

valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, a saber, os meios de produção e a força de trabalho (MARX, 2011a, p. 244).

O aumento da mais-valia só é possível através de dois processos: do prolongamento da jornada de trabalho, denominada mais-valia absoluta, ou da redução do tempo de trabalho necessário, a mais-valia relativa. O primeiro processo é analisado por Marx a partir da luta operária pela redução da jornada de trabalho e das legislações trabalhistas que tratavam do prolongamento ou da redução da duração do trabalho.

De outro lado, a mais-valia relativa é retratada a partir de três fatos históricos que demonstraram quanto o capitalismo conseguiu aumentar a sua produtividade através da revolução dos meios de produção: a cooperação simples, a divisão do trabalho e da manufatura e, por fim, as máquinas e a grande indústria (LÊNIN, 1980, p. 30).

#### **2.2.4 Trabalho e alienação**

Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx explica a alienação do homem pelo trabalho partindo de um dado concreto: do trabalho sob as condições de produção capitalista. A divisão do trabalho no capitalismo chegou a um nível onde as aptidões singulares dos indivíduos não são mais consideradas, pois tudo está submetido às leis da produção. A mercadoria assume um poder fantástico, pois “(...) parece determinar a natureza e o fim da atividade humana” (MARCUSE, 1978, p. 252), assim como a consciência do homem é capturada pelo processo de produção.

A valorização do mundo das coisas é a desvalorização do mundo dos homens, e esse processo ocorre tanto durante a produção das mercadorias quanto nas relações de troca. Quanto mais mercadorias se produz, quanto mais produtos barateados, mais o trabalhador empobrece. Primeiro, ao vender a sua força de trabalho, a ele não mais pertence. Quem irá determinar o ritmo, o modo de execução, os materiais a serem utilizados é aquele que o contrata. Da mesma forma se dá com o produto, pois também é objeto alheio e estranho. Nesse processo, ocorre uma cisão entre trabalhador, processo de trabalho e produto. Esses dois últimos assumem forma estranha e antagônica em relação ao seu produtor.

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas meio de satisfazer outras necessidades (...). Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (MARX, 1993, p.162).

Marx reforça que não se trata somente de uma alienação do homem com o seu trabalho, é alienação do homem com a sua própria natureza. A verdadeira natureza do homem está em sua universalidade e o trabalho é o meio de desenvolvimento de sua natureza universal. As faculdades intelectuais e físicas do homem só podem se realizar plenamente quando todos os homens forem livres, para que assim as potencialidades humanas possam ser exercidas em sua universalidade. Ao atingir esse nível, a relação do homem com a natureza será plena e livre. É o que Marx chama de vida genérica, onde a natureza é o corpo inorgânico do homem; o trabalho enquanto atividade humana é a relação consciente entre homem e natureza, e “o objeto do trabalho é objetivação da vida genérica do homem” (MARX, 1993, p. 165). Havendo essa cisão entre homem, processo de trabalho e produto, o trabalho aliena o homem de si mesmo, pois a sua relação com a natureza não é atividade consciente. Assim, o trabalho aliena o homem de sua própria espécie e “(...) transforma a vida genérica em meio da vida individual” (Ibidem, p. 164). O trabalho alienado aparece como o único meio de manter a existência física, como meio de vida, em detrimento do trabalho enquanto atividade livre e consciente, formadora do caráter genérico do homem (MARX, 1993).

O trabalho é atividade essencial para a reprodução e existência da vida dos homens. Sem o trabalho, os homens não teriam como garantir suas necessidades básicas de sobrevivência, como comer, vestir-se, proteger-se, enfim, se perpetuarem enquanto espécie humana. Nesse sentido, o trabalho produz as condições de sobrevivência, atendendo a essas necessidades. Portanto, a história dos homens é a história da sua produção material de existência humana.

(...) devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens

devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais nada beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1980, p.33).

Na obra *O capital* Marx faz um recorte sobre a categoria trabalho, tratando-a fora das condições impostas pelo modo de produção capitalista, diferentemente do que faz durante todo o texto. O valor não é uma categoria universal, presente em todos os períodos históricos, mas datada na era burguesa sob o domínio capitalista (HARVEY, 2013). Contudo, nesse capítulo específico, Marx abandona esses determinantes para desenvolver sobre o trabalho sob uma perspectiva mais filosófica. Aqui o trabalho está associado à essência humana, é atividade que o diferencia dos demais animais. O homem, através do trabalho, tem a capacidade de dominar e manipular a natureza para satisfazer suas necessidades, transformando a sua natureza e a natureza da sua espécie.

Por conseguinte, na sua realização humana em geral, o trabalho é a própria utilização da força de trabalho, é desprendimento humano de força sobre a natureza, direcionado a um fim. Ocorre quando o homem emprega suas forças, sua mente e músculos, quando desgasta seus nervos e suas energias na transformação de um determinado objeto.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana (MARX, 2011a, p. 211).

A especificidade mais importante do trabalho está no desenvolvimento desta ação, subsidiada não somente na intuição, mas em uma projeção mental prévia. Marx, para exemplificar, compara o trabalho de uma abelha com o de um arquiteto. A abelha o supera em precisão ao construir sua colmeia, a diferença está que o arquiteto antes projeta teleologicamente o que pretende construir, sendo que a abelha age sob sua intuição animal. Dessa forma, o homem se diferencia dos demais animais por sua consciência.

Ao se diferenciar dos demais animais por sua capacidade teleológica, o homem produz e transforma a sua vida e a dos demais homens, pois o trabalho é atividade coletiva, realizada em sociedade, que sofre influência das formas de produção do passado e, ao produzir, influencia as sociedades futuras. É assim que o homem se faz ser social. O produto do trabalho é produção histórica e social, pois é o ato de transformar a natureza em um objeto específico, o homem faz uso de conhecimentos passados, ele não parte do nada. Do mesmo modo que o resultado do seu trabalho, sua objetivação também irá incidir em trabalhos futuros. A sociedade se transforma através do trabalho, pois acumula conhecimento e cria novas possibilidades e necessidades (LESSA; TONET, 2008, p. 24).

O trabalho, a partir deste conceito, é práxis humana, pois o indivíduo projeta mentalmente o que deseja realizar e executa, transformando sua vida, a natureza e a sociedade. Esta unidade entre homem e natureza, consciência e ação faz com que o homem tenha o controle da sua própria história.

Assim, a práxis compreende – além do aspecto laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como “experiência” passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização humana (KOSIK, 2011, p.224).

Nas *Teses sobre Feuerbach* (1978) Marx já acentuava a centralidade da práxis como critério da verdade; a práxis, enquanto meio de transformação, de realização e libertação humana. O homem não é um mero contemplador da vida, ele é, antes de tudo, o seu protagonista. A 3ª Tese expressa este caráter revolucionário da práxis, pois “quem” pode revolucionar o mundo, este “quem” só pode ser o homem através da sua práxis: “A consciência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *práxis revolucionária*” (MARX, 1978, p. 51 – grifos do autor).

Para compreender como ocorre o processo de trabalho é necessário analisar os três elementos que o compõem: o próprio trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. O próprio trabalho, como já foi dito anteriormente, é a força de trabalho em ação, ou seja, é a ação do homem sobre algum objeto ou matéria-prima.

O objeto de trabalho é o que irá sofrer a ação do homem, podendo ser objeto universal do trabalho humano, o que não sofreu nenhuma ação anterior e está pronto na própria natureza; e a matéria-prima, que já foi objeto anterior de trabalho, que sofreu algum tipo de ação. A terra é um objeto universal, pois dispõe de alimentos prontos para o consumo humano, somente sendo necessária a separação do seu meio natural, como, por exemplo, a água. Agora, o que necessita de manipulação humana é matéria-prima, pois necessita de modificação pelo trabalho para o consumo. Em resumo: “Toda a matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2011a, p. 212).

O terceiro elemento são os meios ou instrumentos de trabalho, que estão entre o trabalhador e o objeto de trabalho, cumprindo a função de auxiliar na transformação deste objeto. Os meios atuam sobre outro objeto com a ajuda da força humana, atuando enquanto extensão do corpo do trabalhador: “Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, (...)” (MARX, 2011a, p.213). Quanto mais desenvolvidos os instrumentos de trabalho, mais desenvolvido é o modo de produção; desta forma é possível reconhecer o nível de desenvolvimento econômico e social de uma determinada época através da evolução dos seus instrumentos:

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2011a, p. 214).

No alcance do objetivo final, ou seja, da materialização do produto do trabalho, se dá por finalizado o processo de trabalho. O produto é o objeto incorporado de valor-de-uso, é a natureza modificada para servir a algum fim.

O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifesta em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido (MARX, 2011a, p.214-215).



Sob o modo de produção capitalista, a força de trabalho, o objeto e os meios são de propriedade do proprietário dos meios de produção, assim como o produto gerado. O proprietário compra estas mercadorias, incluindo a força de trabalho do trabalhador, para produzir valores-de-troca, ou seja, produtos não direcionados para o consumo direto do trabalhador, mas para a troca. Marx aponta dois aspectos presentes neste processo específico de trabalho. O primeiro aspecto remonta a força de trabalho; esta é utilizada a favor do capitalista, que controla esta força conforme seus interesses. O segundo aspecto trata do produto do trabalho. Neste sistema de produção, o produto deixa de ser propriedade do trabalhador, ou seja, não pertence mais a quem produziu, mas sim a quem pagou pela utilização da força de trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2011a, p. 219).

No trabalho produtivo, o trabalho humano perde seu caráter no sentido ontológico, pois não se manifesta enquanto objetivação, criação e pertencimento de quem produz. Logo, o produto do trabalho torna-se alienado em relação a quem o produziu. Segundo Viana (2000), esta alienação se reproduz nos demais níveis de trabalho e nas próprias relações que os indivíduos estabelecem entre si. Na práxis o homem se realiza, pois há unidade entre a intenção, a ação e a finalidade. Esta unidade é rompida na produção de mercadorias, pois não há mais identidade entre homem e objeto:

Na alienação, ao contrário, existe uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Alguns se especializam em trabalho manual e outros em trabalho intelectual. É claro que é impossível existir uma separação total entre trabalho manual e intelectual, pois, por mais que um trabalho seja manual, é sempre necessária a atividade intelectual e vice-versa, mas cria-se uma redução na utilização das capacidades físicas e mentais respectivamente (VIANA, 2000, p. 3).

Este estranhamento entre homem e criação, apresenta uma relação contraditória que valoriza os objetos e empobrece os homens; as mercadorias

ganham vida e o homem se coisifica, pois, ao dimensionar suas forças físicas para criar algo que não é seu, o homem se afasta da sua natureza, deixa de transformar o seu próprio mundo conforme deseja. O trabalhador não se vê no que faz, ele não modifica a natureza para suprir uma necessidade pessoal, pois o produto não será seu, mas sim de quem o emprega. Segundo Marcuse,

o trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a autorrealização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscree a satisfação (MARCUSE, 1984, p. 255-256).

Para além da alienação do trabalho e do homem em relação ao produto do trabalho, o capitalismo faz com que as relações entre pessoas deem lugar às relações entre coisas. Esse processo é descrito como o fetichismo da mercadoria. Sob esse modo de produção, as relações sociais são determinadas por relações que se dão via troca de mercadoria. A mercadoria torna-se misteriosa, como o próprio Marx ressalta, pois encobre as características sociais dos trabalhos, assim como esconde a relação social que há entre diferentes produtos oriundos de trabalhos individuais.

Do mesmo modo, a satisfação das necessidades humanas só pode ser suprida via o poder que cada um tem para comprar mercadorias. As trocas de mercadorias realizadas via dinheiro ajudam a encobrir o valor real dos produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário. Com a expansão das relações de troca, o valor acaba assumindo uma aparência natural, como se pertencesse às características físicas da mercadoria e não ao trabalho, ao tempo de trabalho que a mesma contém.

Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (MARX, 2011a, p.95).

### 2.3 O SOCIALISMO CIENTÍFICO

O pensamento de Marx sobre o socialismo não foi produto de uma elaboração individual ou de uma ideia de revolução social, a partir simplesmente de um processo de construção do pensamento de um reformador social. O projeto de socialismo defendido por ele tem bases objetivas no desenvolvimento das contradições sociais de sua época, e o impacto desse seu período histórico de industrialização na esteira das revoluções burguesas no pensamento dos atores sociais. Desse modo, foi a reflexão de um processo que, a partir da constituição da classe trabalhadora como sujeito social, se desenvolveu no desdobramento do fim do feudalismo e no advento do capitalismo.

Durante a própria Revolução Francesa formaram-se movimentos com ideias comunistas, como é o caso da Cercle social, movimento revolucionário que surgiu no ano de 1789, que tinha como líder Claude Fauchet. Este defendia à época uma espécie de reforma agrária, através da divisão das terras entre todos os cidadãos e a definição de limites aos grandes proprietários. O próprio Marx faz referência a esse movimento em *A sagrada família*:

O movimento revolucionário iniciado em 1789 no Cercle social, que no centro de sua trajetória tinha Leclerc e Roux como seus principais representantes, até que, no fim, sucumbiu por um momento através da conspiração de Babeuf, havia trazido à baila a ideia comunista, que Buornaroti, amigo de Babeuf, voltou a introduzir na França depois da Revolução de 1830 (MARX; ENGELS, 2011, p. 138).

Passada a euforia da Revolução Francesa, sua vitória sobre o feudalismo e a derrubada da nobreza, a emergência de uma nova classe social dominante fez com que permanecessem velhos e surgissem novos antagonismos entre explorados e exploradores. Essa revolução permitiu a superação do conflito entre nobres e vassallos, sem, contudo, romper com a lógica da luta de classes: a partir do aparecimento da burguesia, a partir da nova forma de produção que se desenvolveu pós-feudalismo, surgiram da mesma forma as condições sociais para o nascimento de outra classe, representando a sua própria negação, a classe trabalhadora.

(...) desde o momento em que nasceu, a burguesia transportava nas suas entranhas a sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofícios das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos,

os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformaram-se em proletários (ENGELS, 1981, p. 30).

Na Inglaterra, onde já ocorrera a Revolução Industrial, formava-se uma classe de operários, ou seja, de homens desprovidos de qualquer propriedade ou instrumentos de trabalho, obrigados a viver da venda da sua força de trabalho à classe capitalista. A organização do trabalho sofreu modificações extraordinárias, as antigas ferramentas utilizadas pelos artesãos foram substituídas por máquinas. Sucessivas introduções de novas técnicas foram realizadas, o que permitiu o aumento da produção de mercadorias em menos tempo necessário. A máquina a vapor é aperfeiçoada, levando as fábricas para as cidades, o que antes era algo impossível tendo em vista a necessidade de proximidade dos rios devido ao fornecimento de energia (RIAZANOV, 1984). Conforme o avanço desse processo, os artesãos passam a ser substituídos por proletários, da mesma forma que suas pequenas instalações são substituídas por fábricas, alterando rapidamente as relações sociais de produção:

Os artesãos são substituídos por proletários cada dia em maior número. No lugar da antiga classe de operários, que havia começado a se desenvolver nos séculos XVI e XVII e que na segunda metade do século XVIII representava ainda uma pequena parte da população, ao finalizar este século e particularmente em meados do século XIX, encontramos na Inglaterra uma classe considerável que impõe suas características a todas as relações sociais (RIAZANOV, 1984, p.16).

O “império da razão”, como definia Engels (1981, p.29), já não era o idealizado na Revolução Francesa, por sua defesa da justiça, pelo fim dos privilégios, pela verdade eterna, pela igualdade segundo a natureza e os direitos inalienáveis dos homens. Esses valores ora endossados se transformaram em valores estritamente burgueses, convertendo os direitos essenciais do homem em direito à propriedade privada. Somado ao antagonismo de classe cada vez mais explícitos, agitações revolucionárias se desenrolam, ampliando-se na mesma medida que a evolução dessas contradições. Ainda, conforme Engels, nos séculos XVI e XVII surgem as primeiras ideias utópicas, com elaborações que descreviam a necessidade de uma sociedade ideal, e, no século XVII, teorias comunistas também se tornam uma realidade (ENGELS, 1981).

Os socialistas utópicos – Saint-Simon, Fourier e Owen – surgem depois desse período, refletindo da mesma forma os acontecimentos da sua época. Estes

três utópicos detinham o seu foco à classe mais numerosa e desprovida de recursos, a classe proletária. Devido a suas condições miseráveis, segundo o ponto de vista desses socialistas, os proletários por si só eram incapazes de promover a ruína do sistema que os levava a viver nessas condições. Para isso, os utópicos defendiam uma solução de origem externa a essa classe, ou seja, a transformação deveria ocorrer via a formulação de intelectuais, daqueles que seriam os únicos capazes de alcançar o nível da razão. Apesar de reconhecerem o antagonismo de classes e as consequências dessa relação, não identificavam na classe trabalhadora o seu papel histórico. Aportavam, assim, para a construção de uma ciência ou de leis sociais que fossem capazes de ditar os meios para a superação da condição de exploração dos proletários pela burguesia (MARX; ENGELS, 1998). Engels descreve a unidade que havia nas ideias desses socialistas utópicos:

Se até agora a verdadeira razão e a verdadeira justiça não governaram o mundo é simplesmente porque ninguém soube penetrar devidamente nelas. Faltava o homem genial, que agora se ergue ante a humanidade com a verdade, por fim descoberta (ENGELS, 1981, p.32).

O socialismo utópico defendia que a humanidade não havia ainda sido governada pela verdadeira justiça, sob as condições de um Estado racional. A razão nada mais era do que “(...) o senso comum do homem idealizado da classe média que, precisamente então, se convertia em burguês” (ENGELS, 1981, p. 32). Apesar de o Estado, que se compunha pós-Revolução, ser muito mais racional que o Estado feudal, ainda estava distante da razão absoluta. A proposta de criação de um novo modelo de ordem social, vindo de fora, não passou de uma ideia utópica. Da mesma forma, a realidade também impôs os seus limites: as possibilidades de concretização dessas propostas idealistas esbarraram na própria situação histórica em que foram elaboradas, tendo em vista o incipiente desenvolvimento do capitalismo. Apesar das limitações desse projeto, Marx e Engels explicitaram a importância de elementos ora defendidos que influenciaram o conjunto das reivindicações traçadas pelos comunistas:

No entanto, os escritos socialistas e comunistas também contêm elementos críticos. Atacam os fundamentos da sociedade atual. Fornecem, por isso, material dos mais valiosos para esclarecer os trabalhadores. Suas formulações positivas sobre a sociedade futura – por exemplo, o fim da contraposição entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a

transformação do Estado em mera gestão da produção – todas essas proposições anunciam a abolição do antagonismo de classes, que está no início e que eles conhecem somente em suas primeiras formas imprecisas (MARX; ENGELS, 1998, p. 38).

As formulações de Marx e Engels sobre o socialismo refletiam diretamente da organização da classe trabalhadora e a militância política de ambos foi o instrumento para captar o movimento que se desenvolvia entre os proletários, por sua insatisfação frente as suas precárias condições de trabalho. Organizações de trabalhadores que defendiam o socialismo se alastravam, conforme se desenvolvia mais intensamente as contradições de classe no interior do modelo de produção que se consolidava no século XIX. Os primeiros grandes enfrentamentos entre trabalhadores e burguesia ocorreram na década de 1840, mesma década do lançamento do *Manifesto do Partido Comunista*. Este documento refletiu um amadurecimento intelectual de Marx, com o apoio de Engels, no que tange à incorporação de conceitos formulados a partir da sua própria militância política em algumas organizações de trabalhadores. Antes de defender o comunismo, Marx era um democrata radical inserido no movimento democrático revolucionário alemão, que se reivindicava contra a aristocracia alemã. Marx pertencia a uma ala radical, porém atuava em unidade com setores pequeno-burgueses que compunham esse movimento. Foi somente anos depois que Marx passou a defender um projeto dos trabalhadores, sob a organização de um partido independente, haja vista a capitulação da burguesia com a aristocracia para impedir o desenvolvimento da revolução até o final. A burguesia aceitava mudanças no âmbito político, mas não permitia interferências no regime de propriedade que era o próprio limitador do avanço da revolução até o fim da sociedade de classes (RIAZANOV, 1984).

Conforme defende Lowy (2011), Marx não elaborou um sistema político, tal como fizeram Hegel ou Locke. As elaborações de Marx sobre política são uma composição de textos, cartas, manifestos, muitos desses vinculados ao trabalho político desenvolvido. Em seus primeiros textos jornalísticos, publicados pela Gazeta Renana, Marx já demonstrava o seu descontentamento frente aos interesses privados dos proprietários. Neste período, ainda como um jovem hegeliano, Marx está distante de defender o comunismo, mas já se colocava ao lado dos interesses dos mais pobres, sem ainda, contudo, vê-los como sujeitos históricos.

Fiel à abordagem hegeliana, Marx vê a miséria social em 1842 não como um fermento da revolta emancipadora, mas como um “objeto” (Gegenstand), uma “situação” (Zustand) que seria preciso reconhecer e à qual o Estado deveria prestar auxílio (LOWY, 2011, p. 18).

É no texto *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (MARX, 2005), de 1844, que Marx passa a apreender o proletariado como classe capaz de emancipar a sociedade. Em seguida, no texto *Glosas críticas marginais* (MARX, 2011c), de 1844, Marx exprime uma visão mais materialista e completa sua concepção de que o proletariado carrega as características para assumir um papel de emancipador da sociedade. Neste texto<sup>17</sup>, a filosofia já não é a promotora do processo de emancipação: o proletariado não depende de uma elucubração filosófica, ao contrário, a filosofia passa a ser a filosofia da práxis e o proletariado torna-se o elemento ativo da transformação. É claro que o papel ativo do proletariado não quer dizer que não exista a necessidade de um pensamento e de uma elaboração científica. Ao contrário. Tanto Marx quanto Engels são entusiastas dos avanços científicos em geral e em particular sobre os avanços na elaboração sobre a política, a economia e a história. Mas o caráter científico do socialismo reivindicado por Marx e Engels é precisamente porque suas elaborações buscam as condições de realização do projeto socialista, nas condições imanentes do modo de produção capitalista e no desenvolvimento de suas contradições, a partir das quais apontam as forças de negação do sistema e as medidas necessárias para sua superação. Neste sentido, o comunismo assume uma configuração nova com Marx, onde pela primeira vez se une o movimento operário e a teoria.

O socialismo, portanto, não é obra abstrata das cabeças dos que pensam e desenvolvem teorias, ao contrário, nasce no real, na própria atividade prática/reflexiva dos homens, ou seja, da sua práxis: “Somente no socialismo pode um povo filosófico encontrar a sua práxis correspondente e, portanto, somente no proletariado o elemento ativo da sua libertação” (MARX, 2011d, p.11).

No final dos anos 40 do século XIX, acompanhando o processo da burguesia alemã, Marx percebe que a mesma, já amedrontada pelo crescimento do proletariado, demonstrava-se cada vez mais conservadora, tornando-se classe instituída. Tendo em vista o atraso da sociedade alemã, Marx conclui que sua única

---

<sup>17</sup> O texto referido trata-se de um comentário crítico de Marx sobre um artigo de jornal escrito por Ruge, sobre o pseudônimo “Um Prussiano”. O centro da discussão é a insurreição dos tecelões silesianos da Alemanha (LOWY, 2011).

pretensão da burguesia do seu país natal é realizar uma revolução parcial, de abrangência somente política, “(...) que deixa de pé os pilares do edifício” (MARX, 2005, p. 154), e não uma revolução radical, emancipadora de toda a sociedade. Convencido, então, de que a burguesia alemã já não é capaz de desempenhar um papel revolucionário, conclui que a classe com o poder de emancipar todas as classes, de emancipar a sociedade alemã, é aquela que agrega todos os sofrimentos da sociedade, uma classe universal que, para emancipar-se, precisa emancipar todas as demais.

Onde existe, então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2005, p. 156).

A conclusão é que uma classe não pode emancipar-se isoladamente sem romper com as condições que a subjuga, ou seja, dentro da própria ordem estabelecida. Na elaboração política de Marx há igualmente muita força na crítica aos métodos adotados pelos governos da época, tanto na Inglaterra como na Alemanha, para enfrentar o problema da pobreza. Ele defende que não há solução política para resolver essa questão. Insiste, então, na importância da revolução social em detrimento de uma revolução política. Refere-se à revolta dos tecelões alemães silesianos, ocorrida em junho de 1844, como expressão de uma vontade universal, pois atacavam diretamente o poder daqueles que os exploravam:

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder (MARX, 2011c, p.154).



Outrossim, Lowy compreende que o referido texto marxiano traz pela primeira vez o que constituiu os conceitos sobre a filosofia da práxis e a autoemancipação revolucionária do proletariado, que levaram, posteriormente, à construção da categoria da práxis revolucionária, presente nas *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1978), a qual confirma a sua ruptura com o idealismo hegeliano, assim como com o materialismo francês que influenciou os socialistas utópicos (LOWY, 2011). Na Tese III Marx tece a sua crítica aos materialistas vulgares, mais precisamente a Feuerbach, ao definir que as circunstâncias conformam os sujeitos, mas por uma via de mão dupla, os homens também determinam as circunstâncias. Portanto, quando ocorre a coincidência entre a atividade prática/social e o pensamento objetivo, esta somente pode ser apreendida enquanto práxis revolucionária (MARX, 1978). A concepção marxiana sobre a consciência humana toma corpo nas Teses, ao criticar Feuerbach por sua tese materialista mecanicista, que toma o indivíduo de modo abstrato, ou seja, isolado da totalidade concreta, “(...) unida aos seus semelhantes por um mero laço natural, uma generalidade muda e interna (...)” (LOWY, 1985, p.55). Desse modo, Marx defende que a consciência é produto social, não uma consciência individual e isolada, mas do indivíduo por sua atividade e conexão com a sociedade (LOWY, 1985).

Em *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1980), outros elementos são agregados às concepções de homem e sociedade, levando Marx e Engels à defesa declarada do comunismo. A parte fundamental deste texto refere-se ao tratamento dos homens e a sua consciência a partir do modo como produzem materialmente a suas vidas. A consciência humana é produto do modo como os indivíduos criam os meios necessários à sua sobrevivência. Portanto, o modo de produção material da vida não incide somente sobre as necessidades orgânicas, mas também interfere diretamente sobre relações sociais determinadas. Com isso, o Estado e a estrutura social são o resultado de uma forma de vida determinada dos indivíduos, conforme realizam a produção material da sua subsistência, ou seja, “(...) não resultam daquilo que estes indivíduos aparentam perante si mesmos ou perante outros e sim daquilo que são na realidade (...)” (MARX; ENGELS, 1980, p.19). O mundo das representações, as leis, a política, a capacidade intelectual, a religião, ou seja, a

consciência<sup>18</sup> humana em geral, são expressões dos homens reais por suas realizações e correspondentes relações que estabelecem uns com os outros através do trabalho.

A produção material é a base de toda a organização social, pois as relações sociais que os homens estabelecem uns com os outros são conformadas pela produção e circulação de produtos. Como o trabalho é sempre social, os sujeitos se inserem em uma determinada relação social de produção. E as relações sociais nem sempre favorecem o desenvolvimento das forças produtivas, aqui entendidas como o conjunto de meios de produção e sua organização, assim como as tecnologias que criam inovação. A história humana é perpassada por choques entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, contradições que poderiam desencadear um período revolucionário. No modo de produção capitalista, Marx sustentava que esta contradição somente poderia ser definitivamente superada através da revolução social e da socialização dos meios de produção. A alienação, outra categoria presente na obra marxiana, é também uma característica marcante do modo de produção capitalista. Associada à divisão do trabalho que, por sua vez, tornou-se realidade a partir da expansão das forças produtivas, tem como marca uma divisão entre quem desenvolve atividade material e quem se concentra nas atividades intelectuais. A abolição desta divisão do trabalho entre trabalho manual e intelectual também é um objetivo do projeto comunista de Marx. Essa divisão implica uma divisão desigual de trabalho, assim como a distribuição também desigual dos produtos desse trabalho e o incremento das contradições entre interesses particulares e os coletivos (MARX; ENGELS, 1980).

(...) a partir do momento em que os homens vivem na sociedade natural, desde que, portanto, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a atividade já não é dividida voluntariamente mas sim de forma natural, a ação do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e o subjuga, em vez de ser ele a dominá-la (MARX; ENGELS, 1980, p. 40).

Dessa forma, torna-se um modo de produção que não atende mais as necessidades de uma classe específica, "(...) uma classe que suporta todo o peso da sociedade sem desfrutar das suas vantagens, que é expulsa do seu seio e se

---

<sup>18</sup> "(...) é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; (...). (MARX; ENGELS, 1980, p.36).

encontra numa posição mais radical do que todas as outras classes (...)” (MARX; ENGELS, 1980, p. 47), que, a partir da sua própria atividade exercida e inserção no interior dessas relações, pode adquirir uma consciência revolucionária, acabando com a dominação de classe através da dissolução de todas as classes e das estruturas sociais que conformam essa divisão. Seguindo esse ponto de vista, Marx e Engels defendem que, para que nasça esse ímpeto revolucionário, é preciso um determinado quadro social que coloque de um lado uma ampla massa de indivíduos totalmente desprovidos de propriedade e, de outro, um largo aumento da força produtiva que leve à formação de um mundo de riqueza e que contraste diretamente com a ampliação da miséria.

Defendem, desse modo, que o comunismo, como o alcance de um novo estágio da sociedade, seja possível após um aumento das forças produtivas, pois sem ele somente se generalizaria a pobreza e o homem voltaria a ser dominado pelas forças da natureza, lutando pelo indispensável para a sobrevivência, sem desenvolver outras atividades pertinentes às necessidades humanas. Assim sendo, definem que o comunismo “(...) não é um estado que deva ser implantado, nem um ideal a que a realidade deva obedecer. Chamamos comunismo ao movimento real que acaba com o atual estado das coisas” (MARX; ENGELS, 1980, p. 42).

### **2.3.1 O comunismo**

O *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 1998) pode ser considerado o marco inaugural de Marx como fundador do movimento comunista, pois constituiu o primeiro programa de orientação da Liga Internacional dos Comunistas, organização que agrupava diferentes frentes internacionais de trabalhadores que deram origem a esta Liga<sup>19</sup>. Conforme Coutinho, apesar de Marx e Engels já terem elaborado anteriormente ao Manifesto as linhas gerais do materialismo histórico<sup>20</sup>, é pela primeira vez que os mesmos “(...) expressam de

---

<sup>19</sup> Antes denominada como Liga dos Justos, a Liga dos Comunistas foi, segundo Coutinho, “(...) um pequeno agrupamento de exilados alemães com sede em Londres, organizado segundo modelo dos clubes jacobinos e das seitas conspirativas” (COUTINHO, 1998, p.43). Foi através do pedido dessa organização que Marx e Engels se empenharam na elaboração de um manifesto para orientar politicamente os comunistas. O resultado dessa elaboração, o Manifesto do Partido Comunista, ficou pronto no início do ano de 1848.

<sup>20</sup> Nas palavras de Coutinho, como “ontologia do ser social” (COUTINHO, 1998, p. 44).

modo sistemático os fundamentos de sua teoria política, ou, mais precisamente, da teoria histórico-materialista do Estado e da revolução” (COUTINHO, 1998, p. 44).

Tendo o propósito de apresentar um programa para os comunistas de todo o mundo, o documento estabelece como necessidade a transformação da sociedade burguesa, através de uma revolução política e social a ser travada pelos proletários. Para sustentar essas propostas, o documento busca, no desenvolvimento histórico da humanidade, os acontecimentos que indicam as constantes transformações sociais que levaram ao rompimento com as estruturas sociais passadas e o surgimento de novos modos de vida. Ao defender que a história da humanidade é a história da luta de classes, Marx e Engels demonstram que essa relação contraditória é o motor que impulsiona as revoluções e leva ao fim do conflito de classes. Trazem como exemplo o advento do capitalismo ainda sob os limites da produção feudal (MARX; ENGELS, 1998). O Feudalismo chegou a sua derrocada quando o desenvolvimento das forças produtivas foi impedido de seguir, ao esbarrar no limite das próprias relações de produção:

(...) os meios de produção e de circulação, sobre os quais a burguesia se apoia, formaram-se na sociedade feudal. Em uma certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de circulação, as forças produtivas não encontraram mais correspondência com as relações com as quais a sociedade feudal produzia e trocava, com a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, com as relações de propriedade. Estas obstruíam a produção ao invés de incentivá-la, transformando-se em outras tantas amarras que a paralisavam. Elas precisavam ser destroçadas e foram destroçadas (MARX; ENGELS, 1998, p. 13).

Portanto, a burguesia exerceu a sua missão histórica, ao desenvolver um papel essencialmente revolucionário, pois, ao desenvolver novas forças produtivas, subverteu também as relações sociais: as relações entre os homens viraram relações entre mercadorias e as muitas liberdades foram substituídas pela liberdade de comércio: “As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes de consolidarem-se” (MARX; ENGELS, 1998, p.11). Diferentemente dos modos de produção anteriores, o capitalismo precisa revolucionar constantemente as forças de produção, o que incide diretamente nas relações sociais, tornando-as cada vez mais inconstantes e voláteis por sua subsunção às mudanças do mercado. Além disso, o domínio burguês emancipou os homens do domínio da natureza e da escassez material. O processo constante de transformação dos meios e

instrumentos de trabalho, as novas tecnologias, descobertas científicas levaram a humanidade a atingir outro patamar de produção nunca antes visto. Contudo, apesar do papel fundamental desempenhado por essa classe, a sua missão histórica chegou ao seu limite. O Manifesto atribui a eminência de superação do capitalismo, por exemplo, às crises constantes na produção que acarretam em “situações de barbárie momentânea” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13), fome, guerras, desabastecimento de suprimentos. Por este cenário, Marx e Engels tecem uma constatação com o que ocorreu com a derrocada do feudalismo: novamente, as forças produtivas no capitalismo entram em choque com as relações sociais de produção. Aquelas não atendem mais os interesses da propriedade privada, pois tornam-se incontroláveis. A propriedade privada então é um empecilho para a continuidade do seu desenvolvimento e a tendência, portanto, é o aumento das convulsões sociais, acirrando conflitos e despertando lutas entre as classes sociais que compõem esse sistema.

As forças produtivas de que dispõem não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornam poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas; e tão logo superam esses obstáculos, elas desorganizam a sociedade e colocam em risco a existência da propriedade privada (MARX; ENGELS, 1998, p. 14).

O Manifesto segue essa linha lógica: primeiro, descreve os feitos históricos da burguesia e a necessidade de pôr fim ao seu domínio; depois, atenta-se ao proletário como a classe forjada pela própria burguesia, uma contradição que precisa ser superada. É com o desenvolvimento burguês que uma massa de trabalhadores também se constitui, assumindo a forma de mais uma mercadoria no processo de produção. O documento atenta para a condição de assalariamento dos proletários, a submissão das suas vidas ao processo de trabalho nas fábricas e o controle do tempo e das suas atividades desempenhadas. É um retrato fiel do período em que foi escrito o Manifesto, tendo em vista as condições degradantes dos operários nas fábricas e a absorção de suas consciências, possibilidades intelectuais das suas energias físicas e mentais pelas indústrias que se expandiam. Contudo, afirma-se que é exatamente por viver estas condições que os proletários sentirão na pele e na mente a necessidade de romper com essa condição de dominação, é por suas atividades que o ímpeto de lutar por sua liberdade do jugo do capital surgirá (MARX; ENGELS, 1998). O documento ajuda a descrever o processo

que levará proletários se organizarem como movimento revolucionário e como partido:

No início, os trabalhadores lutam individualmente; depois é a vez dos operários de uma fábrica, em seguida os trabalhadores de todo um ramo de produção, em uma localidade, contra um único burguês que os explora diretamente. (...) Com o desenvolvimento da indústria, contudo, o proletariado só se expande, mas se concentra em grandes massas; sua força aumenta e ele reconhece cada vez mais. (...) A concorrência mais acirrada entre os burgueses e as crises comerciais dela resultantes tornam o salário do trabalhador cada vez mais instável; (...)” (MARX; ENGELS, 1998, p. 16).

Forma-se um cenário que coloca cada vez mais as classes em choque, o que impulsionaria a formação de grupos organizados de trabalhadores contra a burguesia. Contudo, o mais importante desses enfrentamentos não é a vitória em si, mas o processo que eleva o número de trabalhadores organizados. O papel dos comunistas, como a parcela mais avançada dos partidos operários é, portanto, integrar esse movimento, compartilhando dos mesmos interesses do proletariado: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo dos demais partidos proletários: a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 21). E para realizar a transformação dessa sociedade, colocando um fim nas estruturas que impelem à classe trabalhadora o papel de explorada, o programa defende o fim da propriedade privada burguesa, que, por sua vez, permitirá que se coloque fim à dominação ideológica burguesa.

Por isso, não é de se estranhar que a consciência social de todas as épocas, apesar da diversidade e da diferença, se movimente segundo certas formas comuns; em formas de consciência que só se dissolverão com o desaparecimento dos antagonismos de classe. A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade remanescentes; não é de se espantar que, em seu desenvolvimento, rompa-se de modo mais radical com as ideias do passado (MARX; ENGELS, 1998, p. 27).

O comunismo defendido no Manifesto não é um Estado a ser instituído de um momento a outro, ou produto da ação de sujeitos que se postulam superiores; o comunismo é, antes de tudo, um movimento; constitui-se em uma etapa da história da sociedade. Por isso, o próprio Manifesto dedica parte do seu programa a entender os diferentes processos históricos, apreendendo-os a partir do próprio

movimento histórico, as tendências e direções que os homens, sujeitos que produzem a sua própria história em determinadas condições, assumiram ao longo dos anos (LEFEBVRE, 1966). Marx e Engels não se dedicam a explorar como seria uma sociedade comunista, fazendo possíveis previsões detalhadas do que seria essa sociedade. O comunismo seria, de modo geral, a etapa histórica de mais alto nível de desenvolvimento humano, onde o homem teria o controle da natureza e da produção material para atender todas as necessidades sociais, sejam essas de origem biológica ou intelectual. Por não mais existir propriedade privada, os homens poderão ser realmente livres, livres do trabalho explorado, livres para desenvolver com plenitude todas as suas faculdades mentais.

### **2.3.2 O Estado e a emancipação**

Como se viu ao longo deste capítulo, a evolução do pensamento marxiano foi avançando através de saltos com relação aos diferentes pensadores que o influenciaram, através da conexão com as transformações históricas da sua época e da sua inserção no movimento proletário; conceitos como “Estado” foram sofrendo mudanças ao longo da sua produção. Os seus primeiros artigos demonstravam que a sua compreensão de Estado estava ainda associada ao conceito hegeliano: o Estado tido como Absoluto, como representação da razão e encarnação dos interesses de todos. Contudo, mesmo recorrendo a uma visão idealista sobre essa entidade, Marx sempre expôs as problemáticas que cercam o tema, pois percebia exatamente que o Estado não cumpria esse papel de mediar e atender os interesses gerais da sociedade. A superação dessa visão idealista sobre o Estado vem alguns anos depois, com o auxílio do materialismo e depois com a economia política. O Estado não é mais o ser absoluto de onde deriva a sociedade, mas ao contrário. Coutinho explica essa mudança também pela influência de Rousseau (COUTINHO, 1998), através do seu *Contrato social*, sobre a teoria democrática, explicita no texto a *Filosofia do Direito de Hegel* (MARX, 2005), onde o Estado só se tornaria racional ao se tornar um Estado democrático:

Um dos pontos nodais da crítica de Marx consiste em mostrar a falsidade (ou a incoerência) da tese hegeliana, segundo a qual a burocracia governamental seria a efetiva portadora material da “vontade geral”, um conceito que, como se sabe, está na base da construção rousseauiana da teoria democrática (COUTINHO, 1998, p.45).

Contudo, a leitura de Marx na ocasião ainda não havia identificado a divisão da sociedade entre classes sociais, mas através de representações corporativistas, ou estamentos como o próprio refere-se no texto (MARX, 2005). Desse modo, também não havia identificado o caráter de classe do Estado, como o representante dos interesses de uma determinada classe em detrimento de outra. No ensaio *A Questão Judaica* (2001), de 1843, Marx tece críticas a Rousseau, por este defender a transformação social nos limites de uma emancipação política (COUTINHO, 1998). Marx defende os avanços sociais que podem ser conquistados por uma emancipação política. Contudo, pondera que esse processo leva a emancipações restritas por abranger somente alguns seguimentos da sociedade. No ensaio, ao desenvolver uma crítica sobre os direitos dos judeus e a condição de um Estado cristão, a emancipação tornar-se-ia realidade caso o Estado se autoemancipasse de qualquer religião.

A emancipação política da religião não é a emancipação integral, sem contradições, da religião, porque a emancipação política não constitui a forma plena, livre de contradições, da emancipação humana. (...) Os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o Estado poder libertar-se de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre (MARX, 2001, p. 20).

Nesse sentido, o Estado livre, conforme referido, apenas transfere a religião do Estado para a sociedade civil. A liberdade é a liberdade de religião dos sujeitos que compõem o Estado, sem provocar o rompimento com a ordem social que produz a própria consciência humana, se constituindo nas ideologias, no *ethos* social e na própria religiosidade. “Assim, a emancipação política não revoga, nem sequer procura abolir, a religiosidade real do homem” (MARX, 2001, p. 24).

Marx também examina os direitos do homem, como aqueles vinculados aos direitos políticos e, portanto, referem-se ao homem na sociedade, na vida que se realiza em comunidade sob o controle do Estado. O autor se subsidia na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1781, e na Declaração dos Direitos do Homem, de 1783. Assim, questiona a distinção dada entre os direitos do cidadão e os direitos do homem, pois os mesmos estão subvertidos à relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil. Os direitos do homem são, portanto, uma expressão do direito à propriedade privada, direcionados ao “(...) homem egoísta, do homem separado dos outros homens e da comunidade” (MARX, 2001, p. 31), a



partir do princípio de liberdade como “(...) direito de fazer tudo o que não cause prejuízo aos outros” (Ibidem, p. 31). É o velho ditado: o teu direito termina onde começa o do outro. Aqui, Marx direciona a sua crítica ao direito à propriedade privada enquanto eixo que determina os valores e princípios que permeiam os direitos dos homens, reforçando o sujeito individualista que não se coloca em compromisso com o restante da sociedade:

Entretanto, o direito humano da propriedade privada é o direito de usufruir da própria fortuna e de dela dispor como desejar, sem atenção pelos outros homens, independentemente da sociedade. É o direito do interesse pessoal. Esta liberdade individual e a respectiva aplicação formam a base da sociedade civil. Ela leva cada homem a ver nos outros homens não somente a realização, mas a restrição da sua própria liberdade (MARX, 2001, p. 32).

Dessa forma, defende que os direitos do homem refletem a antítese do homem como ser genérico e da vida genérica, pois a sociedade é vista como a vilã, aquela que poder cercear a sua liberdade e lhe tomar os seus bens. Os direitos apresentam a tentativa de salvaguarda dos interesses individuais e privados e não dos sujeitos em comunidade. Como conquistas da revolução burguesa, os direitos dos homens refletem a emancipação política da feudalidade para o Estado burguês, transformando a organização da vida social; libertou a sociedade civil do seu caráter político, “dissolveu a sociedade civil nos seus elementos simples, de um lado os indivíduos, do outro, os elementos materiais e culturais que formam o conteúdo vital, a situação civil destes indivíduos” (MARX, 2001, p. 35), rompendo com a relação entre o indivíduo e o Estado como totalidade, e o assunto público tornou-se um assunto geral de cada indivíduo. Nesse novo Estado, que assume o papel de garantir os interesses da burguesia e proteger a propriedade privada e a liberdade de comércio, o homem é reduzido a sua individualidade:

Concluimos que o homem não se emancipou da religião, mas sim recebeu liberdade religiosa. Não ficou livre da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio (MARX, 2001, p.36).

A emancipação política conquistada com a revolução burguesa constituiu uma sociedade de homens apolíticos, com liberdade para defender os seus direitos individuais, ou “egoístas”, como o próprio Marx refere. Desta forma, não foi capaz de criar uma nova consciência social, onde o homem tenha em si o “cidadão abstrato”

(MARX, 2001, p.37) que, para Marx, é o homem verdadeiro, que não separa o ser social do ser individual. Portanto, para a realização do homem com ser genérico, que derruba a barreira entre os interesses privados e os direitos de todos, sob o controle do Estado, somente uma emancipação humana é capaz de fazer o homem reencontrar a sua própria natureza (MARX, 2001).

O ser genérico, para Marx, corresponde à ação do homem que, através do trabalho, produz a sua própria espécie. O trabalho é sempre uma ação coletiva, de troca entre o homem e o seu corpo inorgânico, que é a natureza, e o seu produto, da mesma forma, é um produto social. A constituição da consciência social deriva dessa relação entre o homem com a sua própria natureza – corpo inorgânico – e com os outros homens, conformando o modo de vida em sociedade. Portanto, a atividade humana não pode ser separada da constituição do homem como ser social, ao contrário, ela determina o próprio ser social. O que Marx denuncia é que a sociedade burguesa, através da organização social do trabalho, aliena o homem da sua própria natureza, pois o trabalho não lhe pertence da mesma forma que o produto desse trabalho (MARX, 1993). Assim, defende a emancipação humana para que o homem reencontre o seu ser genérico, como homem pleno, tendo em vista que a essência humana não condiz com o sujeito isolado, mas como homem que atua no conjunto das relações sociais.

Mandel explica que o surgimento do Estado está associado ao desenvolvimento da produção material. Com o advento do excedente econômico, o Estado aparece como administrador, permitindo que alguns homens possam assumir outras atividades que não a de produtores. Com um subproduto do trabalho suficiente para atender as necessidades mínimas de subsistência, uma parcela da sociedade pode se dedicar a outras funções, como, por exemplo, a política. O Estado então é constituído por um grupo separado de homens, com atribuições específicas para controlar e proteger a produção de uma determinada sociedade. Ainda, segundo o mesmo autor, o pensamento marxiano acredita que esse grupo separado de homens, composto pelos indivíduos pertencentes às classes dominantes, possuem o controle das funções do Estado e impedem a participação das classes exploradas e produtivas das decisões políticas. Essa coerção ocorre pela via física armada e pelo controle ideológico (MANDEL, 1978).

Nesse sentido, Friedrich Engels tem razão ao resumir a definição do Estado segundo a fórmula: um grupo de homens armados. Sem dúvida que o Estado desempenha outras funções além da de armar a classe possensora e de desarmar a classe produtiva. Mas, em última análise, a sua função é a de exercer a sujeição de uma parte da sociedade a outra (MANDEL, 1978, p. 36).

O controle do Estado pelas classes dominantes, sob as condições do capitalismo como modo de produção, permitiu a livre exploração do trabalho e a expansão do processo de produção. O controle do Estado personificado na classe dominante demonstra a importância não só do poder coercitivo, mas como do poder ideológico como uma forma de consolidar essa dominação e levar as classes exploradas a aceitar tal condição como algo inevitável ou natural. No texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1997) Marx descreve sobre o poder governamental francês e a sua organização burocrática, denunciando a sua submissão aos interesses da burguesia francesa:

Torna-se imediatamente óbvio que em um país com a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta mais de meio milhão de indivíduos e, portanto, mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações da vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitas adquire uma ubiquidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio coro social. (...) Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima.(...) (MARX, 1997, p. 65-66).

Na obra *A guerra civil na França* (2011d) Marx defende que, no caso de uma revolução da classe trabalhadora, a máquina estatal, tal como estava organizada pela burguesia, não pode ser mantida, pois assim foi constituída para atender os interesses de uma classe privilegiada e não da sociedade como um todo. Da mesma forma que o desenvolvimento das formas produtivas intensificava o conflito entre as classes, o Estado assumia o papel de defensor do poder do capital contra o trabalho, tornando-se "(...) uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe (MARX, 1997, p.55). Inspirado pela primeira revolução proletária, a Comuna de Paris, em 1871, Marx exaltava a nova organização proposta pelos insurgentes que previa: a substituição do exército pelo

povo armado; a escolha de conselheiros municipais via sufrágio universal; mandatos passíveis de serem revogados; a substituição do corpo parlamentar por um órgão de trabalho, executivo e legislativo; servidor público remunerado com salário de operário, entre outras medidas que retiraram o poder estatal daqueles que somente tinham interesses privados e o colocaram nas mãos da Comuna.

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2011d, p. 59).

A defesa do modelo da Comuna foi um salto para o trabalho de Marx, porque percebeu nela a experiência concreta da classe trabalhadora para a construção de seu próprio governo. Tal concepção, depois da experiência do socialismo real, é ainda mais importante, já que mostra que o projeto comunista original tinha como essência a defesa de um autogoverno e não a imposição de uma ordem à revelia da classe trabalhadora e muitas vezes contra ela.

### 3 O SERVIÇO SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM O PENSAMENTO MARXIANO E A TRADIÇÃO MARXISTA NO BRASIL: ELEMENTOS DE UM PROCESSO EM MOVIMENTO

Para reconstruir os caminhos que levaram o Serviço Social a interagir com o conjunto do pensamento marxiano, e aqui incluindo a tradição marxista no Brasil, é necessária a identificação dos diferentes aspectos sócio-históricos que confluíram para o desencadeamento deste processo.

Deste modo, sob os subsídios da já reconhecida literatura<sup>21</sup> existente sobre o tema, faz-se um resgate do legado que essa relação proporcionou ao conjunto da profissão, a partir do marco da renovação profissional, situado no contexto político e econômico do Brasil e da América Latina. Analisam-se, portanto, os elementos contextuais tratados não como fatores externos, mas a partir da sua condição intrínseca a esse processo, pois, para decifrar essa profissão por uma perspectiva crítica, como afirma Iamamoto, é necessário, “em primeiro lugar, abordar o Serviço Social com uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p.57). Do mesmo modo, é importante também pensá-la a partir dos sujeitos que a ela dão vida, considerando suas vivências e ações, ou seja, a profissão não pode ser pensada sem a caracterização dos profissionais que permitem a sua existência e que também atribuem a mesma um determinado *modus operandi* (Ibidem, p. 57). Confluentemente, considerou-se o nível de disputa entre as classes sociais e como esse processo rebateu sobre a erosão do Serviço Social tradicional, como influenciou nas contraditórias correntes ideológicas que passam a influir na profissão no Brasil, assim como na América Latina.

#### 3.1 A RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

O período mais efervescente vivido pela profissão na América Latina combinou com um dos momentos mais obscuros da sua política, pois foi sob as condições de uma supremacia burguesa e autoritária que o marxismo foi inserido no

---

<sup>21</sup> Para citar as principais obras de referência, recorreu-se à José Paulo Netto, *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-62* (2009); à Marilda Iamamoto, *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* – obra elaborada em conjunto com Raul de Carvalho (2014); e *Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (2004).

espaço dos debates profissionais, ainda que restrito a alguns setores universitários no Serviço Social. Assim como interagiu com o marxismo, o Serviço Social também absorveu neste mesmo período os influxos de outras perspectivas teórico-filosóficas, demonstrando, assim, a existência de uma pluralidade no interior desse movimento, comportando diferentes direcionamentos. Além disso, a emergência desse movimento, calcado em diferentes linhas de reflexão profissional, foi a expressão de diferentes projetos societários que também estavam em disputa na América Latina que se acirraram em um determinado momento.

Com o desenrolar desse processo, deram-se início as mudanças que atingiram diretamente os fundamentos profissionais, provocando uma erosão das bases tradicionais do Serviço Social. Embora haja um consenso de que não se rompeu totalmente com as bases conservadoras da profissão, é real o salto dado pela profissão, no sentido dialético do termo, para uma fundamentação profissional sustentada por alicerces críticos e emancipatórios, aos quais estão afetos os aspectos teóricos e ideopolíticos que fundamentam o trabalho e a formação em Serviço Social e que hoje ocupam uma posição hegemônica na categoria.

As primeiras incursões do Serviço Social pelos caminhos do marxismo foram desencadeadas nos meados da década de 60, do século XX, a partir da emergência de grupos profissionais que compuseram o Movimento de Reconceituação. Sendo expressão do tempo e espaço ocupados nesse período, esse movimento esteve intrinsecamente vinculado e influenciado pelas lutas sociais de contestação ao padrão de desenvolvimento capitalista que se espalharam pelo continente, absorvendo para o debate profissional muitas das pautas que se encontravam em destaque entre os setores mais progressistas e de viés anticapitalistas que protagonizavam as principais lutas sociais da época. A introjeção dessas pautas levou a uma insurgência entre alguns setores profissionais que exigiam, concomitantemente, a negação do que era considerado ultrapassado frente às novas exigências sociais, assim como a uma reconsideração sobre as bases que fundamentavam o trabalho profissional.

Desta forma, esse movimento apostou na possibilidade de uma ação protagonista profissional frente às demandas sociais que cada vez mais se complexificavam, negando os elementos de subalternidade que caracterizavam o trabalho do Assistente Social. Segundo Yamamoto, o Movimento de Reconceituação

perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTTO, 2004, p. 207).

E complementando a definição, afirma Silva que:

(...) o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constituiu-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista (SILVA, 2011, p. 100).

No que tange ao campo político-econômico nesse período, o quadro era de instabilidade para o capitalismo em nível internacional, tendo como marca o afloramento da insatisfação popular frente aos sintomas de exaurimento do modelo econômico que se constituiu a partir do pós-guerra. Os anos consecutivos de crescimento econômico e as proteções sociais mantidas pelos Estados burgueses, norteados principalmente pelas teorias econômicas de John M. Keynes, chegaram ao seu limite no final dos anos 50 (século XX), apresentando taxas de crescimento abaixo das observadas nos anos anteriores, levando a um grave quadro de estagnação econômica nos países centrais (OHLWEILER, 1985). Com as consequências sociais dessa crise, há uma emersão de movimentos de nuances diversificados, porém, coesionados com a linha anticapitalista, que brotaram em diferentes áreas da sociedade, através da cultura, da política, da educação, da defesa de direitos civis, entre outros. Netto resume o quadro social efervescente que se instalou nessa época:

O tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nas áreas centrais quanto periféricas, ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos. Registram-se, então, amplos movimentos para direcionar o ônus da desaceleração do crescimento econômico, mediante lutas de segmentos de trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses. (...) Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os casos, recolocavam na agenda as ambivalências da cidadania fundada na propriedade (privada) e

redimensionaram a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas (NETTO, 2005, p. 7).

Este cenário político, em que as instituições burguesas que constituíam a base de sustentação do capitalismo estavam sendo colocadas à prova, causou reverberações nos países periféricos de capitalismo hipertardio e dependente, ainda que de modo particularizado na América Latina. É importante lembrar que estes Estados não usufruíram do modelo político-econômico promovido no *Welfare State*, como nos países capitalistas centrais. Compreendendo Estados fortes na intervenção econômica, assim como na oferta de políticas de proteção social à classe trabalhadora, o *Welfare State* concentrou-se somente nos países de capitalismo mais desenvolvido. Submetida ao modelo de capitalismo dependente, sujeita à dominação imperialista dos países centrais, a América Latina apresentava um quadro de acumulação concentrada de capital, favorecendo centralmente suas elites burguesas, mantendo por outro lado uma ampla parte da população em condições de pobreza extrema. Silva caracteriza como o capitalismo se desenvolveu nos países periféricos da seguinte forma:

Nos países periféricos, o domínio burguês imperialista – como de praxe – não se objetivou como no centro da economia mundial. Neles, a era monopólica continuou propiciando uma industrialização hipertardia em Estados fracos na objetivação de direitos sociais e fortíssimos no gerenciamento dos interesses do capital (SILVA, 2013, p. 84).

A movimentação social se refletiu através do advento de novos sujeitos políticos nos cenários nacionais, sejam os que estavam vinculados aos Partidos Comunistas (PC), às organizações operárias, aos setores progressistas católicos, como no avanço da guerrilha de esquerda pela América Latina, impulsionada pela Revolução Cubana em 1959, comandada por Fidel Castro. “Esses movimentos foram determinantes na penetração e no avanço do marxismo no Serviço Social que ocorreram no processo de avanço da crítica à tendência tradicional e ao conservadorismo da profissão; (...)” (LOPES, 2016, p. 322).

Deste modo, conformou-se um cenário político, social e econômico que rebateu incisivamente entre setores da profissão. Pressionados pelas disputas que se radicalizavam no contexto político e pelas novas exigências que partiam do campo da prática social, parte dos Assistentes Sociais sentiram-se convocados a assumir uma posição política mais clara. Alguns grupos passam assim a denunciar e



questionar as velhas e tradicionais práticas, colocando em xeque os impactos de suas ações para a sociedade como um todo. O debate profissional alça um novo patamar, ultrapassando os discursos endógenos que se limitavam ao espaço da profissão. Por conseguinte, os temas com amplitude estrutural passam a ser incorporados ao debate profissional, construindo, assim, um novo projeto para o Serviço Social latino-americano, tendo em vista a pretensa politização da ação profissional que se buscava implantar (IAMAMOTO, 2004).

Desta forma, desenvolveu-se um debate que perpassou as diferentes dimensões do trabalho profissional, sejam estas de cunho ideopolítico ou teórico-metodológico. O trabalho profissional é questionado por sua funcionalidade à ordem burguesa; as práticas desempenhadas tradicionalmente pelos Assistentes Sociais são colocadas à prova, tendo em vista o seu alinhamento teórico com o importado estrutural-funcionalismo e com o neotomismo, e os seus modelos de intervenção voltados ao enquadramento e adaptação de sujeitos “disfuncionais”; ocorre também uma negação das suas bases confessionais, intensificando o processo de ruptura com a Igreja. Esse movimento no interior da profissão foi a expressão de um anseio em “(...) adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental” (NETTO, 2009b, p.147). Desse modo, se inseriu a rejeição aos aportes intelectuais estrangeiros<sup>22</sup>, ou seja, externos à realidade latino-americana, que hegemonizavam o campo teórico profissional até então. Além disso, a direção social do trabalho passa a ser repensada, tendo em vista o seu histórico comprometimento com a manutenção do *status quo* e das pretensas abstenções frente aos determinantes estruturais que produzem as desigualdades sociais (IAMAMOTTO, 2004).

Ora, este é o cenário mais adequado para promover a contestação de práticas profissionais como as do Serviço Social “tradicional”: seu pressuposto visceral, a ordem burguesa com limite da história, é questionado; seus *media* privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, veem-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos de integração da “sociedade aberta”, é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada “tecnicamente”, é recusada. Mais decisivo ainda: a sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz (NETTO, 2009b, p. 143).

---

<sup>22</sup> Representados principalmente pela Doutrina Social da Igreja Católica, através do Neotomismo e pela influência do Serviço Social norte-americano, sustentado no pressuposto teórico do funcionalismo. Para maior aprofundamento no tema, ver mais em Aguiar (2011).

Ademais, Netto também define três importantes vetores que incorrem na profissão, que resultaram nesse quadro contestatório ao modo como o Serviço Social vinha se desenvolvendo na sociedade. O primeiro vetor refere-se à interlocução do Serviço Social com as Ciências Sociais, relação que não existia antes desse período; segundo, a mudança de localização política de grupos inseridos em instituições vinculadas historicamente à profissão, caso específico que ocorreu na Igreja Católica e, por fim, a efervescência que se instala entre o movimento estudantil, que passa a ter certo protagonismo no cenário político. São esses processos que emergiram em um quadro político de crise do capital, de acirramento da luta de classes, portanto, favorável ao levante de grupos sociais vinculados à classe trabalhadora, que se condensaram e rebateram diretamente no discurso de quadros profissionais, revelando o estopim para o início de uma erosão das práticas profissionais tradicionais.

Silva (2013), em complementação a estes determinantes, afirma sobre a importância da criação de espaços de divulgação das produções teóricas e análises críticas sobre o Serviço Social que até então eram muito incipientes. Destacam-se as editoras Ecro e Humanitas, sediadas na Argentina, e o Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS), de Lima e Peru, e no Brasil, a fundação da Cortez Editora (LOPES, 2016). Esse processo denota uma perspectiva nova na profissão, pois expressa um novo patamar alçado pelos Assistentes Sociais do ponto de vista da produção científica na área. O que se constata nesse período é uma ampliação das produções teóricas sobre Serviço Social, encontrando espaços favoráveis à divulgação desses trabalhos, contribuindo, assim, para a diversificação dos temas debatidos pela categoria.

Da mesma forma, contribuiu para democratização do debate sobre temas afeitos à profissão, como é o caso da suposta imparcialidade das ações profissionais, postura defendida firmemente por setores tradicionais da profissão. Esta “imparcialidade” passa a ser alvo de questionamentos, tendo em vista a sua funcionalidade, a dinâmica de alinhamento político mantido por profissionais com setores conservadores da sociedade, vinculados aos projetos societários do Estado e, conseqüentemente, da burguesia. Este *modus* de operar da profissão, comprometido com o apaziguamento social e alinhamento ao projeto burguês de sociedade, foi um dos principais fatores de contestação por aqueles que integravam

o movimento. A pretensão da Reconceituação, neste sentido, era articular a profissão com a dinâmica social e política do seu tempo, rejeitando, assim, as análises assépticas que abstraíam a profissão das suas determinações sócio-históricas. Era combater, via espaços profissionais, esta estrutura social produtora e reprodutora de desigualdades que assolavam a América Latina, materializadas no cotidiano profissional da maioria dos Assistentes Sociais.

Netto explica que os fundamentos teórico-metodológicos defendidos pelo Movimento de Reconceituação eram heterogêneos, se tratando de uma “renovação caleidoscópica” (NETTO, 2009b, p. 148). Inclusive, se identificam dois grandes grupos que compuseram esse movimento pela renovação profissional: o primeiro buscava uma renovação profissional a partir de um processo de modernização conservadora, com a finalidade de tornar o Serviço Social uma profissão comprometida com os projetos desenvolvimentistas emergentes nos países capitalistas periféricos; já o segundo grupo empenhava-se em provocar uma ruptura radical com o passado profissional e buscava alinhar o Serviço Social com os projetos societários de superação da ordem capitalista.

É nesse quadro heterogêneo de perspectivas teóricas e de posicionamentos políticos distintos que a tradição marxista se insere pela primeira vez nos marcos profissionais, “(...) depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser um estranho ao universo profissional dos assistentes sociais” (NETTO, 2009b, p. 148). Nesse primeiro momento, a introdução do marxismo nos debates da profissão desenvolveu-se de modo lento e permeado de inconsistências. Contudo, avançou entre alguns quadros profissionais, principalmente nos meios acadêmicos, criando o chamado “marxismo acadêmico”, via divulgação de ensaios críticos publicados na revista *Acción Crítica*, de responsabilidade do Centro de Estudios Latino-americanos de Trabajo Social (CELATS) (LOPES, 2016).

No entanto, essa primeira aproximação ocorreu de modo questionável pelas seguintes razões: primeiro, porque não ocorreu a partir da apropriação da própria obra marxiana, mas através de manuais de divulgação direcionados a militantes políticos de pouca densidade teórica. Isso ocorreu devido ao acesso limitado a produções marxistas mais consistentes, ainda não traduzidas para a língua portuguesa ou mesmo pela restrição à sua divulgação durante o período das ditaduras. Os materiais disponíveis eram pouco densos, não permitindo uma apropriação mais profunda e fiel das concepções e do método marxistas. Essa

incipiente circulação das obras marxianas, assim como a redução positivista<sup>23</sup> do marxismo, que caracterizava as obras marxistas então acessadas pelos Assistentes Sociais, trouxe como consequência uma procura por respostas imediatistas e utilitárias para as demandas que emergiam no trabalho profissional, em detrimento de aprofundamento teórico-crítico fundamental à apropriação do marxismo. (IAMAMOTTO, 2004, p. 211).

Entre os principais autores que ocuparam o papel de intermediários ao pensamento marxista, estava o estruturalista Althusser, que apesar de sua importante contribuição, sempre teve suas teses questionadas não só pelo Serviço Social, como também pelas Ciências Sociais próximas ao marxismo. A apropriação dos determinismos estruturalistas pelo Serviço Social é a principal justificativa para a atual rejeição a esse autor. Resumidamente, a principal crítica tecida às ideias de Althusser e aos seus demais companheiros estruturalistas (Balibar, Ranciere, entre outros) se assenta na ausência de sujeitos e objetos no processo histórico, ou seja, este último se desenvolve sem a participação consciente das pessoas. Conforme destaca Boucher, sobre o estruturalismo althusseriano: “A mudança histórica ocorre por causa das transformações estruturais, que ocorrem como resultado da deformação disfuncional das relações entre as instituições, como consequência da complexidade da formação social” (BOUCHER, 2015, p. 233).

Para essa influente corrente de pensamento marxista, que ganhou espaço no meio político e universitário na movimentada década de 60, no século XX, são as funções estruturais que comandam o desenvolvimento histórico, contudo, rejeitando o pressuposto do determinismo econômico em detrimento dos demais níveis estruturais. A influência de Althusser no Serviço Social é destacada por Quiroga na sua pesquisa sobre o ensino da disciplina de Metodologia no Serviço Social na década de 80 (século XX). De acordo com os resultados da investigação realizada junto aos docentes responsáveis pela condução dessa disciplina, Althusser figurou entre as principais influências na formação desses profissionais. Ainda segundo as suas conclusões, como desdobramento da leitura da obra desse autor que rebateu sobre o Serviço Social, é referida a divisão entre as consideradas obras filosóficas de Marx, referentes aos seus primeiros escritos, e as obras da maturidade, que

---

<sup>23</sup> Sobre a invasão positivista no marxismo, nos espaços de formação em Serviço Social na década de 1980, ver Quiroga, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social* (1991).

contemplavam uma visão mais estrutural da sociedade. Para Quiroga, a conclusão de Althusser sobre a obra marxiana expressou uma ruptura entre a ciência e a transformação social. “Esta tendência cientificista do marxismo, vista por Althusser, levava consigo uma maior preocupação com as questões epistemológicas, prevalecendo sobre as de ordem ontológicas” (QUIROGA, 1991, p. 102).

Outra crítica recorrente sobre o modo como o marxismo passou a influenciar na profissão decorre da transposição das ações político-partidárias para o trabalho profissional, sem as mediações adequadas que contemplassem as condições concretas em que se desenvolvia o trabalho, reconhecendo os limites impostos a sua condição de trabalhador assalariado. Nesse processo, diretamente influenciado pela luta de classes que se acirrava no continente, grupos de Assistentes Sociais sentiram-se convocados a tomar parte nesta disputa, ou seja, assumir um lado nesse confronto para uma definição da direção política do seu trabalho na sociedade, o que exigia, da mesma forma, uma definição de classe. Ainda segundo os resultados referentes a mesma pesquisa de Quiroga, os docentes dessa época, em muitos casos, admitiram ter sido influenciados pela militância político-partidária, o que propiciou uma aproximação com o marxismo, mas não com as obras marxianas (QUIROGA, 1991).

O que se contesta, nesse caso, como refere Iamamoto, recai sobre uma insuficiente “consciência teórica” (IAMAMOTO, 2004, p. 210), isto é, em um conhecimento científico mais elaborado capaz de auxiliar no deciframento tanto da localização do Serviço Social no âmbito das relações sociais estabelecidas entre burguesia, governo e classe trabalhadora assim conformadas, quanto das possibilidades de intervenção no âmbito das expressões dessa contradição. A autora reforça, assim, a sua crítica para a confusão que se estabeleceu entre trabalho profissional e militância política nesse período, conduzida pelas primeiras aproximações ao marxismo:

O encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do filtro da prática político-partidária. Por meio dela muitas inquietudes foram transferidas da militância política para a prática profissional, estabelecendo-se com frequência uma relação de identidade entre ambas, deixando de lado suas diferenças e, assim, impossibilitando a análise criteriosa de suas mútuas relações (IAMAMOTO, 2004, p. 210).

Contudo, apesar das ressalvas sobre esse primeiro momento de aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista, há o reconhecimento de que foi nesse período que as bases para se pensar a profissão a partir da perspectiva dialético-crítica foram assentadas, podendo ser considerado o principal legado do Movimento de Reconceituação. No que concerne ao legado desse movimento para o Serviço Social, Silva faz a seguinte defesa:

(...) a crítica orientadora da ruptura com essa tendência e da construção da alternativa que vincula o Serviço Social aos interesses das classes trabalhadoras, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes. Essa perspectiva de vinculação é, do meu ponto de vista, o principal legado do Movimento de Reconceituação e do marxismo ao Serviço Social no continente (LOPES, 2016, p. 322).

Apesar dos percalços nessa aproximação, foi a partir desse movimento que o Serviço Social passou a se vincular aos interesses da classe trabalhadora, reconhecendo-se também como sua parte constitutiva, afirmando o efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação social (LOPES, 2016).

### 3.2 A INTENÇÃO DE RUPTURA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O início da erosão do Serviço Social tradicional no Brasil não ocorreu de modo diferente do processo que tomou parte da América Latina, pois foi também expressão das condições políticas, econômicas e sociais que se desencadearam nos limites latino-americanos. Contudo, é necessário destacar que o processo brasileiro apresentou certas particularidades, tendo em vista o cenário nacional da época. Dito isso, resgatar o processo de renovação do Serviço Social no Brasil e compreender como a interlocução com o pensamento de Marx e com a tradição marxista ocorreu, implica, da mesma forma, delimitar as circunstâncias sociais e suas determinações sócio-históricas que atingiram o país, mesmo considerando os limites dessa tese.

No que tange ao contexto político-econômico prévio ao golpe militar de 1964, o país encontrava-se na era plena do desenvolvimentismo, com a economia atingindo um patamar diferenciado na dinâmica capitalista local, se comparado aos períodos econômicos anteriores. A industrialização no Brasil até 1930 era irrisória, tendo caráter competitivo e local, fundamentada no modelo de substituição de

importações. Já a partir de meados dos anos 50 (século XX) a fase de industrialização brasileira passa a ser monopolista, contando com a participação massiva do Estado<sup>24</sup> e do capital estrangeiro. As grandes empresas monopolistas, tanto estatais como privadas, constituíam o principal setor dinâmico da economia. Para Ohlweiler, um dos principais estímulos à industrialização nesse período ocorreu via forte intervenção do Estado Brasileiro, ao dinamizar a transferência de renda do setor cafeeiro (que era até então o principal setor da economia exportadora nacional) para o setor industrial, permitindo, assim, a importação de máquinas e equipamentos e a ampliação do investimento das empresas em capital constante (OHLWEILER, 1985).

Desenvolveu-se, neste sentido, um novo padrão de acumulação, alterando o padrão de exportações: antes a economia se sustentava na agroexportação, passando posteriormente a exportar cada vez mais produtos manufaturados. Ainda, segundo Ohlweiler (IDEM), a fonte de acumulação com o crescimento industrial, na condição de capitalismo monopolista, é a exploração do trabalho, visto a fraca base de forças produtivas materiais, apesar do auxílio estatal na potencialização desse setor e da entrada de capital estrangeiro.

Em meados de 1960, após vivenciar um período de expansão da economia<sup>25</sup> via pesado processo de industrialização no país, com a consolidação de um modelo capitalista monopolista de Estado, a economia desemboca numa crise que iniciou no último ano de governo de Kubitschek (1956-1961), e atravessou as administrações de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1962-1964), tendo o seu ponto de crise mais alto no ano de 1964, quando Goulart foi deposto por um golpe militar. Após a renúncia de Jânio Quadros, governo que durou 7 meses, grupos sociais representantes do campo democrático passaram a ter presença no Governo João Goulart, fenômeno que nunca havia ocorrido na história brasileira. Desta forma, se

---

<sup>24</sup> Nesse período, o Estado desempenhou papel fundamental no investimento em setores estratégicos da economia, principalmente por sua capacidade de captação e concentração de excedentes. Seus investimentos foram introduzidos principalmente nas áreas de siderurgia, de insumos, do petróleo, da energia elétrica e do setor bancário (OHLWEILER, 1985).

<sup>25</sup> Ohlweiler destaca que o crescimento industrial no país teve o seu auge no Governo de Juscelino Kubitschek, alavancado pela participação massiva do Estado em setores-chave para o crescimento desse setor: “Durante a fase do Plano de Metas da Administração Kubitschek, o crescimento industrial apoiado num novo bloco de investimentos promove uma substancial modificação na estrutura industrial, alterando as relações intersetoriais em favor do departamento de bens de produção e do departamento de bens de consumo para capitais (duráveis), o primeiro em posição dominante e o segundo em posição ainda importante, mas secundária. Enfim, trata-se de um autêntico processo de industrialização pesada (OHLWEILER, 1985, p. 154).

reacende um nacional-populismo que agregara forças diversas, desde partidos políticos até sindicatos<sup>26</sup>, tendo este fenômeno político seu auge no programa das Reformas de Base<sup>27</sup>. O diferencial desse período, com relação à história do país, é o crescimento considerado fora da curva de organizações vinculadas às lutas operárias, camponesas e populares em geral.

Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros (SILVA, 2011, p. 46).

Uma justificativa para essa efervescência popular se assenta no processo de transformação que atingiu o setor produtivo: houve um aumento numérico significativo da classe operária, somada a uma intensificação da exploração da força de trabalho, e, conseqüentemente, um maior acirramento da luta de classes. Ohlweiler caracteriza sinteticamente esse processo:

Afirma-se a crescente dominância do capital monopolista sobre o capital médio, isto é, da burguesia monopolista à frente do setor industrial mais dinâmico sobre a média burguesia em geral confinada nos setores industriais de bens de consumo para assalariados. Por outra parte, o processo de industrialização periférica em curso, que deve servir ao mesmo tempo à acumulação interna e externa do capital, seria impensável sem a intensificação da taxa de exploração da força de trabalho. É aí que deve ser localizada, antes de tudo, a causa da pressão operária e popular esboçada desde meados dos anos 50, pressão essa que se manifesta no número crescente de greves e na notável intensificação do movimento reivindicatório em geral e irá atingir seu ponto mais alto entre 1962/1963 (OHLWEILER, 1985, p. 178).

Outro fato novo não menos importante é a associação a esses movimentos de setores vinculados à Igreja Católica, inspirados sobre uma nova leitura bíblica com viés marxista, movimento conhecido por compor a corrente cristã da Teologia

---

<sup>26</sup> Como partido, podemos citar o protagonismo do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como o sindicato que ganhou peso do cenário político nacional.

<sup>27</sup> As reformas de base consistiam em um programa de governo que visava à implementação de medidas que contrariavam os interesses de setores vinculados ao imperialismo e ao latifúndio. A defesa dessas medidas pelo governo exemplifica a relação do mesmo com setores populares da sociedade, cedendo, dessa forma, a algumas reivindicações da classe operária e camponesa. Entre algumas dessas medidas estavam a realização de uma reforma agrária e uma reforma fiscal, esta última pretendendo aumentar a arrecadação do Estado através da taxa das multinacionais que aqui operavam (OHLWEILER, 1985; NETTO, 2009b).



da Libertação. Observa-se também a realocização de setores das Forças Armadas, que desencadeiam reivindicações associadas a movimentos populares, provocando uma crise interna nas Forças Armadas, devido aos inúmeros casos de insubordinação aos escalões mais altos da hierarquia.

Diante da crise que se abateu sobre a economia nesse período e o quadro grave de instabilidade política que não interessava às classes dominantes, tendo em vista as ameaças à propriedade privada, constitui-se uma reação dos setores vinculados à burguesia nacional (as oligarquias rurais, os agroexportadores, a burguesia industrial e a grande burguesia monopolista). Somam-se a essa organização, setores militares que ansiavam por estancar a crise interna e que concomitantemente simpatizavam com o ideário anticomunista e antipopulista. O objetivo dessa reorganização burguesa e militar era rearticular as relações entre Estado e burguesia, associados aos interesses imperialistas, neutralizando as forças sociais que ocupavam espaço no cenário nacional. Para esses grupos, pairava a preocupação de um possível “contexto pré-revolucionário” (SILVA, 2013, p. 86), caso o golpe de abril não fosse exitoso:

O que estava em jogo não era propriamente o capitalismo ou o socialismo, mas a disputa entre um modelo de desenvolvimento associado e dependente (marca da era de monopólios e do imperialismo na sua forma mais radical) ou um processo de intensas reformas democráticas e nacionais, contrárias ao imperialismo e ao latifúndio, que poderia se desdobrar – radicalizado – em um processo de revolução social (SILVA, 2013, p. 86).

O golpe militar de 1964 representou o triunfo dessa aliança e a derrota das forças populares formadas pelas classes operária e camponesa. A autocracia burguesa que se instalou no comando político do Brasil sustentou-se, segundo Silva (2013, p. 87), “(...) em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação”. Implicou, desta forma, um governo autoritário e antipopular, voltado a responder aos interesses essenciais da burguesia, estabelecendo as condições gerais para a aceleração da acumulação do capital na etapa monopolista e reprimindo, através da força policial-militar, as tensões sociais que pudessem impedir o desenvolvimento desse projeto.

A partir deste contexto político e social, que marcou o período pré-golpe militar, torna-se possível apontar para alguns aspectos conjunturais que irão mais

adiante incidir na aproximação do Serviço Social ao marxismo. O principal aspecto é atinente ao crescimento das lutas operárias e camponesas, de perfis anti-imperialistas, que carregavam em suas reivindicações um forte teor democrático e o combate ao atraso social promovido pela ordem capitalista. O acirramento da luta de classes põe as ações profissionais sob contradição, pois passam a se sobressair, em detrimento dos interesses das classes dominantes que contratam a mão de obra do Assistente Social, as demandas dirigidas pela classe trabalhadora que é quem destinatário dos serviços executados por essa profissão. Portanto, quanto mais entram em choque os interesses antagônicos das classes sociais no cenário do capitalismo brasileiro, mais entra em contradição o trabalho profissional, em virtude destes interesses divergentes que se materializam no cotidiano do Serviço Social, entre os interesses de quem paga pela a sua força de trabalho e quem recebe imediatamente os benefícios do trabalho.

Contudo, é importante ressaltar que, até meados dos anos de 1970, o debate no Serviço Social brasileiro apresentava uma defasagem, se comparado com o resto do continente. O debate que ocorria no Brasil não estava alheio ao que acontecia no quadro político, porém não demonstrava força suficiente para provocar mudanças significativas na profissão. Em 1965, por exemplo, ocorreu em Porto Alegre o que foi o primeiro encontro na América Latina da profissão, com o propósito de articular estas novas inquietações. O I Seminário de Serviço Social, face as Mudanças na América Latina de 1965, é considerado o marco da deflagração do Movimento de Reconceituação e do início do processo de intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional (LOPES, 2016; NETTO, 2009b). Os principais temas abordados nesse encontro relacionavam-se à necessidade de desenvolvimento profissional no continente, a partir da crítica ao caráter pragmatista do Serviço Social Tradicional. Representou uma “tendência fundante da necessidade de construção de uma alternativa crítica no Serviço Social, na qual a organização acadêmico-política dos profissionais foi fundamental nos diferentes momentos do movimento” (LOPES, 2016, p. 315).

Todavia, este foi um acontecimento isolado, pois é tão somente no marco da autocracia burguesa que o Serviço Social apresentará maior mobilização para a renovação, buscando afinar-se às novas demandas sociais que emergiam nesse momento e que exigiam uma nova postura profissional.

Por outro lado, é importante salientar que não houve por parte do governo militar um movimento intencional em modificar ou de deslegitimar as formas tradicionais de trabalho exercido pelos Assistentes Sociais. Ao contrário, até meados de 1980, o que há são discursos governamentais de legitimação e valorização do Serviço Social tradicional. Havia o interesse em manter os traços subalternos da profissão, que cooperavam no projeto de controle da classe trabalhadora, através da sua atuação na execução de políticas sociais (NETTO, 2009b). Entretanto, é nesse ínterim do governo ditatorial que se consolida uma nova dinâmica social, permitindo que se desenvolvesse o processo de renovação profissional. Essa renovação, caracterizada por sua “pluricausalidade” e “multilateralidade”, conforme a caracterização de Netto (2009, p. 116), supõe também considerar os movimentos internos que ocorreram na profissão que desejavam a construção de respostas a essas novas demandas impostas.

Soma-se a estes fatores, o deslocamento de grupos vinculados à Igreja Católica para uma direção menos conservadora e mais próxima das necessidades da população, conforme referido anteriormente. O diferencial é que este movimento rebate diretamente no Serviço Social, pois, como é de conhecimento, a profissão tem, desde a sua institucionalização no Brasil, laços com as bases confessionais e reconhecida participação nas ações doutrinárias da Igreja Católica, tendo muitos dos seus quadros profissionais atuantes no movimento católico<sup>28</sup>.

Para o Serviço Social, esses foram os primeiros fenômenos que incidiram diretamente sobre a profissão, criando um quadro, ainda que muito residual, se comparado com o que viria a se constituir a partir de 1980, de uma onda de questionamentos ao que se vinha desenvolvendo profissionalmente, partindo principalmente dos aportes dos programas de pós-graduação cujas pesquisas iniciaram nas décadas de 70 e 80 do século XX. Contudo, esse processo, no Brasil, assim como ocorreu na América Latina, não apresentou homogeneidade nas suas posições.

Sob o contexto autocrático burguês, a repercussão desse processo no Serviço Social ocorreu por três diferentes vertentes: duas de conteúdo conservador

---

<sup>28</sup> O Serviço Social no Brasil, quando ainda a sua institucionalização era embrionária, vinculava-se à qualificação das ações assistenciais do laicado da Igreja católica, que atuava junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias, com o objetivo de cristianizar a sociedade, regido sobre as bases ideológicas da Doutrina Social da Igreja (SILVA, 2011). Para maior aprofundamento sobre o tema, ver também Iamamoto (2013) e Aguiar (2011).

e outra mudancista. As vertentes conservadoras desse processo, a perspectiva conservadora e a reatualização do conservadorismo, conforme definição de Netto (2009), aspiravam em essência outorgar uma nova roupagem mais tecnocrática para o trabalho do Assistente Social. Assim, previam readequar, sem promover rupturas abruptas com o tradicionalismo das atividades já desempenhadas, mas respondendo de alguma forma às novas exigências.

A perspectiva modernizadora substituiu a ideologia da Doutrina Social da Igreja, de origem franco-belga, pelo estrutural-funcionalismo norte-americano. A sua base ideológica também se sustentava em correntes psicológicas e sociológicas, esta última pela influência positivista e funcionalista e a sua metodologia ficou conhecida pelo Serviço Social de Casos e Grupos. Este segmento reverteu as práticas e os discursos do tradicionalismo em uma postura modernizadora, conservando o mesmo teor psicologizante do trabalho profissional. Buscou, dessa forma, a sua legitimação junto aos setores contratantes do trabalho, “adequando o Serviço Social à ideologia dos governantes” (IAMAMOTO, 2004, p. 215), pois apresentava vínculos profundos com o ideário desenvolvimentista do governo militar. Demonstrava assim, um profundo engajamento com os ditames do projeto de desenvolvimento e modernização do país, alavancado pelos governos autocráticos que se sucederam e que contavam o protagonismo do conjunto das elites brasileiras. Condicionada pela ilusão de que o desenvolvimentismo era um caminho possível para a superação do atraso econômico e social brasileiro, essa corrente profissional almejava a qualificação das atividades profissionais, com o propósito de atribuir maior legitimidade as suas ações junto às instituições contratantes. (MORAES et al., 2011).

Tornar o Serviço Social uma profissão moderna significa, nesse contexto, elevar seu status de cientificidade e de eficiência técnica, capacitando o assistente social para atuar em equipe interprofissional, ampliando sua área de atuação do micro (prestação direta de serviços) para o nível macro de atuação (política social e planejamento) (MORAES et al., 2011, p.131).

Além disso, seus debates não apreendiam a profissão a partir de questões mais abrangentes e estruturais da sociedade, somente se restringiam às questões mais pragmáticas do trabalho, conferindo uma primazia ao aperfeiçoamento técnico-profissional, que levou a uma burocratização das atividades profissionais (NETTO, 2009b). O objeto profissional era definido pelas “disfunções sociais” de indivíduos ou

grupos, direcionando a intervenção para um reajustamento de comportamentos que estavam em desordem com uma determinada normalidade, em prol de uma suposta integralidade e paz social. Há uma clara individualização dos problemas sociais, sustentada em uma rejeição a explicações estruturais de funcionamento da sociedade.

A segunda vertente, de inspiração fenomenológica e denominada de reatualização do conservadorismo, foi a mais resistente a mudanças no Serviço Social, mas também com menos repercussão entre os quadros profissionais. Os seguidores desta vertente recusavam qualquer aproximação à tradição positivista ou ao pensamento marxista, reafirmando a defesa dos valores profissionais sustentados pelo cristianismo. Procuravam se diferenciar do “tradicional”, conferindo um “verniz de modernidade” (NETTO, 2009b, p. 156) às atividades profissionais, porém conservando a matriz ideológica que rejeitava explicações macrosociedade, privilegiando a individualização dos problemas sociais. Deste modo, reiteravam os elementos individualizantes da intervenção, fundamentando o exercício profissional pelas bases da ajuda psicossocial através do diálogo.

A terceira vertente, denominada intenção de ruptura, e a mais relevante para essa tese, tem, no período pré-golpe militar, a sua emergência, contudo, somente a partir da década de 80, do século XX, adquire maior robustez no Serviço Social. De acordo com a caracterização de Moraes et al. (2011), no íterim entre 1960 e 1970, identifica-se o surgimento de grupos de Assistentes Sociais que passam a questionar o Estado e suas estruturas sociais injustas. A sua orientação nesse momento assentava-se numa perspectiva marxista ortodoxa, vinculada aos programas político-partidários de esquerda. Com isso, ocorreu a evasão desses profissionais das instituições empregadoras, sob o argumento de que as mesmas legitimavam as injustiças sociais por serem instrumentos ideológicos de poder e coerção (MORAES et al., 2011). Esse fenômeno que ocorreu entre alguns setores profissionais tem relação com a aproximação ao marxismo via Louis Althusser, conforme já caracterizado no item 3.1.

Assim, essas primeiras movimentações não superaram as ações espontâneas de alguns grupos isolados para algo mais sistematizado e consistente. Influenciados principalmente pela dinâmica política da época, acabam trazendo para o âmbito do Serviço Social os primeiros debates profissionais sob a interpretação do marxismo. Essa movimentação foi suspensa pelas dificuldades impostas no período

militar, devido às ações de cerceamento a qualquer atitude que pudesse ser considerada contra a ordem ou subversiva, e nisso se incluía, principalmente, qualquer discussão que contemplasse o tema comunismo.

Não obstante, apresentando-se como um desvio nesse contexto político, já na década de 1970, surge o que foi considerada a primeira sistematização do Serviço Social sobre a profissão a partir de uma leitura marxista. Este movimento emergiu sob o contexto da ditadura militar, por iniciativa da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, com a coordenação das professoras Leila Lima Santos e Consuelo Quiroga. Assim, desenvolveu-se a primeira elaboração com uma destacada preocupação teórica e metodológica, concentrada na proposição de alternativas de intervenção profissional, assim como na construção de outro modelo de formação profissional. Além disso, como resultado dessa influência do pensamento marxista, delineou-se sob a perspectiva da luta de classes, apontando para o necessário comprometimento da atuação profissional com os interesses das classes subalternas. O “Método BH”<sup>29</sup>, como ficou conhecido, demarcou uma outra etapa no movimento de renovação do Serviço Social, pois foi o único, entre as vertentes que se apresentaram, que realmente intencionou uma ruptura radical com o conservadorismo tradicional da profissão. Desencadeia-se no Serviço Social mais um passo no processo de renovação, com a inserção de novos sujeitos no âmbito acadêmico, agregando novos debates até então ignorados pela profissão. Segundo Netto:

É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura (...) (NETTO, 2009b, p. 262-263).

Há críticas bastante rígidas no que concerne ao modo como ocorreu a apropriação do pensamento marxista nessa ocasião. Sobre a experiência de Belo Horizonte, a crítica de Silva (2013) resume bem as ressalvas a ela direcionadas. A principal crítica refere-se a uma aproximação com a tradição marxista via militância

---

<sup>29</sup> O Método BH se constituiu em diversos documentos elaborados pela escola mineira de Serviço Social, sendo três desses centrais para o entendimento dessa iniciativa: a prática como fonte da teoria, uma proposta de reestruturação da formação profissional e análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Ver mais em Netto (2009) e Santos (1985).

política, sem o respaldo das obras de autoria própria de Marx, somente fazendo uso de um marxismo vulgar que reduzia a complexidade da obra marxiana a esquemas em forma de manuais. Para Silva, o problema nessa produção acentuou-se no uso de formalismos típicos do positivismo “o epistemologismo, o cientificismo e o metodologismo” (SILVA, 2013, p. 100). Além disso, o tripé que constitui a teoria marxiana – a dialética-materialista, a crítica da economia política e a revolução – foi descaracterizado e até mesmo ignorado:

a dialética materialista é compreendida como um jogo mecânico e formal entre a tese, a antítese e a síntese, e categoria da totalidade esvaziada e fragmentada em momentos metodológicos que propiciam a aproximação da realidade e o compromisso com as camadas “oprimidas”; a teoria valor trabalho – nisto a centralidade ontológica do trabalho (concreto), sua forma alienada-abstrata no capitalismo, fonte de valor -, encontra-se ausente de qualquer problematização (mesmo que mais superficial), o que abre brechas para a identificação da economia-política de Marx com o estreito economicismo; a perspectiva da revolução não é acompanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas (SILVA, 2013, p. 100).

Ademais, outra ressalva acentuada, também presente em Silva (2013), Netto (2009) e Iamamoto (2004), reprova o lado militante aflorado em alguns profissionais desde meados de 1960, quando parte dos Assistentes Sociais defendiam a saída das instituições, partindo para uma atuação junto aos movimentos sociais. Esse discurso também se fez presente nas produções de Belo Horizonte, mas restritos aos muros acadêmicos, sob os auspícios de um “marxismo acadêmico” (NETTO, 2009b, p. 67). Esse militantismo profissional, conforme definido, cometia o erro de ignorar a condição de trabalhador assalariado a qual o Assistente Social está sujeito. O chamamento feito da categoria à militância política, conduzida por um apelo ao compromisso de classe, conferia por vezes intenções que ultrapassavam os limites da profissão, ao fazer acreditar que a mesma por si só era capaz de produzir transformações na realidade social, sustentando-se em uma leitura enviesada do marxismo. Uma das críticas ressaltadas por Iamamoto refere-se às obras de pensadores marxistas que serviram de suporte a essa movimentação no Serviço Social. O estudo do marxismo restringiu-se a um número reduzido de autores, principalmente Mao, Althusser, Lênin, Trotsky, Guevara, entre outros, que, na crítica por ela tecida, não contemplavam o conjunto do pensamento marxiano, ou até mesmo o distorciam (IAMAMOTO, 2004).

Todavia, é necessário considerar alguns elementos determinantes que levaram a essa leitura reducionista do marxismo pelo Serviço Social nesse primeiro momento. De acordo com Netto, a inserção do pensamento marxista no Brasil ocorreu tardiamente, restringindo-se até meados de 1950, às produções dos quadros políticos do PCB – Partido Comunista Brasileiro, quase sempre limitadas à reprodução do marxismo oficial soviético. É após esse período que o marxismo no Brasil avança para além das estruturas partidárias, rebatendo nas elaborações de intelectuais que não tinham, necessariamente, vínculos com organizações partidárias. Com o golpe de 1964, essas diferentes iniciativas que se desenvolviam tiveram os seus trabalhos suspensos.

Contudo, apesar das profundas consequências, não foi possível liquidar totalmente o pensamento revolucionário socialista do cenário cultural brasileiro. Um dos exemplos dessa resistência é a própria existência de um marxismo acadêmico, restrito os setores universitários que, como já mencionado anteriormente, caracterizou-se pelo emprego de um marxismo sem Marx, ou seja, sem recorrer às elaborações originais, tendo em vista a dificuldade de acesso a essas obras, assim como o perigo frente à perseguição política a quem se fazia divulgar essas leituras (NETTO, 2009b). Consequentemente, é incontestável as condições históricas desfavoráveis às quais foram expostos os marxistas brasileiros, que, apesar das circunstâncias inóspitas, conseguiram manter alguns espaços de resistência, ainda que estivessem longe do ideal para uma apropriação fiel à teoria marxista e seus desdobramentos.

Além disso, é necessário reconhecer as consequências das críticas tecidas sobre o fenômeno da aproximação profissional à militância política. O problema está na posição intransigente sobre esse movimento, principalmente no que concerne à atividade política desses profissionais. É correto afirmar que essa atividade militante não estava respaldada por uma leitura crítica consistente e mediada às condições concretas de trabalho do Assistente Social, sendo uma atuação movida somente por uma retórica sobre o compromisso com a classe trabalhadora, assim como da participação do Serviço Social com os processos que poderiam levar à transformação social para a superação do capitalismo. Até esse ponto, há acordo na crítica tecida, principalmente porque esse movimento levou alguns profissionais a acreditarem que o Serviço Social era por si só uma atividade política e revolucionária, e com isso defenderam a sua desvinculação institucional.



Todavia, como movimento contrário a esse processo, fenômeno que se desenvolveu nas últimas duas ou três décadas, foi uma restrição quase que integral do exercício profissional aos limites institucionais, compelindo o trabalho profissional às formalidades burocráticas na execução das políticas sociais nas quais estão empregados os Assistentes Sociais. A atuação política, se pensarmos sob o ponto de vista da revolução e do socialismo em Marx, é o dever de todo militante de esquerda, seja esta através da vinculação a partidos políticos, sindicatos de trabalhadores ou movimentos sociais, espaços onde hoje quase não há participação do Serviço Social, salvo exceções.

A participação nesses espaços mais tradicionais de militância política de esquerda pode ser um meio rico para o auxílio tanto na identificação como na potencialização de movimentos de resistência presentes no cotidiano de trabalho, como é o caso das ocupações urbanas, movimentos comunitários, pequenas organizações com pautas reivindicativas específicas, relacionadas à conquista dos mais variados direitos sociais (moradia, saneamento, educação, saúde, ou direitos civis como igualdade de gênero, entre outros tantos). O que se quer dizer é que a militância, mesmo reconhecendo que não se deve confundi-la com a profissão propriamente dita, pode ser um dos meios mais férteis à atuação do Assistente Social, em contraponto a já tradicional tecnificação do trabalho que leva à subversão valores e princípios profissionais, acarretando muitas vezes a impossibilidade do profissional em identificar as contradições, as possibilidades e os limites do trabalho, condição típica de um profissional subjugado ao instituído e que não realiza mediações com as determinações estruturais que incidem diretamente no seu trabalho. Essa é a diferença entre aparelhamento político-partidário e a consciência de que se realizam ações políticas em qualquer espaço onde se exerce o trabalho profissional.

Portanto, é preciso compreender que toda e qualquer ação profissional, resguardados os limites da sua condição assalariada, é uma ação com determinada direção social e política, teleologicamente direcionada à emancipação humana, o que pressupõe necessariamente, pelo ponto de vista marxiano, a superação do capitalismo. Como o próprio Netto defende, a teoria social de Marx possui relação íntima com o projeto socialista revolucionário e ao enfraquecer qualquer uma de suas bases constitutivas, seja o seu cariz teórico ou prático-político, desmobilizam-

se as atividades políticas que visam à superação da ordem burguesa (NETTO, 1995).

(...) a obra de Marx fundou um modo original de apreender o ser social na análise crítica da sociedade burguesa e sua dinâmica, análise que inclui necessariamente a alternativa (inscrita no movimento desta sociedade) da revolução socialista (NETTO, 1995, p. 84).

Outro aspecto importante a ser problematizado concerne à crítica da escola marxista adotada nessas primeiras aproximações. No tempo presente, o que se observa é a extirpação de alguns clássicos marxistas anteriormente hegemônicos nas elaborações do Serviço Social. Acredita-se que, porém, o principal problema na ocasião das primeiras aproximações entre a profissão e o marxismo não foi a referência às obras althusserianas, maoístas, leninistas ou trotskistas, mas sim o não recurso aos trabalhos originais de Marx, devido às condições da época que impossibilitavam o acesso a essas elaborações. Além disso, a sua apropriação muitas vezes se restringia a leituras superficiais, não se desdobrando em estudos com maior profundidade teórica da obra desses autores, que também aportam importantes contribuições para a compreensão da obra marxiana.

A tradição marxista, como já referido no início do capítulo 2, é cercada de polêmicas e disputas, haja vista a densidade de correntes que se conformaram para garantir uma releitura dos conceitos marxianos e suas mediações com outras temáticas em contextos diversos. A simples rejeição a qualquer uma dessas correntes ou escolas, que compõem a totalidade do pensamento crítico, corre o risco de empobrecer qualquer elaboração sob essa perspectiva. O Serviço Social, por questões históricas, tem fundamentado suas principais elaborações teóricas a partir de dois grandes pensadores marxistas, Lukács e Gramsci, em detrimento de outros clássicos, muitas vezes, secundarizando o acesso direto as próprias obras de Marx.

Voltando à experiência de Belo Horizonte, para compreender o afloramento desse movimento, é preciso considerar algumas determinações particulares que o possibilitou diante de uma situação nacional política totalmente inóspita a esse tipo de iniciativa. A primeira está relacionada ao seu nível de abrangência: o Método BH fez-se restrito aos meios acadêmicos, não tendo repercussão junto aos quadros profissionais. Ou seja, estava de uma certa forma protegido da censura militar, por não ter a capilaridade de divulgação para além do espaço circunscrito. Esse isolamento, no primeiro momento, protegeu os seus protagonistas, por não

representar uma ameaça à ditadura. A segunda atribui-se ao cenário político da capital mineira: apesar da sólida e histórica presença de uma elite oligárquica, a capital mineira também foi berço de importantes lutas sindicais e populares, além de comportar uma significativa militância estudantil.

A interrupção desse processo veio em 1975, com a demissão dos profissionais a este vinculado. Segundo Netto, a crise que se instalou na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que levou à demissão desses docentes, ocorreu em circunstâncias não elucidadas por falta de documentos que pudessem esclarecer os fatos que levaram ao encerramento dessa experiência (NETTO, 2009b). Contudo, apesar do fim desta experiência em particular, já no final da década de 70 e início da década seguinte, no mesmo quadro de século, desponta um novo cenário nacional excepcionalmente favorável às novas iniciativas no interior do Serviço Social. A ditadura militar entra no seu momento de colapso com o fim do “milagre econômico”, que se estendeu entre 1968 a 1973, processo que se esgotou com a desaceleração da economia nos meados de 1980. Deste modo, entram no cenário político novas forças sociais que foram escamoteadas no auge do governo militar. Diante da pressão política e da crise econômica que se alastrava, deu-se início a um processo de “transição conservadora” (OHWEILER, 1985, p. 189), com a finalidade de manter sob controle a luta de classes que se inflamava novamente. Observa-se nesse período o ressurgimento das lutas operárias, como foi o caso das greves do ABC paulista e, de outro lado, o fortalecimento de correntes liberais conservadoras, a partir da fundação do PMDB, que comportava figuras tanto do então MDB como da Arena. Ohweiler colabora na caracterização desse quadro de instabilidade do regime militar:

Os efeitos calamitosos de crise econômica; o enorme endividamento externo, que em dez anos crescera de 6 a 100 bilhões de dólares; a inflação tornando-se galopante; a dívida pública interna alcançando níveis estratosféricos; os escândalos financeiros repetindo-se a cada passo; a corrupção grassando em todos os escalões da máquina administrativa; tudo isso foi tornando insustentável a continuidade do regime autocrático-militar. O esgotamento desse regime é tal que ele se torna inepto para impor suas próprias leis de “exceção”: operários ocupam fábricas e não são desalojados; funcionários públicos fazem greves “ilegais”, que são toleradas; e camponeses começam a justificar jagunços à base de suas próprias leis nos sertões. Concomitantemente, na medida do agravamento de crise econômica e institucional, a própria unidade do bloco dominante foi sendo crescentemente erodida, face às questões concernentes à economia, à política e ao enfrentamento do movimento social em ascensão (OHWEILER, 1985, p. 189).

No Serviço Social, as mudanças referentes à própria profissão já vinham ocorrendo no percurso do regime militar, atingindo importantes dimensões concernentes à área. Estas mudanças possibilitaram mais adiante, já sob o contexto da derrocada da ditadura, o avanço no processo da renovação crítica da profissão, pois rebateram sobre diferentes frentes do Serviço Social, permitindo assim uma massificação entre os quadros profissionais dos debates acerca do que veio a se constituir no novo projeto profissional. No final da década de 1970, o Serviço Social contava um amplo contingente profissional atuando em diversificados campos de trabalho. Esse novo quadro, somado às lutas sociais que emergiam sobre a crise do regime militar, permitiu a eclosão de entidades organizativas de Serviço Social. Em 1979 há a criação do CENEAS<sup>30</sup>, transformada em ANAS<sup>31</sup> no ano de 1983. Esta entidade sindical realizou o importante movimento que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, sediado em São Paulo. Esse evento, conhecido como “Congresso da Virada”, foi um marco na renovação crítica da profissão, pois nesta ocasião, a direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Social de São Paulo com fortes laços com o regime militar, e que controlava formalmente o evento, foi deposta, sendo substituída por dirigentes vinculados às lutas populares. A vitória sobre a direção do então Conselho faz repercutir positivamente sobre as organizações políticas da profissão, como explica Silva:

Essa iniciativa repercute em nível nacional, registrando-se esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais, que, posteriormente, se transformam em sindicatos estaduais, permitindo, em 1983, a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) (SILVA, 2011, p. 61).

O então Conselho Federal de Assistente Sociais (CFAS), junto à Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)<sup>32</sup>, são pressionados pelo novo quadro sociopolítico que se impõe. Portanto, ambas passam a incorporar as novas demandas vindas das reivindicações populares que são colocadas à profissão. A incorporação dessas demandas por estes espaços organizativos do Serviço Social passa a refletir no modo como a profissão pensa e realiza o seu trabalho

<sup>30</sup> CENEAS: Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais.

<sup>31</sup> ANAS: Associação Nacional de Assistentes Sociais.

<sup>32</sup> A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, em 1996, mudou a sua nomenclatura para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa – ABEPPS, afirmando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

profissional, provocando alterações substantivas tanto na direção político-profissional, como na própria formação dos seus agentes. Sob esse novo contexto que se conformava tanto na realidade nacional como internamente na profissão, passa a ser incorporado um ideário vinculado aos interesses da classe trabalhadora, o que também permitiu uma aproximação mais profunda e consistente da categoria com o pensamento marxista.

Vinculada a esse processo, em 1979, é criada a Revista Serviço Social e Sociedade, que até os dias atuais mantém edições regulares, sendo um dos meios mais importantes de divulgação da produção científica da profissão no Brasil. Esta revista tornou-se um espaço de publicação para os novos estudos que surgem nesse período, provindos principalmente dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social que começam a se consolidar. Em 1981 inicia a primeira turma de doutorado em Serviço Social na América Latina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo que, no ano seguinte, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhece oficialmente a pesquisa em Serviço Social (SILVA, 2011).

Netto reforça que, com a expansão tanto da pós-graduação na área como das unidades de ensino, inaugura-se na profissão um canal propício para receber influxos de outras áreas do conhecimento, facilitando a erosão do Serviço Social tradicional no meio acadêmico. Ou seja, com a consolidação acadêmica do Serviço Social, se gesta uma massa crítica de Assistentes Sociais abertos a dialogar com outros campos do conhecimento, principalmente as Ciências Sociais, levando a um processo de resgate da intenção de ruptura configurada na experiência de Belo Horizonte (NETTO, 2009b).

A caracterização de Iamamoto permite apreender as significativas transformações pelas quais o Serviço Social passou neste período e que permitiram, ainda que sob as condições históricas impostas no seio da ditadura militar, construir os pilares para um novo perfil profissional:

Consolida-se um mercado efetivamente nacional de trabalho para os Assistentes Sociais, amplia-se o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino públicas e privadas. Realiza-se a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências de ensino, da pesquisa e da extensão. Instala-se a pós-graduação "stricto sensu" nesta área profissional, criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente. Renovam-se e qualificam-se os quadros docentes: novos e jovens professores ingressam no circuito universitário, trazendo em suas histórias

de vida a experiência da participação política e da crítica social. Expande-se a interlocução do Serviço Social com ciências afins, galgando progressivamente, apesar de inúmeras dificuldades, a condição de parceiro válido no diálogo acadêmico, mais tarde reconhecido pelas entidades oficiais de fomento científico (IAMAMOTO, 2004, p.216-217).

No ano de 1982 é lançado livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, tornando-se um marco na profissão por representar o primeiro estudo sobre o Serviço Social a partir de uma interpretação marxiana. Netto reforça que essa produção demarcou a maioria intelectual da profissão, demonstrando a força do movimento de intenção de ruptura que consolidou sua hegemonia a partir desta década (NETTO, 2009b).

Neste mesmo ano foi aprovado, junto ao Conselho Federal de Educação, o novo currículo mínimo, conhecido como o Currículo de 1982. Este currículo foi também um marco no processo de renovação por representar o primeiro esforço, no âmbito da formação profissional, de superação das práticas tradicionais que eram desenvolvidas sob influência do Serviço Social norte-americano. Este documento foi pensado a partir da XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social e a partir das contribuições do movimento estudantil, representadas pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). O Currículo de 1982 representou também um esforço de superação da revisão curricular ocorrida em 1970, que acentuou o caráter tecnicista do trabalho profissional, comprometendo-se com a modernização conservadora impulsionada pelo governo militar para remodelar os padrões educacionais do país.

A direção social passou a ser tratada a partir das demandas postas na realidade social brasileira e de sua necessária vinculação aos interesses da classe trabalhadora, contrapondo-se ao velho projeto conservador da profissão. Outro salto importante condiz com a centralidade dada ao significado da profissão, aportando para a necessidade de se partir das suas determinações históricas, da sua inserção nos processos de produção e reprodução social no capitalismo, compreendendo que o trabalho profissional necessita ser apreendido em suas contradições fundantes.

Contudo, a fragilidade da proposta centrava-se na unificação dos projetos profissional e societário, como consequência da ausência de mediações sobre o que era definido como comprometimento profissional com a transformação social (ABESS, 1996). Esse currículo evidenciou as dificuldades da categoria para elaborações mais consistentes nessa primeira fase de aproximação ao marxismo,

tendo em vista a tendência em se subsidiar somente em frágeis documentos a estes referentes, que não condiziam com a essência desse pensamento. Apesar de trazer ao debate elementos importantes ao método, como no caso da centralidade do trabalho na formação do ser social, hoje constatam-se as brechas deixadas por essa leitura, conforme conclui uma pesquisa realizada pela ABESS/PUC, de 1989:

Todavia, como mostrou a pesquisa ABESS/PUC, publicada em 1989, o processo de implantação do currículo de 1982 expressa uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético, cujas categorias não são apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica (ABESS, 1996, p. 148).

O currículo representou, portanto, uma tentativa de direcionar a formação profissional a partir dessa teoria social, mas com algumas questões que precisaram ser revistas no currículo de 1996. Segundo Lopes, esse currículo continha incorreções principalmente no que tange ao ensino das disciplinas de Metodologia, Teoria e História do Serviço Social<sup>33</sup>, ministradas separadamente, a partir de perspectivas teóricas diversas, ou seja, ecléticas, mas sob uma suposta hegemonia do marxismo (LOPES, 2016).

A professora Consuelo Quiroga, através da publicação “Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social” destacou as dificuldades específicas no ensino dessa disciplina, apontando para uma “impregnação positivista”, revelando uma posição eclética do ensino das diferentes correntes do pensamento social. Além disso, a vertente marxista ficava reduzida à sua dimensão epistemológica, “reduzida, muitas vezes, a “procedimentos” de conhecimento, desvinculando-se a relação ciência/transformação social, que é central a proposição de Marx” (QUIROGA, 1991, p. 17). A autora reforça que o positivismo presente no ensino do marxismo na graduação em Serviço Social nesta época revelava uma supervalorização do econômico sob as demais estruturas da sociedade, em detrimento das ações humanas, o que acarretava na

adoção da visão determinista, em que a produção da vida material determina as demais esferas da vida social, abordada deformadamente

---

<sup>33</sup> Estas disciplinas foram incluídas no currículo mínimo, compondo a “Área Profissional” junto às disciplinas de Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento em Serviço Social, conforme a Resolução de nº.6, de 23 de setembro de 1982, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (COMERLATTO; CARDOSO, 2000).

como uma relação bastante automática entre estrutura e superestrutura, aparece como uma tentativa de superação da abordagem idealista. Esta última é herdeira de toda a trajetória histórica do Serviço Social (QUIROGA, 1991, p. 125).

Outros equívocos do Currículo de 1982, acentuados na pesquisa realizada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em 1989, dão conta que, no âmbito da formação profissional desenvolvida sob as orientações desse currículo, especificamente a partir do ensino da disciplina de Metodologia em Serviço Social, demonstraram uma incapacidade de superar o ecletismo, tido como uma busca incessante de “conciliação de tendência opostas” (ABESS, 1989, p. 75), fenômeno condizente ao enraizamento de tradições intelectuais conservadoras no Serviço Social, comprometidas com uma suposta conciliação de ideias e interesses de classes sociais opostas. Além disso, a fragmentação dos conteúdos, abordando cada método das Ciências Sociais em disciplinas independentes, provocou um isolamento e ausência de diálogo entre as vertentes, “sem estabelecer uma articulação com o processo das relações sociais de classe e com o movimento contraditório entre elas” (ABESS, 1989, p. 77). Este método de ensino não estimulava o confronto entre essas perspectivas, além de não dialogar com o restante do currículo.

Apesar das fragilidades que retratam esse período, em que o Serviço Social passou a subsidiar suas reflexões no pensamento marxista, não restam dúvidas sobre os avanços obtidos, tendo em vista a maturidade teórica alcançada na década seguinte. O projeto profissional, que inclui os documentos legais referentes à profissão, como o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993), a proposta das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), da mesma forma que o conjunto da produção científica construída ao longo dos anos pelos profissionais da área, é expressão do que lamamoto (2004, p. 615) refere como: “(...) patrimônio sociopolítico e profissional (...) que só pode ser compreendido por sua associação ao pensamento crítico-marxista”. O principal avanço da década de 1980 é o reconhecimento de que o Serviço Social só pode ser pensado por sua inserção na luta de classe, produto das condições históricas em que se reproduz a sociabilidade humana no cenário do capitalismo. Nas palavras de lamamoto:



Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Ou ainda, conforme o balanço de Netto, sobre o saldo positivo resultante dessa aproximação entre o Serviço Social e o marxismo, aponta as seguintes contribuições:

1. Ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência;
2. O desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social;
3. Reconhecimento da necessidade de explicitar, com a máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais;
4. A ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país (NETTO, 1995, p. 90).

Partindo do entendimento dos fenômenos enquanto processos inacabados, sempre em constante transformação, é importante ressaltar que esse percurso de aproximação entre o Serviço Social e o marxismo permanece em andamento, ainda apresentando no seu interior fragilidades e inconsistências, no que concerne a apropriação da teoria e do método, apesar de todos os avanços nas duas últimas décadas na produção teórica no Serviço Social, a partir da perspectiva crítica. Contudo, os desafios para consolidar o projeto profissional de fundamentação crítica ainda são muitos, e os riscos para a manutenção dessa conquista tem se tornado ainda mais complexos, como é possível ver nos resultados da pesquisa que estão elucidados no capítulo que segue.

#### **4 A MEDIAÇÃO DO MÉTODO EM MARX E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A ANÁLISE EM QUESTÃO**

O capítulo que segue contempla a análise das três fontes da pesquisa, conforme já detalhado no Capítulo 1, Introdução: os projetos político-pedagógicos dos cursos e faculdades de Serviço Social, seus respectivos ementários e o resultado das entrevistas realizadas junto aos coordenadores de curso e coordenadores de estágio, vinculados a quatro unidades de ensino pré-selecionadas. A análise realizada aborda a discussão sobre o alinhamento dessas unidades de ensino com o projeto profissional, com enfoque específico no ensino da teoria e do método em Marx.

Em 2016, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional completou 20 anos. A mesma foi referendada na XXVIII Convenção Nacional da ABESS – hoje ABEPSS – ocorrida na cidade de Recife, no final do ano de 1995, sendo que um ano depois, foram aprovadas as atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) assim como o Currículo Mínimo (1996). Esse conjunto de documentos e elaborações que compõem o projeto de formação profissional é resultado do debate que se estabeleceu na profissão sobre os fundamentos do Serviço Social. Como produto desse processo, constitui-se um novo projeto profissional, referendado nos principais espaços organizativos da categoria. Subsidiadas na perspectiva crítico-marxista, as diretrizes são a expressão de um movimento que permitiu a superação, apesar de não ter rompido totalmente, de uma hegemonia conservadora que controlava a cultura profissional desde a institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Como expressão de um movimento contraditório no cenário político brasileiro, marcado por uma década onde as políticas de cunho neoliberal eram o retrato de um modelo de governo que se consolidava após a abertura política, mas que ao mesmo tempo desencadeavam lutas hegemônicas pela classe trabalhadora, a categoria profissional empenhava-se na construção de um novo perfil profissional, destacadamente vinculado a essas lutas e interesses da classe trabalhadora. Posto isso, a revisão do projeto de formação profissional deve ser considerada como resultado de uma necessidade histórica da profissão em se vincular a um determinado projeto societário, reavaliando seu papel diante da sociedade e atribuindo-lhe uma nova direção social. A nova lógica curricular está

sustentada sob o pensamento crítico-marxista que dominou o debate nessas circunstâncias de renovação profissional. As diretrizes curriculares, nesse sentido, passam a expressar uma nova forma de interpretar a sociedade e a profissão sob a condução política e metodológica do pensamento marxista.

As Diretrizes Curriculares de 1996 significaram um avanço com relação ao currículo anterior de 1982, porém resguardaram alguns elementos fundamentais pertencentes à dimensão ético-política da profissão. O projeto curricular de 1982 já expressava uma aproximação à perspectiva marxista, contudo, essa introdução do marxismo pelo Serviço Social, nesse período, foi considerada uma “incorporação mecânica do método crítico-dialético” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 146), tendo em vista uma superficial apreensão do método e da teoria marxiana, visto sob uma perspectiva instrumental.<sup>34</sup> Apesar disso, avanços foram reconhecidos, preservados e aprofundados nas diretrizes subsequentes, visando ao conteúdo valorativo humanista agregado ao Currículo de 1982, a partir de uma perspectiva que reivindica a necessária emancipação humana. Essa leitura perpassa todo o projeto profissional costurado na década de 1980, o que se materializa através dos documentos legais da profissão aprovados na década de 90 do século que passou.

Enquanto resultado de um movimento organizativo da categoria, afirmado através de inúmeros debates promovidos pelas entidades vinculadas ao Serviço Social, o projeto de formação profissional consolidou-se como referência para a elaboração dos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino no país, explicitamente orientado por uma perspectiva emancipatória, atrelado a um projeto societário comprometido com a superação desse modelo econômico-político.

As Diretrizes Curriculares consolidaram aspectos fundamentais no que dizem respeito aos fundamentos profissionais, tendo em vista a ressignificação da direção social da profissão; a centralidade da categoria trabalho para a formação do ser social; a ruptura com o endogenismo, avançando para uma leitura da totalidade social, para uma fundamentação teórica crítica, incorporando método, teoria e historicidade em um único eixo não mais como aspectos independentes, mas como elementos de um mesmo processo. Ressalta-se que esse modelo de formação profissional se assenta em uma perspectiva de totalidade, que busca romper com leituras fragmentadas ou endógenas, que isolavam o trabalho profissional da própria

---

<sup>34</sup> Sobre a incorporação do marxismo no Serviço Social, ver Capítulo 3.

dinâmica da sociedade. Para isso, as diretrizes apontam para um modelo curricular voltado para formar sujeitos dotados de determinada capacidade crítica e teórica, imbuídos de um rol de competências que lhe possibilitam a compreensão da dinâmica social para construir uma intervenção crítica na realidade. Mas antes disso os próprios sujeitos se reconhecem como trabalhadores que sofrem as vicissitudes do mundo do trabalho, que são parte da classe trabalhadora.

As diretrizes centralizaram na formação profissional a elucidação da questão social, ponto de onde se desdobram os demais pressupostos, que, conforme embasamento na tradição marxista, é a própria base de fundamentação do Serviço Social na sociedade capitalista, ao mesmo tempo é matéria de intervenção do trabalho profissional (TAVARES, 2007). A questão social no projeto de formação é o ponto que unifica a construção do currículo mínimo, ou seja, é o conceito de referência para o desdobramento dos demais conteúdos que precisam ser abordados no currículo. Sob a perspectiva da totalidade, a questão social, diferentemente das análises positivistas que a reduz a sua singularidade, assume a necessidade de ser entendida por suas determinações na sociedade capitalista. Nesse sentido, Tavares conclui que:

Como se pode ver, as tentativas de compreender o objeto do Serviço Social resultam da aproximação do Serviço Social à tradição marxista. A partir daí, embora a questão social, na prática, continue a ser enfrentada de forma segmentada e fracionada, a formação do assistente social já não pode prescindir dos fundamentos que a originam (TAVARES, 2007, p.92).

É necessário também assinalar sobre as mudanças que o conteúdo original das diretrizes passou no momento em que foi encaminhado para aprovação no MEC (Ministério da Educação). Mota (2007) explica que o processo de aprovação das diretrizes sofreu a intervenção arbitrária dos relatores do MEC, o que provocou mudanças consideráveis nos conteúdos elaborados previamente por especialistas da área, assim como a supressão de partes do texto foi deliberadamente realizada, o que descaracterizou o documento proposto originalmente (MOTA, 2007). Com a intenção de construir uma proposta que se enquadrasse nas novas exigências da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, Lei nº 9394, uma Comissão de

Especialistas<sup>35</sup> foi constituída, no ano de 1999, para elaborar um documento que se enquadrasse às exigências legais, mas que não destoasse dos elementos norteadores dos fundamentos da profissão. Contudo, ao ser encaminhado ao MEC, supressões no texto original foram realizadas, principalmente no que tange ao perfil profissional e às matérias e ementas indicadas pelo documento original. No texto encaminhado pela Comissão, na parte referente ao perfil do egresso que segue, foi suprimido o trecho que incluía a definição sobre a formação profissional generalista crítica. “Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho” (BRASIL, 1999, p.1). Formulações teóricas fundamentais às elaborações originais foram alteradas, como é o caso da definição da categoria processo de trabalho, tornando a prática do Assistente Social não mais como resultado de um processo de trabalho, partícipe de processos de trabalho coletivos:

Essa mudança alterou substantivamente o manuseio da categoria “processo de trabalho” com implicações no entendimento da prática profissional no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho e na sua apreensão como parte de processos coletivos de trabalho na sociedade, donde o destaque ao sujeito profissional e ao conjunto de fundamentos e conhecimento que compõem uma profissão (MOTA, 2007, p. 62).

O conteúdo das matérias de Filosofia e Economia Política também sofreu alterações significativas. Na matéria de Filosofia, onde originalmente indicava-se o estudo dos fundamentos ontológicos do ser social a partir do trabalho, no documento final, a definição restringiu-se ao estudo das principais correntes filosóficas do século XX. No que se refere à matéria de Economia Política, ocorreu uma subtração no que concerne à Crítica à Economia Política, da mesma forma que a noção de processo de reprodução das relações sociais (MOTA, 2007, p.65). Além das mudanças nos conteúdos e nas próprias nomenclaturas das matérias básicas, foram realizadas mudanças significativas no que dizem respeito ao marxismo como teoria e método para o subsídio dos fundamentos profissionais. No item pertencente aos “Princípios da Formação Profissional<sup>36</sup>” foi excluído por completo o trecho que definia a “adoção

---

<sup>35</sup> A proposta elaborada por essa Comissão de Especialistas foi publicada na Revista Temporalis, ano VII, 2007, sob o título “Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares – Curso: Serviço Social”.

<sup>36</sup> Que por sinal, também teve a sua nomenclatura alterada para “Organização do Curso” (BRASIL, 2001).

de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (BRASIL, 1999, p.2).

Da mesma forma ocorreu com o estrato referente à realidade social e seus problemas e desafios enfrentados pelo profissional no cotidiano da vida social, no seu universo de produção e reprodução (BRASIL, 1999). No que tange ao banimento total dos Tópicos de Estudos, o resultado foi a impossibilidade de garantir um conteúdo mínimo e comum na formação em Serviço Social, pois estes condiziam ao detalhamento dos conteúdos curriculares pertencentes aos Núcleos de Fundamentação (IAMAMOTO, 2014). Os Núcleos de Fundamentação, apesar de também terem sofrido alterações, permaneceram compondo o documento aprovado pelo CNE. O detalhamento mais abrangente sobre os conteúdos que compõem cada núcleo está referenciado nas diretrizes da ABEPSS de 1996. Esses núcleos, conforme definição da ABEPSS, buscam definir uma nova lógica curricular que se associa ao seu momento histórico, superando a fragmentação do processo de ensino/aprendizagem, propondo um rol de conteúdos necessários à compreensão da profissão, dos processos de trabalho e da realidade social, para assim subsidiar a intervenção profissional. Com isso, propõem a articulação de três núcleos organizadores desses conteúdos, tendo em vista a sua articulação e unidade, a fim de evitar a fragmentação do processo de ensino/aprendizagem,

(...) uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção profissional (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 64).

O primeiro, referente aos “fundamentos teórico-metodológicos da vida social”, trata da constituição do ser social, a partir da perspectiva da totalidade histórica, particularizada na produção e reprodução da vida social no contexto do capitalismo. O trabalho é a base fundamental de onde se estrutura a sociabilidade humana, “(...) sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade” (Ibidem, p. 64). Neste mesmo núcleo, a sociedade burguesa deve ser desvendada por sua configuração na contemporaneidade, atentando-se às suas especificidades quanto à

divisão de trabalho, a luta de classes, a propriedade privada, as relações de produção e suas formas de alienação. A importância desse núcleo específico está em fornecer subsídios sobre os componentes fundamentais da vida social a serem particularizados nos demais dois núcleos.

O segundo núcleo, que trata da “formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, objetiva a apreensão da sociedade brasileira por sua constituição econômica, social, política e cultural, tendo em vista as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para tal fim, preconiza uma análise constante da conjuntura brasileira, entrelaçada aos caminhos do capitalismo mundial, considerando os seus padrões de desenvolvimento, a constituição sócio-histórica do Estado brasileiro, significado e caráter contraditório do Serviço Social no âmbito das relações de classe e a apropriação dos diferentes projetos societários em disputas no cenário nacional (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 65).

Por fim, o terceiro núcleo refere-se ao “trabalho profissional”, que trata o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho e seus condicionamentos devido à inserção na divisão social e técnica do trabalho. Dentre outros aspectos, pressupõe que o seu profissional se insere em processos coletivos de trabalho, o que exige considerar os elementos históricos e sociais que o conformam: “Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p.67).

Considerando o conjunto de distorções promovidas pelo MEC nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, é possível constatar que o enfoque dessas modificações se voltou para o conteúdo condizente ao ensino da teoria e do método em Marx na formação profissional, pois a maioria das exclusões tratou de estratos que aludiam diretamente aos conceitos e às categorias marxistas. O problema é que o resultado desse processo, conclui Mota (2007), incidiu diretamente na elaboração dos projetos político-pedagógico das unidades de ensino, permitindo uma abertura ampla para a diversificação de alinhamentos teóricos desses documentos, com fortes traços ecléticos na construção dos currículos, resultado que também se verifica em parte das análises aqui realizadas. Quanto ao que se refere à apreensão da questão social, Tavares reconhece que Marx não é a única referência para desenvolver um processo analítico-reflexivo sobre essa categoria (2007). Contudo,

tratá-la sem Marx resulta em uma análise fragmentada, sem a submissão a suas particularidades sócio-históricas que permitem um enfrentamento mais substancial no interior das relações de classes na sociedade brasileira.

Apesar das formulações promovidas pelo conjunto da categoria profissional, que retratam o amadurecimento do Serviço Social ao longo dos anos, no que se refere à formação dos seus profissionais e seu alinhamento a uma leitura crítica da profissão e da sociedade, as unidades de ensino não precisam seguir obrigatoriamente essas indicações. A referência legal é o parecer nº 492 CNE/CES de 2001, aprovado pelo MEC. No entanto, o que se espera é que os cursos e faculdades de Serviço Social ofertados no Brasil não restrinjam as orientações dos seus PPP's somente ao que está previsto legalmente nesse parecer, mas que também incorporem as proposições construídas coletivamente pela categoria, pois estes representam o acúmulo de muitos debates, reuniões, seminários, pesquisas, entre outros por tantos espaços e produções realizados ao longo dos anos e que permanecem constantemente em construção. Optar por um desses caminhos indica também uma opção política e, portanto, um alinhamento a um dos projetos societários hoje em disputa, pois as restrições impostas às diretrizes curriculares propostas pelo conjunto da categoria também foi uma consequência desse enfrentamento.

Contudo, qualquer análise sobre como as unidades de ensino se posicionam diante dessas diferentes proposições, necessita considerar outros determinantes condizentes principalmente à questão mercadológica que incorpora a educação, assim como outros direitos sociais, contextualizando esse espaço particular numa conjuntura de reestruturação produtiva e precarização do trabalho que também atinge os trabalhadores que atuam nos meios acadêmicos.

Dessa forma, para conseguir apreender o modo como o ensino do método em Marx tem sido realizado nas unidades de ensino do Rio Grande do Sul, foi empregado como referência para a análise os documentos que representam o resultado de um esforço coletivo da categoria, como é o caso da Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional de 1996, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social aprovadas no mesmo ano, assim como da proposta elaborada pela Comissão de Especialistas em Serviço Social de 1999. Esta escolha parte do entendimento de que são esses os documentos que, somados a outras produções teóricas no campo do Serviço Social, permitem compreender a profissão e seus



fundamentos a partir do pensamento marxiano, assim como da tradição marxista, e que revelam opções valorativas sincronizadas com um projeto societário emancipatório.

A análise dos projetos político-pedagógicos selecionados para esse estudo se estrutura a partir de duas referências: a categoria questão social, ponto inicial de onde se desdobram as demais pertinentes à profissão, tendo os fundamentos profissionais como referência e as novas categorias que emergiram a partir da análise do objeto da pesquisa. O ponto de corte, seguindo a proposta da tese, são as categorias que se subsidiam no método em Marx e na tradição marxista. Essas categorias não são necessariamente pertencentes ao marxismo, como, por exemplo, a questão social. Como já apontado anteriormente, a questão social pode ser definida por outras matrizes do pensamento social, contudo, para apreciá-la de acordo com os fundamentos profissionais do Serviço Social, necessariamente, precisa ser a partir de uma leitura marxista e/ou marxiana, pois este método permite situar esta e outras categorias sob uma perspectiva que abrange a totalidade social. Desse modo, apreendem-se suas conexões e contradições, assim como a sua conformação sob as determinações estruturais e conjunturais na égide do capital (IAMAMOTO, 2014).

Para tanto, a investigação empenhou-se em identificar no conjunto dos dados analisados, uma determinada configuração curricular que se mostra associada ao projeto profissional reconhecido hegemonicamente pela categoria. Por essa premissa, o que se espera das unidades de ensino é a oferta de

(...) uma estruturação curricular e programática que, formando um profissional apto para atender às demandas emergentes – um profissional competente: competente teoricamente (que conheça as grandes matrizes das ciências sociais e a teoria social de Marx), competente tecnicamente (que saiba utilizar criteriosamente e eficazmente as várias técnicas interventivas) e competente politicamente (que reconheça o significado social da sua ação profissional e compreenda as possibilidades e os limites do trabalho institucional) (NETTO, 1995, p.93).

Como método de exposição dos resultados da análise, optou-se por organizar a apresentação através da mediação de um conjunto de elementos, conforme segue: as questões norteadoras definidas anteriormente no projeto de pesquisa e as categorias empíricas que se destacaram no processo de investigação. Desta forma, priorizou-se o conteúdo analisado e seus aspectos emergentes não

antes previstos, assim como não desconsiderando o trabalho prévio ao início do processo de pesquisa, o qual definiu um rol de perguntas a serem respondidas para atender o objetivo pretendido. O método dialético-crítico, constituído aqui como o método de análise, tem perfil ontológico por seguir os caminhos de análise determinados pelo próprio objeto e os fenômenos empíricos a este pertencente, partindo e retornando do concreto abstrato ao concreto, este último como concreto pensado, ressignificado, como refere Marx (2011). Da mesma forma que considera o perfil epistemológico do método, não concebendo-o como uma doutrina a ser aplicada, mas que dispõe com algumas premissas que são inerentes aos fenômenos, como é o caso da provisoriedade de todas as coisas e a sua transformação eterna; o seu elemento historicista, ou seja, a limitação histórica dos fenômenos, enquanto produtos da ação humana; a perspectiva da totalidade, que significa a apreensão da realidade social como um todo orgânico, e seus elementos por sua conexão; a contradição como o choque dos contrários, o motor que impulsiona o movimento e permite a transformação, como um salto para outro estágio (LOWY, 2002). Assim, a exposição dos resultados partiu de algumas premissas, considerando as contribuições do método dialético e outras pertencentes ao próprio objeto, assim como a partir de aspectos e elementos revelados durante o processo.

#### 4.1 A ADOÇÃO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Os documentos que compõem o projeto das diretrizes curriculares do Serviço Social são conquistas decorrentes de processos internos de disputas na profissão, que nada mais são do que reflexos das disputas travadas na própria sociedade. Conforme lembra Netto (2006), projetos profissionais são produtos da ação de sujeitos coletivos, organizados através instâncias corporativistas, que buscam representar os interesses de um determinado corpo profissional. Contudo, os projetos profissionais não podem ser pensados fora da dinâmica societária. Apesar de expressarem os posicionamentos de determinados projetos de classe, são representações de um corpo heterogêneo, que está em constante disputa, e que, portanto, em um momento podem expressar uma hegemonia, logo poderão deixar de expressar (NETTO, 2006).

O corpo profissional é uma unidade não-hegemônica, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO, 2006, p. 145).

Nesses termos, o projeto profissional do Serviço Social, que possui representação hegemônica na categoria, permanece sendo alvo de disputas, principalmente por representar uma determinada opção política, de caráter contra-hegemônico, respaldada em uma teoria que confronta os interesses da classe dominante, e que tem em vista a transformação da sociedade. Desta forma, caminha na contramão de um quadro sócio-político negativo para a classe trabalhadora, de acirramento das desigualdades e de avanço de um ideário conservador que engana ao oferecer ações imediatas, mas que não intenta mudanças estruturais. Essa conjuntura reflete diretamente na profissão, seja por apresentar situações cada vez mais complexas àqueles que atuam na execução dos serviços sociais, seja no campo das ideologias, por inflar posições sectárias e imediatistas, assépticas com relação às explicações que contemplam a totalidade.

No campo que circunscreve a formação profissional, as disputas que apontam para diferentes direções políticas também estão presentes, pois são atravessadas da mesma forma por influxos tanto conservadores como liberais, ambos comprometidos com o processo de mercantilização da educação, como resultado de uma economia que leva à financeirização da vida social como um todo.

O propósito é compatibilizar o ensino superior com financeirização da economia, fazendo com que descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais, explícita nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, em tempos de mundialização do capital presidida pelas finanças (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

É esse contexto pouco favorável que a profissão tem se postulado a enfrentar, com vistas à implementação de questões que estão postas no projeto de formação profissional, sob a condução de uma matriz teórica marxista. Portanto, diante de tal quadro, se reconhecem as dificuldades para a implementação das diretrizes curriculares, tendo em vista um quadro que cada vez mais privilegia as capacidades instrumentais em detrimento de uma formação de sujeitos críticos.

Considerando esses apontamentos, foi verificado se os projetos político-pedagógicos das unidades de ensino selecionadas assumem a adoção do marxismo como teoria crítica a perpassar a formação profissional de seus cursos e faculdades. Das onze UE's analisadas, seis referem adotar a teoria social crítica no projeto de formação, referendando-se nas diretrizes curriculares defendidas pela ABEPSS, por vezes transcrevendo trechos completos do documento, sem mediação com o restante do projeto. Entre esses 6 PPP's, uma faz menção à perspectiva pós-moderna ao tratar de dilemas depositados à profissão. No mesmo documento que reproduz os eixos diretivos da formação, conforme as orientações do documento da ABEPSS, incluindo o trecho referente à "adoção de uma teoria social crítica (...)" (UE-10, p.18), traz os seguintes apontamentos:

O dilema do serviço social na pós-modernidade: assistência a serviço da funcionalidade sistêmica ou trabalho social humanístico-libertador? A nova conjuntura impõe ao exercício profissional do serviço social, igualmente, a reprodução dos dilemas modernos da intelectualidade: a escolha entre os posicionamentos éticos que opõem a utopia à ideologia. Ou seja, exigem do assistente social uma definição teórica e metodológica (que também é ética e política) delimitada por duas possibilidades: um trabalho social que procura superar os limites estruturais que cercam a questão social ou uma ação funcional que procura adaptar as realidades e problemas ao status quo? Ocorre que, se por um lado o dilema do serviço social – como de resto de toda atividade profissional que guarda fronteiras com a ação intelectual na área das ciências sociais – permanece o mesmo do período "moderno" ou mais precisamente, da era "fordista-keynesiana", a que já nos referimos, por outro lado, as opções fazem-se notadamente sob outra conjuntura (...) (UE-10, p.8).

É nos círculos acadêmicos que influxos pós-modernos incidem sobre a forma de produzir ciência, revelando um discurso de negação das metanarrativas e das explicações sobre a realidade social, sob o ponto de vista da totalidade. A década de 90 é emblemática, pois com o fim da Guerra Fria, tendo como marco a queda do muro de Berlim em 1987, despontaram análises sobre um possível "fim da história" (FUKUYAMA, 1992), ou como refere Harvey, com "(...) a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de "compressão do tempo-espaço" na organização do capitalismo" (HARVEY, 2009, p.7) tornou-se contexto favorável à disseminação da cultura pós-moderna.

O Serviço Social, nessa mesma década de 1990, atingiu um amadurecimento intelectual que se refletiu nos documentos que compõem o projeto profissional, notadamente comprometidos com um projeto de emancipação humana,

caracterizando-se como um movimento antagônico a uma cultura ideológica cada vez mais forte na desqualificação da teoria marxista. Segundo Santos, a crítica ao marxismo se compõe em duas linhas: primeiro, como rejeição total ao marxismo, por rejeitar a totalidade, confundindo por vezes com o totalitarismo, defendendo a sua superação, e segundo, agregando alguns elementos e “(...) recomendando a superação de “lacunas” e o aumento de sua potencialidade explicativa com os “paradigmas pós-modernos”” (SANTOS, 2007, p. 87). A perspectiva pós-moderna permanece influenciando a profissão, estando presente nos meios acadêmicos, nas elaborações teóricas e circunscrevendo o trabalho dos profissionais. Acredita-se que há alguns caminhos explicativos para a presença desses influxos no Serviço Social.

A profissão não se desenvolve numa redoma, autossuficiente, ela é produto das circunstâncias sociais, portanto, sujeita à influência ideológica dominante na sociedade. Além disso, a profissão possui um histórico conservador ainda enraizado, apesar das tentativas de ruptura com esse perfil ideocultural, vinculado tanto à matriz religiosa cristã, quanto às perspectivas modernizantes, simplificadoras do trabalho profissional; por fim, a problemática ainda não superada de apropriação do método em Marx e sua mediação com a dimensão técnico-operativa do trabalho.

As exigências do mercado de trabalho, voltadas cada vez mais intensamente a respostas imediatistas, tendo em vista o aumento e complexificação das demandas, reforçam essa singularização do trabalho, impelindo o trabalhador a desempenhar uma intervenção mecanicista, pobre em mediações. Essas hipóteses explicam em parte a abertura persistente no Serviço Social à influência de posições vinculadas ao pós-modernismo. Nesse sentido, as unidades de ensino também sucumbem a essas tendências, onde os fenômenos, por sua aparência, não necessitam mais ser ultrapassados até a sua essência. Deste modo, propõe-se um perfil de formação voltado a atender acriticamente essas exigências do mercado de trabalho, formando sujeitos menos críticos e supostamente mais preparados a oferecer respostas instantâneas, que se restringem ao seu círculo de atuação, secundarizando análises mais universais que apreendem as situações cotidianas de trabalho como rebatimentos da lógica do capital.

Entre as demais unidades, duas não fazem menção a qualquer perspectiva teórica para subsídio do processo de formação. Qualquer perspectiva teórica, nesses dois casos, é totalmente ignorada nos seus respectivos projetos de formação. Outro PPP define a teoria da complexidade como base epistemológica do

projeto e matriz teórica fundamental para a apreensão do real, conforme trecho que segue:

Garantir a complexidade na apreensão do real e no estabelecimento de formas de intervenção é condição imprescindível para uma inserção competente na realidade. A ação competente e, portanto, calcada em uma visão de complexidade e sintonizada com os movimentos da era digital, é uma necessidade para todas as práticas sociais (UE-9, p.37).

E uma última defende a ênfase em teorias sociais contemporâneas, sem definir quais, para a apreensão da realidade social em sua totalidade. Justifica a incorporação de teorias sociais, tendo em vista a necessidade de atualização da proposta curricular adequada à “(...) dinâmica da sociedade (...)” (UE -1, p. 40). O pluralismo teórico é definido enquanto princípio teórico e ético-político nas diretrizes curriculares, como expressão de uma vontade democrática da categoria profissional. Contudo, como afirma Silva, tendo em vista a defesa do projeto ético-político, não há espaço no Serviço Social para leituras que justapõem perspectivas antagônicas, ou que se resignem diante dos efeitos perversos da acumulação capitalista que rebatem diretamente na vida da classe trabalhadora (SILVA, 2015, p. 120). Ainda sem entrar na polêmica do “pluralismo metodológico” contestado por Tonet<sup>37</sup> (1995), o ecletismo como o amálgama de diferentes e incompatíveis matrizes do conhecimento, é uma praxe ainda persistente, algumas vezes “travestida” de pluralismo, por uma defesa democrática na profissão. Um dos sujeitos entrevistados defendeu a necessidade de abertura para outros influxos teóricos, manifestando partidarismo com relativismo, de negação da uma verdade absoluta. Essa posição inclui-se no seguinte extrato da entrevista:

Tem muitos tensionamentos que eu penso, falando mais na questão da intencionalidade do projeto, não do método em si de leitura, eu penso que deveríamos problematizar muito mais, mais espaço de discussão porque aí vem uma posição minha como docente, eu não consigo conceber uma verdade absoluta, está é a resposta que eu penso que seria a superação de tudo isso que vivemos. Então, eu digo isso por que eu acho que também muitos dos nossos alunos talvez não consigam enxergar exatamente dessa forma ou absolutamente dessa forma e eu penso que podemos incorrer na formação em alguns momentos em transformar essa opção em algo muito

---

<sup>37</sup> Para Tonet, o pluralismo metodológico demonstra-se um caminho equivocado, por fundar-se em na subjetividade e não na objetividade. O pluralismo metodológico apela “(...) para o rigor do sujeito que, reconhecendo a relatividade dos métodos, propõe-se a tomar como norma o diálogo, a articulação, o entrecruzamento de paradigmas diferentes, sempre com vigilância crítica (TONET, 1995, p. 36-37). Contudo, continua Tonet, é uma perspectiva que não passa de uma razão fenomênica, empirista, que leva ao relativismo e ecletismo epistemológico, ou seja, a crença na existência de várias verdades.

ortodoxo dogmático e eu acho que quando se torna dogmático a gente perde todo o caráter crítico (CE- UE-8).

Esse é um exemplo de discurso que reforça o que Santos define como uma leitura simplificada do marxismo, sob uma assertiva de que esta teoria é insuficiente para dar conta das expressões da realidade (SANTOS, 2007). Ainda assim, essa foi uma posição isolada dentre os demais depoimentos. A maioria dos sujeitos que contribuiu para a pesquisa afirmou a importância da defesa do marxismo na formação profissional. No que concerne à organização do processo de formação, os entrevistados demonstraram haver empenho na integração do marxismo ao currículo e demais atividades que compõe a formação:

O que a gente fez agora na revisão do PPP, a gente replanejou algumas disciplinas para dar uma ênfase para a teoria social crítica, porque no antigo PPP, embora o antigo que é o atual a gente ainda está trabalhando com ele e vamos trabalhar com ele por um tempo, até poder migrar totalmente com o novo. A gente reconheceu a necessidade de criar mais disciplinas para trabalhar mais conteúdo da teoria social crítica, em detrimento de algumas que existiam e existem nesse PPP que no próximo serão extintas, que eram disciplinas que trabalhavam questões da fenomenologia, do estruturalismo, positivismo, enfim, que a gente reconheceu que não tem mais porquê da gente manter na proposta de formação. Então, a gente acabou ampliando o número de disciplinas que dão um foco maior para a teoria social crítica, para o método principalmente as disciplinas que iram trabalhar a questão do método. Tirando essas disciplinas que a gente acabava dedicando, um, dois semestres a discutir. Não precisa uma disciplina toda só para estar trabalhando fenomenologia positivismo, enfim, então, essa foi uma opção (CC-2).

Apesar da demonstração de empenho na integração do método em Marx na formação e o reconhecimento da importância desse movimento, tendo em vista a adequação com o projeto profissional e as diretrizes curriculares, persiste o desafio de transversalizá-la na matriz curricular e nas demais atividades de ensino:

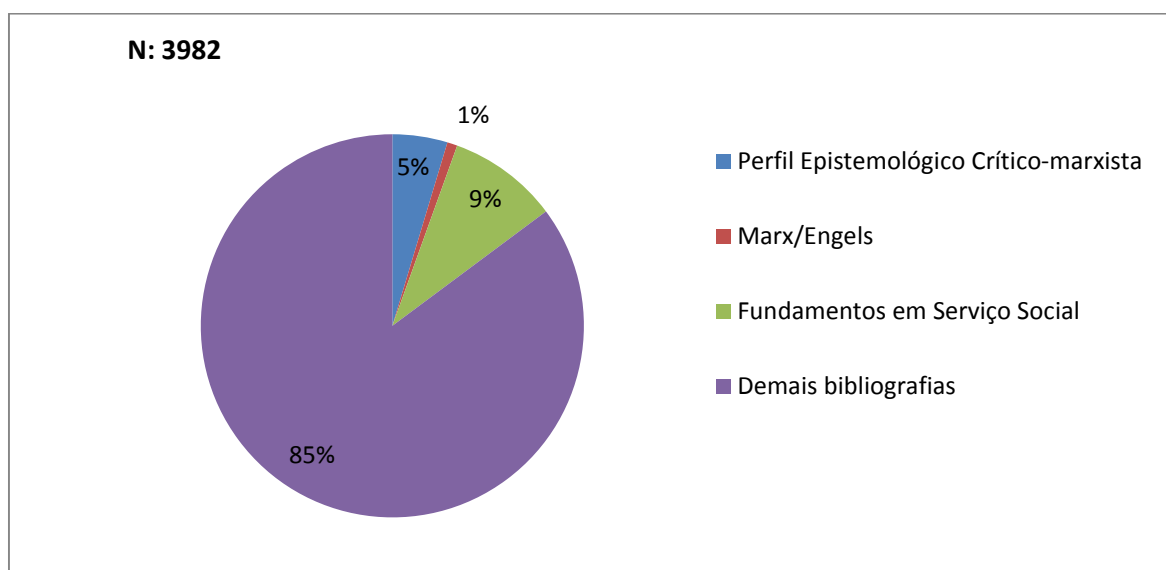
Acredito assim, nosso primeiro avanço a gente foi conseguir mapear todos os nossos currículos, eles sempre tiveram na verdade uma opção clara por essa teoria, todos os currículos. (...) Em 2011 nós conseguimos implantar esse currículo que é todo organizado com base na teoria social crítica. Então, nós temos duas disciplinas que são extremamente estratégicas, duas ou três disciplinas que são estratégicas e distribuídas na grade curricular, para que eles possam na verdade estar aliando a dimensão teórica, que é a questão da teoria social crítica, que nós temos na grade curricular, e ela está no 2º semestre. (...) Então acho que a gente percebe a que realmente tem algumas disciplinas que elas têm um enfoque maior, apesar de toda a grade curricular ela é permeada por isso. E uma das grandes questões que eu percebo, que com a mudança do currículo, a gente percebe já mudanças dos estagiários que estão chegando, de ver um

maior domínio na questão da apropriação, mesmo assim como eu disse que ainda precisamos avançar nessas discussões (CC-4).

Esta é uma das mais significativas dificuldades sobre o ensino em Serviço Social que pretende subsidiar-se pelo marxismo. Como referem Mendes e Prates, o método não pode ser apreendido em partes, de modo a reduzi-lo a uma de suas partes constitutivas, e restrita a disciplinas de cariz teórico distanciando-se das abordagens que comportam a dimensão técnica-operativa do trabalho. Ao contrário, o método, para ser apreendido, carece partir da realidade concreta, por ser este mesmo expressão própria do movimento do real e não de ideias abstratas. (MENDES e PRATES, 2007).

Em complementação à análise desses dados, apreciaram-se os conteúdos dos currículos, tendo em vista apreender a composição das bibliografias indicadas no ementário das disciplinas. Atentou-se para as bibliografias que compõem o tema fundamentos em Serviço Social, que se alinham ao pensamento marxista, as de perfil epistemológico crítico-marxista e as próprias obras marxianas e de Engels. Do total de 11 unidades de ensino participantes da pesquisa, 9 encaminharam os seus ementários, compondo 404 disciplinas ofertadas, totalizando 3982 bibliografias indicadas. O gráfico que segue apresenta a composição percentual das bibliografias, organizadas por perfil epistemológico:

Gráfico 1 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social conforme perfil epistemológico



Fonte: elaborado pela autora (2016)

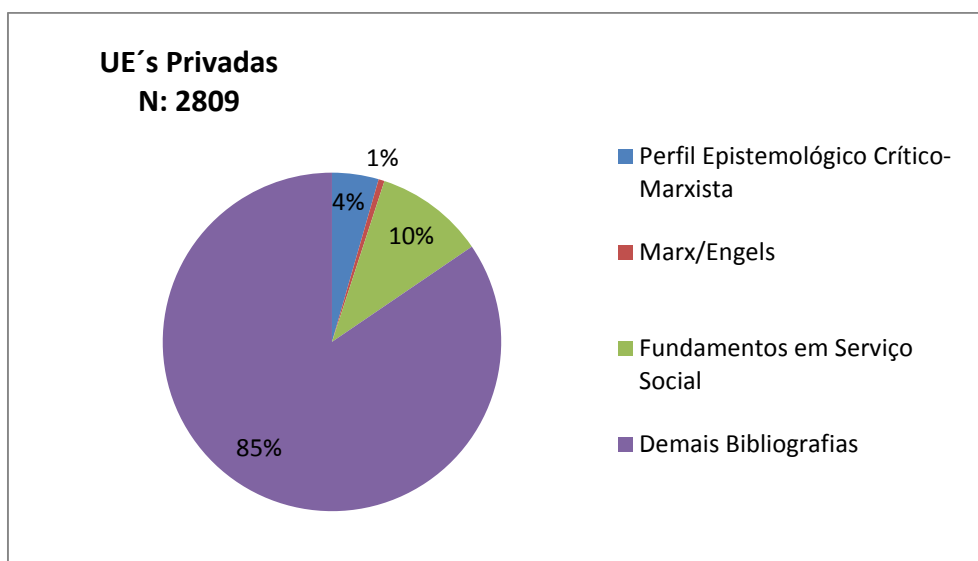


Conforme representado no gráfico, a maioria absoluta das bibliografias indicadas nas disciplinas não está vinculada à perspectiva marxista, seja através da utilização /indicação das obras próprias de Marx, de obras com perfil crítico ou através de elaborações sobre os fundamentos profissionais subsidiados nessa perspectiva. Entre as demais bibliografias, que somam o número de 3392, há uma diversidade de temas e conteúdos abordados por diferentes matrizes do conhecimento: pós-modernos, fenomenológicos e positivistas. Agregam conteúdos sobre psicologia, antropologia, sociologia, economia, metodologia de pesquisa, políticas públicas, direitos humanos, responsabilidade social, planejamento, gênero e etnicidade, entre outros. Confirma-se, desta forma, que a formação em Serviço Social, segundo esse recorte, apresenta uma insuficiência de recursos teóricos, de fundamentação marxista, que intercorre em uma apreensão fragilizada do método em Marx, impossibilitando formar sujeitos capazes de realizar mediações a partir desse perfil epistemológico com a realidade concreta do trabalho profissional. Além disso, é ínfimo o restrito número de obras marxianas ou de Engels que compõem como fonte bibliográfica de disciplinas as matrizes curriculares. Entre todas as disciplinas ofertadas, somente 34 elaborações desses autores são indicadas, sendo que 13 dessas concentram-se em uma única unidade de ensino, 6 em uma única disciplina. Mais uma vez, em analogia com as primeiras aproximações do Serviço Social com o pensamento marxista na década de 80, a apropriação do marxismo nos meios acadêmicos tem ocorrido sem Marx. Em um artigo de 1989, Netto já alertava para esse desafio, considerando que:

Sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se – independentemente da sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos (NETTO, 1989, p. 101).

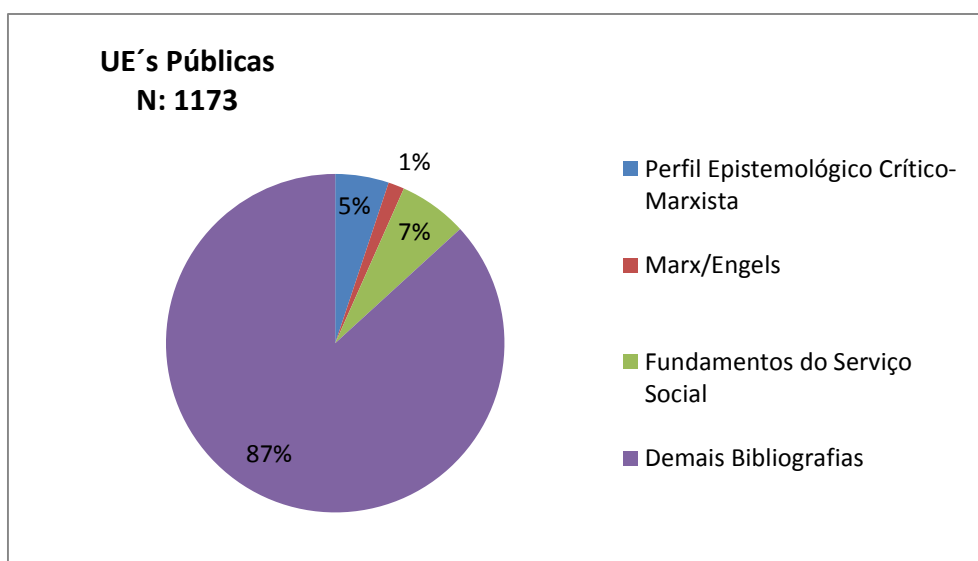
Os gráficos que seguem fazem a comparação entre as UE's privadas e públicas, conforme a composição das bibliografias indicadas nos ementários, demonstrado a semelhança nos percentuais de composição: 15% do total refere-se ao somatório das bibliografias marxianas, de perfil epistemológico crítico-marxista e as que tratam dos fundamentos em Serviço Social por uma perspectiva marxista nas UE's privadas e 14% na UE's públicas.

Gráfico 2 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social das UE's privadas, conforme perfil epistemológico



Fonte: elaborado pela autora (2016)

Gráfico 3 - Bibliografias utilizadas pelos Cursos de Serviço Social das UE's públicas, conforme perfil epistemológico



Fonte: elaborado pela autora (2016)

A análise dos dados quantitativos também corrobora para uma concentração das bibliografias marxianas ou de perfil crítico em uma parte minoritária de disciplinas, conforme demonstra a tabela que segue:

Tabela 1 - Disciplinas com indicação de bibliografias marxianas e/ou de perfil epistemológico crítico-marxista por unidade de ensino

Unidades de Ensino	Total de disciplinas ofertadas	Total de <u>bibliografias</u> com perfil epistemológico crítico-marxista e marxianas	Total de <u>disciplinas</u> com bibliografias com perfil epistemológico crítico-marxista e marxianas	
			FA	FR
1	45	15	11	24%
2	44	8	4	9%
3	44	32	9	20%
4	48	23	12	25%
5	44	28	12	27%
6	40	33	12	30%
7	44	38	11	25%
8	49	28	14	28%
9	46	14	6	13%

Fonte: elaborada pela autora (2016)

A Tabela 1 evidencia que as bibliografias marxianas ou de perfil crítico estão indicadas em no máximo 30% das disciplinas, como é o caso da UE 6, sendo que na UE 2 somente 4 disciplinas indicam essas bibliografias. Esses dados evidenciam que há uma dificuldade dos projetos de formação profissional em desenvolver o ensino por uma lógica que transversaliza a teoria marxiana por toda a formação. O baixo número de bibliografias que versam sobre o conteúdo dos fundamentos profissionais demonstra que essa apreensão também não ocorre via elaborações que mediam essa perspectiva com as questões condizentes à profissão.

Por consequência, tanto o acesso às próprias elaborações marxianas e marxistas, assim como as referentes à área do Serviço Social, subsidiadas nessa perspectiva epistemológica, estão restritas a um grupo pequeno de disciplinas, comumente vinculadas à disciplina de “perfil teórico”, reforçando a errônea dicotomia entre a teoria e a prática. São projetos curriculares que fomentam a fragmentação dos conteúdos, ao promover a separação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Essa fragmentação intercorre, consequentemente, em uma apreensão distorcida do método, como um instrumento a ser aplicado e não como emanção do movimento da própria realidade iluminado pela teoria.

## 4.2 A QUESTÃO SOCIAL: EIXO ARTICULADOR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A questão social nas Diretrizes Curriculares assume o papel de ser o “eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9), ocupando uma posição transversal a todos os conteúdos e disciplinas. Além disso, enquanto um dos pressupostos da formação profissional, acentua-se a questão social como elemento fundante da profissão, constituindo-se em objeto de trabalho. Conforme reforça Cardoso, é dessa relação que deriva um conjunto de elementos que compõem o trabalho profissional e que, portando, deve estar contemplado na formação:

Os pressupostos básicos das novas diretrizes curriculares da formação profissional do Assistente Social traçam um determinado desenho da profissão: particularizam o Serviço social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventiva, cujo sujeito – o Assistente Social – intervém no âmbito da questão social. Consideram a questão social como fundamento básico da existência do Serviço Social, reconhecendo, a partir daí, que o agravamento dessa questão, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, determina uma inflexão no campo profissional, provocada por novas demandas postas pelo reordenamento do capital e do trabalho (CARDOSO, 2000, p.9).

Portanto, seguindo essa perspectiva, é necessário atentar-se à questão social a partir de três pressupostos, conforme sinalizados nas diretrizes: primeiro, como elemento determinante da fundação da profissão, segundo, como objeto de trabalho e, por fim, derivando dessas premissas como elemento articulador no processo de formação para o trabalho de todas as disciplinas.

Em contraposição a uma alegação de que a institucionalização do Serviço Social surge a partir de uma profissionalização da caridade, baseada em uma perspectiva evolutiva das atividades assistenciais, promovidas majoritariamente por setores vinculados à Igreja Católica, o surgimento do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho, está relacionado com a emergência de novas configurações em que se manifestam as expressões da questão social na fase monopolista do capitalismo. Para Netto, não basta a alegação de que a gênese histórico-social da profissão se explica pela emergência da questão social no capitalismo, pois é somente na era dos monopólios que surgirão as condições necessárias para a fundação do Serviço Social como profissão. É nessa fase do capitalismo que o Estado, dentro do jogo supostamente democrático, passa a incidir

sob os conflitos de classe que tomam a sociedade, através da intervenção contínua e sistemática nas sequelas da questão social (NETTO, 2005). É nesse período, por volta da década de 30, com o início ainda tímido da industrialização no Brasil, que é criado um cenário propício para o atendimento governamental das consequências da questão social. “É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo de forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais” (NETTO, 2005, p. 29).

As ações de intervenção nas expressões da questão social passam a tomar corpo, tornando-se mais sistemáticas e contínuas, tendo a administração centralizada no Estado, mas contando com respaldo da burguesia. As políticas sociais passam a ocupar um papel fundamental para a burguesia industrial que se formava, pois incidiam diretamente no controle e preservação da força de trabalho, através da regulamentação do trabalho e da oferta de direitos referentes à previdência social. Essas primeiras ações retrataram o caráter contraditório da intervenção do Estado, como consequência da luta de classes cada vez mais definida nesse momento: o Estado alcança de certa forma o *status* de Estado provedor, mediador de conflitos, pois ao mesmo tempo em que oferece alternativas de proteção social à classe trabalhadora, atende também aos interesses da burguesia ao proteger a sua principal mercadoria, a força de trabalho, adquirindo função importante no processo de acumulação do capital, enquanto acata reivindicações da classe operária que se formava no país, tendo em vista a ausência completa até então de direitos sociais de proteção ao trabalho (NETTO, 2005, p. 29).

Arelado a esse processo, a institucionalização do Serviço Social torna-se iminente, pois o Assistente Social passa a ocupar a função de executor dessas políticas, haja vista o crescimento dos serviços públicos voltados ao atendimento da classe trabalhadora. A incorporação da pauta da questão social ao Estado é acompanhada de um caráter privado, ou seja, as ações são centralizadas nos sujeitos individualmente, como negação do seu caráter estrutural, havendo uma segmentação dos problemas sociais:

Tais práticas e tal legitimação aparecem, pois, com uma dupla determinação: tanto são parâmetros para intervir empiricamente sobre as refrações da questão social quanto são funcionais para vulnerabilizar as projeções societárias que apontam para a ruptura da ordem burguesa – e é

inteiramente supérfluo assinalar que estas duas dimensões, a operativa e a ideal, vinculam-se estreitamente (NETTO, 2005, p. 37).

O processo de industrialização, ainda que lento e tardio diante de países centrais do capitalismo, formou um novo cenário no Brasil, com o crescimento populacional desordenado nos centros urbanos, ocupados por esses novos trabalhadores. A intervenção estatal torna-se inevitável, tendo em vista possíveis tensionamentos sociais, que poderiam atrapalhar a emergência de uma nova classe econômica que se formava: a burguesia industrial. O Serviço Social no Brasil insere-se como profissão na divisão social e técnica do trabalho, principalmente nos setores públicos conforme ampliavam-se as medidas de regulação trabalhistas. Também passa a atuar junto aos setores empresariais, incidindo diretamente sobre as atividades produtivas, ao desempenhar ações de controle sobre a força de trabalho através dos serviços sociais ofertados pelas empresas.

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. A isto se aliam as alterações implantadas pelo empresariado, relativas à administração e gerência das relações industriais. Passam a lançar mão de técnicos qualificados na área de “relações humanas” – entre eles o assistente social – para a implementação das políticas de pessoal, diante da necessidade de racionalização da produção e do trabalho, exigidas pelo aprofundamento do processo de industrialização nos moldes do grande capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 89).

Já a questão social, enquanto matéria-prima do Serviço Social, está atrelada à concepção de que a prática profissional é uma especialização do trabalho que participa de processos de trabalho, o que remete à centralidade da categoria trabalho para os fundamentos da profissão. Nas condições anteriores ao processo de renovação profissional, a questão social já se conformava enquanto objeto profissional, porém acatada pelo conjunto profissional, assim como pelos setores empregadores, sob uma perspectiva conservadora. A questão social e suas expressões eram consideradas manifestações restritas ao âmbito privado da vida dos indivíduos, devido a desvios de caráter daqueles que não se enquadravam dentro de uma determinada moralidade aceita socialmente. Essa perspectiva retira da questão social o seu principal fundamento: o econômico, enquanto produto da contradição entre o capital e o trabalho, além de despolitizar o debate acerca das

origens da questão social, ou seja, a sua naturalização ignora qualquer tendência questionadora das suas bases de legitimação.

Diante desse quadro, o trabalho do Assistente Social voltava-se para a administração da pobreza, concentrando-se no espaço da vida privada da população, promovendo ações de controle do espaço privado dos indivíduos. Enquadrava-se, assim, nos processos de reprodução ideológica de controle social do Estado sobre os indivíduos, priorizando o controle psicossocial, sustentado na moralização dos modos de vida, para evitar quaisquer atitudes que pudessem desviá-lo do seu papel no ciclo produtivo (NETTO, 2005).

Agora sob um novo estatuto profissional, o debate sobre a questão social atingiu outro patamar, devendo ser objeto constante de apropriação por parte do conjunto profissional, não só porque se configura como um dos elementos do processo de trabalho, mas porque determina o trabalho profissional a partir das suas configurações estruturais e conjunturais. Hoje, segundo o debate hegemônico concernente aos fundamentos profissionais, a questão social não é uma expressão singular dos sujeitos, sob a ótica das situações sociais-problema, esta é produto do processo de acumulação privatista do capital, historicamente datada e que determina as relações sociais em sua totalidade, relações essas que configuram sua contradição máxima que é a luta de classes.

A questão social, sob a sua face fenomênica, representa a exclusão social, política e econômica de uma larga parcela da população, como resultado da produção e reprodução do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho, assim como a própria articulação da classe trabalhadora no empenho de resistir a exploração econômica a que é submetida. Assim, particulariza-se no cotidiano profissional sob múltiplas manifestações, ante um terreno contraditório de disputas antagônicas entre quem contrata o seu trabalho e quem recebe o seu serviço. Diante disso, Iamamoto afirma ser imprescindível tanto a apreensão das diferentes formas que assume a questão social na vida da população, apreendida na totalidade social, ou seja, reconhecendo o caráter determinante que redundava nas situações cotidianas (IAMAMOTO, 2004).

Os projetos de formação profissional, ao assumirem a premissa da questão social como eixo fundante da profissão e organizador do currículo, precisam definir um direcionamento para a formação, onde esta categoria perpassasse todas as atividades pertencentes a esse processo. Com a finalidade de formar sujeitos

capazes de decifrar as refrações da questão social no cotidiano da vida social, considerando sempre a sua vinculação inerente à sociabilidade burguesa, o método em Marx, conforme definido pela categoria através do projeto profissional, torna-se a perspectiva mais adequada para subsidiar esse processo. Partindo dessas premissas, a análise sobre os PPP's apontou para algumas considerações: primeiro, constatou-se que poucos projetos definem como eixo articulador do currículo a questão social: dos 11 PPPs, somente 2 pontuam essa definição, conforme exemplifica o trecho que segue:

A partir das recomendações das Diretrizes Curriculares, o processo de ensino e aprendizagem deve propiciar novos caminhos para a construção de conhecimentos. Estes agregam de forma indissociável para a compreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional, valorizando, neste sentido, os núcleos de fundamentação de formação profissional (UE- 3, p.12).

Outros dois projetos apontam para diferentes eixos articuladores, apesar de reivindicarem as orientações para a formação profissional da ABEPSS. Um desses projetos define como eixo estruturante a prática profissional, atribuindo centralidade à dimensão técnico-operativa: "Ressalta-se também a prática como eixo estruturante do currículo, abordada em diferentes disciplinas e modalidades em todos os semestres do curso" (UE-9, p. 44). Pode-se concluir que essa definição leva a dois caminhos: primeiro, uma tendência em direcionar o trabalho profissional unicamente para os interesses do mercado de trabalho. O segundo demonstra a ausência de conhecimento sobre as dimensões que envolvem as formas de "pensar e de fazer o Serviço Social", conforme as palavras de Yamamoto (2004, p.7).

Priorizar a dimensão prática do trabalho em detrimento dos aspectos ético-políticos e teórico-metodológicos, faz com que se diluam os aspectos estruturais determinantes do trabalho profissional, voltando assim ao debate, que deveria já estar superado na profissão, sobre a tradicional priorização de uma visão endógena da profissão. Esse caminho ainda persistente no Serviço Social, despreza as explicações universais que dão conta dos processos que conformam o trabalho numa sociedade capitalista, sejam estas concernentes às disputas de poder que se expressam no cotidiano de trabalho, entre quem contrata e quem recebe pelos serviços, ou sobre as condições materiais de vida dos trabalhadores, que é o público atendido pelos serviços onde se atua. Portanto, são privilegiadas outras



manifestações sobre as condições materiais de trabalho, que nada mais são do que expressões de um contexto social em que se particulariza o trabalho do Assistente Social e que, sendo não avaliadas sobre uma visão mais ampla, podem acarretar em processos de estranhamento do profissional com o seu trabalho. Logo, atribuir essa centralidade à prática, ante as dimensões teórico-metodológica e ético-política, leva a redução do quadro sócio-histórico a um “pano de fundo” (IAMAMOTO, 2004, p.8), reduzindo a capacidade de ações desse profissional.

Seguindo a mesma lógica, outro projeto define a relação teórico-prática como o principal eixo de articulação do currículo:

As políticas institucionais para o ensino de graduação estão pautadas nos seguintes princípios: formação de qualidade técnico-científica e social (caracterizada pela qualificação do corpo docente, da estrutura física e de práticas pedagógicas inovadoras); flexibilidade curricular e interdisciplinaridade (no curso há um elenco de disciplinas optativas e de atividades curriculares complementares que proporcionam a construção do saber de acordo com os interesses individuais do aluno); **relação teoria-prática como eixo articulador do currículo**<sup>38</sup>, integração entre ensino, pesquisa e extensão (UE-4, p. 12).

Os demais projetos somente reivindicam as orientações elaboradas pela ABEPSS para a formação profissional em Serviço Social, contudo, não expressam em seus documentos essa orientação específica. No tocante ao reconhecimento da questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social e como elemento fundante da profissão, todos os projetos identificam a necessidade de formar profissionais capazes de enfrentar as expressões da questão social. Os dois trechos que seguem exemplificam esta afirmação:

Nesse sentido, a existência do curso de Serviço Social (...) se justifica, à medida que se propõe a produzir conhecimento que permita aos futuros profissionais do campo social compreender e reconhecer as expressões da questão social contemporâneas, com a finalidade de formular e implementar propostas de intervenção para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social (UE- 5, p.11).

O Curso propõe-se a formar assistentes sociais capacitados, competentes, críticos e comprometidos com o enfrentamento das expressões da Questão Social e habilitados para atuação na formulação, execução e avaliação de políticas sociais instituídas nas mais diversas áreas (UE-11, p. 26).

---

<sup>38</sup> Grifos do autor.

Contudo, apenas três projetos referem-se à questão social enquanto elemento fundante do Serviço Social, como demonstra o exemplo da UE-6:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo; A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho; O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social (UE-6, p.17).

Um dos projetos, apesar de fazer menção às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, enquanto referência a ser seguida no que tange ao objeto de trabalho, atenta entre os objetivos específicos do curso que a prática profissional do Assistente Social deverá comprometer-se com as resoluções de problemáticas sociais: “promover a permanente produção de saberes que respaldem a realização de práticas voltadas à resolutividade das problemáticas sociais” (UE-9, p.41). Por fim, o projeto da UE-3 refere-se aos usuários como o objeto do Serviço Social:

Em outras palavras, nossos egressos, via de regra, aceitam o desafio de trabalhar em favor daqueles que são o objeto do serviço social a partir de uma visão libertadora, mas não dominam o instrumental profissional para exercerem tal função de forma qualificada, transformando a teoria crítica em ação profissional crítica (UE-10, p. 21-22).

Concernente ao perfil das bibliografias indicadas nas disciplinas presentes nas grades curriculares, com um corte nas disciplinas referentes à matéria de Serviço Social, observa-se uma tendência na indicação de bibliografias que não se enquadram no tema de fundamentos em Serviço Social, que não apresentam perfil epistemológico crítico-marxista, assim como de bibliografias marxianas. Tendo em vista a necessária transversalidade dessa categoria aos currículos ofertados, e tendo a obrigatoriedade de ser ministrada por docentes com formação em Serviço Social, acredita-se que essa modalidade de ensino específica apresenta a necessidade de contemplar conteúdos que tratam da questão social e de seus desdobramentos, a partir de uma perspectiva crítica, se assim estiverem alinhados à proposta das diretrizes.

Para a definição do que seria uma disciplina que trata da matéria de Serviço Social, selecionaram-se as disciplinas cujos títulos contemplassem as denominações Serviço Social, Assistente Social, Questão Social, Fundamentos, Processos De Trabalho e Trabalho. Também foram incluídas as disciplinas que tratam da dimensão técnico-operativa, restritas ao trabalho do assistente social. Em um total de 404 disciplinas ofertadas, somando 9 UE's<sup>39</sup>, 3982 bibliografias encontram-se indicadas nos ementários. Das 404 disciplinas, 198 referem-se à matéria de Serviço Social, ou seja, representam quase 50% do total. As demais disciplinas apresentam temas e conteúdos dos mais diversificados, desde matéria sobre filosofia, antropologia, economia política, conforme previstas na proposta de Currículo Mínimo, até sobre empreendedorismo, políticas públicas, produção de textos, interdisciplinaridade, introdução à psicologia, entre outros.

No que concerne somente às disciplinas sobre matéria de Serviço Social, 1869 bibliografias são indicadas, sendo que a maior parte, 75% do total, representa os mais diversos temas e perfis epistemológicos<sup>40</sup> e as demais 25% dividem-se em bibliografias sobre fundamentos profissionais<sup>41</sup>, bibliografias com perfil epistemológico crítico-marxista e bibliografias de Marx e Engels, o que é um dado preocupante, por tratar-se de disciplinas sobre o Serviço Social que abrangem todas as dimensões do trabalho profissional, mas que não priorizam as fontes específicas do Serviço Social, nem as obras de perfil crítico que poderiam auxiliar na apreensão dos aspectos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que compõem a profissão sob uma perspectiva crítico-materialista. O gráfico que segue ajuda na visualização dessa composição:

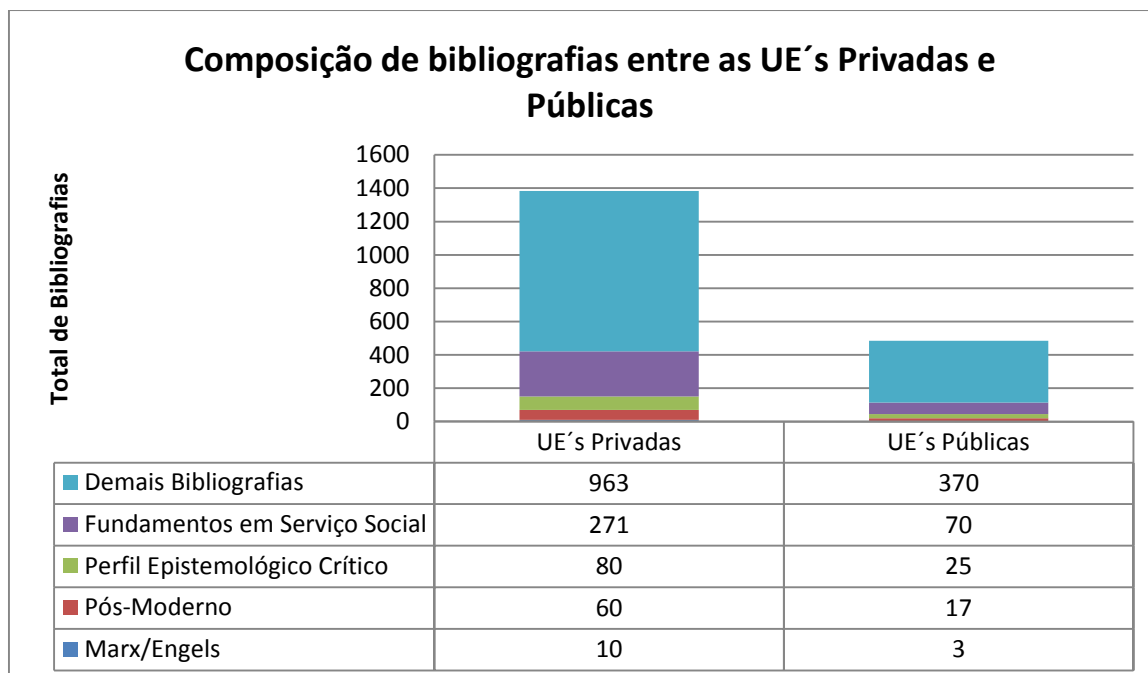
---

<sup>39</sup> Para a análise dessa fonte da pesquisa, duas unidades de ensino não foram incluídas por não terem encaminhado os seus respectivos ementários.

<sup>40</sup> Compõem o conjunto dessas bibliografias, obras referentes à metodologia de pesquisa, planejamento, políticas sociais, direito, coletâneas de leis, fenomenologia, positivismo, ética geral, pós-modernidade, globalização, economia, história do Brasil, dinâmica de grupos, visita domiciliar, entrevistas, entre outros.

<sup>41</sup> Foram incluídas nesse grupo as bibliografias referentes ao tema fundamentos em Serviço Social, compreendendo temas sobre trabalho e processos de trabalho em Serviço Social, questão social, projeto ético-político, a questão dos instrumentais em Serviço Social, entre outros que estão em acordo com a definição de Fundamentos em Serviço Social presente no Capítulo 1 - Introdução desta tese. Entre as bibliografias referentes a esse tema, não estão incluídas as obras que não se subsidiam no método em Marx, como é o caso de alguns de livros do professor Vicente de Paula Faleiros.

Gráfico 4 - Composição de bibliografias das disciplinas sobre matéria de Serviço Social, conforme perfil epistemológico, por unidades de ensino privadas e públicas



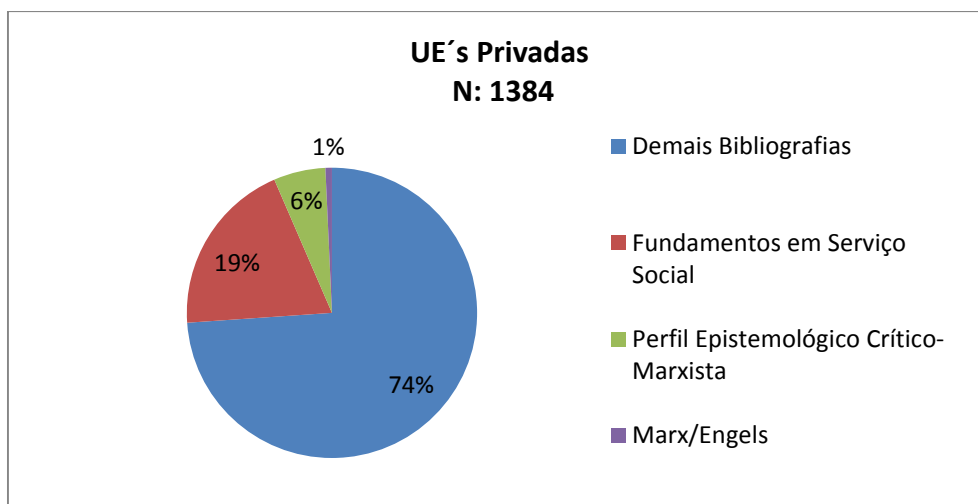
Fonte: elaborado pela autora (2016)

Seguido das demais disciplinas, dos 25% anteriormente referidos, constata-se uma tendência na indicação de bibliografias que tratam do tema Fundamentos em Serviço Social, representando 18% do total e as obras com perfil epistemológico crítico-marxista aparecem em 5% do total. No que tange às obras marxianas ou de Engels, estas representam menos de 1%, mais precisamente 0,7%, abaixo da porcentagem das obras de perfil reconhecidamente pós-moderno<sup>42</sup>, que ocupam 4% da totalidade de obras indicadas.

Na comparação entre as UE'S privadas e públicas, consta-se uma semelhança na proporcionalidade das composições das bibliografias, seguindo o mesmo critério de perfil epistemológico, conforme está demonstrado nos gráficos que seguem:

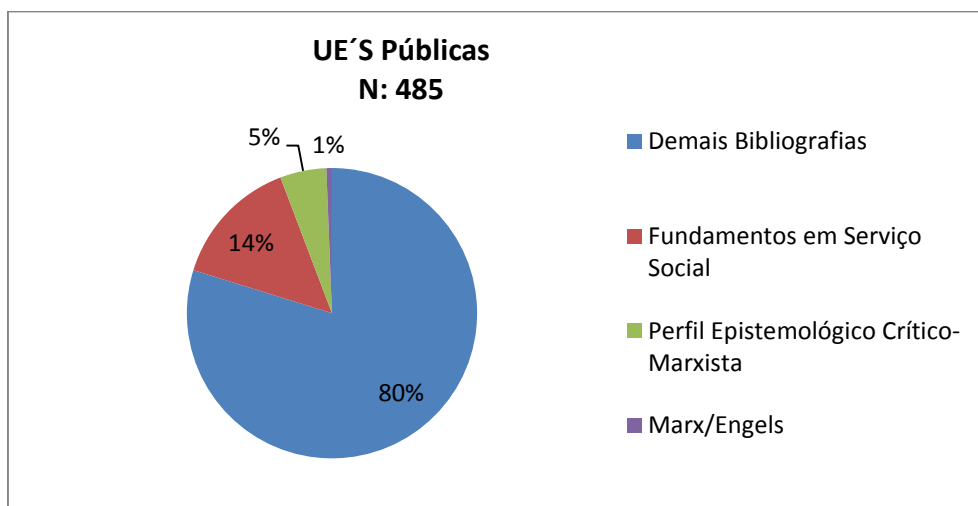
<sup>42</sup> Como perfil pós-moderno, foram inclusos somente obras de autores com reconhecimento por seu alinhamento com essa perspectiva. Conforme objetivo da presente tese, não há aprofundamento no debate sobre esses autores e sua presença na formação profissional. A indicação de alguns desses tem como objetivo somente traçar um comparativo com as demais bibliografias de perfil crítico e marxianas. Entre os autores pós-modernos, foram inclusos entre outros na análise Edgar Morin, Boaventura de Souza Santos, Enrique Pichon-Rivièri, Zigmunt Bauman.

Gráfico 5 - Proporcionalidade de bibliografias, conforme o perfil epistemológico das obras indicadas nas unidades de ensino privadas



Fonte: a autora (2016)

Gráfico 6 - Proporcionalidade de bibliografias, conforme o perfil epistemológico das obras indicadas nas unidades de ensino públicas



Fonte: a autora (2016)

Apesar de esse conjunto de dados revelar uma secundarização de bibliografias marxistas e marxianas, tendo em vista uma representação de apenas 25% do total indicado, o discurso dos coordenadores de curso e de estágio sinaliza para o reconhecimento da importância do pensamento marxista para a apreensão da matéria do Serviço Social, seja por sua origem da sociedade capitalista, ou por suas refrações na realidade social. O trecho da entrevista que segue retrata a

importância atribuída à teoria e ao método em Marx, para a intervenção na realidade a partir da compreensão do objeto de trabalho por suas expressões:

Acho que é de fundamental importância e essa importância ela está vinculada ao amadurecimento mesmo da categoria profissional, e reconhecer que a teoria marxiana ela é a teoria que vai nos fundamentar de fato, para uma análise de intervenção na realidade, que compreende que é a questão social nosso objeto de intervenção. Então, se nós temos como objeto de nosso trabalho, objeto de expressões da questão social e que elas resultam do conflito capital e trabalho, é a teoria social crítica, a teoria marxiana que vai nos trazer embasamento pra fazer uma análise dessa realidade sócio-histórica, enfim, e aí poder fazer um olhar crítico, um olhar qualificado sobre essas expressões da questão social que chegam ao profissional, aí é essas perspectivas que a gente trabalha no processo de formação, como sendo demandas, necessidades que esses usuários apresentam, mas nós enquanto profissionais temos essa compreensão (CC<sup>43</sup> 2).

Para outros entrevistados, a questão do método está atrelada ao projeto ético-político da profissão, não podendo ser excluído do processo de formação. Seguindo essa afirmação, há dois tipos de respostas: um revela afiliação à perspectiva crítica, reconhecendo a sua importância para a abordagem dos fundamentos profissionais e da questão social, tendo em vista ser esta a mais adequada para a apreensão da dinâmica da vida social sob uma perspectiva de totalidade; o outro reconhece ser importante a apreensão e a mediação do método na formação profissional, visto o necessário alinhamento ao projeto profissional defendido hegemonicamente. Os trechos que seguem retratam essas duas considerações sobre a teoria e o método em Marx na formação, sendo que o primeiro demonstra concordância com essa mediação e a seguinte indica necessidade, devido ao seu atrelamento ao projeto ético-político, independentemente do nível de apreensão do docente sobre esta vertente:

Não acho somente importante, mas sim fundamental, dentro do que é a nossa proposta de profissão. Acho que é fundamental a teoria marxiana na formação em serviço social. Daí você me pergunta da formação em graduação, eu acho que extensivamente inclusive para a formação de pós-graduação, quando a formação do pós-graduação seja dos programas de serviço social. O pensar a fundamentalidade da teoria marxiana se dá por conhecer todo o processo histórico, de como a gente se aproxima e de como a gente se reconhece e passa a fundamentar a nossa matriz profissional, nosso projeto ético-político por essa matriz de pensamento. Então, acho que dizer que nós temos um projeto ético-político e não tratar com essa matriz que fundamenta o projeto ético-político, que dá base dentro da formação, acho que a gente estaria criando vácuos, vazios,

---

<sup>43</sup> CC: Coordenador de Curso. O nome dos entrevistados será mantido em sigilo.

equivocos na própria profissão com aqueles que daqui a pouco serão trabalhadores do serviço social (CC- 2).

Acho que tanto no Brasil como na América Latina ficou completamente diferente do serviço social na Europa e EUA, um serviço social mais crítico e está diretamente conectado com a realidade social, econômica, política, seja ela brasileira, seja ela latino-americana e hoje eu acho que nós profissionais temos um diferencial para fazer uma análise de todo um contexto, uma análise com leitura deste contexto que nós vivemos hoje, que tem na formação crítica e essa formação crítica eu não preciso ser exatamente marxista, eu não sou marxista e nunca estudei marxismo a fundo. Mas eu preciso defender isso, eu preciso defender isso como pressuposto da posição profissional, os nossos alunos também (CC-3).

A partir desses dados analisados, é possível deduzir que há uma discrepância entre os discursos dos profissionais, que apontam em sua maioria para o reconhecimento da teoria e do método em Marx como perspectiva fundamental para a apreciação da questão social, enquanto elemento central da formação profissional. De outro lado, os PPP's tratam de modo diverso essa categoria, restringindo-se a duas unidades de ensino a definição da questão social, enquanto eixo central e articulador do processo de formação profissional. O outro quadro preocupante refere-se ao material de ensino indicado nas disciplinas. Em se tratando de disciplinas que tratam da matéria de Serviço Social, somente  $\frac{1}{4}$  das bibliografias são de perfil crítico, seja através de produções do Serviço Social subsidiadas no marxismo ou outras não concernentes ao Serviço Social, mas que possuem perfil epistemológico crítico-marxista. Também se constata que, no ensino específico sobre a matéria de Serviço Social, as obras marxianas ou de Engels são praticamente inexistentes.

#### 4.3 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO COMO EIXO ORGANIZADOR DA VIDA SOCIAL

O Serviço Social se particulariza na divisão social e técnica do trabalho, enquanto um tipo trabalho especializado, atuando no campo das expressões da questão social. Exerce uma qualidade de trabalho concreto e que tem, portanto, um valor de uso, circunscrevendo-se no terreno da luta de classes. A categoria trabalho, a partir dos anos 1980, passou a ocupar lugar de destaque nos debates profissionais, com ênfase sobre a sua particularidade na sociedade capitalista, sobre o seu caráter ontológico e sobre o reconhecimento do Serviço Social como uma

especialização do trabalho, inscrita da divisão social e técnica do trabalho. Segundo levantamento de Closs (2015), este tema tem apresentado um número significativo de publicações na área, contemplando abordagens sobre o conceito de trabalho e sua relação com o Serviço Social, mercado de trabalho, dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social, entre outros.

A obra fundamental que inaugurou esse debate foi “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, produzido por Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho, no ano de 1982 (MOTA, 2007). *A crítica da economia política*, elaborada por Marx (2011) foi o condutor do debate acadêmico, contribuindo para a definição de aspectos fundamentais acerca do trabalho profissional, no que condiz ao significado social da profissão, as configurações estruturais e conjunturais do seu objeto de trabalho, a condição de assalariamento do Assistente Social, tendo como norteador a perspectiva ontológica do trabalho.

Como produto desse debate, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS definem o trabalho como o “eixo central do processo de reprodução da vida social (...)” (ABEPSS, 2016, p. 10), princípio constitutivo do ser social, conformador das relações sociais. Marx defendia que a chave para a compreensão da sociedade civil estava na economia política. A produção social da existência humana é determinada pelas relações de produção, ou seja, a produção material ultrapassa o ambiente onde se dá o processo de trabalho e se espraia para uma superestrutura política e jurídica, conformando a consciência social geral. “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2003, p. 5). Aqui se expressa o caráter ontológico do pensamento marxiano, expresso quando o mesmo diferenciou homens e animais a partir do trabalho. Essa diferenciação, diz Marx, ocorre quando os homens produzem a sua vida material através da sua relação com a natureza, produzindo os seus meios de existência. Esse processo transcende ao ato individual, o trabalho é algo coletivo e pressupõe o estabelecimento de relações entre os sujeitos. Assim, ao produzir, por exemplo, os meios de trabalho, se criam também as condições para o desenvolvimento da sua sociabilidade.

A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 1980, p. 19).



O mundo das ideias não se separa no mundo material, ao contrário, o mundo material produz o mundo das ideias. A linguagem, a cultura, as leis, religiões, são formas de sociabilidade que se forjam na produção material e só podem ser explicadas por esse princípio. Portanto, quando se fala em produção e reprodução da vida social, estão pressupostas também as relações de confronto que diferentes classes sociais estabelecem entre si:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então (MARX, 2003, p. 5).

Marx e Engels afirmavam que a história da humanidade é a história da luta de classes, contradição que se estabelece a partir do desenvolvimento dos diferentes modos de produção que determinaram diferentes épocas (MARX; ENGELS, 1998). No capitalismo, a luta de classes se origina da seguinte forma: o trabalho é cada vez mais coletivo, porém a apropriação da riqueza produzida nesse processo é cada vez mais privada. Assim, a reprodução das relações sociais só pode ser compreendida a partir de uma leitura da totalidade social onde essas relações se estabelecem.

Iamamoto explica que, ao se caracterizar a profissão inserida no processo de produção e reprodução das relações sociais, é possível compreender o seu significado sócio-histórico, ou seja, como o Serviço Social se trama no contexto do capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Apesar de o Serviço Social não se caracterizar enquanto profissão que intervém no processo direto da produção material, os seus agentes contribuem para o desenvolvimento desse processo, pois atuam sobre as condições de vida da classe trabalhadora, contribuindo para a valorização do capital. “A produção e a reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 93). Do mesmo ângulo, a profissão se conforma a partir da reprodução social, constituindo-se entre as demais superestruturas sociais, principalmente por atuar junto ao aparato burocrático do Estado, exercendo funções comprometidas com o controle ideológico das massas. Como campo de atuação profissional, os serviços sociais

exercem papel fundamental no auxílio à reprodução da força de trabalho, pois contribuem para amenizar os danos da exploração, sem avistar a sua eliminação:

Os referidos serviços ingressam no consumo da classe trabalhadora, que, sob certo ponto de vista, é um consumo produtivo. Para o trabalhador, esse consumo não é mais do que meio de sobrevivência de sua pessoa e de sua família. Já para o Estado e para os capitalistas é um consumo produtivo, no sentido de que contribui para reproduzir o trabalhador como trabalhador assalariado, divorciado das condições de trabalho, sempre disposto a vender parte de si mesmo para subsistir. Reproduz, assim, a força viva de trabalho como fonte de riqueza para aqueles que a adquirem e não para aqueles que a desgastam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 94).

O significado da atividade do Assistente Social, do ponto de vista da reprodução das condições de vida da força de trabalho, demonstra o caráter contraditório do seu trabalho, que ora tende para a manutenção de um *status quo*, contribuindo para a reprodução do capital, ora tende para uma ação mais questionadora, comprometendo-se com um novo projeto de sociedade. Expressa, dessa forma, através da sua atividade, a polarização entre diferentes interesses que emergem no seu cotidiano profissional.

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx já afirmava que a base para a divisão do trabalho era a propriedade privada. Do mesmo modo, este fenômeno se constitui em expressão da atividade alienada, pois fomenta a produção em massa de mercadorias ao avultar a exploração do trabalhador. Ademais, a sua contradição também se expressa ao ser um meio de expressão do caráter social da produção, ao mesmo tempo em que é a raiz da alienação do homem pelo trabalho (MARX, 1993). Posto dessa forma, o Assistente Social, embora se regule enquanto profissional liberal, não realiza seu trabalho a partir de uma prática autônoma, pois necessita vender a sua força de trabalho no mercado, atuando na condição de trabalhador assalariado com contrato de trabalho e remuneração. O seu exercício profissional depende dessa relação de compra e venda, sendo afetado pelas mesmas dificuldades que atingem a classe trabalhadora de modo geral: baixos

salários, intensificação do ritmo de trabalho, local de trabalho em condições precárias, flexibilização dos contratos de trabalho, assédio moral, desemprego, entre outros, além da alienação, que também se configura como uma expressão do trabalho sob essas condições.

Dependente do assalariamento, entra nesse circuito de compra e venda da sua força de trabalho, passa a ser requisitado por instituições públicas e privadas, tendo em vista o interesse pelo valor de uso do seu trabalho. Com isso, o Assistente Social passa a atuar em determinados processos de trabalho, tendo que lançar mão de um rol de competências e habilidades necessárias para que o seu trabalho possa ser efetivado. Iamamoto explica o trabalho do Assistente Social sob a perspectiva marxiana de processo de trabalho, sob a qual o trabalhador possui um objeto, neste caso, a questão social; meios e instrumentos para realizar a ação em si, como, por exemplo, o arsenal técnico de ação, que vai desde entrevistas às visitas domiciliares e o próprio conhecimento<sup>44</sup>, estes como meios de trabalho e um produto que é o objetivo final. Desta forma, o trabalho não se realiza de forma autônoma, pelo contrário, é pressionado por divergentes interesses entre quem o contrata e quem é o foco da ação (IAMAMOTO, 2004). Pode-se dizer que o exercício profissional e o produto do trabalho estão condicionados pelo nível da correlação de luta de classes. Estando as condições mais favoráveis à classe trabalhadora, o produto do trabalho do Assistente Social atenderá mais as suas reivindicações, caso contrário, voltar-se-á mais aos anseios das classes dominantes no que tange principalmente ao controle e apaziguamento de possíveis distúrbios sociais. Nesse sentido, a questão social, enquanto objeto de trabalho, conforma diretamente o exercício profissional.

Esta é uma reconstituição do significado sócio-histórico da profissão, a partir de uma perspectiva que centraliza o trabalho como o eixo organizador da vida social e, conseqüentemente, sob a ótica das relações de classes. Perspectiva essa que busca superar as análises que isolam o Serviço Social da realidade social, refletindo através de discursos pragmatistas do exercício do trabalho profissional e sustentado em uma perspectiva positivista.

---

<sup>44</sup> “As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado (IAMAMOTO, 2004, p. 63).

Conforme a Proposta Básica elaborada pela ABESS para subsidiar a elaboração dos projetos de formação nas unidades de ensino, o Serviço Social necessita ser compreendido enquanto uma especialização do trabalho, e aqueles que dão vida a essa profissão exercem seu trabalho sob as condições contratuais de assalariamento. Portanto, por essa condição de trabalhador livre, que depende da venda da sua força de trabalho, implica interferências no que compete aos meios e instrumentos de trabalho, assim como sobre o produto das atividades executadas.

À vista disso, a formação em Serviço Social hoje, como está colocada, exige uma compreensão da profissão sob um ângulo que comporte a totalidade social e suas determinações que incidem sobre as condições de trabalho. Se mostra necessária a ultrapassagem de tendências técnico-racionalistas e a-históricas que induzem a profissão a uma hipervalorização do seu caráter técnico, em detrimento dos aspectos teleológicos do trabalho. Tendo em vista a necessária superação dessa problemática, o projeto de formação profissional, ancorado na perspectiva ontológica do trabalho, defende a necessidade de se conformar um processo de ensino/aprendizado que afirma esta categoria como elemento central da formação da vida social, considerando as implicações ao exercício da profissão nos marcos do capitalismo:

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Esta concepção implica que o processo de trabalho do Assistente Social<sup>45</sup> deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 62).

Conforme definido nas diretrizes curriculares, cabe aos responsáveis pelas unidades de ensino, disponibilizar aos estudantes uma série de conteúdos, sejam estes teóricos, éticos, políticos e culturais, a fim de viabilizar um processo de ensino/aprendizagem que forme sujeitos com postura crítica, capazes de intervir na realidade social de modo consciente e coerente aos desafios postos, sabendo

---

<sup>45</sup> É importante ressaltar que a terminologia “processo de trabalho do assistente social” foi revista, tendo em vista o entendimento que esse profissional não possui um processo próprio e individual de trabalho. Dessa forma, compreende-se que o assistente social tem inserção em processos de trabalho coletivos.

identificar as contradições, as possibilidades de avanço e de recuos, que saiba superar o aparente através de sucessivas aproximações, que realize a mediação entre teoria e prática e que faça rupturas quando assim for necessárias. Isto posto, uma estrutura curricular que contemple esse conjunto de conhecimentos e competências deve estar organizada, conforme indicação, através dos “núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

Percorrendo os projetos político-pedagógicos (PPP's) dos cursos e faculdades que são objetos desse estudo, observa-se que a categoria trabalho é abordada de forma heterogênea, sem a centralidade que os fundamentos da profissão atribuem. Dos 11 PPP's analisados, 6 não fazem referência a essa categoria. Os demais, dois referem-se à necessidade de preparar profissionais críticos para atuar no mercado de trabalho, considerando as exigências do mercado de trabalho que são feitas a este trabalhador, conforme mostra o trecho segue:

O projeto do curso de Serviço Social tem como finalidade formar profissionais com uma postura crítica, reflexiva e propositiva, com capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para ingressarem no mercado de trabalho, visando atender com qualidade as demandas postas à profissão (UE 1<sup>46</sup>, p. 2).

Ou ainda:

Nesse sentido, a proposta do Curso de Serviço Social atende aos interesses individuais dos estudantes, as necessidades do mercado de trabalho e as solicitações dos segmentos empregadores da região, o que justifica plenamente seu lugar na Instituição (UE 11, p. 25).

No que tange ao significado sócio-histórico da profissão, 3 PPP's referem-se ao Serviço Social quanto à sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, e, conseqüentemente, em processos de trabalho, atuando no âmbito da produção e reprodução das relações sociais:

O Serviço Social, como parte da divisão sociotécnica do trabalho, insere-se em processos de trabalho, o que implica o reconhecimento de que um conjunto de fatores condiciona o trabalho dos agentes profissionais em razão do próprio processo de assalariamento e transformações decorrentes do mundo do trabalho. Portanto, é fundamental problematizar a profissão a

---

<sup>46</sup> As Unidades de Ensino são representadas por essa sigla (UE) seguida de um número.

partir dos movimentos de produção e reprodução em que se conforma a sociedade (UE 8, p.28).

Entre esses três projetos, um acentua sobre a necessidade da formação profissional acompanhar a dinâmica da sociedade que incide em mudanças no próprio mercado de trabalho, numa perspectiva de totalidade:

Os PPP's precisam, como currículos vivos que são, acompanhar estas dinâmicas. Assim, dizer que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho significa que a Formação Profissional está organicamente relacionada com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e com o lugar social das profissões, nesse sentido, está diretamente ligado à história da humanidade e às metamorfoses no mundo do trabalho, proporcionadas pela própria complexificação da sua divisão social (UE 6, p.9-10).

Outros cinco projetos referem-se ao significado da profissão a partir da sua inserção e intervenção nas relações de produção e reprodução social, como demonstra-se no exemplo a seguir, que também faz menção ao trabalho profissional particularizado nos espaços e modalidades de trabalho e à realidade social que o conforma:

Essa visão processual, contudo, exige a compreensão da particularidade da profissão, a qual reside no entendimento de que o Serviço Social, situado nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, está colocado como profissão que intervém no âmbito da questão social e na garantia dos direitos sociais. Os espaços e modalidades específicos de intervenção estão, por sua vez, condicionados às transformações que se operam, tanto global quanto localmente, na realidade social. O processo de trabalho profissional é, então, determinado pelas formas como se configura a questão social e pelas formas como ela é enfrentada pelas instâncias do Estado, da sociedade civil e do chamado terceiro setor (UE-1, p.5).

Contudo, chama atenção que 6 dos 11 projetos estudados não fazem menção ao significado social ou histórico da profissão. O Serviço Social não aparece conceituado como profissão, limitando-se, em um caso, à definição das ações que devem ser exercidas por este profissional. Ao abreviar a profissão à sua dimensão técnico-operativa, ignorando os demais aspectos que compõem o trabalho, demonstra-se uma tentativa em esterilizar o exercício do trabalho, desmerecendo o caráter político e contraditório de suas ações, promovendo o quadro sócio-político, nas palavras de Yamamoto, “a um pano de fundo” (IAMAMOTO, 2004, p.8) que não afeta as condições e as relações que atravessam o exercício profissional.

No que toca às matrizes curriculares, foi realizado um levantamento das disciplinas que apresentam nas suas epígrafes a palavra “trabalho”, com o objetivo de verificar qual a abordagem atribuída a essa categoria, assim como se a teoria e o método em Marx circunscrevem o ensino sobre trabalho. É reconhecido que a questão do trabalho precisa perpassar o currículo como um todo, não se restringido às disciplinas que tratam diretamente desse tema. Contudo, tendo em vista os limites dessa tese, acredita-se que, mesmo realizando esse ponto de corte, é possível constatar elementos importantes a respeito do ensino do trabalho, com enfoque no marxismo, nas unidades de ensino investigadas.

Quadro 2 - Epígrafe de disciplinas que constam a palavra “trabalho”, por unidade de ensino

<b>Unidade de Ensino</b>	<b>Disciplina</b>
<b>UE 1</b>	Mundo do Trabalho e Serviço Social Processo de Trabalho e Serviço Social I Oficina de Processo de Trabalho: Instrumentais Técnico-operativos Indiretos
<b>UE 2</b>	Não consta
<b>UE 3</b>	Trabalho e Questão Social Introdução ao Processo de Trabalho do Serviço Social Processo de Trabalho no Serviço Social I Processo de Trabalho no Serviço Social II
<b>UE 4</b>	Trabalho e Serviço Social Processo de Trabalho do Assistente Social I Processo de Trabalho do Assistente Social II
<b>UE 5</b>	Trabalho e Processos de Trabalho em Serviço Social Questão Social: objeto de trabalho em Serviço Social A Materialização do Trabalho em Serviço Social I Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social I A Materialização do Trabalho em Serviço Social II Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social II
<b>UE 6</b>	Sociologia do Trabalho Questão Social e Processo de Trabalho em Serviço Social Atividade Integradora II: O Serviço Social e os Processos de Trabalho no Contexto Societário Atual Serviço Social e Processos de Trabalho nas Organizações
<b>UE 7</b>	Não consta
<b>UE 8</b>	Configurações do Trabalho e Serviço Social Gestão do Trabalho Social Trabalho integrado em Saúde Laboratório de Intervenção Social e Análise dos Processos de Trabalho Serviço Social e Mundo do Trabalho
<b>UE 9</b>	Mundo do Trabalho Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social Atelier de Análise de Processo de Trabalho

Fonte: a autora (2016)

Conforme o Quadro 3, das nove matrizes curriculares analisadas, duas não contêm disciplinas com a palavra “trabalho” nas suas nomenclaturas. As sete

demais apresentaram ao todo 28 disciplinas, em um total de 316. Na observação destes dados se constata uma tendência relevante na abordagem do trabalho no ensino: a associação do trabalho à processo de trabalho do assistente social. Do total, 14 disciplinas fazem essa associação, o que demonstra aparentemente uma associação à abordagem dessa categoria a partir de uma leitura marxiana. O dado preocupante refere-se às disciplinas que vinculam o processo de trabalho à profissão e não ao profissional (“Introdução ao Processo de Trabalho do Serviço Social” e “Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social”), ou a menção a um processo de trabalho específico desse profissional, tendo em vista o debate já avançado a respeito desse tema.

Marilda Iamamoto (2007), ao esclarecer sobre a inexistência de um processo de trabalho do Assistente Social, argumenta não só sobre essa questão, mas também sobre a diferença da concepção de prática e trabalho a ela interligada. Diz a autora:

(...) existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social, contra o mito de um único processo de trabalho do assistente social. Quando se admite o processo de trabalho do assistente social opera-se uma simples mudança terminológica de “prática” para “trabalho”(…), sem que se altere o universo de sua construção teórica abstrata (IAMAMOTO, 2007, p 429).

E complementa Iamamoto:

Em outros termos, reitera-se o viés liberal de pensar a prática como atividade do indivíduo isolado, forjando o “encaixe” dos elementos constitutivos desse trabalho concreto em um “modelo universal” para a análise de todo e qualquer processo de trabalho – como se ele fosse suspenso da história e das relações sociais que o constituem (IAMAMOTO, 2007, 430-431).

No que tange aos conteúdos dessas disciplinas, permanece a tendência na abordagem da categoria trabalho a partir da perspectiva de processos de trabalho, seguida do tratamento dessa categoria pela dimensão técnico-operativa. Tendo em vista que nove vezes essa tendência aparece na ementa das disciplinas, questiona-se, novamente, como já constatado no conteúdo dos projetos político-pedagógicos, a centralidade atribuída ao aspecto técnico-operativo do trabalho em detrimento do seu sentido ontológico. Outro dado relevante concerne ao número significativo de conteúdos que tratam o trabalho por sua perspectiva conceitual e que, conforme



suas respectivas epígrafes, estabelecem uma interlocução marxiana, como é o caso dos seguintes conteúdos mencionados nas ementas: processos de trabalho, mundo do trabalho, Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, perspectiva ontológica do trabalho, trabalho e questão social, trabalho e marxismo e trabalho no capitalismo. O quadro que segue auxilia na visualização dos conteúdos e a sua frequência de indicações nas ementas analisadas:

Quadro 3 - Disciplinas com a palavra trabalho no título segundo conteúdos

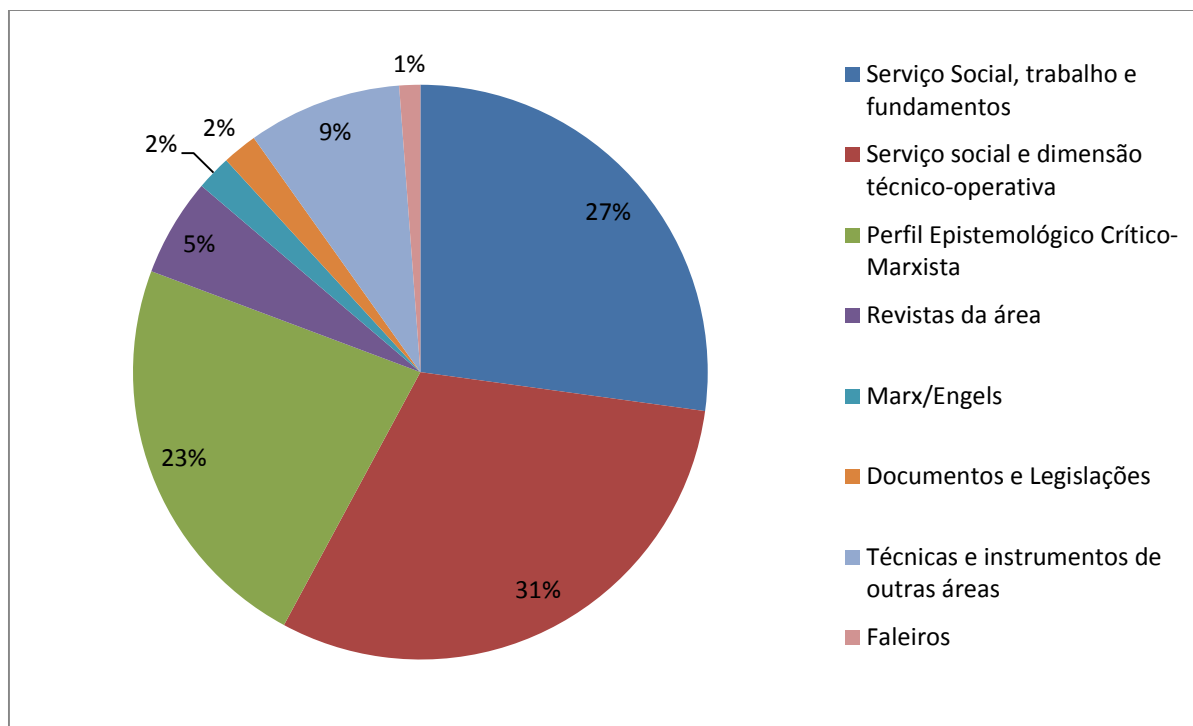
Conteúdos Previstos	Frequência
Processos de Trabalho	10
Dimensão Técnico-Operativa	9
Mercado de Trabalho e Espaços Sócio-ocupacionais	8
Mundo do Trabalho	5
Serviço Social na Divisão Sociotécnica do Trabalho	3
Perspectiva Ontológica do Trabalho	3
Trabalho e Questão Social	3
Trabalho e Marxismo	3
O Trabalho no Capitalismo	2
As Particularidades do Trabalho do Assistente Social	2
O Trabalho do Assistente Social a partir das Dimensões Teórico-Methodológicas, Ético-Políticas e Técnico-Operativas	1
Caráter Socioeducacional do Trabalho do Assistente Social	1

Fonte: a autora (2016)

Atentando-se para a tipificação das bibliografias, é possível constatar que as indicações nas ementas tendem significativamente para o aspecto prático do trabalho. Do total de 253 bibliografias indicadas, 100 dessas versam sobre a prática, instrumentos de trabalho e inserção nos espaços sócio-ocupacionais, sendo 78 pertencentes à área do Serviço Social e as demais a outras áreas. As demais indicações bibliográficas constituem-se de obras sobre o Serviço Social<sup>47</sup> (69), obras de perfil epistemológico crítico-marxista não pertencentes à área (58), revistas da área do Serviço Social (14), documentos e legislações também referentes à área (5), obras marxianas (4), de Engels (1) de Faleiros (3). O gráfico que segue permite visualizar a composição dessas bibliografias indicadas.

<sup>47</sup> Essas bibliografias comportam entre outros temas a questão do trabalho, do processo de trabalho, dos fundamentos, do projeto ético-político, entre outros, todos vinculados ao Serviço Social.

Gráfico 7 - Disciplinas sobre trabalho segundo fontes bibliográficas indicadas



Fonte: a autora (2016)

Assim como apontado em alguns PPP's, a dimensão prática do trabalho é um eixo com destaque ao se tratar deste tema. Nas entrevistas, por exemplo, a preocupação com a mediação do marxismo com o exercício efetivo do trabalho do Assistente Social foi recorrente. Essa preocupação com o caráter prático, em detrimento dos demais aspectos que compõem o trabalho, foi reafirmada nos relatos coletados, também acentuando sobre as dificuldades dos alunos em projetar o trabalho profissional e de realizar o necessário movimento de ida e volta, entre a realidade social e o arcabouço teórico crítico, para assim executar a intervenção, principalmente nas entrevistas com os coordenadores de estágio. Esta pode ser uma hipótese para essa preocupação com o componente prático do trabalho. Os dois trechos que seguem tratam da dificuldade dos alunos em realizar essa mediação, tornando a teoria e a prática duas etapas distintas do processo de aprendizagem.

Aí a teoria social crítica, como eu dizia antes, ela é retomada o tempo inteiro, mas a gente percebe, eu vou te dizer que nós percebemos uma enorme dificuldade para compreensão por parte dos alunos, mesmo porque o entorno social mesmo, os locais em que os alunos vão atuar nos estágios, eles levam a outro entendimento, tendem a levar. Embora haja uma hegemonia, um sentido de projeto ético-político profissional, assim assumido coletivamente com a categoria profissional, a gente observa que nos espaços profissionais ainda nós não temos muita apropriação da teoria dialética e temos muitas dificuldades para reconhecer a realidade e interpretar essa realidade, pensar em estratégias profissionais correspondentes a esses diagnósticos que a gente estaria fazendo (CE<sup>48</sup> – 4).

Eu vejo como desafio, porque uma das questões que eu entendo como pertinente são os alunos que entram em estágio e costumam e dizer “agora nós vamos para a prática”. Como se ao longo do curso, até antes do estágio, período anterior ao estágio, não houvesse essas inserções práticas através dos projetos de extensão, de pesquisa, das atividades que são desenvolvidas em campo. Então, isso se apresenta para mim como uma dificuldade de articulação. Uma outra questão aqui do ponto de vista teórico, os alunos costumam dizer quase que decorar “aí o método da teoria tem categorias constitutivas, a totalidade, a historicidade, a contradição”. Aí eles vão para os campos de estágio e se deparam com situações múltiplas, expressões múltiplas da questão social, situações de organização institucionais e aí muitas vezes eles querem desistir desse campo de estágio. Aí a gente pergunta: cadê a nossa coerência ao método? Porque, se a gente reconhece que as contradições estão presentes, essa leitura que a gente tem que fazer inserido no campo do estágio (CE – 2).

Conforme o relato anterior, fica evidenciada a noção dicotômica entre teoria e prática, entre o estágio e as demais atividades curriculares. Não é possível afirmar veementemente que os cursos estão organizados de tal forma que reforçam essa divisão que não deveria existir, contudo, os dados apresentados evidenciam essa problemática. Parte dos projetos político-pedagógicos define em suas descrições um Serviço Social atrelado unicamente ao seu aspecto prático-interventivo, da mesma forma está evidenciado na organização das disciplinas que versam sobre o trabalho, separando-as entre o que diz respeito ao exercício do trabalho e à inserção nos espaços sócio-ocupacionais e às demais dimensões do trabalho. Fica a preocupação se o ensino está organizado de tal forma que o trabalho esteja sendo tratado como ato isolado dos indivíduos, perdendo o seu sentido coletivo, na medida em que os sujeitos são desconectados dos processos sociais macrossocietários. O ensino do trabalho desvinculado dos seus pressupostos históricos, restrito à sua dimensão operativa, impede o profissional de apreender as contradições expressas no seu cotidiano de trabalho, o que torna viável a afirmação usual de que “na

---

<sup>48</sup> CE: Coordenador de Estágio.

prática, a teoria é outra”, sustentada nas vertentes pós-modernas que negam a totalidade como elemento fundamental para tal apreensão da realidade.

#### 4.4 A DIREÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO

O projeto profissional do Serviço Social, legalmente materializado através dos documentos, referendados pelo conjunto profissional, assim como pela produção teórico-científica elaborada pela categoria nas últimas três décadas, é expressão de um giro promovido pelos seus agentes no que tange aos aspectos ético-políticos, teórico-metodológicos e ético-profissionais, considerando a superação do que era a profissão na sua anterior conformação. Sob a influência da tradição marxista, o caráter ético-político do novo projeto situa-se numa perspectiva que, primeiro, insere a profissão no conjunto das relações sociais, como um tipo de especialização do trabalho, atuante dentro da divisão social do trabalho. Com isso, reconhece que a profissão tem a sua origem na necessidade social e histórica de classes sociais antagônicas que, de acordo com a correlação de forças que se estabelece uma com a outra, conformam o fazer profissional. Enquanto herança do movimento de renovação crítica e de uma aproximação dos pressupostos teóricos e filosóficos marxistas, o Serviço Social afirma-se a partir de um posicionamento contra-hegemônico, enquanto profissão que compromete a sua ação para o atendimento das necessidades e das lutas da classe trabalhadora.

O professor Netto explica que os projetos profissionais, inscrevendo-se no marco dos projetos coletivos, expressam uma relação ou defesa a determinados projetos de sociedade e, conseqüentemente, estabelecem alianças a projetos de classe. “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas, etc.)” (NETTO, 2006, p. 143). Os projetos profissionais ao definirem normas de comportamento e formas de relação com outras profissões, usuários e instituições, através da nomeação de valores éticos e morais, revelam a dimensão política a ser incorporada pelo corpo profissional. Conseqüentemente, projetos profissionais demarcam a conciliação com uma determinada classe social, a qual deverá corresponder a seus interesses (NETTO, 2006). Os projetos profissionais não são estáticos, estes alteram-se de

acordo com o movimento da própria sociedade, por isso são datados historicamente ao acompanhar e refletir as transformações históricas e políticas do seu tempo. O projeto profissional do Serviço Social brasileiro é produto de um contexto histórico marcado por uma efervescência política no cenário nacional. Período esse marcado pela reabertura política pós-ditadura militar, com a ascensão da reorganização dos trabalhadores que assumiram parte do protagonismo na luta por direitos civis, políticos e sociais, bandeiras que foram sufocadas durante os governos militares. Esse processo incidiu diretamente sobre setores mais organizados da categoria que vinham desde a década anterior – 1970 – impulsionando o debate crítico ao conservadorismo predominante na profissão, fundamentando-se, ainda que superficialmente, no pensamento crítico marxista.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontava no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes (NETTO, 2006, p.151).

É a partir desse processo de mobilização, embasado pelo pensamento crítico marxista, que o Serviço Social emerge na cena democrática sob um novo perfil profissional. O novo projeto de fundamentação da profissão consolida uma direção social articulada com um projeto de emancipação dos trabalhadores, reconhecendo a sua posição contra-hegemônica na sociabilidade burguesa. Aponta, dessa forma, para uma politização do trabalho profissional, exigindo que a dimensão política oriente a dimensão técnico-operativa, considerando o jogo de forças antagônicas que se manifestam no cotidiano de trabalho.

Portanto, trata-se da necessidade de uma reflexão sobre o caráter político da prática profissional, como condição para o estabelecimento de uma estratégia teórico-prática que possibilite, dentro de uma perspectiva histórica, a alteração do caráter de classe da legitimidade desse exercício profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.103).

Do ponto de vista ético e político, a profissão incorporou ao seu projeto de fundamentação e regulação, princípios e valores humanistas. Para Barroco (2009), o compromisso com as classes trabalhadoras é o principal valor ético-político da profissão. O humanismo aqui referido não é o que se vincula à ideologia burguesa,

de essência abstrata e individualista, mas ao materialismo de Marx. O humanismo de Marx, para Lowy, é o que denuncia a explosão e a dominação da vida humana pelo modo de produção capitalista, a partir de uma perspectiva “(...) materialista, sociológica, historicista, revolucionária e proletária” (LOWY, 1985, p. 63).

Defende, com isso, a defesa intransigente de uma democracia social que aponte para a socialização da riqueza produzida, se diferenciando da ideia de democracia burguesa favorecedora dos interesses daqueles que dominam e controlam os meios de produção. A democracia, conforme o projeto profissional, refere-se à participação econômica, política e cultural da população como um todo, prevendo a democratização da produção social material, alterando, assim, a atual lógica de composição das forças produtivas. A liberdade, como valor ético central, contrapõe-se à concepção de liberdade<sup>49</sup> de mercado, ao contrário, denuncia a ideia predominante que subjuga a igualdade à liberdade; atrela-se a esse valor à perspectiva de emancipação humana<sup>50</sup>, de autonomia da classe trabalhadora e à livre expansão dos indivíduos sociais: “Não se trata de uma concepção de liberdade como a presente no liberalismo, que a percebe apenas como livre-arbítrio ou que coincide com o individualismo (PAIVA; SALES, 2007, p. 182). Articulam-se a esses valores os princípios de respeito à diversidade e à pluralidade, à recusa ao autoritarismo e à defesa intransigente dos direitos humanos. Além disso, devidamente explicitado no Código de Ética da profissão, há a orientação para um posicionamento profissional que defenda a equidade e a justiça social, via universalização dos bens e serviços, que o bem-estar social seja um objetivo à frente da lucratividade e seus fins econômicos (CFESS, 1993).

---

<sup>49</sup> Ou ainda, conforme Barroco: “A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro. Dadas as condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela ideia de que o “outro” é um “estorvo” à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é efêmera quanto a relações que lhes dão sustentação” (BARROCO, 2009, p. 167).

<sup>50</sup> É importante enfatizar que o conceito de emancipação humana, largamente reivindicado pela categoria profissional, remete-se ao conceito marxiano, desenvolvido por Marx no artigo intitulado “A Questão Judaica”. O conceito de emancipação aqui referido segue o pensamento de Marx que, conforme as suas próprias palavras, define: “Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política”(MARX, 2001, p. 37).

Contudo, é fato que um conjunto de valores e princípios que se colocam em confronto com o projeto hegemônico de sociedade corre o risco de permanecer no plano ideal, não se efetivando no cotidiano profissional dos seus agentes. Isso implica reconhecer os limites e os desafios para a materialização dessa direção social, compreendendo que as disputas por projetos societários extrapolam os muros da profissão, ao mesmo tempo em que conformam a própria atividade profissional. Esse campo de disputa se expressa, primeiro, através daqueles que contratam o trabalho do Assistente Social, que, na maior parte das vezes, exigem que a intervenção profissional mire para o controle e apaziguamento de conflitos sociais, e, segundo, através das necessidades sociais da classe trabalhadora, que é usuária desses serviços, através das demandas que exigem muitas vezes respostas imediatas, tendo em vista o grau de miserabilidade e desigualdade vivido por esses sujeitos.

Nesse jogo de poder e interesses contrários, o Assistente Social é partícipe desse processo, estando propenso a direcionar sua ação para um desses lados, seja reforçando os mecanismos de controle econômico, político e ideológico sobre a classe trabalhadora, seja visibilizando e fortalecendo as demandas populares com vistas à ampliação da cidadania e da justiça social. A questão é que, apesar de ter uma direção social definida pelo conjunto hegemônico da profissão, essa direção para materializar-se, depende do jogo de forças que se manifestam e conformam os processos de trabalho nos quais se insere esse profissional, que nada mais é do que as expressões particulares da contradição entre o capital e o trabalho nas situações singulares do cotidiano profissional. Por isso, Iamamoto refere-se a uma relativa autonomia na tomada de posição desses profissionais, que pode ser estendida, conforme a implicação do profissional nesse processo, pressupondo “uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.103).

Ao colocar a profissão sob o ponto de vista da luta de classes, a partir de uma perspectiva que privilegia a historicidade da profissão e seu atrelamento ao movimento da sociedade e que, ao mesmo tempo, aponta para uma direção social que incorpora os interesses de uma determinada classe, a categoria realizou um movimento intelectual que situou a profissão no centro das contradições econômicas e políticas que, portanto, interferem na profissão. Esse avanço demonstra um

amadurecimento profissional não visto em outras profissões, que se revelou principalmente através de um salto qualitativo que levou, pelo menos uma parcela vanguardista do conjunto profissional, a uma tomada de consciência de classe. Haja vista a condição assalariada precária desses profissionais, o que os sujeita a processos sociais que ampliam as possibilidades de articulação sistemática de alienação, no que concerne a aspectos éticos, políticos e econômicos que permeiam o trabalho profissional. Ao se postular em uma direção social emancipatória e até mesmo revolucionária<sup>51</sup>, o Assistente Social assume uma posição política de classe, assume-se enquanto partícipe da classe trabalhadora e se coloca à disposição, consciente e deliberadamente, para construir junto a sua classe social uma nova forma de sociabilidade.

Reconhecendo que as Diretrizes Curriculares compõem o projeto profissional, remetendo-se ao mesmo núcleo de fundamentos da profissão e, portanto, orientam a uma mesma direção social do trabalho do Assistente Social, averiguou-se se os PPP's atentam para esse mesmo entendimento sobre o trabalho profissional. Dos 11 PPP's, 3 não apresentam uma definição sobre a direção social da profissão. Contudo, a UE-9 remete-se à direção da formação profissional pretendida pelo curso, a qual deve se comprometer com a construção de outra forma de sociabilidade. A ideia de nova sociedade, conforme explicitada no projeto, não advém de uma perspectiva marxista, tendo em vista que não a associa a uma superação do capitalismo, somente remete-se ao anseio por uma sociedade mais solidária. Além disso, limita o conceito de emancipação a práticas emancipatórias e ações empreendedoras, conforme explicitado no trecho que segue:

Missão: ser um curso comprometido com a formação de profissionais competentes, com mentalidade empreendedora, visando à construção de uma sociedade mais solidária e a constituição de práticas emancipatórias, através de ações pautadas em valores éticos e humanos, com inteligência ecológica e responsabilidade social (UE-9, p. 40).

A relação do Serviço Social com o pensamento conservador é medular, visto que a sua institucionalização ocorre nos marcos do capitalismo de monopólios. Legitimando-se profissionalmente sob as bases doutrinárias da Igreja Católica, a

---

<sup>51</sup> Mesmo reconhecendo que a emancipação humana e a revolução, ou seja, a transformação dessa sociedade em uma nova sociedade, não se dará via ação profissional, reconhece-se que o assistente social, enquanto sujeito histórico, pode associar-se a processos de luta e reivindicação da classe trabalhadora que se voltam para uma superação das condições de exploração a que estão dispostos.



qual era responsável pela formação dos primeiros assistentes sociais, atuava através dos recursos estruturais designados pelo Estado e pela iniciativa privada.

O Serviço Social desempenhou, por décadas, uma abordagem voltada ao atendimento da questão social sob o viés moralizador e de responsabilização individual dos sujeitos por sua condição de pobreza. Como define Yazbek, o trabalho do Assistente Social, dado o período da sua institucionalização no Brasil, se desenvolveu subsidiado na relação com o Catolicismo.

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista-conservador contrário aos ideários liberal e marxista, na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social” (YAZBEK, 2009, 131).

Segundo Silva, as bases doutrinárias católicas permaneceram com forte influência sobre a profissão até passarem a ser questionadas pelo Movimento de Reconceituação que emergiu na década de 1960. Como consequência da Renovação, outras bases filosóficas passaram a incidir sobre a profissão, algumas por perspectivas neoconservadoras (sob as tradições positivista-funcionalista e fenomenológica-personalista, esta última de orientação neotomista), outra sob um viés crítico-marxista, conforme já detalhado no Capítulo 3. Contudo, na década de 1980, o marxismo passa a ocupar espaço privilegiado nos debates da profissão, influenciando a formação profissional, as produções teóricas e os documentos concernentes à profissão. O desafio em manter esse legado advém de um contexto rigidamente desfavorável, a julgar por uma economia comandada pelo capital financeiro, de acumulação flexível, que vem ao longo dos anos aumentando investimentos em capital constante em detrimento do capital variável (SILVA, 2015). Em decorrência desse processo de reestruturação produtiva no capitalismo, graves consequências atingem a vida da classe trabalhadora, incidindo diretamente sobre a desmobilização dos

(...) sindicatos dos trabalhadores, fragmentando a luta daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, criando uma massa de desempregados permanentes e imprestáveis para o capital, isto é, sem valor de uso/troca, ou possuidor de um valor marginal pago para preencher serviços precários e de menor qualificação profissional (SILVA, 2015, p. 112).

Estes desafios no mundo do trabalho atravessam também o trabalho dos assistentes sociais, seja através da precarização das relações de trabalho, seja através das novas conformações que as políticas sociais assumem nesse cenário: os serviços sociais ofertados para a população têm caráter cada vez mais focalizado e celetista: o que deveria ser público passa a ser privatizado, os direitos sociais incorporam o perfil de benefícios, os problemas sociais são tratados por uma alcinha individualista e as respostas profissionais exigidas tendem a ser objetivas, pragmáticas e técnico-burocráticas. Com isso, o caráter ontológico de apreensão do real, que pressupõe a crítica ao modo de produção, enquanto explicação radical às questões colocadas à profissão no dia a dia de trabalho, tende a ser desmerecido em detrimento de discursos e ações que se autodefinem como as mais adequadas ao tempo presente (SILVA, 2015).

O conservadorismo, então, moderniza-se também no âmbito do Serviço Social, realimenta as velhas teses, travestindo-se de novas, de atuais, de mais realistas, mais próximas e “concretas” para a “prática profissional” dos assistentes sociais. Faz isto, claro, renovando-se, reatualizando-se, sem alterar sua estrutura interna. São reeditadas, então, na era da pós-modernidade e da chamada “crise dos paradigmas” nas Ciências Humanas e Sociais (certamente úteis no atual estágio de acumulação do capital), velhas receitas comprometidas com velhos conceitos requeentados e com “novas e certeiras soluções” (SILVA, 2015, p. 113-114).

Em vista disso, a formação profissional também sucumbe à lógica tecnicista do trabalho, apoiada nesse viés conservador, que busca legitimação via uma suposta solidariedade entre classes, calcada em uma matriz religiosa, abstrata. Dessa forma, as unidades de ensino direcionam o processo de formação para o atendimento pragmático às exigências do mercado de trabalho, através da tecnificação asséptica do exercício profissional, preparando os futuros assistentes sociais para “tratar” com “excelência” os problemas postos à profissão somente atentando ao seu aspecto fenomênico (SILVA, 2015, p. 113-114).

Para imprimir uma direção crítica no trabalho exercido, o Assistente Social deve ter a capacidade de se apropriar dos movimentos contraditórios que conformam as demandas que a ele chegam, compreendendo que o seu trabalho se inscreve nas relações sociais entre classes. Essa leitura permite identificar as demandas no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, e, portanto, o caráter contraditório dos interesses que se colocaram na maioria das vezes em oposição, exigindo trato político nas respostas ensejadas.

Conforme defende Iamamoto, a mesma realidade que determina as condições materiais onde circunscreve-se o trabalho, a mesma realidade é produto das ações concretas dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2004). Portanto, a construção de estratégias de ação comprometidas com uma direção social crítica requer a assimilação da dinâmica conjuntural, mediadas as condições concretas onde se efetiva o trabalho.

Essa preocupação demonstrou-se presente entre algumas falas dos entrevistados, sob a alegação que a direção crítica do trabalho profissional depende de um rol de competências a ser absorvido, onde se inclui a capacidade de apreensão do real a partir de suas múltiplas determinações. A fala que segue associa a direção social da profissão às competências requeridas aos profissionais, segundo a Lei de Regulamentação:

Que essas competências garantidas na lei de regulamentação, elas precisam se dar a partir da leitura dos espaços socioeducacionais, ou seja, para que essas competências se efetivem para uma direção social crítica, elas não podem ser pautadas somente pelas demandas do mercado de trabalho. E como o assistente social ele vai poder materializar essas competências numa direção crítica? A partir do aporte da teoria marxista, a partir da leitura crítica dos espaços socioeducacionais, a partir de uma profissional que tenha competência política em negociar o seu espaço que tenha clareza das suas contribuições e suas clarezas, que tenha clareza da questão social, que não se pautem simplesmente pelas diretrizes das políticas sociais, mas entenda a política social como uma mediação das respostas para a questão social. Toda essa compreensão, inclusive do reconhecimento do assistente social como um trabalhador assalariado, das suas possibilidades de articulações políticas, tendo em vista fortalecer sua relativa autonomia, tudo isso se dá a partir dos fundamentos e da teoria marxista (CE - 2).

Outra categoria importante, no que condiz com a direção social do trabalho, é a emancipação. Conforme Silva (2013), o debate sobre a emancipação no Serviço Social advém da década de 1990, vinculado àqueles que compartilhavam os mesmos ideais do projeto “Intenção de Ruptura”. De acordo com o mesmo autor, o conceito de emancipação apresenta diferentes interpretações na categoria, alertando para a insistência de discursos tanto messiânicos, que atribuem à profissão o papel de conscientizador das massas e viabilizador da emancipação humana através da intervenção profissional, como fatalistas, que não observam possibilidades a partir do movimento contraditório da realidade, deixando de ocupar espaços importantes de disputa. Conforme as próprias palavras de Silva, para superar ambas as perspectivas, é necessário:

Saturar essa complexidade de história, de historicidade, de mediações e de contradições, é um exercício necessário para negar, simultaneamente, o imobilismo, o messianismo, o dogmatismo, o teorismo e o praticismo (SILVA, 2013, p. 198).

Mais da metade dos projetos, 7 dos 11, faz referência ao conceito de emancipação como elemento direcionador do trabalho profissional. Todavia, esse conceito é abordado em alguns momentos de modo reducionista, restrito ou messiânico, sem aprofundamento do seu significado. Apenas em um projeto a emancipação é relacionada à prática profissional. Em outro caso, é associado a práticas sustentáveis.

A carreira do Assistente Social configura-se como um campo vasto e fértil de conhecimento, de formação de profissionais e de produção de ações afirmativas e inclusivas à luz de um modelo de desenvolvimento sustentável e emancipatório (UE-6, p. 14).

Em ambos os casos, reafirmam-se as tendências já constatadas na pesquisa de Silva (2013), conforme mencionado. A ausência de clareza conceitual, que não a associa à crítica da ordem econômica capitalista, faz projetar na profissão visões distorcidas sobre elementos fundamentais ao trabalho profissional, que acabam interferindo na direção social tanto defendida, como materializada através da intervenção concreta. Reforçam, desse modo, a crença na humanização do capitalismo “(...) em tempos de absoluta desumanização monopólica-flexibilizada-financeirizada, através de ações profissionais que desconsideram qualquer corte de classe” (SILVA, 2013, p.211). Contudo, ocorreu que um entrevistado associou as dificuldades de compreensão do método em Marx à desassociação da perspectiva de emancipação humana do trabalho do Assistente Social. Para o entrevistado, a instrumentalização pragmática do método, no processo específico de supervisão de estágio acarreta, entre outros problemas, este distanciamento da profissão da revolução, enquanto parte constitutiva fundamental do pensamento marxista:

Para mim só vale o método para fazer análise da realidade. Então, eu fico somente nas categorias e não entendo a lógica da dialética crítica materialista, fico lá preso às categorias. Ou então, fico com uma compreensão isolada e praticista da categoria de trabalho, analisando e escrevendo o que é meu objeto, o que são os meios, e ainda desassocia o horizonte ético da perspectiva da revolução, que é a emancipação humana

e como eu medi-o nas possibilidades, nas contradições dos contextos, dos espaços sócio-ocupacionais (CE-1).

Por outro lado, há menção entre os PPP's sobre o envolvimento do trabalho do Assistente Social com processos emancipatórios, tendo em vista a formação de profissionais críticos que assumem o compromisso com valores e princípios do projeto profissional.<sup>52</sup> Além disso, há referência também à emancipação enquanto princípio presente no Código de Ética profissional. Os trechos que seguem exemplificam essas abordagens:

(...) busca formar profissionais críticos, que tenham internalizados os valores do projeto ético-político da profissão e o compromisso com a sua materialização, habilitados a realizar a leitura e a intervenção no real para contribuir com a redução das desigualdades (expressões da questão social) e com o fortalecimento das resistências dos sujeitos sociais, através do desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, na perspectiva da garantia do acesso aos direitos, fortalecimento e autonomia dos sujeitos (UE-8, p.21).

Espera-se a formação de um profissional assistente social com: trabalhar para a melhoria da qualidade de vida da população, visando à emancipação humana (UE-4, p. 21).

No exemplo da UE-4, conforme transcrito acima, o elemento messiânico que permeia o tema aparece de modo claro: sem mencionar o conceito de emancipação humana, o projeto restringe-se a associar o trabalho profissional à perspectiva da emancipação humana. É importante ressaltar que esta categoria, nos termos marxianos, não poderá ser alcançada via trabalho de qualquer profissão, o que, portanto, inclui o Serviço Social. Esta é uma atribuição da práxis social, a qual a profissão pode se vincular. Entretanto, não ter a emancipação humana enquanto direção social do trabalho pode produzir imobilismos que ignoram as possibilidades históricas das dinâmicas sociais e dispensam por vez o papel dos sujeitos (SILVA, 2013). Entretanto, a possibilidade de trabalhar com processos sociais emancipatórios, ou seja, com processos que instigam a organização, a capacitação, a gestão coletiva e a participação efetiva são fundamentais a uma profissão que se direciona por uma perspectiva transformadora. Ademais, dois projetos reafirmam a direção social do trabalho profissional e apresentam uma posição contra-hegemônica com relação ao modelo de sociedade vigente, reconhecendo que a profissão, através do seu projeto, está compromissada com um determinado projeto

---

<sup>52</sup> Sobre a emancipação sob a perspectiva marxiana, ver subcapítulo 2.3 na presente tese.

de sociedade. O exemplo que segue, aponta para essa direção, afirmando um posicionamento político que contesta o modelo econômico atual, expresso através das políticas neoliberais adotadas pelo Estado e seus impactos no trabalho do Assistente Social.

O Serviço Social, como já referido anteriormente (...), defronta-se com a nova conjuntura com uma posição hegemônica, na categoria profissional, que se posiciona contra-hegemonicamente na sociedade. Em outras palavras, as lideranças da categoria profissional assumem uma posição claramente crítica em relação ao projeto neoliberal de Estado e de universidade, buscando alternativas de discussão e de ação ao regime vigente. Isto se conjuga ao paradoxo representado pela ampliação do campo profissional e ao estrangulamento dos recursos no campo das políticas sociais. O Serviço Social avança, assim, nos anos 90, remando contra a correnteza da política nacional (UE-10, p. 14).

Ainda sob a mesma perspectiva, o relato de um entrevistado remeteu-se à defesa da direção crítica do projeto ético-político da profissão, apontando para o papel da profissão frente à sociedade, associando à dimensão da transformação por sua articulação com outros sujeitos da sociedade:

Ele (o método em Marx) é parte do nosso projeto pedagógico, por que ele parte do nosso projeto ético-político, porque aquilo que a gente se propõe, que tem a ver com a identidade contemporânea da profissão, com que a gente se propõe a ser na sociedade e poder provocar transformações e se a gente intenciona a provocar em conjunto com os demais atores da sociedade. Não tem como a gente fazer esse processo acontecer se não for com base em tudo que está posto na concepção de sociedade, de profissão, de formação, não tem como a gente operar isso se não for com os fundamentos do materialismo histórico e dialético do método (CC-3).

De modo geral, os projetos não fazem referência ao comprometimento da profissão com as demandas e reivindicações da classe trabalhadora. A esse conceito, se remetem de modo genérico, sem incluir o Assistente Social como um profissional integrante dessa classe, nem inclui a classe na definição do público usuário dos serviços onde atua esse profissional. Somente um PPP refere-se à necessidade de formar profissionais com o compromisso de dispor dos seus conhecimentos às classes populares, porém tangenciando a ação profissional via valores cristãos. Menciona também a opção pelos mais pobres, reafirmando a associação entre a profissão e os valores doutrinários cristãos, conforme constata-se no trecho que segue:

Formar um profissional de Serviço Social cujos princípios de ação profissional estejam orientados: (...) - pela colocação de seus conhecimentos a serviço das classes populares, instrumentalizando-as para que ultrapassem as percepções aparentes e conheçam a essência dos processos históricos-sociais; - pelo atendimento das demandas profissionais com competência técnica e posicionamento crítico/ético frente à realidade, inspirando-se em valores éticos baseados nos princípios cristãos da solidariedade, da fraternidade e do amor ao próximo, renovando o compromisso pela libertação da América Latina e a opção pelos pobres (UE-10, p.17).

Por fim, seis projetos fizeram referência ao Código de Ética do Assistente Social ou aos princípios éticos da profissão. Outros dois remetem-se à necessidade do comprometimento profissional com os princípios e valores definidos pelo projeto ético-político da profissão. O exemplo que segue traduz a intenção de uma UE em formar profissionais comprometidos com a realidade social local, tendo o seu trabalho pensado a partir dos princípios éticos definidos pela profissão.

Essa reflexão é oportuna num momento em que os estudos sobre o desenvolvimento acentuam cada vez mais a necessidade da construção de projetos local-regionais, que partam das condições históricas do lugar, da sua cultura, dos seus recursos e da sua gente. Supõe pensá-las na perspectiva dos direitos, da provisão das necessidades sociais do cidadão, da equidade, da igualdade, da cidadania e da emancipação, fundamentos constitutivos do código de ética do Curso de Serviço Social (UE-3, p. 4-5).

Ao contrário dos PPP's, nenhum dos sujeitos entrevistados mencionou diretamente o Código de Ética da Profissão. Este documento, conforme já defendido, compõe o projeto profissional, compartilhando dos mesmos componentes valorativos subsidiados no pensamento crítico. Lowy (1985) defende que a questão dos valores para Marx, acima de tudo, define-se sob o ponto de vista do proletariado. Ainda segundo o mesmo autor, a obra *O capital* gira em torno de uma "denúncia moral do capitalismo" (LOWY, 1985, p. 70), por meio de valores humanistas considerados clássicos, também reconhecidos pela burguesia, como é o caso da liberdade, da cultura, da vida humana, etc. O que muda na leitura marxiana é o conteúdo desses valores: a liberdade, para o burguês, tem sentido individual, atribuída ao sujeito isolado e na economia refere-se à liberdade de mercado. Em Marx, a liberdade significa o livre desenvolvimento das faculdades humanas, que no capitalismo é usurpada para a produção de mais-valia. Além disso, Marx entende que a liberdade humana é a possibilidade de o homem controlar conscientemente e

racionalmente “(...) a natureza, a produção e a vida social em geral, o que implica, bem entendido, a abolição do mercado capitalista” (LOWY, 1985, p. 70).

O Serviço Social incorporou aos seus fundamentos éticos esses mesmos valores tangenciados por uma visão de classe, tendo como eixo central “(...) uma visão histórico-ontológica do homem como ser prático-social, dotado de liberdade, que tem no trabalho sua atividade fundante” (IAMAMOTO, 2007, p. 102). Portanto, é partindo dessa concepção que os demais valores que compõem os fundamentos éticos da profissão devem ser interpretados. A defesa da liberdade, da democracia, da igualdade, da vida humana, portanto, não podem ser confundidos com os que são reivindicados pela classe dominante, pois estes têm como parâmetro as relações de mercado colocadas acima das necessidades humanas. Tendo em vista a materialização desses valores através do trabalho profissional, a questão da apreensão do método surge novamente como processo fundamental na mediação entre esses valores que se associam à necessidade de superação desse modo de produção, com ações realizadas no cotidiano de trabalho. Na sequência, o entrevistado atenta para esse desafio, considerando a importância da constante articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do trabalho do Assistente Social:

A dimensão ético-política, ela está assentada nessa mediação com a teoria marxista, na compreensão dos projetos societários em disputa. Como esses projetos se tratam no contexto constitucional, os valores e princípios e além disso, a mediação e a materialização dos valores e princípios no cotidiano. Eu sempre brinco, que a gente defende a democracia e lá no meu grupo eu quem defino o tema da discussão. Então, a capacidade de introjetar esses valores emancipatórios, de materializar eles no cotidiano, nas relações cotidianas. Também a dimensão técnico-operativa, centrada então na possibilidade de estabelecer processos flexivos, na mediação, na clareza de finalidade na articulação dos instrumentos. Essa contribuição retomando, sintetizando, tanto na compreensão da Lei de Regulamentação dessas competências, quanto nas dimensões da competência profissional que se dão nessa unidade, entre o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo (CE-1).

De modo geral, no que concerne à direção social da profissão, a mesma não se encontra referendada de modo pleno nos projetos político-pedagógicos, conforme indicado nas diretrizes curriculares e na acumulação teórica da profissão referente aos fundamentos do Serviço Social. No que tange aos aspectos que compõem esta categoria, estes são abordados de modo difuso e com referências diversificadas, por vezes, simplistas. Essa tendência também se refletiu nas entrevistas, sendo pouco



abordados os aspectos condizentes à perspectiva da transformação e da emancipação política e humana, os valores éticos atribuídos à profissão, à defesa do projeto ético-político ou sua associação ao projeto de sociedade defendido pela classe trabalhadora.

#### 4.5 PERFIL PROFISSIONAL CRÍTICO

A formação em Serviço Social tem como desafio imprimir, através do processo de ensino/aprendizagem, um conjunto de conhecimentos que capacitem o aluno a apreender a origem, as formas de manifestação e estratégias de enfrentamento da questão social. A questão social, demarcada enquanto eixo central da formação, é o ponto de partida para delimitar um determinado perfil profissional a ser construído ao longo do processo de formação. Conforme já explicitado no início do Capítulo 4 da presente tese, a definição do Perfil do Bacharel em Serviço Social, elaborada pela Comissão de Especialistas (1999), sofreu alterações ao passar pela aprovação do MEC, com a supressão do trecho que referia sobre a formação generalista crítica. Conforme o texto original, o Perfil do Bacharel em Serviço Social estava definido conforme segue:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1999, p. 1).

O profissional com esse perfil delimitado necessita acessar um conjunto de conhecimentos que permita a apreensão de competências e habilidades<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Conforme a definição das diretrizes curriculares, elaboradas pela comissão de especialistas, as Competências e Habilidades estão definidas da seguinte forma:

“A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

específicas, que expressem as dimensões teórico-metodológica, ética e técnico-política. A competência profissional, conforme define Iamamoto, precisa ser entendida para além dos aportes legais instituídos e das determinações demandas pelas entidades empregadoras. Defende, dessa forma, uma ideia de competência crítica, capaz de enfrentar a lógica conservadora que permeia as demandas institucionais, subsidiadas em discursos burocráticos e racionalistas (IAMAMOTO, 2009). A mesma autora reforça que para se ter uma atitude ativa frente aos desafios que se colocam no cotidiano de trabalho, requer mais que posturas denunciastas:

Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera renúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

Portanto, a graduação em Serviço Social tem como desafio oferecer uma formação que capacite os futuros profissionais a enfrentar as tendências que se expressam no movimento da realidade de trabalho, para que saibam articular um conjunto de aportes ético-políticos e teórico-metodológicos para a elaboração de estratégias de intervenção nas manifestações da questão social, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais onde irão atuar. Isso exige reconhecer que os espaços de trabalho reproduzem mecanismos de exploração e de dominação e que somente através de um processo analítico-crítico, que particulariza a profissão na reprodução social, a partir de determinadas condições econômico-sociais, torna-se possível a construção de estratégias profissionais que são tangenciadas pelas necessidades da classe trabalhadora e precisam estar em consonância com uma perspectiva emancipatória.

Conforme já defendido ao longo dessa tese, o assistente social participa de processos de trabalho organizados independentes da sua intenção, conformados por interesses contraditórios que moldam as demandas profissionais e as condições para a realização do seu trabalho. Essas condições impostas ao trabalho são a

- 
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (BRASIL, 1999).

Além disso, o documento destaca a consonância desses elementos com as determinações da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, n. 8662/1993.

própria manifestação das contradições de uma realidade social maior que não é apenas um pano de fundo, mas ao contrário, é a própria essência das circunstâncias sociais que se concretizam na particularidade do cotidiano profissional: a natureza das políticas sociais, a demanda institucional, as condições de vida e demandas dos usuários, as condições materiais de trabalho, a precarização e escassez de recursos, entre outros aspectos. (IAMAMOTO, 2004).

Essa é uma interpretação que conduz à definição de uma das características do perfil profissional definido nas diretrizes curriculares: o Assistente Social deve ter a capacidade de mediar a singularidade do trabalho profissional com a totalidade do contexto social que o circunscreve, alcançando a particularidade desse processo. Para isso, ainda conforme Iamamoto (2004, p.185), é necessária a construção de um “perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica (...)”, devendo o processo de formação perpassar pelas principais correntes do pensamento social, tendo a perspectiva dialético-crítica, em específico, o papel de possibilitar o desvendamento dos “fundamentos da produção e reprodução da questão social” (Ibidem, p. 185).

Além da indispensável apropriação teórica e da capacitação para uma análise crítica da realidade, a habilitação técnico-operativa se coloca como um desafio ao trabalho profissional, tendo em vista a característica interventiva do Serviço Social, que exige respostas concretas às demandas que se manifestam no trabalho. Isso requer, novamente, capacidade de apropriação sobre os meios de trabalho, que permita mediar teoria, investigação e ação. Além disso, requer permear o trabalho profissional de valores e princípios referendados no projeto profissional, tendo em vista a necessidade de uma competência ética e crítica para a realização de mediações necessárias à construção de alternativas que levem a respostas profissionais concretas e condizentes com a direção profissional proposta.

As condições em que se concretiza o trabalho profissional, no universo da mercantilização das relações humanas, da exploração, da superficialidade, da negação de direitos, impelem ao pragmatismo, a uma consciência a-histórica e utilitarista (BARROCO, 2009). Entre a intenção e a ação profissional há um caminho longo, pois, nenhum trabalhador é isento de alienação. Conforme afirma Barroco, a formação profissional não possui o poder único de conformar toda uma moralidade profissional, pois os sujeitos em formação já estão sob a influência moral de uma sociabilidade vivida, a mesma que está presente no trabalho profissional, sob as

condições determinadas pela sociabilidade burguesa. Portanto, é preciso ter em vista que o trabalho profissional se desenvolve sob uma determinada sociabilidade, desfavorável a uma ética humanista defendida pelo Serviço Social, considerando que

A sociedade burguesa tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional (BARROCO, 2009, p. 176).

Esse perfil requerido pelo conjunto profissional leva ao questionamento sobre um falso antagonismo: entre a teoria e a prática, entendimento ainda presente entre a profissão que desemboca, ou em um teorismo extremo, que não consegue trazer para o concreto, abstrações isoladas no mundo ideal; ou no pragmatismo, que consiste na adoção de respostas imediatas às demandas profissionais, fundamentas no praticismo típico de um Serviço Social ultrapassado.

Por outro lado, a adoção de um perfil crítico pode permitir ao Assistente Social apreender as possibilidades de objetividade do trabalho, sob o norte do comprometimento com as classes subalternas, considerando as oposições de projetos que se colocam na particularidade do trabalho. Essa característica exigida ao perfil propõe assinalar a profissão sobre as implicações políticas de seu trabalho no contexto das relações entre classes e exige, portanto, do profissional uma apreensão da profissão sob uma dimensão que extrapola o campo ideal, ou seja, se impõe na concreticidade do trabalho profissional. Desse modo, Yazbek define que o trabalho profissional deva ser compreendido sob duas dimensões: objetivas e subjetivas.

Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional (YAZBEK, 2009, p.128).

Diante disso, o perfil profissional pretendido traz como recomendação a superação da lógica de obedecer acriticamente a um rol de habilidades técnicas, convenientemente empregadas por categorias profissionais liberais que,

aparentemente, não dialogam com as determinações sócio-históricas do trabalho. O Serviço Social, contudo, delineou outro caminho a ser percorrido pela profissão, pois além das habilidades técnico-operativas exigidas, tendo em vista o caráter interventivo da atividade profissional, estabeleceu-se como exigência, a construção de um perfil profissional capacitado para apreender o conjunto das relações sociais numa perspectiva de totalidade, assim como o significado social e histórico da profissão, sob as circunstâncias do cenário econômico e social brasileiro, para assim incidir sobre as expressões da questão social (YAZBEK, 2009).

Dos 11 PPP's analisados, 6 atentam-se para um perfil profissional conforme definido pelas Diretrizes Curriculares propostas pela categoria (1996 e 1999). Outros 6 projetos apontam para um perfil com capacidade crítica para a análise das relações sociais onde se inscreve o trabalho do Assistente Social. Esta referência às diretrizes foi constatada nos trechos que seguem:

Assim a, a faculdade busca formar profissionais críticos, que tenham internalizados os valores do projeto ético-político da profissão e o compromisso com a sua materialização, habilitados a realizar a leitura e a intervenção no real para contribuir com a redução das desigualdades (expressões da questão social) e com o fortalecimento das resistências dos sujeitos sociais, através do desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, na perspectiva da garantia do acesso aos direitos, fortalecimento e autonomia dos sujeitos (UE-8, p. 21).

O Curso propõe-se a formar assistentes sociais capacitados, competentes, críticos e compromissados com o enfrentamento das expressões da Questão Social e habilitados para atuação na formulação, execução e avaliação de políticas sociais instituídas nas mais diversas áreas. Ademais, este profissional deverá desenvolver a capacidade de promover o exercício pleno da cidadania dos usuários, através da inserção criativa e propositiva dos mesmos, no conjunto das relações sociais (UE-11, p.26).

Alguns projetos também fazem menção à importância de um perfil profissional que saiba articular as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, como requisito para a articulação e execução das competências e habilidades requeridas à profissão, como se constata no projeto que segue:

Neste sentido, espera-se que o egresso seja um profissional com base intelectual e cultural generalista crítica, com capacidade de inserção criativa e propositiva em sua área de desempenho para, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho viabilizar através de capacitação teórico-metodológica e ético-política, requisito fundamental para a execução de atividades técnico-operativas, exercitar as competências e atribuições dispostas ao assistente social (...) (UE-5, p. 24).

Há também a alusão à Lei de Regulamentação da Profissão como referência para a formação de competências e habilidades profissionais, assim como para apropriação das atribuições privativas do Assistente Social, tendo em vista as exigências teórico-práticas destinadas a esse profissional, como mostra o exemplo que segue:

O perfil do egresso, portanto, deve contemplar as atribuições privativas do exercício profissional do assistente social, definidas em lei, e acima referidas, bem como as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da competência profissional. Para tanto, considera-se que o profissional formado pela faculdade (...) deve possuir competências para conhecer, compreender, interpretar, analisar, planejar, intervir e avaliar os fenômenos presentes no contexto das relações sociais, a partir da análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as suas particularidades em face da sua constituição e desenvolvimento atual (UE-8, p.20-21).

A maioria dos PPP's, com exceção de três, indica a necessidade de o profissional possuir como competência a capacidade de compreender e interpretar as múltiplas expressões da questão social e os seus efeitos sobre as condições de vida e de trabalho da população, assim como ter capacidade de criar alternativas para o seu enfrentamento. Alguns projetos também expressam, como objetivo final do trabalho, a busca pela redução das desigualdades sociais, com vistas à transformação social. A UE-1 define como objetivo geral do curso: "Formar assistentes sociais competentes, críticos e comprometidos com o projeto ético-político da profissão para o enfrentamento da questão social" (UE-1, p. 6). Ou ainda, conforme a definição do perfil do egresso da UE-10:

Desta forma, espera-se que os egressos do Curso estejam preparados para atuar nas diferentes expressões da questão social, formulando e implementando ações para o seu enfrentamento, que propiciem o desenvolvimento da autonomia dos usuários, o reforço das formas de organização popular e resistência social e a conquista de direitos sociais (UE-10, p.26).

Entre os coordenadores entrevistados, a questão das competências e habilidades profissionais em Serviço Social foi associada à perspectiva histórico-crítica, enquanto defesa de uma posição que é coerente com os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão. A parte da entrevista que segue justifica a apreensão do método como caminho para apreender o sentido das competências e habilidades profissionais,

Mas é a teoria marxiana que nos permite compreender as competências e habilidades, da forma como a profissão trabalha hoje. Se não fosse a teoria marxista, nós poderíamos trabalhar essas competências e habilidades como receituário em qualquer etapa do curso, mas a perspectiva que está implicada na teoria marxista nos aponta que nós temos um conjunto de competências de habilidade que envolve muito mais uma leitura de realidade, uma leitura de papéis na sociedade, uma leitura de relações sociais, de relações de classe, de disputas que estão postas aí, de relação de exploração que está posta dentro do eixo capital e trabalho, mas que daí nos permite compreender e desenvolver com o estudante qual é a compreensão dele do que nós temos por competência profissional e das habilidades que nós precisamos desenvolver. Então, dessas habilidades da leitura, dessas habilidades de, a partir de uma leitura da realidade de um dado momento, de um dado lugar, se colocar de qual forma, então acho que, não quero dizer que a teoria marxista nos dá um elenco aberto de competências e habilidades, porque não é por aí, mas ela não dá um receituário do que é competência. É isso, se faz assim, executa dessa forma. A teoria nos aponta que cada situação é uma, cada demanda apresentada por um sujeito ela é única, tem que ser feita a leitura naquele contexto, naquele contexto de realidade concreta que ele vive do seu cotidiano no seu dia a dia, mas aquele contexto de realidade institucional, no contexto até mesmo formal, legal dos direitos e de como eu vou construir respostas para aquelas demandas do sujeito e requisições profissionais que me permitam potencializar a própria participação dele na sociedade, na construção dessas respostas e ao mesmo tempo tencionar o Estado, tencionar a instituição, que eu estou atendendo na resolução ou na construção das respostas (CC-1).

Conforme o depoimento do entrevistado, as competências e habilidades não podem ser vistas como um manual a ser obedecido, com definição de regras e obrigações a serem desempenhadas no exercício do trabalho. Nesse sentido, a teoria e o método são subsídios para compreender pela raiz as situações que se colocam ao profissional, independentemente do lugar em que se desenvolve o trabalho. O elemento que irá determinar as ações concretas na realidade é a própria realidade da forma como se apresenta, dissecada pelo movimento do pensamento, que acompanha o próprio movimento do real. Daí porque se afirmar a necessidade de apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da profissão para justificar a escolha de determinados instrumentos de trabalho, pois estes dependem da análise da realidade, da intencionalidade e direção social imprimidas pelo profissional, assim como as condições materiais de reprodução do trabalho. As competências profissionais, desse modo, têm a função de demarcar o rumo ético-político do trabalho, para que este não seja alvo de interesses burocráticos e imediatistas, que visam à racionalização dos serviços como prioridade (IAMAMOTO, 2004).

O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social (IAMAMOTO, 2004, p. 80).

Constituir uma bagagem teórico-crítica é fundamental para auxiliar na elaboração de ações com viabilidade, na interpretação e atendimento das demandas dos usuários dos serviços, inclusive na habilidade de realizar tratos necessários com aqueles que contratam a sua força de trabalho, que seja capaz de promover a afirmações de direitos e contribuir com processos democráticos e emancipatórios. Esse perfil crítico também foi mencionado nas entrevistas, conforme demonstrado no trecho que segue:

Eu acho que é fundamental, porque a gente precisa formar o perfil do egresso que nós desejamos, que seja um profissional, mas com um futuro profissional com criticidade, que ele consiga fazer uma leitura crítica, então isso é uma competência, uma habilidade que ele tem que ter, especialmente uma competência de fazer uma leitura crítica de todos os processos sociais com os quais ele vai se deparar na vida profissional. A questão da criticidade, da sensibilidade é a teoria que dá toda uma fundamentação para a gente poder desenvolver as competências profissionais, as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Embora, às vezes, se discuta no serviço social que a teoria social marxista não instrumentaliza o assistente social, o fazer profissional, para operacionalização, que é um dos nós, mas também não é uma questão que pode analisar, compreender na imediaticidade da teoria. Você precisa se apropriar muito bem de uma teoria, de um método, saber que esse método ele é um caminho que vai contribuir para a gente fazer uma leitura crítica da realidade, uma leitura que parte da aparência, mas que consegue identificar a essência, que consegue identificar os fenômenos numa totalidade, mas reconhecendo suas particularidades. Então eu acredito que a teoria é fundamental para o desenvolvimento das competências profissionais (CC-2).

Em outro depoimento, a questão das competências é associada à dimensão técnico-operativa. O entrevistado defende que a perspectiva crítica como a mais adequada para orientar o modo como os instrumentos de trabalho são manuseados. Contudo, apresenta uma concepção de método como instrumento, reforçando algo que é comum entre os profissionais: a antecipação das categorias dialéticas com realização aos próprios fenômenos investigados.

Eu não consigo, por exemplo, fazer uma entrevista sem ela, sem ser numa perspectiva de orientação crítica, eu não consigo. Tudo bem que ela é um instrumento, que tem toda a referência. Mas quando eu faço a mediação ali, como é que eu vou fazer uma entrevista se eu não quero desvelar as



contradições, se eu não quero ver a totalidade daquilo que estou trabalhando, se eu não quero ver a historicidade daquele fenômeno que eu estou, daquela intervenção que eu estou fazendo. Então, eu não consigo mais ver diferente disso, então, a contribuição que ela traz, ela de forma fria, ela é uma referência teórica, mas de forma apreendida ela se torna um balizamento que qualifica profissionais que trabalham as competências específicas e qualifica essas mediações (CC-3).

Todavia, é importante apreender previamente os aspectos que caracterizam o método dialético, conhecer o que o diferencia da lógica formal. Conforme defende Lefebvre, a dialética materialista não representa um sistema filosófico, mas um movimento, um processo do conhecimento (LEFEBVRE, 1983). Contudo, possui elementos essenciais, que são a própria expressão do real no pensamento, como é o caso do movimento infinito, da imutabilidade de todas as coisas: “A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto” (LOWY, 2002, p. 14).

Ainda ao que tange à formação profissional com enfoque nas competências requeridas ao Assistente Social, mais de um entrevistado ressaltou a existência de dificuldades no processo de ensino/aprendizagem devido ao perfil do alunado. Com a ampliação de vagas no ensino superior, ocorreu na mesma proporção o aumento de alunos trabalhadores e com retrospecto de defasagem por seu histórico escolar. Este novo quadro tem sido um desafio aos docentes, juntamente à necessidade que se impõe de atualização permanente, tendo em vista também as condições cada vez mais precárias de trabalho nas unidades de ensino e nos próprios campos de estágio:

Eu acho que nós temos desafios que vão de a gente poder aprimorar os nossos processos conhecimento em relação à própria teoria, a dimensão de aprendizagem que é bem complexa. Não é fácil fazer essa apropriação e mais do que isso, operar realmente a partir dessa perspectiva da realidade, mas acho que muito dos desafios que a gente encontra, como eu disse, pode estar também em aprimorar as nossas intervenções metodológicas no espaço de sala de aula, mas tem a ver também, às vezes, com a própria condição do aluno que também nos chega, da prontidão, da capacidade desse aluno para fazer essa abstração, que na verdade são movimentos que exigem capacidade de muita abstração mesmo. Então, acho que aí tem um conjunto de condições, o perfil do aluno, as condições sociais que essa aprendizagem ocorre, o acúmulo de atividades e a responsabilidade que esse aluno tem, o tempo de estudo que ele tem, se precisaria mais estudo, mais leitura mesmo. A gente sabe que muitas vezes é precário, nós vivemos nessas condições de muita precariedade das condições de estudo, de trabalho, acho que são questões que a gente não tem como ignorar que fazem parte do processo. É a própria questão do campo, da precariedade do trabalho mesmo dos profissionais no campo, das grandes demandas, a necessidade das respostas mais imediatas, mas emergenciais, e aí como

operar com tudo isso e poder criar processos diferentes. Então, acho que é dentro dessa realidade que procuramos qualificar esse processo, acho que a gente pensando em um perfil de egresso, sim, se puder sem falar em percentuais talvez uma grande maioria acho que sai com essa clareza de posicionamento ético-político, de leitura da realidade a partir dessa compreensão essencial do modo de produção capitalista, como é que se produzem as desigualdades, acho que essa questão da leitura da realidade é mais clara, essa apropriação mais depurada do método, alguns alunos conseguem se apropriar mais do que outros, sem dúvidas, incorporar, podemos dizer assim (CE-3).

Este último depoimento é extenso, porém sintetiza diversas questões que permeiam a realidade do ensino superior e que conformam diretamente o processo de formação profissional. São questões fundamentais para compreender as dificuldades encontradas para que o projeto ético-político da profissão esteja materializado através dos projetos políticos-pedagógicos, da composição da matriz curricular, dos conhecimentos a serem abordados nas diferentes instâncias que comportam o ensino, a pesquisa e a extensão, nas próprias bibliografias indicadas. Apesar das conquistas alcançadas pela categoria profissional, no que toca ao amadurecimento intelectual subsidiado na perspectiva crítica-marxista, a realidade que se coloca é cada vez mais desfavorável para viabilizar uma formação condizente com a direção social defendida pelos organismos coletivos do Serviço Social.

## 5 CONCLUSÃO

“Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas.” (MARX, 2011, p. 31).

Nenhuma outra frase poderia fazer mais sentido do que essa do Marx, acima citada, nesse momento de conclusão de um longo, fadigoso, mas ao mesmo tempo, prazeroso processo de pesquisa. Contando com o apoio da equipe do NEPES (Núcleo de Estudos em Política e Economia Social) e principalmente do GTEMPPP (Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas), pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, espaços dedicados à pesquisa e à divulgação do marxismo, do Serviço Social e das políticas sociais, a chegada ao final dessa empreitada somente se concretizou, pois contou com o respaldo dessa equipe qualificada, dedicada à produção científica, à promoção de debates e à defesa do pensamento crítico. Portanto, é importante ressaltar que a realização dessa tese se deu em um espaço de resistência frente a um cenário onde os avanços neoconservadores têm se feito cada vez mais presentes no âmbito acadêmico.

O projeto de formação profissional do Serviço Social é resultado de um movimento democrático na profissão que vem se desenvolvendo já algumas décadas, consolidando conquistas no que concerne à sua direção social, conformada por princípios e valores inspirados em uma perspectiva de emancipação e comprometida com os interesses e necessidades da classe trabalhadora. Através dessa perspectiva, a profissão assumiu o caminho mais difícil frente às condições sociais dadas na realidade social, principalmente por se associar a um projeto de sociedade contra-hegemônico, rejeitando a fetichização da vida social, pautada pelas relações mercantis e que resulta em quadro político-econômico cada vez mais desigual e excludente.

É uma profissão que se depara, no âmbito do seu trabalho profissional, com dilemas e contradições que extrapolam a sua vontade. Contudo, é nesse mesmo espaço que se apresentam alternativas e possibilidades de conquistas e de avanços no campo dos direitos sociais, para melhoria das condições de vida da população. Para tanto, é necessário que esse profissional receba preparação adequada para enfrentar essa realidade contraditória, que tende, na maioria das vezes, a reproduzir

relações antidemocráticas, discriminatórias, de dominação e subalternização da população usuária dos serviços onde atuam os Assistentes Sociais nos mais diversos âmbitos do trabalho profissional. A questão que se coloca é como a formação em Serviço Social tem se materializado efetivamente, se a mesma tem sido capaz de afirmar, através do processo de ensino-aprendizagem, o conjunto do pensamento marxista contemplando as suas bases constitutivas na mediação com a profissão, a partir de uma perspectiva da totalidade histórica.

Nesse sentido, a presente tese buscou desmembrar e reconstituir as diferentes determinações que conformam o tema proposto, elaborando, assim, algumas totalizações provisórias que podem e devem ser retomadas e superadas. A partir desse movimento chegou-se a seguinte tese: *O projeto de formação profissional em Serviço Social, como elemento constitutivo dos fundamentos profissionais, é expressão de um processo histórico, coletivo e democrático, que projetou uma nova direção social fundada no marxismo, subsidiada nas obras marxianas ou nas pertencentes à tradição marxista. Desta forma, enseja imprimir no processo de ensino uma visão que estabelece uma interconexão dinâmica entre a profissão e a sociedade, sob a perspectiva da totalidade histórica, determinada na luta de classes sob a égide do capital. Contudo, constatou-se que a formação em Serviço Social, nas unidades de ensino localizadas no estado do Rio Grande do Sul, apresenta limitações curriculares no que diz respeito ao ensino da teoria e do método em Marx, revelada pela exposição da pesquisa que deixa claro que o processo de ensino do marxismo está sem o devido respaldo na literatura marxiana. O quadro se agrava pela existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico-marxista, sejam referentes ao Serviço Social ou às Ciências Sociais em geral, como através das propostas pedagógicas de ensino pouco comprometidas com uma direção social da formação fundamentadas nos aportes crítico-marxistas.*

Considerando que as escolhas aqui feitas representam a visão da pesquisadora, por suas relações construídas ao longo da sua história de vida pessoal e profissional, tem-se a consciência de que questionamentos sobre o caminho percorrido serão feitos. Contudo, as escolhas na pesquisa fazem parte de um processo que não é neutro, mas que também é limitado pelo tempo, em especial, mas também por um conjunto de outros determinantes. Dessa forma, não

há nenhum interesse em defender uma abordagem imparcial sobre o tema, estando aberto para críticas ou polêmicas que possam instigar que, devido à sua própria natureza, o que se considera salutar para o debate crítico.

O caso do Capítulo 2 da tese é emblemático, tendo em vista as paixões e ódios despertados quando se trata de Marx e “marxismos”. A opção por desenvolver um capítulo específico sobre a teoria e o método em Marx se justifica, em primeiro lugar, por se tratar de um elemento central do objeto de pesquisa. Defende-se, portanto, ser inconsistente investigar o objeto proposto sem apresentar um marco teórico-metodológico a partir dos três elementos que constituem a tese defendida: a teoria e o método em Marx, a relação histórica dessa perspectiva teórico-metodológica com o Serviço Social e a mediação desses dois elementos na formação profissional da área. Mesmo considerando o fundamento ontológico do pensamento marxista, é necessário apontar para os pressupostos que o constituem pela necessidade constante em reforçá-los, haja vista os próprios resultados da pesquisa que dão conta da incipiente presença de Marx no ensino em Serviço Social.

Da mesma maneira, atenta-se para as escolhas bibliográficas para a construção do Capítulo 2. Mesmo reconhecendo a importância de pensadores marxistas na produção teórica do Serviço Social e que não foram usados como referenciais nessa tese, como é o caso de Lukács e de Gramsci, a intenção foi trazer outros referenciais para o debate na profissão, alguns até por vezes rechaçados injustamente, a fim de modestamente enriquecer o aporte de mediações sobre a obra de Marx e Engels, possibilitando novas abordagens sobre o conjunto do pensamento marxista no Serviço Social. Além disso, procurou ater-se ao pensamento marxiano e não aos diferentes matizes que compõem a tradição marxista e suas ricas polêmicas. Os autores utilizados, portanto, tiveram o papel de auxiliar na leitura das obras próprias de Marx, que foi utilizado de modo privilegiado diretamente como referência.

O Capítulo 3 se versou sobre o processo que desencadeou a relação entre o Serviço Social e o marxismo até o presente momento, demonstrando a sua interconexão com as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil, tratados enquanto aspectos determinantes para a renovação da profissão e a influência do marxismo nos fundamentos. Foram destacados os percalços desse processo, as aproximações distorcidas e frágeis ao pensamento marxista, a ausência das obras

marxianas nessa influência, ponderando para as condições difíceis da época, assim como ressaltando o pioneirismo daqueles profissionais que impulsionaram esse processo mesmo em um quadro político totalmente desfavorável.

Concluiu-se, a partir da reconstituição do processo, haver a necessidade de rever algumas críticas no que concerne ao rechaço a alguns autores pertencentes à tradição marxista, que serviram de referência para as primeiras elaborações no Serviço Social sob a perspectiva dialético-crítica. O que se coloca em questão é que a principal problemática desse processo foi a referência a manuais e programas de partidos políticos de esquerda em detrimento do estudo das obras marxianas e não a influência de Althusser, Mao Tse-Tung, Lênin, entre outros, nessas primeiras elaborações. Esses e outros autores pertencem a diferentes escolas do marxismo e apresentaram contribuições importantes a respeito das elaborações de Marx, mediadas ao seu tempo histórico. Todas as escolas que compõem a tradição marxista apresentam polêmicas ou fragilidades, contudo, não cabe a exclusão de nenhuma delas sem o devido debate.

Outro aspecto importante desse capítulo, que também desperta polêmicas, refere-se ao debate acerca do embate entre trabalho profissional e militância política. É reconhecido que, em certo período da história da profissão, alguns Assistentes Sociais trocaram a atuação profissional nas instituições empregadoras pela atuação política-militante em partidos e movimentos sociais. Consideraram naquele contexto histórico ser o único espaço que restava para a realização de um trabalho profissional efetivamente crítico, porque não reconheciam a contradição. Esse equívoco, fruto ainda de uma visão ingênua da luta política e do papel político da profissão foi sem dúvida superado pelo amadurecimento da categoria, contudo é fundamental retomar, especialmente num contexto de crescimento do conservadorismo, as estratégias para ampliar os processos de politização que podem ser mediados via trabalho profissional. Nessa direção, ressalta-se que não se pode reprimir a atuação política no trabalho profissional, pois a ausência de rebeldia somente reforça o trabalho baseado na subalternidade, na adequação ao instituído, na reprodução de relações dominadoras, na sobreposição da operacionalização da técnica em detrimento das questões teóricas e ideológicas. O trabalho do Assistente Social no acompanhamento das necessidades demandadas pela população só tende a ganhar, caso esse profissional expanda as suas ações para espaços que extrapolem o âmbito institucional, seja fortalecendo reivindicações

e lutas travadas pelos próprios usuários, participando e auxiliando entidades organizativas (associação de moradores, clube de mães, movimentos comunitários, cooperativas habitacionais, entre outros), seja ampliando espaços democráticos de participação.

No tocante aos resultados da pesquisa empírica, descrita no Capítulo 4, os dados revelados sobre o ensino em Serviço Social, a partir da sua medição com a teoria e o método em Marx, ligam um sinal de alerta para a categorial profissional, pelo menos aos que defendem o atual projeto profissional em hegemonia, que circunscreve os principais e mais importantes documentos condizentes ao Serviço Social. Parte dos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino aqui investigados não apresentam alinhamento ideopolítico ou teórico com a perspectiva crítica. Além disso, foi identificada, em alguns casos, uma abordagem teórica eclética sobre a profissão e sobre o processo de formação. Também se confirmou a existência de um alinhamento com a perspectiva pós-moderna, e de um direcionamento tecnocrático com uma ênfase exacerbada a preparação técnico-operativa dos alunos para o mercado de trabalho. O problema não é o preparo técnico em si para a atuação profissional, mas no uso da técnica sem a devida fundamentação dada pela teoria e pelo método. Isso se evidencia na abordagem da profissão, através do processo de ensino, que ignora os aspectos constitutivos da totalidade social, a interconexão entre as condições do trabalho profissional com as determinações estruturais, e a negação dos conflitos de classe que atravessam e conformam as condições de trabalho e as próprias demandas sociais através das expressões concretas da questão social.

A análise da constituição dos currículos, através das disciplinas e bibliografias indicadas, apontou para um ensino fragilizado no que se refere à fundamentação na perspectiva marxista, retratado através da presença diminuta das obras de Marx ou de Engels nas indicações, com percentual inclusive minoritário se comparado às obras de reconhecido perfil pós-moderno. Da mesma forma, bibliografias com perfil epistemológico crítico-marxista, sejam estas pertencentes ao conjunto da produção na área do Serviço Social ou às Ciências Sociais em geral, constituem parcela minoritária entre a totalidade de bibliografias indicadas nos ementários analisados. A conclusão paira sobre um processo de ensino em Serviço Social desenvolvido sobre frágeis mediações com a perspectiva crítico-marxista, o

que provavelmente acarreta em uma apreensão inconsistente dos próprios fundamentos profissionais.

Integrando esse quadro, os resultados das entrevistas com os coordenadores de curso e de estágio revelaram impressões importantes, que podem auxiliar na elucidação das dificuldades apontadas no que se refere à mediação da teoria e do método em Marx no ensino. Na totalidade dos depoimentos, foi ressaltada a importância dessa matriz teórico-metodológica para a profissão, da mesma forma que para o desenvolvimento do processo de formação. Contudo, se destacaram falas alertando sobre as condições cada vez mais precárias de trabalho a que estão submetidos os docentes, como resultado de uma política educacional mercadológica nas unidades de ensino privadas, ou no corte de recursos federais à manutenção das unidades públicas. Também foi destacada como desafio a mudança de perfil dos alunos nos últimos que anos, apesar de simbolizarem um movimento de ampliação do acesso ao ensino superior, trazem consigo dificuldades de aprendizado, tendo em vista a sua trajetória pelo precário ensino público. Ademais, trata, em muitos casos de alunos trabalhadores, com pouco tempo disponível para a dedicação à formação.

Esses depoimentos vão ao encontro de um quadro sociopolítico extremamente desafiante, com rebatimentos diretos na área educacional, devido ao processo de retirada de direitos, pelo aumento da exploração da força de trabalho, precarizando ainda mais as condições de vida e de trabalho da população. Com a justificativa da crise econômica, vive-se no Brasil um quadro dramático para a classe trabalhadora, de retirada de direitos que foram conquistados ao longo da história do país, através do corte de recursos nas áreas sociais por um tempo a perder de vista. Em um país com alto índice de concentração de renda, somente os pobres têm sido chamados a pagar a conta da retração econômica. O governo ilegítimo de Temer, com a sustentação de um Congresso desprezado pela população, vem tentando impor uma agenda de retrocessos sociais, como é o caso da reforma da previdência, aumentando o tempo de trabalho necessário para a aposentadoria, ignorando as condições insalubres de trabalho no Brasil, e ainda baixa expectativa de vida de população em várias regiões do país, soma-se a isso a reforma trabalhista, que pretende desmontar a Consolidação das Leis Trabalhistas em detrimento dos acordos coletivos, permitindo que empregadores “negociem” direitos garantidos em troca da permanência no emprego. A decepção com os governos petistas, reforçada



pela crise econômica que resultou no aumento considerável do desemprego, mas também pela participação dos principais dirigentes da sigla em esquemas de corrupção, prática que até então era de exclusividade da direita, engrossou o avanço de um ideário conservador e fascista pelo país que, além de impulsionar o golpe parlamentar contra o Governo Dilma, tem disseminado um projeto de fortalecimento das classes dominantes na imposição de um programa de Estado mínimo, mantendo os programas de governo reféns dos interesses do mercado financeiro.

Ademais, o avanço do discurso conservador tem também se prestado a uma nova caça às bruxas, com a demonização e o rechaço de atitudes que defendam as ideias comunistas, pela imposição da liberdade individual e da propriedade em detrimento das relações coletivas humanizadas, democráticas e igualitárias. A meritocracia deve ser o ponto de corte entre os capazes e os incapazes de vencer na vida, ignorando as diferenças e as desigualdades sociais. Perseguem professores e educadores com perfil crítico, os tacham de doutrinadores, lutam pela aprovação da famigerada lei da Escola Sem Partido, criando um novo DOI-CODI para vigiar e controlar professores com qualquer suspeita de associação às ideias comunistas.

São tempos sombrios, mas que também demonstram haver espaço para resistência, haja visto o crescimento do movimento da luta pela moradia, como é o caso do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto –, do crescimento do movimento feminista, através da Marcha das Vadias, da luta pelo transporte público travada em diversas capitais do país, da resistência em geral contra os projetos de que atacam direitos.

Diante desse cenário complexo, de acirramento de conflitos, a profissão precisa se manter organizada e sintonizada com as lutas sociais para não perder de vista os princípios e valores de classe que compõem o projeto profissional. Para tanto, é necessário reconhecer que esse projeto se encontra em permanente disputa e as condições atuais na sociedade vão incidir, ou melhor, já estão incidindo, na profissão, haja vista as dificuldades encontradas para materializar o projeto de formação profissional construído pela categoria nos últimos anos.

Por exemplo, em que pese a relevância da ABEPSS para a categoria, a observação das diretrizes apontadas pela Associação não tem força de lei, mas sim as apontadas pelo MEC, as diretrizes da ABEPSS têm importante caráter político. Por essa razão é fundamental investigar e reforçar a necessidade de observarem-se

as diretrizes aprovadas pelo coletivo da categoria, capitaneadas pela ABEPSS, que dão direção à profissão. Nesse sentido, é igualmente fundamental um maior esforço de parte da Associação para ampliar a participação mais miúda do conjunto da categoria, maior aproximação e identificação com o projeto defendido pelo coletivo, especialmente em tempos tão adversos, de avanço do conservadorismo, agravado pelo crescimento avassalador do EAD que pode ameaçar a hegemonia do projeto crítico vigente.

Da mesma forma, é necessário repensar em que medida se está privilegiando a dimensão técnico-operativa do trabalho em detrimento das demais, como forma de responder aos anseios mercadológicos do ensino e às vezes dos próprios alunos, cuja subjetividade é capturada por essa lógica restrita operativa, tendo em vista que lidam com as pressões no campo de estágio, pela dificuldade de realizar mediações a partir das condições concretas, superando análises e intervenções imediatista e superficiais, incapazes de alcançar a essência das demandas que chegam à profissão. Para isso, recorrem a análises que contemplam somente os aspectos aparentes do dia a dia, sem desocultá-los burocratizando suas ações e reproduzindo o mais do mesmo. Não se pode perder a capacidade criativa do trabalho, mesmo considerando as suas contradições e condições limitadas, nesse modo de produção. Ao contrário, as contradições não podem ser barreiras que levam ao imobilismo, estas precisam ser reconhecidas como o que realmente são: o motor da transformação.

*“É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que termina o fraseado vago sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar. Ao expor a realidade, a filosofia deixa de ter um meio onde possa existir de forma autônoma.” (MARX e ENGELS, 1980, p. 27)*

*“... De fato, para o materialista prático, ou seja, para o comunista, é mister revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra.” (MARX e ENGELS, 1980, p. 29).*

## REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço social e sociedade: o serviço social no século XXI*, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.
- AGUIAR, Antônio Geraldo. *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. *Revista Margem Esquerda - ensaios marxistas*, São Paulo: Boitempo, n. 18, 2012.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Números da dívida: orçamento geral da união executado em 2015*. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/> Acesso em: 01 fev. 2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROCO, Maria L. S. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPPS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.
- BOUCHER, Geoff. *Marxismo*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. *Lei nº 8.662/93*, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Coletânea de Leis. Porto Alegre: CRESS, 2005.
- BRASIL. *Lei nº 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.
- BRASIL. MEC/SESu. Diretrizes Curriculares. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Curso Serviço Social. Brasília, 1999. *Revista Temporalis*, Brasília, ano VII, n. 14, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer m. CNE/CES 492/2001, aprovado em 03/04/2001. Assunto: Diretrizes Curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 2001. *Revista Temporalis*, Brasília, ano VII, n. 14, 2007.
- BRASIL. *Lei nº 8.662/1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BROHM, Jean-Marie. *O que é dialética*. Lisboa: Antídoto, 1979.
- ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS. Ensino de Metodologia nos Cursos de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 3, 1989.

CARDOSO, Franci Gomes. *As novas diretrizes para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios*. Brasília: ABEPSS, 2000.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v.2.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *Desenvolvimento e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: 1993.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis dialéticas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CLOSS, Thaísa Teixeira. *Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUCRS. Porto Alegre, 2015.

COMERLATTO, Dúnia; CARDOSO, Priscila. Documentos – memória do serviço social. *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, ano VII, n. 14, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. O lugar do manifesto na evolução da teoria política marxista. In: MARX, K, et all. *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Marx: notas sobre a teoria do capital*. São Paulo: Hucitec, 1997.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DRUCK, Graça. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil. *Revista Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, n. 18, 2012.

ENGELS, Friedrich. *Historia, economía, crítica social, filosofía, cartas*. Selección de textos e introducciones de W. O. Henderson. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

\_\_\_\_\_. Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana. In: MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escogidas de Marx y Engels*. Tomo II. Madrid: Editorial Fundamentos, 1975.

\_\_\_\_\_. *Anti-Dühring*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 4.ed. São Paulo: Global, 1981. (Coleção Bases)

FATORELLI, Maria Lúcia. *Auditoria cidadã da dívida dos estados*. Brasília: Inove, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 1983.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2009.

HARVEY, David. *Para entender o capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A.; SILVA, M. V.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Orgs.). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS-ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 120, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2014.

KAUTSKY, Karl. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, 1979.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Leitura da política. São Paulo: Edições 70, 1966.

\_\_\_\_\_. *Lógica formal/lógica dialética*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia. O projeto de formação em serviço social: análise da sua trajetória histórica no período de 1996 a 2016. *Revista Temporalis*, v.16, n. 32, 2016.

LÊNIN, Vladimir. *O que é marxismo?* Porto Alegre: Movimento, 1980.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. Debates e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contrarreforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, n. 15, 2009.

LOPES, Josefa Batista. O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). *Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Política. In: RENAUL, Emmanuel; DUMÉNIL, Gérard; LOWY, Michael. *Ler Marx*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

MANDEL, Ernest. *Iniciação à teoria econômica marxista*. Lisboa: Antídoto, 1978.

\_\_\_\_\_. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O capital. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl. *Tese contra Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia: história da crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. A questão judaica. In: *Os manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica a economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *O capital: a crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. Livro I. Volume 1.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. Glosas críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um prussiano. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, Londrina, v.3, n. 1, 2011c.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã mais recente*. Portugal: Presença, 1980. (Coleção Síntese)

\_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: Sundermann, 2013.

MENDES, Jussara; PRATES, Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. *Revista Temporalis*, Brasília, ano VII, n. 14, 2007.

MORAES, A. M. et al. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e. *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho e serviço social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. *Revista Temporalis*, Brasília, ano VII, n. 14, 2007.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 30, 1989.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: Cadernos ABESS. *Ensino em serviço social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: Cortez, n. 4, 1995.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Ética e práxis política: o rumo dos projetos societários nos anos 90. In: BONETTI, D. A. et al. (Orgs.). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009b.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República*. Porto Alegre: Tchê, 1985.

PAIVA, B. A. de; SALES, M. A. A nova ética profissional: práticas e princípios. In: BONETTI, D. A. et al (Org.). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTES, Reinaldo N. *Mediação e serviço social*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRATES, Jane Cruz. *Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética*. Material didático. Disciplina de Metodologia III. FSS-PUCRS. 2000.

\_\_\_\_\_. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.11, n.1, 2012.

\_\_\_\_\_. 80 anos de serviço social no Brasil: as construções e os desafios à profissão. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/inez/Downloads/24594-100051-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/inez/Downloads/24594-100051-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 23 fev. 2017.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1991.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, n. 57, ano XXVI, 2016.

REUBEN, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. BBC Brasil. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118\\_riqueza\\_estudo\\_oxfam\\_fn](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn). Acesso em: 01 fev. 2017.

RIAZANOV, David. *Marx – Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984. (Coleção Luta de Classes)

ROBAINA, Roberto. *Marx e o núcleo racional da dialética de Hegel*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2013.



SANTOS, Leila Lima. *Textos de serviço social*. São Paulo: Cortez, 1985.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época)

SILVA, Maria Ozanira Silva e Silva (Coord.). *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. *Serviço social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Crise do capital, neoconservadorismo e serviço social no Brasil: apontamentos para o debate. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, 2015.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)

TAVARES, Maria Augusta. Questão social e serviço social em debate. *Revista Temporalis*, Brasília, ano VII, n. 14, 2007.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XVI, n. 48, 1995.

VIANA, Nildo. Práxis, alienação e consciência. In: VIANA, Nildo. *A filosofia e sua sombra*. Goiânia: Germinal, 2000.

VILLAS-BÔAS, Marcus de Aguiar. A concentração de renda é maior do que se imaginava. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo>. Acesso em: 01 fev. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPPS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF, 2009.

## APÊNDICE A - Instrumento 1: Roteiro de Análise Documental

Documento: projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social

Questões Norteadoras:

- Como a teoria marxiana é mediada nos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Serviço Social?
- Como as diretrizes da ABEPSS, que se fundamentam na teoria marxiana, são articuladas nos projetos pedagógicos e nas grades curriculares?

1. Identificação do documento:

- Nome da Universidade:
- Nome da faculdade/centro/curso
- Ano de fundação do curso:
- Ano em que o projeto pedagógico entrou em vigor:

2. Como o Serviço Social é conceituado no Projeto Pedagógico?

3. Quais as competências e habilidades gerais e específicas do trabalho do assistente social a serem apreendidas durante o Curso de Graduação?

4. A questão social é reconhecida como eixo articulador da formação profissional?

5. Há a especificação de uma teoria social norteadora no projeto pedagógico?

6. Qual o perfil desejado do egresso do curso?

7. Os núcleos de fundamentação da formação profissional contidos na proposta de diretrizes curriculares da ABEPSS estão referenciados no projeto pedagógico?

8. Categorias como: luta de classes, emancipação política e social, trabalho concreto e abstrato e alienação perpassam o discurso de princípios ético-políticos no âmbito da graduação em Serviço Social da presente Unidade de Ensino?

## APÊNDICE B - Instrumento 2: Roteiro de Análise Documental

Documento: grade curricular e ementa de disciplinas

Questões Norteadoras:

- Como as diretrizes da ABEPSS, que se fundamentam na teoria marxiana, são articuladas nos projetos pedagógicos e nas grades curriculares?
- Quais as principais bibliografias utilizadas para fundamentar a teoria marxiana nas grades curriculares dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Rio Grande do Sul?
- Como se efetiva o trabalho do objeto e dos fundamentos do Serviço Social e sua mediação com a teoria marxiana nas grades curriculares e ementas das disciplinas dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Rio Grande do Sul?

1. Identificação do documento:

- Nome da universidade:
- Nome da faculdade/centro/curso
- Ano de fundação do curso no PPP:
- Ano em que o projeto pedagógico entrou em vigor:

2. Quais e quantas disciplinas presentes na grade curricular têm nas suas ementas conceitos referentes à teoria marxiana e marxista?

3. Quais e quantas bibliografias marxianas e marxistas estão presentes nas disciplinas?

4. Quais disciplinas trabalham com o objeto e com os fundamentos do Serviço Social mediando a teoria marxiana/marxista?

5. Quais disciplinas mediam a teoria marxiana/marxista a partir das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa?

### **APÊNDICE C - Instrumento 3: Entrevista com Coordenador de Curso de Graduação em Serviço Social**

- Pesquisa: A mediação do método em Marx na formação profissional em Serviço Social
- Identificação Geral  
Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Tempo em que está no cargo de coordenação: \_\_\_\_\_
- Roteiro de perguntas:
  1. Você considera importante a mediação da teoria marxiana na formação graduada em Serviço Social? ( ) Sim ou ( ) Não? Por Quê?
  2. Como você percebe a materialização da teoria marxiana e marxista no processo de formação profissional?
  3. Fale um pouco sobre o modo como o ensino do método em Marx, através da graduação em Serviço Social, vem sendo efetivado na sua Unidade de Ensino. Quais os avanços e quais os desafios?
  4. Você acha que a proposta de diretrizes curriculares em Serviço Social da ABEPSS está contemplada na proposta de ensino do curso?
  5. Como você percebe a contribuição da teoria marxista na apreensão das competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão no perfil do egresso?
  6. Como você avalia a mediação da teoria marxista na grade curricular do curso?
  7. O que você entende que precisa ser aprimorado para garantir a qualificação desse processo?
  8. Observações ou sugestões.

## **APÊNDICE D - Instrumento 4: Entrevista com Coordenador de Estágio na graduação em Serviço Social**

- Pesquisa: A mediação do método em Marx na formação profissional em Serviço Social
- Identificação Geral  
Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Tempo em que está no cargo de Coordenação de Estágio:\_\_\_\_\_
- Roteiro de perguntas:
  1. Você considera importante a mediação da teoria marxiana na formação graduada em Serviço Social? ( ) Sim ou ( ) Não? Por Quê?
  2. Como você percebe a materialização da teoria marxiana e marxista no processo de formação profissional através do estágio supervisionado em Serviço Social?
  3. Fale um pouco sobre o modo como o ensino do método em Marx, através da graduação em Serviço Social, vem sendo efetivado no âmbito do estágio supervisionado na sua Unidade de Ensino. Quais os avanços e quais os desafios?
  4. Como você percebe a contribuição da teoria marxista na apreensão das competências e habilidades necessárias ao exercício profissão no perfil do aluno/estagiário?
  5. Como você avalia a mediação da teoria marxista através da experiência de estágio supervisionado?
  6. O que você entende que precisa ser aprimorado para garantir a qualificação desse processo?
  7. Observações ou sugestões.